



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO

ANTONIO AGOSTINHO DA SILVA FILHO

**EDUCAÇÃO PÚBLICA E A LÓGICA PRIVADA: uma análise das tendências de
privatização da educação em Pernambuco (2010-2018)**

RECIFE

2023

ANTONIO AGOSTINHO DA SILVA FILHO

**EDUCAÇÃO PÚBLICA E A LÓGICA PRIVADA: uma análise das tendências de
privatização da educação em Pernambuco (2010-2018)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Márcia Angela da Silva Aguiar

RECIFE

2023

Catálogo na fonte
Bibliotecário Bruno Márcio Gouveia, CRB-4/1788

S586e Silva Filho, Antônio Agostinho da
Educação pública e a lógica privada : uma análise das tendências de
privatização da educação em Pernambuco (2010-2018) / Antônio Agostinho da
Silva Filho. – 2023.
288 f.

Orientação de: Márcia Angela da Silva Aguiar.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de
Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, 2023.
Inclui Referências e apêndices.

1. Educação básica. 2. Privatização do ensino. 3. Política da escola
pública. I. Aguiar, Márcia Angela da Silva (Orientação). II. Título.

379.2 (23. ed.) UFPE (CE 2024-004)

ANTONIO AGOSTINHO DA SILVA FILHO

**EDUCAÇÃO PÚBLICA E A LÓGICA PRIVADA: uma análise das tendências de
privatização da educação em Pernambuco (2010-2018)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação. Área de Concentração: Educação.

Aprovada em: 14/04/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Márcia Angela da Silva Aguiar (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dra. Janete Maria Lins de Oliveira (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edson Francisco de Andrade (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Luiz Fernandes Dourado (Examinador Externo)

Universidade Federal de Goiás

Prof.^a Dra. Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches (Examinadora Externa)

Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ/MEC

AGRADECIMENTOS

Tudo tem seu momento, seu propósito debaixo do céu. É muito emocionante chegar a essa etapa, finalizando um ciclo de tantas mudanças que se iniciou há mais de quatro anos, mas que foi sonhado há quase uma década. Esse maravilhoso sonho que estava sendo construído, memória por memória, com cada disciplina que agregava mais conhecimento para a construção deste trabalho. Tudo estava muito bem, quando, de repente, nos vimos interrompidos por uma grande crise sanitária que dizimou muitas vidas.

Quantos sonhos como o meu ficaram pelo caminho. Depois foram dois anos de readaptação à vida acadêmica, parecia que estava recomeçando tudo de novo, recolhendo só os trapos que ficaram e tentando juntar o que ficou das perdas irreparáveis de dois anos de pandemia.

Deus, como és maravilhoso, como não desamparas os teus filhos nos caminhos mais difíceis! Obrigado, Senhor, por tudo, pelo dom da vida, por poder estar vivenciando esse ápice na minha vida. Cada dia foi tão difícil até aqui. A casa cheia, os filhos chamando, os sons dos vizinhos, a esposa querendo ajuda, as *lives*, que pareciam pequenas doses de vacinas contra a monotonia, o trabalho remoto, enfim, o triste silêncio no fim do dia com a atualização da contagem dos que se foram, tudo foi muito angustiante. Mas estou aqui agradecido!

Sorte minha e de muitos outros que acreditavam na ciência. Sorte minha que tinha pessoas muito grandes ao meu lado que, diante das dificuldades, ousavam dizer um “siga em frente”! A vocês meu agradecimento.

Agradeço especialmente à minha ilustre orientadora, Professora Márcia Angela da Silva Aguiar, minha inspiração nessa caminhada acadêmica. Professora, você é um exemplo de luta por um mundo melhor. Suas incansáveis palestras remotas pareciam a luz no fim do túnel. Quando achávamos que tudo estava desmoronando naquela terrível pandemia, você aparecia no *Meet* e dizia: Calma! Respirem, assistam a um bom filme, isso tudo vai passar, mas vamos nos cuidar. Você que sempre acreditou em mim, obrigado pelas oportunidades, obrigado por tudo.

Agradeço à minha esposa Grasi, que cuidou de mim melhor do que ninguém, que me deu seu apoio o tempo todo. Bom saber que pessoas como você nos fazem ainda mais felizes. Obrigado, meu amor, por não desistir de mim em nenhum momento e ainda dizer que nem tudo estava perdido, naquela hora de extrema angústia. Valeu por tudo!

Obrigado minha princesa, minha Selenia, minha filha! Você me ensina muito todos os dias. Você me faz brincar quando o mundo parecia estar acabando, e sorrir quando tudo parecia

estar triste, parecia sem graça. Você é meu grande tesouro. Você me inspira e sua vida cheia de alegria me faz acreditar no futuro.

Meu querido pai Antonio! Minha querida mãe Severina! Enche-me de orgulho dizer que sou filho de agricultores que tiram o sustento do próprio trabalho e que acreditam no poder transformador da educação. Não como instrumento de poder econômico, mas como ferramenta para ampliar os saberes e alcançar novos horizontes. Desde cedo me ensinaram o caminho do bem, o caminho para me superar em todos os desafios. Eu sou uma parte do que vocês me ensinaram. Obrigado por tudo!

Agradeço a Tia Socorro, a Maria José, a Manoel, minha segunda família. Vocês, que sempre estavam ali, interessados em saber como estava minha vida acadêmica, como estava minha escrita. Obrigado, gente, pela descontração nos momentos de estresse.

Não posso esquecer os professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE, do Centro de Educação e Linguagem, enfim, aqueles que tanto me ajudaram na construção dessa trajetória acadêmica.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa Observatório de Política e Gestão da Educação de Pernambuco (OBSERVA), coordenado pela Professora Márcia Angela. O Grupo que tanto contribuiu com o aprimoramento do objeto de pesquisa por meio de algumas intervenções nos momentos iniciais de construção da tese, o que levou a melhorias significativas.

Agradeço aos amigos, familiares, colegas de profissão, por todo carinho e incentivo durante o percurso. Não é fácil ser o único da família com ensino superior, ser o único homem formado, ser o único homem professor, ser o único Doutor numa família de origem simples do campo. Lembro os riachos que atravessei, os caminhos a pé para chegar à escola, a chuva que molhava os cadernos, mas, sobretudo, a dignidade que não me faltava diante de tudo tão escasso. Obrigado à vida por me proporcionar a conclusão desta tese.

Minha segurança não repousa na falsa suposição de que sei tudo, de que sou maior. Minha segurança se funda na convicção de que sei algo e de que ignoro algo a que se junta a certeza de que posso saber melhor o que já sei e conhecer o que ainda não sei. Minha segurança se alicerça no saber confirmado pela própria experiência de que, se minha inconclusão, de que sou consciente, atesta, de um lado, minha ignorância, me abre, de outro, o caminho para conhecer. (FREIRE, 1996, p. 153)

RESUMO

Esta tese tem como objeto de pesquisa as tendências de privatização da educação básica em Pernambuco, com um recorte temporal no período de 2010 a 2018. Busca explicitar como a lógica privada influencia a formulação de políticas educacionais em Pernambuco, os programas e projetos na Rede Estadual, a partir do mapeamento dos atores públicos e privados envolvidos, considerando a perspectiva da racionalidade neoliberal e os impactos do papel estratégico que o setor privado exerce na educação pública no que tange ao desenvolvimento social e econômico. Assim, apresenta uma contextualização sobre o Estado, as reformas empreendidas nas últimas décadas do século XX e suas repercussões na política educacional, em conjunto com o setor privado na oferta de produtos educacionais, reforçando, a lógica de quase-mercado em educação e, no limite, os processos de reprodução do sistema de acumulação do capital. O percurso teórico-metodológico contemplou análise documental (LÜDKE; ANDRÉ, 1986) e informações disponíveis em documentos e relatórios de atividades das instituições, matérias disponíveis em *websites*, além de buscas extensas na internet em sites das empresas, governo, fundações e institutos, comunicação e mídia, definidos com base em alguns descritores, considerando a abordagem baseada na análise de redes políticas em (BALL, 2014; FIALHO, 2014; RECUERO E AMARAL, 2011). A pesquisa identificou que as parcerias do Sistema Estadual de Educação apresentam opacidade na sua formulação e nível de transparência quanto à aplicação de recursos do fundo público em educação nessas iniciativas. Foram identificados mais de quatro dezenas de atores privados com influência na política educacional de Pernambuco nesse período, além da confluência a uma rede de lideranças em gestão educacional que fortaleceu e expandiu o modelo de educação desenvolvido no estado como referência para o país. Confirma-se, também, que as reformas no Sistema Estadual de Educação de Pernambuco são influenciadas por interesses de grupos privados, mediante acordos diversos. Identificou-se, ainda, a emergência de processos embrionários de formas de privatização, em razão da influência na gestão de uma adesão ampla aos modelos de educação privada, mediante a oferta de formação continuada numa lógica de produtividade, de resposta aos padrões de avaliação nacional e locais e de tentativas difusas de apropriação dos recursos da educação com mudanças no aparato legal, ampliando as políticas de *accountability* e responsabilização.

Palavras-chave: estado; privatização da educação básica; políticas educacionais de Pernambuco; gestão da educação.

ABSTRACT

This thesis has as its research object the privatization trends of basic education in Pernambuco, with a time frame from 2010 to 2018. It seeks to explain how private logic influences the formulation of educational policies in Pernambuco, the programs and projects of the State Network, based on mapping the public and private actors involved, considering the perspective of neoliberal rationality and the impacts of the strategic role that the private sector plays in public education with regard to social and economic development. Thus, it presents a contextualization of the State, the reforms undertaken in the last decades of the 20th century and their repercussions on educational policy, together with the private sector in the provision of educational products, reinforcing the quasi-market logic in education and, at the limit, the reproduction processes of the capital accumulation system. The theoretical-methodological path included documentary analysis (LÜDKE; ANDRÉ, 1986) and information available in documents and activity reports from institutions, materials available on websites, as well as extensive internet research on websites of companies, governments, foundations and institutes, communication and media, defined based on some descriptors, considering the approach based on the analysis of political networks in (BALL, 2014; FIALHO, 2014; RECUERO E AMARAL, 2011). The research identified that the partnerships of the State Education System present opacity in their formulation and level of transparency regarding the application of resources from the public education fund in these initiatives. More than four dozen private actors with influence on Pernambuco's educational policy during this period were identified, in addition to the confluence of a network of leaders in educational management that strengthened and expanded the education model developed in the state as a reference for the country. It is also confirmed that reforms in the Pernambuco State Education System are influenced by the interests of private groups, through different agreements. The emergence of embryonic processes of forms of privatization was also identified, through the influence on the management of a broad adherence to private education models, through the provision of continued training in a productivity logic, in response to national and local assessment standards and attempts diffuse appropriation of educational resources with changes in the legal apparatus, expanding accountability and accountability policies.

Keywords: state; privatization of basic education; educational policies of Pernambuco; education management.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo investigar las tendencias de privatización de la educación básica en Pernambuco, de 2010 a 2018. Busca explicar cómo la lógica privada influye en la formulación de políticas educativas en Pernambuco, los programas y proyectos de la Red Estatal. a partir del mapeo de los actores públicos y privados involucrados, considerando la perspectiva de la racionalidad neoliberal y los impactos del papel estratégico que juega el sector privado en la educación pública de cara al desarrollo social y económico. Así, presenta una contextualización del Estado, las reformas emprendidas en las últimas décadas del siglo XX y sus repercusiones en la política educativa, junto al sector privado en la provisión de productos educativos, reforzando la lógica cuasi mercantil en la educación y, en definitiva, los procesos de reproducción del sistema de acumulación de capital. El recorrido teórico-metodológico incluyó análisis documental (LÜDKE; ANDRÉ, 1986) e información disponible en documentos e informes de actividad de instituciones, materiales disponibles en sitios web, así como búsquedas extensas en Internet en sitios web de empresas, gobiernos, fundaciones e institutos, medios de comunicación. y medios, definidos a partir de algunos descriptores, considerando el enfoque basado en el análisis de redes políticas en (BALL, 2014; FIALHO, 2014; RECUERO E AMARAL, 2011). La investigación identificó que las alianzas del Sistema Educativo del Estado presentan opacidad en su formulación y nivel de transparencia respecto de la aplicación de recursos del fondo público de educación en estas iniciativas. Fueron identificados más de cuatro decenas de actores privados con influencia en la política educativa de Pernambuco durante este período, además de la confluencia de una red de líderes en gestión educativa que fortaleció y amplió el modelo educativo desarrollado en el estado como referencia para el país. También se confirma que las reformas en el Sistema Educativo del Estado de Pernambuco están influenciadas por los intereses de grupos privados, a través de diferentes acuerdos. También se identificó el surgimiento de procesos embrionarios de formas de privatización, a través de la influencia en la gestión de una amplia adhesión a modelos educativos privados, a través de la provisión de formación continua en una lógica de productividad, en respuesta a estándares de evaluación nacionales y locales. y ubicaciones. intentos difusos de apropiación de recursos educativos con cambios en el aparato legal, ampliando la rendición de cuentas y las políticas de rendición de cuentas.

Palabras clave: estado; privatización de la educación básica; políticas educativas de Pernambuco; administración educacional.

LISTA DE QUADROS

| | | |
|-------------------|--|-----|
| Quadro 1 – | Medidas descritivas da Análise de Rede..... | 49 |
| Quadro 2 – | Usos comuns do emprego do termo Governança..... | 126 |
| Quadro 3 – | Principais empresas educacionais no mercado financeiro..... | 164 |
| Quadro 4 – | Atores Privados – descrição dos programas/ações (2010-2018) em parceria com a Secretaria de Educação de Pernambuco..... | 211 |

LISTA DE FIGURAS

| | | | |
|------------------|---|--|-----|
| Figura 1 | – | Infográfico da Escala de Governança Multiescalar..... | 135 |
| Figura 2 | – | Base original do Marco Lógico..... | 175 |
| Figura 3 | – | Base adaptada do Marco Lógico ao Todos por Pernambuco..... | 175 |
| Figura 4 | – | Diagrama dos Pilares da Visão de Futuro de Pernambuco..... | 193 |
| Figura 5 | – | Projetos por Área de Resultado – Carteira de Projetos de Interesse Público..... | 194 |
| Figura 6 | – | Diagrama das Áreas de Resultado com Projetos de Interesse Privado..... | 196 |
| Figura 7 | – | Diagrama do Modelo de Gestão Todos por Pernambuco..... | 202 |
| Figura 8 | – | Mapa da Rede de influência dos Atores Privados na Rede Estadual de Ensino de Pernambuco (2010-2018) | 217 |
| Figura 9 | – | Mapa de Rede ampliado | 218 |
| Figura 10 | – | Mapa da Rede de influência dos Atores Privados na Rede Estadual de Ensino de Pernambuco (2010-2018) – Grau de Entrada..... | 219 |
| Figura 11 | – | Mapa da Rede de influência dos Atores Privados na Rede Estadual de Ensino de Pernambuco (2010-2018) – Grau de Saída..... | 220 |
| Figura 12 | – | Alianças da Fundação Roberto Marinho (2021) | 221 |
| Figura 13 | – | Mapa de cobertura do Programa Criança Alfabetizada..... | 229 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|------------------|--|-----|
| Gráfico 1 | – Principais etapas investigadas nas pesquisas..... | 33 |
| Gráfico 2 | – Temas de pesquisas abordadas nos estudos..... | 33 |
| Gráfico 3 | – Matrícula Total – Creche Regular – Rede Estadual e Rede Privada (2010-2018) | 205 |
| Gráfico 4 | – Matrícula Total – Creche Regular – Rede Pública e Rede Privada (2010- 2018) | 205 |
| Gráfico 5 | – Matrícula Total – Pré-Escola Regular – Rede Pública e Rede Privada (2010-2018) | 206 |
| Gráfico 6 | – Matrícula Total – Ensino Fundamental – Rede Estadual de Ensino de Pernambuco (2010-2018) | 208 |
| Gráfico 7 | – Matrícula Total – Ensino Médio Integral e Semi-Integral – Nordeste e Pernambuco (2010-2018) | 208 |
| Gráfico 8 | – Matrícula do Ensino Médio Integral e Semi-Integral Pernambuco (2010- 2018) | 209 |
| Gráfico 9 | – Acumulado de recursos pagos no período (2010-2018) pela Secretaria de Educação de Pernambuco aos principais Atores Privados no Portal da Transparência | 216 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-------------------|--|-----|
| Tabela 1 – | Secretários de Estado da Educação de Pernambuco (2010-2018) | 203 |
| Tabela 2 – | Matrícula/Estabelecimentos na Rede Estadual de Educação de Pernambuco – Ensino Médio e Ensino Técnico (2022) | 204 |
| Tabela 3 – | Professores da Rede Estadual de Educação por tipo de vínculo (2022).. | 204 |
| Tabela 4 – | Matrícula na Rede Estadual de Educação de Pernambuco por etapa da Educação Básica (2010-2018) | 207 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|---|
| ADE | Academia para o Desenvolvimento da Educação |
| ANPED | Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa |
| APNGPE | Associação dos Parceiros do Novo Ginásio Pernambucano |
| ARS | Análise de Rede Social |
| AT | Análise Transicional |
| BDE | Bônus de Desempenho Educacional |
| BDTD | Biblioteca Digital de Teses e Dissertações |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| BM | Banco Mundial |
| BNCC | Base Nacional Comum Curricular |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico |
| CAED | Fundação Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CEE/PE | Conselho Estadual de Educação de Pernambuco |
| CEEGPE | Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano |
| CELPE | Companhia Energética de Pernambuco |
| CF | Constituição Federal |
| CLAD | Conselho Latino-Americano para o Desenvolvimento |
| CLT | Consolidação das Leis do Trabalho |
| CNE | Conselho Nacional de Educação |
| CONSED | Conselho Nacional de Secretários de Educação |
| CVM | Comissão de Valores Mobiliários |
| DASP | Departamento Administrativo do Serviço Público |
| EAD | Educação à Distância |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FUG | Fundação Ulysses Guimarães |
| GOA | Gestão em Organizações Aprendentes |
| IAS | Instituto Ayrton Senna |
| IBDI | Instituto Brasileiro de Direito da Informática |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |

| | |
|-------|---|
| ICE | Instituto de Corresponsabilidade pela Educação |
| ICMS | Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços |
| IDEB | Índice de Desenvolvimento da Educação Básica |
| IDEPE | Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco |
| INDG | Instituto de Desenvolvimento Gerencial |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Aplicada |
| IRPF | Imposto de Renda de Pessoa Física |
| LDBE | Lei de Diretrizes e Bases da Educação |
| LDO | Lei de Diretrizes Orçamentária |
| LOA | Lei Orçamentária Anual |
| MARE | Ministério da Administração e Reforma do Estado |
| MBC | Movimento Brasil Competitivo |
| MBNC | Movimento pela Base Nacional Comum |
| MGP | Modelo Gerencial Puro |
| MP | Ministério Público |
| NEM | Novo Ensino Médio |
| NGP | Nova Gestão Pública |
| OAB | Ordem dos Advogados do Brasil |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico |
| ODSs | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável |
| OMC | Organização Mundial do Comércio |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PARC | Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração |
| PDT | Partido Democrático Trabalhista |
| PFL | Partido da Frente Liberal |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PISA | Produto Internacional de Avaliação de Estudantes |
| PMDB | Partido do Movimento Democrático Brasileiro |
| PNAGE | Programa de Modernização da Gestão Pública |
| PNL | Programação Neurolinguística |

| | |
|-----------|---|
| PNLD | Programa Nacional do Livro e do Material Didático |
| PPA | Plano Plurianual |
| PPE | Pacto pela Educação |
| PROCENTRO | Programa de Desenvolvimento dos Centro de Ensino Experimental |
| PROGEPE | Programa de Formação de Gestor Escolar |
| PSO | <i>Public Service Orientation</i> |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| SAEPE | Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco |
| SARE | Secretaria de Administração e Reforma do Estado |
| SEE/PE | Secretaria de Educação de Pernambuco |
| SEPLAG | Secretaria de Planejamento e Gestão |
| SGPR | Secretaria Executiva de Gestão para Resultados |
| SIAFI | Sistema Integrado de Administração Financeira |
| STF | Supremo Tribunal Federal |
| STN | Secretaria do Tesouro Nacional |
| TPE | Todos pela Educação |
| TPPE | Todos por Pernambuco |
| UFPE | Universidade Federal de Pernambuco |
| UNCME | União Nacional dos Conselheiros Municipais de Educação |
| UNDIME | União dos Dirigentes Municipais de Educação |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 19 |
| 1. 1 UM LEVANTAMENTO PRÉVIO SOBRE O OBJETO DE ESTUDO | 31 |
| 1. 2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA | 38 |
| 1.2.1 A pesquisa documental..... | 40 |
| 1.2.2 Redes políticas e a abordagem da pesquisa | 45 |
| 1.2.3 Campo, coleta de dados e interpretação | 47 |
| 2 ESTADO E EDUCAÇÃO | 50 |
| 2.1 BREVES NOTAS SOBRE O ESTADO..... | 50 |
| 2.2 CONCEPÇÕES DE ESTADO NUMA PERSPECTIVA GRAMSCIANA..... | 65 |
| 3 GLOBALIZAÇÃO DO CAPITAL E CAPITALISMO DEMOCRÁTICO: NOVOS MODOS DE REGULAÇÃO | 72 |
| 3.1 A GLOBALIZAÇÃO DO CAPITAL E SEUS DESDOBRAMENTOS | 73 |
| 3.2 BUROCRACIA E REGULAÇÃO: CONTEXTOS EMERGENTES..... | 79 |
| 3.3 GERENCIALISMO E A NOVA GESTÃO PÚBLICA..... | 93 |
| 4 O NEOLIBERALISMO E A RACIONALIDADE NEOLIBERAL | 103 |
| 4.1 CONTEXTO E INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO | 106 |
| 4.2 GOVERNAMENTALIDADE: UMA NOVA RAZÃO NEOLIBERAL..... | 114 |
| 4.3 GOVERNANÇA, EDUCAÇÃO E REDES POLÍTICAS | 124 |
| 5 DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS À PRIVATIZAÇÃO: O AVANÇO DO SETOR PRIVADO NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA | 143 |
| 5.1 O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO E O DEBATE SOBRE AS TENDÊNCIAS DE PRIVATIZAÇÃO | 143 |
| 5.2 AS TENDÊNCIAS DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO | 152 |
| 6 O CONTEXTO POLÍTICO E A INCIDÊNCIA DE ATORES PRIVADOS NA POLÍTICA EDUCACIONAL DE PERNAMBUCO: UM MAPEAMENTO | 166 |
| 6.1 A REDE DE ATORES PRIVADOS NA EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO..... | 198 |
| 6.2 NUANCES DO SISTEMA DE ENSINO DE PERNAMBUCO | 203 |
| 6.3 QUEM SÃO OS ATORES PRIVADOS COM INCIDÊNCIA NA POLÍTICA EDUCACIONAL DE PERNAMBUCO?..... | 210 |
| 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 234 |
| REFERÊNCIAS | 239 |
| APÊNDICE A – CONFIGURAÇÃO DA PLATAFORMA GEPHI | 255 |

| | |
|--|------------|
| APÊNDICE B – MAPA DE REDE DE ATORES PRIVADOS | 256 |
| ANEXO A – NOTÍCIAS DAS PARCERIAS ENTRE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO E ALGUMAS ORGANIZAÇÕES PRIVADAS | 257 |

1 INTRODUÇÃO

Esta tese apresenta uma análise das tendências de privatização da educação básica em Pernambuco, com recorte temporal delimitado ao período de 2010 a 2018, que compreende o segundo mandato do governador Eduardo Campos (2011-2014), e o primeiro mandato do governador Paulo Câmara (2015-2018), ambos vinculados ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). O estudo, desenvolvido no Doutorado em Educação, faz parte da linha de pesquisa em Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Trata do debate sobre Estado e interlocução do setor público com o setor privado, por meio de novas estratégias de parcerias compreendidas numa concepção privatista. Aborda, numa perspectiva sociológica, as políticas públicas de educação a partir de mapeamento, identificação e caracterização dos atores privados que interferem na educação de Pernambuco, e revela as assimetrias que compõem as relações entre esses atores e o modo como influenciam a construção das agendas governamentais.

A pesquisa tem como objeto as tendências de privatização da educação básica em Pernambuco, mediante os acordos e formalizações de parcerias entre o Estado e as instituições privadas, na forma de novas redes políticas.

A apreensão desse movimento implica análise dos modos de intervenção na implementação das políticas educacionais, pois, algumas dessas intervenções convergem para apropriação dos recursos públicos pelo setor privado, com a oferta de serviços e produtos, pacotes de gerenciamento de estatísticas educacionais e incorporação de novas concepções de educação que atravessam os programas e projetos, evidenciando novas formulações de políticas que são abalizadas pelo Estado.

Nesse ambiente, é imperativo afirmar que a compreensão sobre educação defendida nesse estudo é a de que inegavelmente ela se constitui um dos direitos fundamentais presentes nas sociedades modernas, deve ser assegurada como bem público e, dessa forma, assume uma centralidade no conjunto das práticas sociais transformadoras do espaço e do modo de vida, além de abarcar os processos de desenvolvimento humano e, nesse sentido, constituir um instrumento de transformação e de emancipação social.

Ao mesmo tempo, é uma premissa fundamental a reflexão de que a educação é vista nas sociedades capitalistas modernas como aparelho de desenvolvimento econômico, e como um

ativo comercializável no mercado financeiro. Nessa multiplicidade de sentidos, implica reconhecer o seu papel na transformação e nas mudanças sociais.

A educação enquanto direito humano, no Brasil, tem amparo legal na Constituição Federal (CF 1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBE n.º 9.394/96), foi instrumentalizada através de lutas e defendida por muitos estudiosos brasileiros, considerando as lutas sociais e a representatividade de movimentos tradicionalmente consolidados, como as associações de ensino organizadas e constituídas com a finalidade de defesa da educação como um bem público inalienável.

É nessa compreensão que devemos conceber a educação pública como um direito e uma prioridade de todos os cidadãos, sem exceção, procurando referenciá-la socialmente com qualidade, assim como garantir o acesso ao conhecimento e às condições de sua produção, para que o Estado, por meio das suas políticas públicas, atue na condição de promotor.

Nessa dimensão, consideramos que a gratuidade e obrigatoriedade do direito à educação, bem como a garantia do acesso e permanência na escola, indispensáveis a todas as crianças e adolescentes, têm no Estado o seu principal protetor. A educação, portanto, deve ser assegurada como um direito social subjetivo que sempre poderá ser solicitada ao Estado pelo cidadão, caso essa garantia esteja sendo realizada de maneira irregular.

Portanto, o acesso à educação torna-se uma condição indispensável à prática da cidadania, com vistas à construção da emancipação humana, necessária ao desenvolvimento de uma sociedade, por isso a garantia desse direito tem sido atribuída ao Estado que deve fornecer as condições plenas para que os indivíduos tenham acesso, sem nenhuma forma de impedimentos e barreiras físicas.

Nesse contexto, defendemos que essa condição se pautar na gratuidade do ensino público, como uma condição para a inclusão de diferentes classes sociais, de modo a abranger aqueles que socialmente se encontram à margem das condições econômicas e materiais. Implica considerar que o principal responsável pela educação pública é o Estado que deve ser provocado a garantir este direito a partir das demandas sociais e políticas como uma construção coletiva, sem desconsiderar que se trata de um campo de disputas fundamentalmente marcado por tensões e interesses.

A propósito, desde a promulgação da Carta Magna de 1988, quando se celebrou o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, que é livre a prática do ensino; isto é, a ideia de coexistência de instituições públicas e privadas está inscrita no Art. 206 da CF 1988, como um dos princípios para o ensino, um fenômeno que tem sido marcado por disputas ideológicas e que reflete interesses não apenas do Estado, mas de outras correntes políticas e sociais que

reclamam por espaço e buscam se instrumentalizar por meio de projetos específicos de educação, eivados de concepções do campo empresarial que são antagônicas aos ideais republicanos.

Diante desse contexto, não podemos ignorar o rápido processo de mudanças que tem ocorrido nas políticas públicas, sem argumentar a centralidade que a cultura também provoca na dimensão institucional do Estado para uma nova lógica racional, fundamentada nas concepções empresariais que tem se expandido a diversos campos sociais, como é o caso da educação.

Para Hall (1997, p. 17) “a cultura tem assumido uma função de importância sem igual no que diz respeito à estrutura e à organização da sociedade moderna tardia, aos processos de desenvolvimento do meio ambiente global e à disposição de seus recursos econômicos e materiais”. Essa afirmativa nos leva a considerar que as reformas inspiradas no início da década de 1990 no Brasil, sob uma perspectiva neoliberal, buscaram instituir o princípio hierarquizante da globalização do capital ao mesmo tempo legitimado por práticas de governança que se reproduziram em detrimento das concepções de soberania nacional.

Não obstante, reconhecemos que a Reforma do Estado Brasileiro representou o ponto de partida para abertura do setor privado em campos tradicionais da administração pública, na incorporação de ideias e concepções neoliberais que romperam com princípios fundamentais da administração pública, a saber: processos de privatização, transferência de responsabilidades perspectivados pelo viés da descentralização dos serviços públicos, entre outras medidas que fundamentaram a incorporação dessa lógica a diversos setores públicos.

Por conseguinte, a lógica neoliberal buscou construir uma narrativa de que há uma crise nos sistemas educacionais decorrentes da má qualidade dos serviços do Estado e defendem que tais problemas não se resumem à falta de investimentos públicos, mas na adoção de uma concepção de educação “regulada por uma lógica interinstitucional, flexível e meritocrática” (OLIVEIRA, 2003, p. 49).

Por isso a defesa das reformas educacionais se dá numa perspectiva economicista, e a fórmula apresentada como solução para essas crises são práticas gerenciais de controle e de padronização de métodos e técnicas com inspirações privadas. Essas seriam apenas algumas das justificativas dos reformadores empresariais de que o Estado abandonou essas premissas e muito desses valores presentes na social-democracia, e ora tem se guiado por princípios burocráticos, considerados nessa nova lógica como ineficientes.

Dardot e Laval (2016, p. 319) discorrem ser um processo que está sendo acompanhado pela perda de significado próprio dos serviços públicos, ao destacar que

Na antiga forma de governo ligada à soberania democrática, a autonomia relativa do funcionário público repousava sobre o compromisso de servir a uma causa que se impunha a ele e pelo qual ele tinha de respeitar o direito público, e os valores profissionais que compunham um “espírito de solidariedade”. (2014, p. 319)

A narrativa de que o público é ineficiente encontra base a partir da mudança progressiva e posterior substituição do modo de regulação “pública” para uma regulação “privada” e de mercado, baseada na lógica da competitividade e no modelo da empresa. Uma problemática que parece particularmente se conectar com as formas de desregulamentação do Estado, que foram objeto de disputas contínuas e que fizeram triunfar as aspirações globalizantes das forças do livre mercado.

As reformas como mencionadas buscaram minimizar e secundarizar o papel do Estado, por intermédio da transferência de responsabilidades para o setor privado. Para Hall (1997, p. 36), a retirada de cena do Estado e de suas responsabilidades abre espaço para o jogo do livre mercado e para uma suposta “liberdade” com base na livre escolha do sujeito, uma prática que reduziu as formas de controle do Estado e deslocou para o campo privado a regulação das políticas públicas, tornando-as ao mesmo tempo reféns de uma governança global.

Tal modelo de governança procura implantar na maior parte das organizações do Estado um processo de adaptação dos indivíduos às normas da competitividade e da concorrência, impondo um novo *ethos* ao funcionalismo público, baseado num conceito de qualidade, vinculado à produtividade, ao alcance de metas e à formulação de estratégias de longo prazo que causam impactos sociais. Temos dessa forma a produção de um sujeito-empresa, governo de si, conforme Dardot e Laval (2016) argumentam.

Ajuda-nos nessa compreensão a concepção de Freitas (2018, p. 29) ao considerar que

a educação está sendo sequestrada pelo empresariado para atender a seus objetivos de disputa ideológica. A educação, vista como um “serviço” que se adquire, e não mais como um direito, deve ser afastada do Estado, o que justifica a sua privatização.

Tal análise reforça que tem sido realizado um delicado trabalho ideológico no setor privado, com empresas e junto aos *think tanks*, para construir essa nova racionalidade neoliberal no indivíduo, baseado na construção de competências empresariais que passam a ser potencializadoras do mercado. Na empresa ou no setor público, a lógica que prevalece é a da responsabilização pessoal, instrumentalizada na *accountability*.

Com efeito, essa norma é convertida ao setor público, especialmente no campo da educação, com incentivos, bonificações e outras formas de ampliar a competitividade. Neste ponto, conforme se tem notado, as reformas educacionais e curriculares que tendem a valorizar e despertar nos indivíduos suas capacidades empreendedoras e mobilizar processos de escolhas individuais, baseados no capital humano, têm encontrado lastro favorável nos diferentes níveis federativos.

Na perspectiva da cultura empresarial, Dardot e Laval (2016, p. 150) exemplificam a forma como os norte-americanos defendem a cultura da empresa, assim como o espírito empreendedor, afirmando que podem ser aprendidos na escola. De fato, esse movimento tem se admitido com a presença cada vez mais evidente de componentes curriculares e outras disciplinas na escola, voltados ao empreendedorismo.

Além disso, é um movimento amplamente observado o desenvolvimento de políticas que incentivam construir nos indivíduos um padrão de consumidor, como programas de ajustes curriculares e programas de educação financeira, sob o comando de instituições financeiras, como é o caso do Programa de Educação Financeira nas escolas, promovido pelo Governo Bolsonaro (2019-2022) com a coordenação do Ministério da Educação (MEC), e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Convém lembrar as afirmativas de Freitas (2018), ao destacar que o contexto da privatização da educação se configura um processo de apropriação e controle político da escola, que passa a ser vista como empresa; nesse processo, a grande tarefa por parte dos reformadores tem sido o esforço em alinhar as escolas ao processo produtivo, objetivando criar uma mão de obra produtiva, na lógica dos sistemas globais e dentro dos padrões modernos de uma nova Revolução Industrial.

Essas aspirações, conforme destacamos a partir da flexibilização dos regulamentos pelo Estado, facilitam o movimento de interpenetração das esferas pública e privada, e favorecem a proliferação de mecanismos de mercantilização que têm ampliado os novos mercados no campo da educação como alternativa ao Estado, e contribuído de maneira geral para efetivar os processos de privatização que se enquadram num conceito mais amplo nas últimas décadas.

A literatura no campo da política educacional reconhece que existe um movimento de privatização não clássica da educação pública que se efetiva não unicamente pela venda dos bens públicos, caracterizado como um tipo puro de privatização, mas tem se materializado de forma estratégica e intencionada, pela adoção de uma lógica de mercado, como modo de usurpação do bem público, que passa a ser considerado um produto do grande capital.

Para além dessa lógica, constituem, nesse ambiente, novas formas de privatização da educação que distintamente e de forma diferenciada têm relevo em vários contextos, conforme tem destacado Dourado (2020, p. 15). O que tem ocasionalmente se caracterizado no Brasil é a incidência da participação cada vez mais evidente de empresas e assessorias que impõem a compra de produtos educacionais, a exemplo dos sistemas apostilados, das plataformas de ensino virtual, da elaboração de documentos pedagógicos, como propostas curriculares e demais projetos no âmbito escolar, que já são formatados, como também o apelo à aquisição de novas tecnologias, a exemplo de tablets, de equipamentos de robótica, entre outras tecnologias, como forma de justificar um processo de modernização tecnológica do campo educacional, conforme analisa Adrião (2017).

Entre as formas mais comuns de privatização, temos observado também as subvenções públicas às instituições privadas e filantrópicas, a concessão de bolsas de estudo, assim como as parcerias público-privadas em diferentes formatos, fenômeno amplamente observado nas últimas décadas, especialmente na etapa da educação infantil, a partir de modelos que convergem com propostas de terceirização de serviços e manutenção dos equipamentos sociais.

Por outro lado, os atores privados têm buscado novas formas de gerar ganhos, com investimentos no mercado financeiro, vendas de produtos educacionais, e por meio de carteiras de negócios com capital aberto, que permitem gerar dividendos junto aos investidores. As *startups* e *fintechs*, nesse sentido, se colocam como empresas de inovação tecnológica em diferentes áreas e que têm se estendido à educação com grande potencial de ampliação desses negócios considerados inovadores, que geram capital no mercado de ações, mas que têm um foco direcionado à gestão financeira e organizacional das instituições públicas de ensino.

Entendemos, portanto, que o processo de privatização como vem sendo apresentado envolve, além das perspectivas destacadas anteriormente, um movimento de transferência de responsabilidades para o setor privado da oferta da educação pública, o que tem reforçado os processos de formulação, implantação e transferência de políticas entre o Estado, de forma consensual, um processo híbrido, consolidado em tipos aprimorados de parcerias público-privadas que fragilizam a perspectiva democrática de educação que defendemos.

No contexto desta pesquisa, o termo “lógica privada” é utilizado para referir o modo como os vários mecanismos imperativos do mercado e do capital têm atuado sobre o Estado, e como têm modificado e incorporado novas concepções de educação, ou mesmo se apropriado de narrativas já constituídas no campo democrático, criando modos de pensar o mundo sob uma perspectiva de racionalidade neoliberal. O modo como o capital tem se apropriado da educação pública tem se constituído, assim, uma grave ameaça aos princípios republicanos da educação.

Como se observa, a rápida expansão das formas de privatização, enquanto movimento de resposta ao capital, tem se efetivado de diferentes formas, arranjos e modelos, conforme descreve Pinto (2016), seja através dos sistemas privados, adotados por entes públicos, seja por outras formas, como: *Charter Scholl*; *Vouchers* educativo; *homeschooling*; destinação direta de recursos (Sistema S, Pronatec, Convênios com a iniciativa privada para oferta da educação infantil e educação especial); renúncias fiscais (isenções em Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), a filantropos e a instituições sem fins lucrativos); subsídios ao financiamento estudantil; adoção e compra de materiais pedagógicos; aquisição de pacotes de produtos junto ao mercado editorial, entre outras formas.

Essas estratégias apontadas ocorrem de modo muito escamoteado, constituindo-se uma prática arbitrária e dissociada do que representa a luta em defesa da escola pública, como um bem comum de todos, e pública, no sentido da afirmação da gratuidade. Esses modelos de organização da educação convergem para expandir as diferenças sociais, ou mesmo as colocam em certo distanciamento pela implantação de modelos de educação elitizados que subtraem das grandes parcelas da população, sobretudo, daquelas em situação de pobreza, o direito à educação pública, de qualidade, socialmente referenciada, como destaca Dourado (2009).

Também a expressão “tendências de privatização” é empregada na tese para referir as diferentes formas de acordos, parcerias, concessões e subvenções que têm se forjado entre o setor público e privado, e favorecido esse último pela incorporação de novas lógicas e normas tanto no campo de materialização como nas concepções dessas políticas, sustentando-se numa narrativa comum, praticada como estratégias do setor privado para incorporar ao setor público, especialmente no campo educacional, seu modelo de gerir, fundamentado nas ideias do mercado e numa concepção empresarial.

Ao atualizarmos o debate sobre como as finalidades e os objetivos educacionais nas últimas décadas têm se estabelecido, tem sido comum relacionar a educação ao mundo do trabalho, não apenas como uma condição necessária e indispensável ao desenvolvimento das sociedades. Essa compreensão tem extrapolado para formas sofisticadas de subordinação das práticas e concepções educativas que convergem para a fragmentação ou mesmo precarização da educação, e apresentada como trunfo de desenvolvimento para uma política econômica, fortemente voltada à acumulação do capital, como tem ocorrido no estado de Pernambuco, a partir da implantação dos modelos de gestão gerencial e de resultados.

A lógica da educação como moeda de troca é fruto de um amplo processo da globalização financeira e da onda neoliberal pela qual a educação tem passado e que tem convertido a educação em objeto de interesse do grande capital internacional, desde a

incorporação de reformas educativas em grande parte semelhantes, como ocorre em outros países, com a inclusão da tecnologia nos processos educacionais (*softwares* educativos, equipamentos e modalidade EAD), corporificando as práticas de controle e vigilância dos professores que se configuram, assim, como estratégias articuladas de uma agenda mais ampla e estruturada.

Portanto, as discussões sobre a educação em Pernambuco, como observamos, estão sempre voltadas ao desenvolvimento e preparação para o trabalho, modelo que guia as políticas públicas do estado e tem provocado a ampliação e participação de grandes conglomerados financeiros, objetivando lucrar com os setores educacionais de forma indireta.

Nesse sentido, concordamos com o que assinalam os estudos de Adrião (2017) que mais uma vez demonstram que esse movimento alcança o ciclo básico de ensino através de práticas privatizantes no setor, e que tem ocorrido

em um contexto de profunda e rápida inovação nas tecnologias de informação, o “apelo” à aquisição de tecnologias oferecidas por empresas particulares é veemente e se expressa tanto na compra de equipamento (celulares, *tablets* etc.) quanto na de aplicativos desenvolvidos para esses mesmos equipamentos. Associam-se a essas iniciativas formas diversas de controle e supervisão sobre a atuação do professor e o trabalho desenvolvido pelas escolas por parte de empresas/instituições privadas. (p. 129)

Alguns desses exemplos clássicos têm ocorrido, sobretudo, na educação superior, com a aquisição e fusão de empresas do setor educacional que mantém a concentração da oferta privada de ensino em um mesmo padrão com um oligopólio de modelos educativos em forma de sistemas de ensino. Essas práticas também se ampliam com a abertura de capital nas bolsas de valores, um fenômeno que pode ser entendido como um processo de financeirização da educação.

Os estudos de Garcia e Adrião (2016, 2017, 2018) demonstram, ainda, como operam os interesses privatistas no Brasil no campo da educação e como esse jogo tem se constituído e se reinventado numa retórica de rede de políticas estrategicamente articuladas para alcançar a educação pública. É nesse contexto de redes que buscamos apresentar as interlocuções dos atores privados na política educacional de Pernambuco.

Grande parte das pesquisas no campo da política educacional traz uma abordagem estadocêntrica para situar o papel relevante do Estado com as políticas públicas. Disso decorre a atualização do debate sobre as reformas gerenciais ocorridas na década de 1990 no Brasil, e o modo como tais reformas impactaram os projetos educativos em curso e promoveram

profundas transformações nas políticas econômicas e sociais que reconfiguraram o papel do Estado, sobretudo, por um novo modelo de governabilidade, a partir do reajustamento da agenda política, direcionando-a a novos padrões de governança cada vez mais sofisticados, dentro de um quadro de regulação.

Consideramos que houve, no Brasil, um enquadramento da máquina estatal ao contexto de reestruturação produtiva e de livre mercado a novos arranjos econômicos, formatados numa escala global por meio de acordos e consensos. No campo educacional, Ball (2010) relata que essa dinâmica trabalha de fora para dentro e de dentro para fora, mobilizando certas performances que objetivam uma construção cultural, além de uma identificação com seus produtos dentro dessa nova subjetivação que se constrói.

Nessa direção, Ball considera que se constituem aspectos principais da performatividade educacional, a “comparação e mercadorização que estão relacionadas ao fornecimento de informação para consumidores dentro do fórum do mercado educacional. Esses são, portanto, também diferentes modos de fazer as escolas e universidades mais responsivas aos seus consumidores”. Ball (2010, p. 45).

Nesse mesmo sentido, Dardot e Laval (2016, p. 28) se coadunam com Ball ao reforçar que “a empresa se torna um dos fundamentos da organização da “governança” da economia mundial com apoio dos Estados locais. Hoje são os imperativos, as premências e as lógicas das empresas privadas que comandam diretamente as agendas do Estado”.

Assim, consideramos a emergência de uma nova perspectiva de Estado que se apresenta como ator no âmbito da tomada de decisões sobre as políticas públicas, as quais se formulam numa perspectiva não monolítica, mas multilateral e hibridizada, entre o público, o privado e outros agentes reguladores, o que expõe as políticas sociais como fruto de uma coletividade representativa, em grande medida de interesses hegemônicos e pouco representativas dos interesses da população.

O interesse pelo estudo com o tema da privatização da educação não foi alheio, ele resultou inicialmente da pesquisa realizada no Mestrado em Educação da UFPE, que buscou apreender as concepções e repercussões do Projeto Alfabetizar com Sucesso/Programa Circuito Campeão na organização e na gestão escolar, advindas da parceria entre a rede municipal de ensino de Surubim/PE, a Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco e o Instituto Ayrton Senna (IAS).

O trabalho ajudou a compreender como os novos modos de regulação da educação brasileira, por influência das parcerias público-privadas, produziram formas de controle do trabalho dos professores, de forma pormenorizada e centrada no desenvolvimento de

competências, e que gerou uma maior dependência da gestão aos princípios e ao *modus operandi* dos interesses privados. Observamos também a implantação crescente de mecanismos de controle da gestão e do trabalho docente, além de rotinas burocráticas e da intensificação do trabalho dos professores, ocasionando a subtração de sua autonomia.

O estudo identificou que o programa modificou a lógica da gestão pedagógica das escolas, promovendo uma unificação da proposta curricular e uma padronização do trabalho pedagógico, alterando as práticas pedagógicas e criando processos de precarização do trabalho docente a partir das exigências estabelecidas. Assim, o modo de atuação do IAS nas redes municipais se deu por meio da venda de pacotes de materiais, projetos e programas, que impôs uma cultura burocrática, configurada a partir das lógicas gerenciais que se tornaram paradigmas comuns nas últimas décadas.

Outra motivação de ordem profissional se deu a partir da mudança de narrativas no campo da educação em diversos espaços de articulação das políticas educacionais, em nível nacional, com a incidência recorrente de redes de parceiros e apoios institucionais entre o setor privado, órgãos públicos e associações e entidades de grande influência na indução e definição de políticas educacionais, atuantes em vários níveis da federação.

Os debates realizados na linha de pesquisa em Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação, na disciplina Política Educacional no Brasil, e durante seminários e palestras, também permitiram agregar resultados de pesquisas com leituras e reflexões que nos levaram a investigar o movimento de influência do setor privado na definição de políticas ao nível local, instigando a utilização de novas ferramentas metodológicas para análise desse fluxo de influência, o que foi alcançado a partir da aproximação com as produções recentes de Ball acerca da análise de redes e por meio das contribuições de Avellar e Ball (2017).

Não menos importante, a sedução pelo estudo das redes políticas se deu durante o cumprimento de uma disciplina eletiva em 2016, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, coordenado pelo Professor Doutor Breno Fontes, denominada “Redes, sociabilidade e poder”, onde tivemos o contato inicial com as aproximações teóricas que fundamentam a análise de redes, a partir da vasta experiência em nível internacional que o professor vivenciou com o tema, mostrando certas possibilidades de estudo a partir das análises de redes políticas.

Desse modo, a partir da observação de tais tendências no contexto da política de educação do estado, problematizamos a seguinte questão norteadora da pesquisa: **Como a lógica privatista influencia o desenvolvimento de políticas educacionais e os projetos de educação no Sistema Estadual de Educação de Pernambuco? Quais os principais atores privados que têm incidido sobre elas?**

Nesse sentido, as aproximações teóricas iniciadas na introdução já dão pistas de possíveis respostas de que há dezenas de atores privados que atuam na estrutura de governo, em setores estratégicos, que auxiliam na operacionalização de políticas e programas educacionais, impondo inclusive mudanças no modo de regulação dessas políticas, com base em pressupostos gerenciais que norteiam o setor privado, transpondo certas concepções ao campo da educação como soluções equacionadoras dos problemas educacionais.

A pesquisa teve como objetivo geral apreender como a lógica privada influencia a formulação de políticas educacionais em Pernambuco, a partir do mapeamento da rede dos atores privados. E como objetivos:

- i) Analisar como têm ocorrido a implantação de políticas educacionais na perspectiva da racionalidade neoliberal e a incidência do setor privado na educação pública;
- ii) Mapear e caracterizar os atores privados que incidem sobre as referidas políticas.

Buscando elucidar possíveis respostas aos problemas elencados na pesquisa, as considerações a partir dos estudos prévios levantam a hipótese de que as reformas no modelo de gestão e de planejamento do Sistema Estadual de Educação de Pernambuco foram influenciadas, no período em recorte, por interesses de grupos privados, mediante acordos para a prestação de serviços pedagógicos e aquisição de materiais estruturadores para a Rede, com incidência na formação de professores. A tese está estruturada da seguinte forma:

O Capítulo 1 – Introdução – apresenta as primeiras abordagens do tema e aproximam o leitor do objeto de pesquisa, das motivações, objetivos específicos, o problema, um levantamento prévio sobre o objeto de estudo, os pressupostos teóricos e metodológicos, e a estrutura do texto. Este capítulo está subdividido em duas seções:

A seção 1. 1 – traz um levantamento extenso das obras relacionadas à temática, no âmbito local e nacional, e de forma mais restrita, um conjunto de produções acadêmicas localizados nas principais bases de dados do país, como o Banco de Teses da CAPES, e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), além de levantamentos de artigos que compõem dossiês temáticos que propiciaram a aproximação com o objeto de estudo. Estão presentes as contribuições de: Cavalcanti, Botler (2019); Silva (2013); Cruz, Marini, Lemos (2014); Maranhão (2017); Aguiar, Abranches, Andrade (2019); Leite (2009); Adrião (2008-2022); Garcia (2018); Peroni (2013); Pinto (2016); Oliveira (2006), Robertson; Verger (2012); Ball (2014, 2018), e outros teóricos.

A seção 1.2 – Pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa – aborda o percurso teórico-metodológico da pesquisa, onde são apresentados o tipo de pesquisa e de análise (documental); os fundamentos e técnicas da pesquisa; e os instrumentos para coleta e análise

dos dados, como as ferramentas utilizadas para representação gráfica dos grafos de rede que revelam as relações e proximidades entre os atores privados no estado. Esse capítulo conta com o aporte teórico de Ball (2014); Ball e Junemann (2012); Mainardes (2018); Matos e Castro (2011); Fialho (2014, 2018); Fragoso, Recuero, Amaral (2011); Hine (2004, 2007); Howard (2002); Ludke e André (1986), entre outros.

O Capítulo 2 – Estado e Educação – apresenta uma discussão sobre a relação entre Estado e Educação, subdividido em algumas subseções que trazem uma abordagem acerca de concepções de Estado, adentrando uma perspectiva gramsciana; trazem também contribuições teóricas acerca do Estado Moderno e seus desdobramentos históricos. Compõem esse capítulo as principais contribuições de: Bonavides (2011); Gramsci (1971, 2002); Singer (2021); Gruppi (2001); Bobbio (2007); Angnes (2011), e outras contribuições.

O Capítulo 3 – Globalização do capital e o capitalismo democrático: novos modos de regulação – adentra no debate acerca da temática globalização do capital e da burocracia na estrutura do Estado, assim como apresenta uma abordagem sobre os processos de regulação e seus impactos nas políticas públicas educacionais, além de uma discussão sobre a Nova Gestão Pública. Tomamos, nesse sentido, as orientações de: Chesnais (1996); Abrúcio e Loureiro (2018); Chiavenato (2004); Ball e Bowe (1992); Santos (2003); Sorj (2000), junto a outras importantes contribuições teóricas.

O Capítulo 4 – O neoliberalismo e a racionalidade neoliberal – trata do debate a partir da perspectiva da globalização e mundialização do capital e como emerge o neoliberalismo em meio às mudanças na estrutura do Estado. Traz um debate acerca da governamentalidade e racionalidade neoliberal e adentra uma reflexão sobre governança, educação e as redes políticas, um debate que se deu a partir das contribuições de: Chesnais (1996); Santos (2003); Fiori (2017), Dardot e Laval (2016); Afonso (2005); Veiga-Neto (2011), e demais.

O Capítulo 5 – Das parcerias público-privadas à privatização: o avanço do setor privado na política educacional brasileira – traz uma reflexão sobre o movimento de privatização da educação no Brasil a partir das características, formas e lógicas de ação, e de uma racionalidade neoliberal, tomando por base os pressupostos teóricos de Adrião *et al.* (2008-2019); Ball (2004); Barroso (2018); Dardot e Laval (2016); Dourado e Bueno (2001); Hill (2003); Verger (2016); Fontdevila, Zancajo (2016), que tematizam em diferentes contextos como têm se dado os processos de privatização, por meio de diferentes estratégias.

O Capítulo 6 – O Contexto político e a incidência de atores privados na política educacional de Pernambuco: um mapeamento – trata de uma contextualização política das

últimas gestões à frente do estado no período de recorte da pesquisa, assim como faz uma reflexão sobre a política educacional de Pernambuco, no período de 2010-2018, com base no mapeamento das redes políticas de Educação do estado. Nesse capítulo, estão apresentados os resultados da pesquisa à luz da abordagem utilizada, com destaque aos processos de privatização endógenas e exógenas que marcam o contexto de influência dos atores privados na educação do estado, parte essencial do estudo.

Por fim, as considerações finais elucidam uma reflexão geral sobre os achados e as contribuições da pesquisa à comunidade acadêmica, ao estado e aos interessados, sinalizando a importância do debate político sobre a educação pública e sobre as formas de garantia desta como direito social. Não restam dúvidas que há muitas possibilidades de aprofundamento da problemática, uma vez que os atores na rede continuam se movendo e construindo novas estratégias ou reinventando as antigas, sobretudo num contexto político de alternância de poder, que representa uma possível mudança nas estratégias de governança da educação no estado.

1. 1 UM LEVANTAMENTO PRÉVIO SOBRE O OBJETO DE ESTUDO

No presente estudo, temos como campo de pesquisa a rede estadual de ensino de Pernambuco como já observado na introdução desse trabalho. Nosso esforço inicial foi capturar o movimento das políticas públicas educacionais no período de 2010 a 2018 e identificar as especificidades que indicariam a aproximação das políticas educacionais desenvolvidas no estado, em direção aos processos de privatização que se inserem de modo mais amplo a partir da interferência de atores diversos na rede.

Para compreender como acontece a produção acadêmica nesse período específico, realizamos um levantamento sobre as principais pesquisas que abordaram a temática da privatização na educação e sobre as formas específicas que caracterizam esse movimento no Brasil. Os resultados trouxeram estatísticas positivas do ponto de vista do quantitativo em relação ao número de trabalhos disponíveis, já que foi identificado um grande volume de estudos que tratam do tema. No entanto, esse movimento tem se apresentado de forma mais regionalizada. No Nordeste, por exemplo, os estudos sobre o tema são ainda pontuais, com ressalvas às produções acadêmicas que não se debruçam especificamente sobre a temática da privatização, mas a abordam de forma transversal com outros objetos de estudo.

No campo da política educacional, alguns estudos oferecem muitas contribuições à literatura nacional e internacional sobre o tema. No Brasil, o enfoque temático está sendo assumido por pesquisadores como Adrião (2008-2018), Garcia (2018), Peroni (2013), Pinto

(2016), Oliveira (2006), entre outros, que se lançam sobre o tema. Já no âmbito internacional, acolhemos algumas contribuições como Ball (2014, 2018), Dale (1994), Robertson e Verger (2012), que nos fornecem referenciais de parte significativa dos estudos sobre o tema numa esfera mais ampla.

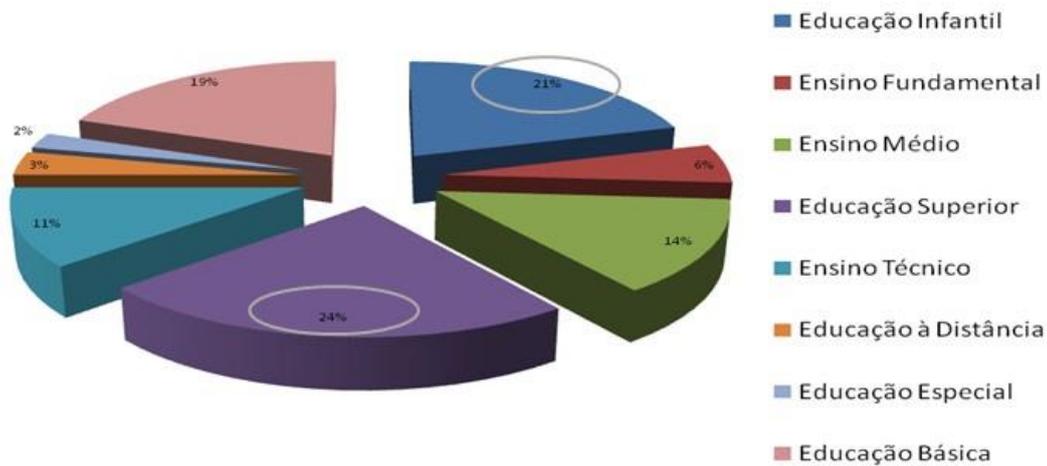
Os resultados desse levantamento no período em recorte resultaram na identificação de três dossiês, além de várias publicações primárias que tratam do tema nas principais plataformas de produções acadêmicas. O dossiê “*Privatização da educação na América Latina: estratégias recentes em destaque*”, coordenado por Theresa Adrião e José Marcelino Pinto, e publicado na Revista Educação e Sociedade (2016); o dossiê “*Privatização da e na educação: projetos societários em disputa*”, coordenado por Vera Peroni e Leda Scheibe, publicado pela Revista Retratos da Escola (2017), e o dossiê “*Dimensões de privatização na educação básica: diferentes contextos em análise*”, coordenado por Teise Garcia e publicado na Revista Online de Política e Gestão Educacional (2018).

Nessa mesma direção, o levantamento realizado em nível dos Programas de Pós-graduação Stricto Sensu identificou teses e dissertações, a partir da Base de Dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e do Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em que foram considerados como critério as produções disponíveis no período de 2010-2018, com uso de três descritores: parceria público/privada; privatização da educação; privatização do ensino.

O levantamento indicou 115 trabalhos na base de dados que foram tratados a partir de uma visão geral dos resumos e da estrutura temática considerada nas pesquisas. Nos resumos buscamos analisar os objetivos e o conteúdo. Os achados nos levaram a considerar que grande parte dos trabalhos se concentram em analisar políticas específicas focalizadas nos estados subnacionais e nos municípios.

De acordo com os levantamentos, as produções levam em consideração principalmente as tendências de privatização relacionadas às etapas da educação infantil e do ensino superior, além do tratamento de questões relacionadas aos temas gestão, avaliação e currículo, mas sobretudo, abordagens que incorporam a discussão sobre o papel do Estado.

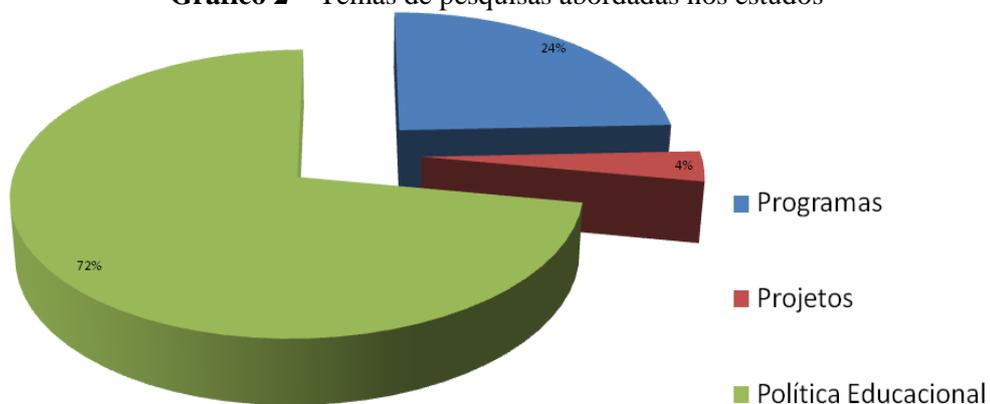
O gráfico 1 a seguir mostra em quais etapas da educação básica se concentram esses estudos.

Gráfico 1 – Principais etapas investigadas nas pesquisas

Fonte: Elaboração do autor.

Como se observa, nas produções acadêmicas, prevalecem estudos nas etapas da educação infantil e educação superior, o que evidencia um número ainda insuficiente de estudos voltados à análise dos processos de privatização que revelem esse movimento no contexto da educação básica no seu conjunto.

No que se refere ao conteúdo dessas produções, nota-se também que é comum, na quase totalidade dos trabalhos, a abordagem da política educacional a partir da análise de diferentes programas e projetos, desenvolvidos no âmbito dos estados e municípios brasileiros, conforme mostra o gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2 – Temas de pesquisas abordadas nos estudos

Fonte: Elaboração do autor.

No levantamento, foi possível observar que, entre os estudos desenvolvidos nos programas de Pós-Graduação em Educação da região, há uma lacuna na produção acadêmica acerca da temática da privatização na região Nordeste, mais especificamente, no estado de

Pernambuco, onde se observaram apenas quatro dissertações e uma tese, no período equivalente. Como já sinalizado, há um esforço teórico nas pesquisas em educação que mostram uma abordagem transversal do tema. Essas ressalvas em relação aos resultados, de forma especial no Programa de Pós-Graduação da UFPE, dizem respeito especificamente àqueles trabalhos em que o tema em análise consta no rol dos títulos e das palavras-chave, o que não exclui, numa abordagem mais geral, a existência do debate sobre o tema em outros objetos de estudo, em que observamos um passeio pela temática dos processos de privatização.

Na verdade, verificamos que a maior parte dessas produções eram voltadas à discussão da Política do Ensino Médio, que tem como foco inicial a análise da implantação dos Centros Experimentais, a partir da reforma do Ginásio Pernambucano e, posteriormente, a implantação das escolas de tempo integral, consideradas de referência no estado.

Nesse contexto, cabe destacar que parte significativa das pesquisas trazem como lócus, as parcerias público-privadas. Entre os trabalhos, podemos destacar a tese de Silva (2013), que analisa numa perspectiva ideológica a materialidade das relações entre o público e o privado a partir das estratégias do sistema “sociometabólico” do capital de apropriação dos recursos públicos. O estudo aponta como resultados a existência de uma sintonia do governo estadual de Pernambuco com as diretrizes e legislações de Reforma do Estado brasileiro, em prol de um modelo gerencial na administração pública e de injunções do setor privado na rede pública de ensino. O autor analisa que, no estado de Pernambuco, o fenômeno se materializa na institucionalização dos ideais privatistas e mercadológicos no sistema escolar público, com repercussões diretas na organização curricular, e na formação dos profissionais e estudantes. (SILVA, 2013)

Os demais trabalhos seguem o mesmo padrão de análise das parcerias público-privadas a partir de políticas focalizadas, como ocorre com o trabalho dissertativo de Silva Filho (2014), cujo tema é “Parceria público/privada em educação: análise do Projeto Alfabetizar com Sucesso, do Programa Circuito Campeão, no município de Surubim/PE”. Os trabalhos apresentados por Silva (2013) com o tema “O processo de implementação da educação profissional integrada ao ensino médio em Pernambuco: o caso da escola técnica estadual Cícero Dias”; a pesquisa desenvolvida por Porto (2011) com o tema “Instituto Ayrton Senna: quebra de paradigma na gestão pública educacional de Caruaru”, realizada no mestrado profissional em Gestão Pública, assim como o estudo de Ferreira (2015) com o tema “Política de educação (em tempo) integral: uma análise do discurso de atores participantes do Programa Mais Educação”.

No âmbito das demais produções, como artigos e livros, de modo geral, os estudos regionalizados sobre as reformas educacionais ocorridas em Pernambuco e sobre a égide dos processos de modernização da gestão demonstram que esse movimento no estado de Pernambuco se traduz inicialmente por meio da adesão ao Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal, que espelhou a criação do Programa de Modernização da Gestão Pública (Pnage) de Pernambuco (CAVALCANTI; BOTLER, 2019).

Consideramos que, do ponto de vista temático, esses estudos tomam como lócus de análise a problemática da reforma gerencial no contexto do estado, como sinalizam as pesquisas de Cavalcanti (2011); Silva (2013); Cruz, Marini e Lemos (2014); e Maranhão (2017), que delinearão o modo como o Pnage se materializou e os impactos que esse modelo de governança provocou em Pernambuco, sobretudo, no campo da política educacional.

Ainda contribuiu com o debate os trabalhos de Cavalcanti e Botler (2019) ao identificarem um conjunto de medidas implementadas nos moldes da reforma do Estado que tem fundamentos na adoção de políticas orientadas pelos princípios gerenciais da concorrência, eficiência, eficácia e qualidade, instrumentalizados no campo educacional por meio de processos de avaliação, responsabilização, bonificação, com amparo legal, e cuja “lógica instrumental e financeira do setor empresarial assume as múltiplas faces da responsabilização, seja do estado na política da governança, seja dos executores em busca de bons resultados, ao que se atribuem sanções ou recompensas econômicas” (CAVALCANTI E BOTLER, 2019, p. 221).

Na linha do debate que se segue, pontuamos que os estudos de Cavalcanti; Botler (2019); Silva (2013); Cruz, Marini e Lemos (2014); Maranhão (2017); Aguiar, Abranches e Andrade (2019); Leite (2009); Dutra (2014); Adrião e Garcia (2018); Borghi (2018); Garcia (2018); e Moehlecke (2018) apresentam um panorama atualizado de como a política educacional no estado de Pernambuco transformou a sistemática de ação pública no campo da educação, com a incorporação do Programa de Modernização da Gestão e de um conjunto de estratégias centralizadas que produziram uma hierarquia de ação política em cadeia nacional, que serviu de referência para os padrões de mudança que aconteciam no período em tela.

Sobre a temática dos processos de privatização, estruturados sob a lógica das parcerias público-privadas, e a expansão sob novas bases teóricas, como no campo da globalização, financeirização, redes políticas, entre outros temas, o levantamento trouxe a compreensão de uma abordagem teórico-prática de como as mudanças no contexto político, econômico e social,

com presença do setor privado, influenciou a definição e implementação de políticas educacionais em nível nacional.

A despeito do tema, outras pesquisas têm contribuído para visualizarmos como tem se constituído as tendências de privatização da educação em Pernambuco nos últimos anos, como explicita a pesquisa de abrangência nacional coordenada por Theresa Adrião e divulgada por meio de relatório preliminar em 2018, que mapeou a incidência do setor privado nas redes estaduais de educação no período de 2005-2015. O estudo identificou a presença de atores privados em três dimensões (Gestão, Currículo e Oferta da educação básica). Esses resultados estão presentes no volume I da Coleção “Estudos sobre a privatização da educação no Brasil” (2018).

Garcia e Adrião (2018), em pesquisa financiada pelo CNPq/FAPESP, destacam que o *modus operandi* de atuação dos atores privados tem se efetivado de diferentes maneiras, seja por meio da presença direta dessas instituições, influenciando a governança da educação, ou estruturando as políticas educacionais a partir de suas definições e prioridades, ou mesmo com a oferta de serviços. Tais processos, que estão umbilicalmente articulados com o fenômeno da financeirização da educação, e alinhados com o movimento mais amplo de acumulação do capital e formas de mercadorização, se inscrevem num novo modelo de neoliberalismo.

O mapeamento desse estudo traz um recorte da problemática nas cinco regiões brasileiras e, nessa direção, os dados apresentados sistematizam a situação no Nordeste, especificamente do estado de Pernambuco, onde aprofundamos o objeto de estudo, buscando elucidar as lacunas ainda existentes na análise dessas tendências. Para entender a dinâmica de como tem se apresentado cada uma das dimensões analisadas no estudo, a coleção apresenta um panorama com o número de programas e instituições presentes em cada estado público-alvo e as etapas de ensino que têm sido focalizadas. Os trabalhos identificaram mudanças nas dimensões da oferta, da gestão e do currículo.

Conforme destaca o estudo, na dimensão da oferta, analisada por Moehlecke (2018), a região Nordeste apresentou o maior número de programas (19) desenvolvidos ou coordenados pelo setor privado, sendo a região Sul a que apresentou o maior número de instituições parceiras (82). Nessa dimensão o estado de Pernambuco apresentou a incidência de apenas 02 programas e 02 instituições parceiras, caracterizadas como instituto e empresas com incidência na etapa do ensino médio.

Em relação à dimensão da Gestão Escolar, analisada por Garcia (2018), o Nordeste continuou liderando em relação à quantidade de programas (27) desenvolvidos em parceria com o setor privado, enquanto o Sudeste liderou em relação ao número de instituições parceiras (81).

Pernambuco apresentou no mapeamento 6 (seis) programas e 6 (seis) instituições parceiras. Destes, 33% eram de institutos; 33% dos atores eram associações, tendo apenas uma como foco voltado à etapa do ensino médio.

Já a análise realizada por Borghi (2018), acerca da dimensão do currículo, mostrou o Nordeste como a região geográfica onde houve maior concentração de programas (75), variando em relação ao número de instituições parceiras, cuja liderança foi protagonizada pelos estados da região Sudeste. Nessa dimensão em Pernambuco, foram identificados 12 (doze) programas e 13 (treze) parceiros institucionais, prevalecendo entre eles os institutos, com incidência de mais de 57% dos programas, na etapa do Ensino Médio.

Em síntese, o mapeamento apresentado por Garcia (2018), Borghi (2018) e Moehlecke (2018), coordenado por Adrião (2018), sistematiza um conjunto de atores e de instituições privadas que atuaram nas dimensões então citadas, tendo a região Nordeste como âncora dos processos de privatização em relação à sua posição de liderança nos programas desenvolvidos pelos estados. A pesquisa mostrou que as regiões Sudeste e Sul são as que têm o maior número de atores e instituições privadas autodenominadas “sem fins lucrativos”, que influenciam de algum modo a definição das políticas, processo similar ao que ocorre em Pernambuco por meio dos programas e projetos.

O panorama de pesquisa apresentado remonta, nesse sentido, à necessidade de novos estudos que aprofundem as análises acerca de como essas instituições mecanizam a oferta de programas no sistema educacional, como ocorre no estado de Pernambuco, caracterizando os atores privados de maior influência no contexto da política educacional, conforme lacuna apresentada por Adrião (2018) ao apontar possibilidades de novos estudos com base nas etapas iniciais do mapeamento apresentado e que, embora apresente extensas contribuições, não cerceiam o debate acerca da problemática.

O levantamento preliminar dos estudos acadêmicos no período nos ajudou a identificar, com base no pressuposto teórico-metodológico da presente pesquisa, que há uma escassez de estudos que utilizam a abordagem na perspectiva da análise de redes políticas, destacada por Ball (2014), e no tangente ao levantamento realizado, apenas uma tese foi desenvolvida nessa perspectiva metodológica. Os dados analisados a partir dos resumos, mostram que se destacam entre as produções o modelo de pesquisa bibliográfica e documental, associada ao uso de entrevistas semiestruturadas que se colocam como os principais instrumentos de dados.

Outro achado relevante no levantamento realizado é que a quase totalidade dos trabalhos analisados sobre o tema tem se concentrado nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país, ficando vagos trabalhos que se posicionam sobre o tema na região Nordeste, colocado como

um território de potencial incidência desses atores, pelo nível de dependência à gestão estadual e pela ausência tanto de sistemas próprios que regulamentem as políticas locais, como de um corpo técnico orientado para formulação de políticas pelo poder local.

Dessa forma, nosso estudo contribui com o desvelamento das políticas desenvolvidas pelo estado de Pernambuco na área da educação no período em tela, de modo a identificar os atores privados que têm influenciado a política educacional, mediante um mapeamento desses principais parceiros, o que enriquece o debate acerca dos desafios que a educação pública tem enfrentado a partir de uma agenda de reformas desenvolvidas na perspectiva gerencialista, que impactou o trabalho pedagógico e a escola pública em Pernambuco ao longo das últimas décadas.

1. 2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa no campo da política educacional tem contribuído intensamente com o debate sobre a qualidade da educação, ponto considerado nodal nesse debate em razão de seu reflexo na ação política. Ao mesmo tempo tem sido um consenso o reconhecimento da matéria do direito à educação como fundamental nas sociedades democráticas. Essa dimensão do direito inclui na sua dinâmica o reconhecimento do campo de disputa de projetos de educação, em torno dos quais se constitui uma agenda política que tensiona diferentes atores.

Os conflitos de ordem ideológica, cultural e política constituem um hiato onde o Estado tem centralidade nos processos de tomada de decisão, embora essa centralidade tenha se fragilizado no contexto da governança compartilhada. Nesse contexto a política educacional se insere no campo das políticas públicas, interpretadas na perspectiva de Azevedo (2001) como o Estado em ação e, conforme analisa Gomes (2011), construções sociais e históricas que têm caráter múltiplo e complexo, e que envolvem determinantes sociais, culturais, políticos e econômicos.

Nesse sentido, diferentes problemáticas constituem a agenda da política educacional no Brasil, compreendendo nesse quadro aspectos importantes da conformação da política desde o contexto de produção ao processo de implementação, planejamento e controle da ação, mais especificamente, o modo dinâmico da política, conforme assinalam Ball e Bowe (1992) ao apontarem três contextos desse ciclo, quais sejam o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática.

Ainda nessa lógica, as abordagens predominantes no campo da política educacional buscam convalidar os processos de avaliação da política propriamente dita e da política como

texto, conforme refere Souza (2016), emergindo como principais problemas para análise os temas tradicionais do campo, como: direito à educação, qualidade da educação, gestão escolar e educacional, avaliação educacional, financiamento da educação, políticas de formação de professores, trabalho docente, entre uma dezena de outros temas que permeiam o campo.

Por fim, ainda se destacam os estudos no campo teórico das políticas educacionais, aqueles que têm por objetivo explorar o caráter teórico e epistemológico das pesquisas em educação, com base na análise das abordagens de pesquisa, como as políticas educacionais têm sido tratadas do ponto de vista teórico-metodológico nas pesquisas em educação. A esse respeito, considerando a natureza das pesquisas no que se refere às abordagens teóricas, é possível, segundo Mainardes (2018, p. 12), identificar uma variedade de pontos de vista epistemológicos, assegurados nas definições de Ball (2011), que trazem robustez conceitual e nos oferecem possibilidades de reflexão sobre as condições sociais de produção do conhecimento em educação.

Segundo Mainardes (2018, p. 12), um levantamento do tipo *metapesquisa*, realizado em 2018, evidenciou que há uma prevalência do uso da teorização combinada, uma abordagem que tem sido utilizada por uma parte expressiva de pesquisadores no campo das políticas educacionais. 65,8 % das produções levantadas no estudo identificaram o uso dessa abordagem, assim como se verificou que nessas produções, em que pese a sua estrutura, há uma fundamentação consistente e coerente que oferece elementos teóricos importantes para as análises.

A teorização combinada é uma abordagem que consiste no emprego de ideias de diferentes perspectivas teóricas e diferentes autores que, combinados entre si, auxiliam na configuração de um quadro conceitual adequado. Desse modo, tais definições foram acolhidas no estudo em pauta como pressuposto teórico, por se tratar de uma perspectiva teórico-crítica que emprega elementos conceituais que se adéquam aos nossos objetivos.

Convém considerar que nesse sentido o uso de referenciais teóricos tanto clássicos como contemporâneos na análise de processos sociais em curso, multifacetados e construídos socialmente no campo das disputas hegemônicas, constitui um quadro conceitual adequado para analisar as definições das políticas públicas que requerem ser pensadas do ponto de vista de sua operacionalização e dos efeitos que elas provocam na dimensão macro e micropolítico, como também no modo como modificam sutilmente as estruturas sociais. Portanto, o desenho metodológico da pesquisa abrangeu um conjunto de processos teórico-metodológicos que propiciou o desenvolvimento da investigação.

Inicialmente tomamos como pressuposto teórico a teorização combinada cujos fundamentos se encontram nas definições de Mainardes (2018), aprofundando a concepção metodológica com a pesquisa e análise documental, combinadas com as técnicas de análise de redes políticas e considerando as proposições de Ball (2014), Ball e Junemann (2012) e Fialho (2014, 2018) que somam às contribuições teóricas de: Fontes (2013), Loiola e Moura (1997), Fragoso, Recuero e Amaral (2011), Lima (2007), Horward (2002), Hine (2004; 2007), Ludke e André (1986), Matos e Castro (2011).

1.2.1 A pesquisa documental

A análise de redes políticas, enquanto técnica de pesquisa por si só, se torna inadequada sem a forma combinada da pesquisa documental que a precede. É a pesquisa documental que fornece elementos para a problematização dos objetivos da pesquisa e permite observar quem são os atores identificados numa determinada rede. Portanto, o acesso a essas fontes de dados se constitui tarefa imprescindível à análise, sobretudo no contexto limitado de coleta de dados decorrente do isolamento social no período de crise sanitária ocasionado pela Covid-19, quando os contatos se tornaram limitados em razão do fechamento de diversas instituições e do estabelecimento de protocolos e regras de funcionamento.

A pesquisa documental envolve não apenas a técnica, mas o procedimento de análise, e não se limita ao uso exclusivo do documento impresso como fonte primária de informação. Atualmente o uso da análise e da pesquisa documental tem incorporado documentos de outros formatos, como as mídias digitais, que em muitos casos ainda não sofreram nenhum tipo de tratamento ou análise.

Nesse sentido a opção pela pesquisa documental combinou de forma sinérgica com os instrumentos de coleta de dados e a técnica de pesquisa utilizada para atingir os objetivos da investigação. As fontes analisadas são de domínio público e trazem elementos que identificam os atores privados que participaram da implementação de programas ou projetos na esfera estadual.

Dessa forma, o corpus documental da pesquisa envolveu a análise de relatórios de atividades das instituições, matérias disponíveis em websites cujo tema adere ao objeto de estudo, portanto, compõe-se de um conjunto de atividades e buscas exaustivas na internet em documentos das empresas, sites do governo, sites das fundações e institutos, sites de comunicação e mídia, além de consulta a documentos, relatórios, *powerpoints*, definidos com base em descritores relacionados ao objeto de estudo.

No que se refere ao tratamento dos dados, Ludke e André (1986) destacam que a análise documental busca analisar fatos e informações a partir do levantamento de hipóteses e questões de interesse do pesquisador para serem respondidas. Portanto, como nosso propósito busca mapear um conjunto de atores privados na rede, buscamos evidências que comprovam essa presença a partir da análise do texto das políticas que se encontram nos relatórios de gestão e nos balanços anuais da Secretaria de Educação de Pernambuco, e que demonstram a execução dos projetos e quais concepções fundamentam tais políticas.

Dessa forma concordamos com a reflexão de Ludke e André (1986) ao afirmarem:

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda fonte 'natural' de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto. (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 39)

A pesquisa documental guarda certas singularidades, pois busca nas mais variadas e diferentes fontes encontrar dados de determinados fatos sociais que estão registrados em tabelas, relatos documentos oficiais, relatórios, entre outros, de onde buscamos extrair os elementos objetivos que auxiliam a confirmar determinadas subjeções. (DA FONSECA, 2002).

Qualquer tipo de pesquisa envolve o uso de métodos e técnicas específicas de análise para mensurar determinado fenômeno social. Nesse sentido, no que se refere às fontes documentais, implica considerar que existe um conjunto de textos ainda pouco explorado em documentos governamentais, que facilitam a compreensão sobre as concepções que estão subjacentes e que orientam os programas e projetos de governo. Como escreve Marconi e Lakatos (2017), compõem também esse quadro um conjunto de fontes, como normas, legislações etc.

Sobre a relação entre a análise de redes políticas e a pesquisa documental, a presença da rede já é uma constante na sociedade. Seus vários usos e aplicações em diferentes áreas de conhecimento traduzem a dimensão e o alcance da aplicabilidade do termo e como ele se insere, seja no plano operacional constituído, a exemplo das redes de aprendizagem, redes de economia, redes de comunicação ou redes de cabos, entre tantas outras denominações, que vão constituir o que Fialho (2018, p. 14) afirma: “vivemos totalmente em (redados)”. Essa expressão caracteriza o emaranhado processo de interação social onde estamos inseridos. Processos que se relacionam tanto às antigas como às novas formas de organização social.

A compreensão acerca da conceitualização de rede parece ser polissêmica e está associada à ideia de sistemas e estruturas, configurados de forma relacional, dado que ainda é um campo de várias indefinições e interpretações que vão ganhando aceitação no decorrer do tempo, a partir da frequência com que ele tem sido utilizado. Dessa forma é imperativo analisar os diferentes sentidos que são atribuídos historicamente ao termo “rede”. Aqui tomamos algumas interpretações iniciais comuns à ideia, associadas a formas de interações sociais. Na concepção de Fialho *et al.* (2018, p. 20):

As redes são relações sociais que se materializam em laços entre uma multiplicidade de atores sociais. Elas ocupam, nas sociedades contemporâneas, uma enorme centralidade na forma como estas se organizam e desenvolvem a sua estrutura social. Compreender como se formam as redes de relações, como crescem e como a sua dinâmica influi nos modos de vida e de organização social, política e econômica da sociedade, constitui, hoje, um enorme desafio para os cientistas sociais.

Outras interpretações decorrentes do conceito de rede podem ser encontradas na literatura, como na obra de Barnes (1987, p. 165), que apresenta uma definição em sentido mais restrito, compreendendo esta como uma cadeia inter-relacionada cujas conexões formam uma malha intrincada na qual os indivíduos estão ligados uns aos outros e que imprime determinadas relações sociais, de modo que pode ou não expressar uma dada estrutura social. Já para Loiola e Moura (1997, p. 55), “no plano técnico-operacional, o termo “rede” denota a ideia de fluxo, de circulação.

De outro modo, no contexto da globalização, a perspectiva de Castells (1999, p. 565) é um referencial para pensar a emergência de uma sociedade em rede, considerando que:

[...] as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social.

A obra de Castells (1999) apresenta uma importante contribuição para a literatura sobre o tema, pois analisa o conceito de rede no contexto da teoria social, tomando os processos de globalização como objeto de análise. Nesse sentido a ideia com que concordamos em Castell (1999) não é sobre uma concepção de Estado em rede, mas sobre os processos que analisam as teorias sociais de modo mais amplo.

Também, importantes contribuições como as de Fialho (2018) dão conta de que as redes são globais e, embora a globalização interpele os sujeitos de modo complexo, as identidades constituídas no interior da rede são locais, daí a importância de se analisar a arquitetura das interações sociais. O autor complementa que as redes constituem “...formas de apresentar ou visualizar relações entre esses indivíduos, sendo as redes sociais modos de representação de estruturas sociais (FIALHO, 2018, p. 21).

No campo das Ciências Sociais, Loiola e Moura (1997, p. 55) afirmam que o conceito de rede tem estimulado o debate em diferentes disciplinas, a exemplo da sua apropriação pela antropologia, sociologia, geografia, entre outras; no entanto, para Fontes (2013, p. 56), “essa temática (...) não se constitui ainda uma agenda de pesquisa definida e consolidada. É antes um recorte metodológico para estudo de campos tradicionalmente estabelecidos nas Ciências Sociais”. Disso decorre a visualização cada vez mais emergente da ampliação do foco analítico das redes, sobretudo, no terreno dos estudos organizacionais, da governança e da relação do Estado com outras instituições, por meio da Análise de Redes Sociais, com enfoque nas redes políticas.

Acrescente-se a esse debate Fialho (2014, p. 10) para quem as redes sociais são redes de comunicação que envolvem uma linguagem simbólica, limites culturais, relações de troca e de poder. Nesse sentido, a análise de redes sociais estuda as relações entre vários elementos, designadamente, pessoas, grupos, organizações etc., mas com a ideia de que cada tipo de relação constrói uma rede diferente. Uma das principais diferenças das análises tradicionais que explicam a conduta dos atores em função, por exemplo, da classe social ou profissão, é que a análise de redes sociais se centra nas relações e atributos desses elementos. Fialho (2014, p. 12).

Essa arquitetura de relações, de interações sociais, políticas e econômicas que as redes são capazes de expressar ajuda a esclarecer certas problemáticas, por meio de novos modos de conhecer e pensar a dinâmica social. É nesse sentido que Fialho (2018) aponta a centralidade das abordagens de rede social como um espaço onde se partilha valores e interesses numa complexa dinâmica de fluxos, cujos atores e suas ligações são estimulados por lógicas e modos de ação, que objetivam intervir nas estruturas sociais de forma dinâmica e própria. Para Elias (2005), “a compreensão de sociedade fundamenta-se em uma trama de indivíduos que se constituem, ao mesmo tempo em que constituem o ‘outro’, a partir de relações de interdependência”.

Nesse contexto, nota-se que os atores privados com atuação na rede de ensino de Pernambuco têm ligações e são motivados pelo desejo de construir uma nova concepção de

educação no setor público, com relações de poder bem definidas, e com base nos caracteres do mercado e da Nova Gestão Pública (NGP) que colocam em voga os elementos gerenciais às instituições do Estado, buscando, por meio da eficiência, da gestão por resultados e da governança compartilhada, determinar novos valores à estrutura do Estado, sobretudo, por intermédio de amplas reformas.

É nessa compreensão que Fontes (2013, p. 66) destaca que

Embora possamos conceber um mesmo conceito e uma mesma classificação das redes para todos os setores da sociedade, o desenho das representações sociais destes indivíduos que interagem nestas redes se particulariza em função das especificidades de seus mundos, da vida, construídos a partir da complexa diversidade social encontrada nas sociedades contemporâneas.

Desse modo, o estudo das redes revela a complexidade da realidade social, a partir da análise de como os indivíduos e grupos se relacionam e como constroem sua sociabilidade por meio da inserção tanto no ambiente físico como no ambiente virtual e no campo político, o que pode servir para revelar seus atores e suas posições.

Ball (2014, p. 30) analisa a contribuição dos estudos de rede para o tema da governança e destaca que esse conceito, além de ter certo grau de abstração e descrição para mensurar as formas de governo, tem apresentado um desenho amplo das relações sociais reais e práticas, pois é “um método, uma técnica analítica para olhar a estrutura das comunidades de política e suas relações sociais. Ela (a técnica analítica) trabalha para capturar e descrever alguns aspectos dessas relações, isto é, alguns aspectos mais visíveis dessas relações”.

Ball e Junemann (2012, p. 13) esclarecem que, embora a Análise de Rede Social possua limites no modo como processam as formas de interação, elas são complexas e, por vezes, difusas. Elas apresentam fronteiras, em relação à captura de detalhes mais significativos e incomensuráveis, que precisam ser analisadas.

Nessa mesma direção, Fragoso, Recuero e Amaral (2011, p. 115), de forma deliberadamente didática, apresentam como se constitui uma análise de rede no sentido operacional, concebendo a Análise de Rede Social (ARS) como um processo em que “ao estudar as estruturas decorrentes das ações e interações entre os atores sociais, torna-se possível compreender elementos a respeito desses grupos e, igualmente, generalizações a seu respeito”. Ele analisa mostra que as redes são basicamente construídas por nós (nodes), que definem os atores e suas representações, e conexões, que se apresentam como ocorrem nas interações entre os atores (idem p. 116).

1.2.2 Redes políticas e a abordagem da pesquisa

Quanto à abordagem, se faz necessário determinar que tipo de abordagem compõe a rede. Lima (2007, p. 174) define cinco tipos de arranjos de rede. Elas podem ser dos tipos: redes egocentradas, redes de atores individuais, redes de atores coletivos, redes mistas e metarredes. Também nessa mesma estrutura de análise, Fragoso, Recuero e Amaral (2011, p. 115) assinalam que a abordagem de rede pode ser definida a partir do grau de conexão. Nessa direção optamos por definir duas possibilidades prioritárias para a composição da rede, que se aproximam da proposta e que Lima (2007, p. 174) classifica como:

Redes ego-centradas — compreendem o conjunto de actores com os quais um determinado actor focal mantém interacção, bem como as relações existentes entre eles (por exemplo, todas as entidades com as quais a escola X mantém uma interacção regular e significativa e as relações existentes entre tais entidades); *Redes de actores colectivos* — são formalmente idênticas às anteriores, com a excepção de que, neste caso, cada actor da rede é uma pessoa colectiva (uma empresa, uma escola, um movimento associativo, etc.).

As *redes egocentradas* compreendem, nesse sentido, a Secretaria de Educação de Pernambuco como o ator focal que mantém certo grau de interação com um conjunto de outros atores privados e suas relações. Quanto à segunda opção de abordagem da rede, a *rede de atores coletivos*, compreendem, como explicitado nas definições, as interações mantidas por um determinado ator na rede, uma pessoa coletiva, aqui definido como sendo as instituições privadas (Bancos, Institutos, Fundações, Empresas, Associações) que mantêm relações entre si e com os agentes públicos também constituídos como redes pluri-institucionais.

A internet assim como outras tecnologias digitais assumem um amplo protagonismo nos processos de comunicação, constituindo um espaço onde se criam novas identidades e onde se entrecruzam grupos e interesses que se diferenciam dos tradicionais grupos sociais, cuja característica principal é a interação face a face. As mídias digitais provocaram mudanças nas formas de sociabilidade, em particular por meio dos processos de globalização, assim como modificaram as formas de interação que têm se expandido para os diversos espaços, tanto na dimensão do espaço público quanto do privado.

Esse contexto de difusão das mídias digitais e sociais, segundo Fragoso, Recuero e Amaral (2012), a partir de 1990, tornou-se objeto de debate sobre quais seriam os métodos mais adequados para se investigar esse novo campo, a partir de suas particularidades e assimetrias as quais fundamentam formas de interação online. Das proposições em torno da problemática,

a ideia e um modelo de etnografia tornaram o método mais apropriado, passando a instrumentalizar os aspectos teórico-metodológicos da mídia num contexto mais amplo. Isso abriu espaço para que outras áreas também passassem a incorporar as técnicas da etnografia em suas pesquisas.

Uma etnografía de Internet puede observar con detalle las formas em que se experimenta el uso de una tecnología. En su forma básica, la etnografía consiste en que un investigador se sumerja en el mundo que estudia por un tiempo determinado y tome en cuenta las relaciones, actividades y significaciones que se forjan entre quienes participan en los procesos sociales de ese mundo. El objetivo es hacer explícitas ciertas formas de construir sentido de las personas, que suelen ser tácitas o que se dan por supuestas. Hine (2004, p. 13)

Hine (2004) ainda completa que a “etnografia pode (...) ser usada para desenvolver um sentido rico dos significados da tecnologia e das culturas que a possibilitam e são possibilitadas por ela” (HINE, 2004, p. 8). Conforme seu entendimento, podemos começar a estudar exatamente o que ela faz e por que, nos seus termos, ela o faz. No entanto, assim como com todas as metodologias, mover a etnografia para um ambiente online tem envolvido alguns reexames sobre o que a metodologia implica. (HINE, 2004, p. 21).

Howard (2002) assinala que há um crescente interesse de pesquisadores no campo das ciências sociais em entender as novas formas de organizações baseadas em redes, especialmente aquelas que se dão no espaço virtual. Um movimento que tem levado a uma apropriação de técnicas e instrumentos metodológicos combinados, utilizado com frequência na análise de problemáticas no espaço da internet e que tem várias denominações e terminologias que se adequam a essas novas perspectivas de análise, entre elas, a *netnografia*, *etnografia digital*, *Webnografia* e *Ciberantropologia*, como apresentam Fragoso, Recuero e Amaral (2011).

Nessa complexa tentativa de adequação dos métodos, Howard (2002) propõe a Etnografia de Rede como uma estratégia metodológica que combina a etnografia e a análise de redes, para facilitar o estudo qualitativo das diversas formas organizacionais modernas assim como as novas mídias. Concordando com tais apontamentos, Fragoso, Recuero e Amaral (2011, p. 170) assinalam que

Desde o estabelecimento da internet como meio de comunicação e da constituição de grupos sociais possibilitados pelas facilidades da comunicação em rede, alguns pesquisadores perceberam que as técnicas de pesquisa etnográficas também poderiam ser utilizadas para o estudo das culturas e das comunidades agregadas via internet.

Na perspectiva de Ball (2014, p. 28), a etnografia de rede pressupõe “um mapeamento da forma e do conteúdo das relações políticas em um campo particular”, e visa de alguma forma remediar as falhas na análise e utilização de novas formas de comunicação virtual e eletrônica, pois oferece um acesso amplo e mais rico para o “social” em redes sociais do que o caso de utilizar apenas dados terrestres. Ball (2014) ainda afirma, de modo mais amplo, que a etnografia de rede se insere no movimento de mudanças epistemológicas em que se percebe certa diminuição dos interesses nas estruturas sociais e uma crescente ênfase nos fluxos e mobilidades (de pessoa, de capital, de ideias) que constituem a política em movimento.

Essa mobilidade apontada por Ball (2014) pressupõe a forma como as relações sociais se expandem para além das fronteiras geográficas, se articulam e se alimentam, e onde circulam ideias, se constroem e se legitimam discursos. Nessa direção uma das contribuições da metodologia de rede é o seu alcance para identificar os atores presentes dentro de um conjunto de atributos (poder, capacidade, centralidade), sobre como tais atores exercem influência e poder dentro de rede. A esse respeito o debate em torno das redes políticas e da governança em rede tem adquirido uma centralidade nas obras de Ball.

Ancorados nessa perspectiva, a abordagem desta pesquisa tomou como uma das técnicas de análise tal modelo, combinado com a análise de redes políticas, para compor o desenho metodológico, buscando, a partir do mapeamento, caracterizar como as políticas educacionais em Pernambuco têm se articulado a esses atores privados com suas interlocuções. O nosso principal instrumento de dados para pesquisa são os dados oriundos das fontes públicas da internet.

Além dos instrumentos já citados, o mapeamento sobre a atuação dos atores privados no sistema educacional de Pernambuco considerou informações disponíveis em relatórios de atividades das instituições e matérias disponíveis em websites; portanto, compõe-se de um conjunto de atividades e buscas exaustivas das informações disponíveis nas plataformas.

1.2.3 Campo, coleta de dados e interpretação

Das etapas da análise de rede, o primeiro passo é definir quem são os atores e sujeitos participantes. No campo da pesquisa em tela são considerados atores privados as instituições privadas que incidem sobre a política educacional (Bancos, Institutos, Fundações, Empresas, Associações), que são identificadas a partir das suas conexões. Para Fragoso, Recuero e Amaral (2011, p. 119), “os atores de uma rede podem ser indivíduos, instituições e grupos”. Assim, a Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco e a Secretaria de Planejamento e Gestão, que

dispõem de um volume de documentos importantes para o contexto de análise, é considerado um ator público nesta delimitação.

A coleta de dados para composição da rede é construída por meio de planilhas que compõem a chamada *matriz de dados*, a partir do que se realizam as devidas associações entre os atores. Essas planilhas servem para compor as sociomatrizes utilizadas para registrar os dados das conexões entre os atores e os sociogramas, que são as formas gráficas utilizadas para visualização das conexões e interações na rede. Os sociogramas podem ser considerados também como *infogramas* e permitem a visualização dos grafos, nodes e suas relações.

De acordo com Fragoso, Recuero e Amaral (2011, p. 121), “A coleta de dados depende da janela de análise que se pretende fazer e cabe ao pesquisador selecionar o momento e as variáveis que serão analisadas, que devem ser selecionados de acordo com a problemática que será focada pelo pesquisador”. Dessa forma, definimos como instrumento de coleta de dados para compor a rede os documentos dos balanços da educação no período e os relatórios de ação do governo de Pernambuco.

A propriedade dos dados são elementos analíticos estruturantes de uma rede, é uma definição que deve estar presente nesse modelo de forma clara. Dessa forma, a **composição e estrutura** da rede devem ser consideradas na análise. Aqui a **composição** se apresenta como um dado importante nas pesquisas sociais, em que se examinam a qualidade dos laços e o espaço de interação que estão presentes em uma dada estrutura de rede. Para Fragoso, Recuero e Amaral (2011, p. 123), importa analisar os laços sociais ou o capital social. Nesse sentido, a determinação que cabe ao objeto de estudo é a análise dos laços sociais a partir da interação dos atores, que podem ser fracos ou fortes.

Os laços sociais, segundo Fragoso, Recuero e Amaral (2011, p. 123), constituem as conexões entre os atores na rede, tomando a perspectiva de análise de Granovetter (1973, 1983): “Os laços fortes conectam indivíduos que dividem intimidade, grupos sociais próximos e amigáveis. Já os laços fracos, por outro lado, conectam ‘conhecidos’, ou atores cujas relações sociais focam menos a intimidade e o aprofundamento”.

Em relação à **estrutura**, Fragoso, Recuero e Amaral (2011); Fialho (2014) e Lima (2007) discorrem sobre a importância de analisar as medidas de rede para uma melhor compreensão da sua estrutura. Três elementos básicos compreendem essa estrutura: a) nós ou atores; b) vínculos ou relações; e c) fluxos. Para a estrutura da rede em tela, definimos como prioritária as medidas descritivas, conforme caracterizadas a seguir.

Quadro 1 – Medidas descritivas da Análise de Rede

| MEDIDAS DESCRITIVAS | |
|------------------------------------|---|
| Grau de conexão | O grau de conexão é simplesmente a quantidade de conexões que um determinado nó possui . Assim, um nó que se conecta com três outros nós tem um grau de conexão três. É também considerado uma descrição de quantos nós compõem a vizinhança de um determinado nó. |
| Densidade (<i>density</i>) | É a proporção de laços efetivos entre os laços possíveis. Uma medida do grau de inserção dos atores na rede. Grafos muito densos são aqueles que são muito conectados, aqueles em que os nós estão bastante conectados entre si. |
| Centralidade (<i>centrality</i>) | Permite obter a localização do ator em relação à rede local. Quanto mais conexões um nó tem maior sua centralidade. |

Adaptado de: Fragoso, Recuero e Amaral (2011); Fialho (2014) e Lima (2007).

Dada as condições de produção do conhecimento a partir da definição das ferramentas teórico-metodológicas, é importante destacar que a rede permite organizar e sistematizar o modo como determinados atores se apresentam. Essa análise dentro do modelo definido auxilia a identificação daqueles atores que possuem um grau maior de intervenção e de articulação em torno das políticas educacionais no estado, considerando a incidência em programas e projetos.

É nessa direção que se enquadra o pensamento de Lima (2007, p. 176) para quem “a noção de rede tem sido apresentada como um padrão de coordenação característico de uma sociedade sem centro, em que a função do governo seria a de permitir e incentivar as interações entre os múltiplos atores e de distribuir serviços entre eles”. Uma concepção que vai na direção das políticas que são orientadas pelo Programa de Modernização da Gestão de Pernambuco, que se tornou ponto de partida e plano estratégico de ação e coordenação coletiva junto aos atores privados nos últimos mandatos.

Para ilustrar a estrutura da rede em um determinado modelo de análise, o uso de softwares tem sido fundamental para auxiliar nessa construção. O *Gephi* é um software livre que permite a manipulação e visualização de dados de uma determinada rede de atores que se relacionam, seja no âmbito das relações políticas seja no das relações sociais. Por meio dele, é possível realizarmos uma análise dos processos de interação entre os atores da rede.

O percurso inicial para chegarmos até a ilustração da rede ocorre por meio do sociograma, a partir das fontes levantadas na internet, e depois na elaboração de uma planilha que contém informações sobre como cada ator, presente na rede estadual de educação, se articula com outros atores privados. Para isso utilizamos o laboratório de dados do Gephi para inserir os dados levantados e formular a matriz de dados.

No laboratório, os dados são convertidos em duas planilhas que representam as interações. Os nós recebem uma identidade para cada participante na rede, enquanto os vértices representam o grau de interação desses atores. Uma forma clara de compreendermos uma rede é usarmos o exemplo de uma rede de amizades, ao relacionar com quem o amigo X conversa quando não está se sentindo bem: ele conversa com um, dois, ou três amigos? Esses amigos vão ser representados por meio dos vértices direcionados.

Após montar essa base de dados no sistema, o próprio software emite um relatório na forma de rede sociograma, por meio do qual é possível analisar as interações, a partir do grau de entrada, grau de saída, nível de centralidade e densidade de nós, laços fortes e laços fracos numa determinada rede, mostrando a dinâmica das interações.

É nessa direção que este trabalho apresenta uma análise de redes políticas a partir do nível de articulação entre os diferentes atores privados e seu grau de centralidade na definição e reconfiguração das políticas educacionais no estado de Pernambuco, constituindo, para tal, um mapa de rede como elemento gráfico.

2 ESTADO E EDUCAÇÃO

Esse capítulo pretende dialogar com as aproximações teóricas sobre Estado que norteiam a pesquisa, portanto, buscamos apresentar nas seções seguintes algumas abordagens analíticas que se baseiam nas concepções discutidas no campo da política educacional, considerando as mudanças que têm ocorrido na ossatura do Estado. Tais mudanças são influenciadas pela dinâmica do capitalismo de Estado que se coloca de modo muito evidente nas reformas empreendidas nas últimas décadas e modificam substancialmente sua natureza.

Tratamos inicialmente de apresentar uma rápida contextualização sobre o conceito de Estado numa perspectiva geral, seguida de uma reflexão sobre a perspectiva do Estado gerencial, que deu substrato ao surgimento do neoliberalismo como vertente, para compreender as mudanças ocorridas no Estado e, por fim, adentramos numa perspectiva gramsciana de Estado, buscando compreender como se apresenta o modo relacional.

2.1 BREVES NOTAS SOBRE O ESTADO

Muitas discussões ao longo do tempo e da história têm buscado situar o papel do Estado e sua interrelação com a vida em sociedade, daí por que contextualizar o seu caráter múltiplo e suas interfaces com as políticas públicas é considerado um exercício inadiável. Isso se coloca

como premissa, pois as análises requerem um exame crítico, sobretudo, a partir das mudanças políticas que o Estado tem sofrido, e que convergem para a coexistência de diferentes concepções que estão para além do debate do Estado como esfera pública, inclinando-se para uma dinâmica de interpenetração do público com o privado, uma espécie de hibridismo no *modus operandi* do Estado, que tem estabelecido uma cortina de fumaça na compreensão do seu papel.

Não pretendemos nessa seção trazer uma contextualização adensada sobre o Estado, mas pontuar de maneira sistemática algumas reflexões e contribuições dentro dos limites em que se coloca o escopo dessa pesquisa, uma vez que o Estado tem se apresentado com frequência nos maiores estratos das pesquisas do campo da educação, constituindo o principal referente para analisar as políticas públicas. Por essa razão, é atribuída ao Estado grande centralidade, compreendendo-se, dessa forma, que os processos políticos por que tem passado o Estado se constituem pilares pelos quais se assentam os modelos de governança do Estado na contemporaneidade.

Temos observado que o debate sobre o Estado contemporâneo tem se pautado pela relação com as formas de poder, tanto do ponto de vista de tensionamentos na esfera ideológica, quanto na discussão acerca do tamanho que o Estado ocupa na estrutura social, e até onde seus braços alcançam, portanto, um debate de cuja natureza interrelacional com temas sociais mais amplos não se pode fugir.

Compreender as dinâmicas sociais e o que se configura como questões sociais é próprio de uma teorização sobre o Estado e é preciso ter por orientação que o conceito de sociedade tem se colocado do ponto de vista sociológico como uma construção histórica, em muitas análises, perspectivada em articulação com as definições de Estado.

Nesse sentido, têm fundamento os apontamentos de Gruppi (2001, p. 34) ao argumentar que a formação das sociedades se forja da necessidade de organização da própria sobrevivência, objetivando atender as necessidades econômicas de um determinado tempo, portanto, implica também analisar os papéis sociais e a origem das relações hierárquicas de poder que se consolidaram ao longo do tempo e da história (2001, p. 17). O autor acrescenta que,

na Idade Média, a sociedade e o Estado (poder político) são inseparáveis, estão entrelaçados, são transmitidos juntos; na sociedade burguesa moderna esses dois aspectos são separados, pois na sociedade civil existe a transmissão da propriedade, mas não há transmissão do poder político.

Embora essa reflexão nos leve a uma ideia de separação entre sociedade e Estado, importa, nesse contexto, reconhecer que, na abordagem acerca das noções atuais de Estado e sociedade, esses conceitos se colocam como constituintes mútuos de categorias indissociáveis, da mesma forma que a discussão sobre o poder político tem estreita articulação com as concepções de Estado. Para Gramsci (1971), esse movimento é uma distinção metódica mas não orgânica.

Numa abordagem acerca do Estado, é importante considerar que os sentidos e narrativas que constituem essa abordagem fazem parte do ambiente da política e são, portanto, fundamentais, pois a política tem reflexos em todos os tempos e no modo de organização da sociedade. Nota-se que o termo política, conforme assinala Bobbio (1995), no seu sentido etimológico, tem origem na *polis*, do grego (*politikós*) e, atualizado nas obras de Aristóteles como *política*, era usado para designar o estudo das atividades humanas ligadas ao Estado. No período moderno adquiriu outros sentidos, como ciência do Estado, ciência política, entre outros, refletindo, inclusive, os saberes constituídos na própria comunidade.

A esse respeito, Singer (2021, p. 65) acrescenta que a polis é “uma comunidade autônoma, isto é, suficientemente grande para se autossustentar e autodefender, organizada por um poder unificado que estava acima de qualquer outro poder social ativo, no interior da comunidade”. Como destacado, essa é uma visão mais elaborada acerca do Estado que, mais tarde, assume as características de um poder regulador que opera por meio de aparelhos repressivos, esteja ou não cercado pela coerção ou pelo consenso.

Portanto, o poder político desse ponto de vista possui estreita relação com o Estado moderno, pois absorve, por meio da política, uma vontade relacionada aos modos de dominação das estruturas do aparelho estatal, com base na violência física legítima, conforme definida por Weber, ou mesmo com base no próprio consenso, como assinala Bobbio (1995).

Esse mesmo entendimento coloca a política como esfera de ação humana, objeto das relações de poder e, para Bobbio (1995), constituída a partir de uma tríade: o poder econômico, o poder político e o poder ideológico. A relação de poder em qualquer um dessa tríade com o elemento Estado ocorre tanto na esfera do domínio e da força, como na direção de um poder disciplinador e regulador da sociedade.

Para Marx e Engels (2002), o Estado é parte da sociedade, o que nos ajuda a compreender que a noção de sociedade civil vai ser construída como produto das relações antagonistas entre as classes, portanto, não fora do Estado. Assim, segundo Bobbio (1995) argumenta, representa o “conjunto de relações humanas intersubjetivas, anteriores, exteriores e contrárias ao Estado ou sujeitas à sua égide”.

Dessa forma, podemos considerar que a relação entre sociedade e Estado é, portanto, marcada por tensões e embates em torno do poder, tendo o Estado, nesse contexto, um caráter polissêmico, permeado pelas transformações sociais, políticas e econômicas, que se constituem como elementos indispensáveis para pensar a sociedade contemporânea.

Isso nos leva a considerar que revisitar as teorias e os conceitos de Estado, elaboradas no decorrer da história, não nos parece uma tarefa tão simples, pelo fato de muitas análises sofrerem constantes revisitações teóricas e pelo fato de ser um objeto analisado em grande parte por cientistas sociais, objetivando compreender o movimento que torna o Estado tão central nos debates.

Alguns autores clássicos que abordaram a dialética do Estado, seus conceitos e suas múltiplas dimensões, podem ser identificados em grande medida por sua disposição de enquadrar esse conceito de modo mais abstrato-formal, como ocorre em: Weber, que considerou o Estado como o monopólio legítimo da violência física; em Marx, para quem o Estado era um instrumento da burguesia; e em Gramsci, que referiu o Estado como a conjugação entre a sociedade civil e a sociedade política, o que convencionou chamar de Estado ampliado, numa perspectiva de Estado integral.

Entre as formulações teóricas sobre o Estado na contemporaneidade, a abordagem da sociologia crítica, de base marxista e fundamentada em um Estado burguês, tem grande relevância para pensar a política e a sociedade em nosso tempo, dadas as condições sociais historicamente determinadas. Essa compreensão pode ser identificada ao situar o entendimento de Estado moderno, conforme analisa Gruppi (2001, p.10), a partir de duas características:

A primeira característica do Estado moderno é essa autonomia, essa plena soberania do Estado, o qual não permite que sua autoridade dependa de nenhuma outra autoridade. A segunda característica é a distinção entre Estado e sociedade civil, que vai evidenciar-se no século XVII, principalmente na Inglaterra, com o ascenso da burguesia.

Temos, portanto, que as funções do Estado no período mais recente da história encontram espaço para o exercício da autoridade em um conjunto de papéis que se concretiza na regulação, na forma de organização da sociedade, na forma de governo e na economia, o que evidencia uma disputa de poder que conjuga diferentes atores e suas representações sociais.

Por prosseguimento, Marx e Engels (2009) tomam o contexto social de sua época como ponto de partida para analisar a sociedade e as suas relações constituintes, e propor, assim, uma concepção de Estado; por isso o materialismo histórico-dialético é uma concepção filosófica e

metodológica que nos ajuda a compreender alguns percursos sobre a formação do Estado moderno, a partir da relação com o Estado capitalista, marcado pelo conflito entre as classes.

Karl Marx, um dos principais pensadores do século XIX, buscou desenvolver sua teoria crítica do Estado com base nas análises da economia política e das relações sociais de poder. Para Marx, o Estado é considerado uma instituição que representa os interesses da classe dominante e mantém a opressão e a exploração da classe trabalhadora.

Dessa forma, sua abordagem coloca o Estado como uma criação histórica das classes dominantes para manter o poder político e econômico. Isso significa que, em vez de representar o interesse coletivo da sociedade, o Estado é controlado pelas elites econômicas e políticas, que o usam para manter seus próprios interesses.

Além disso, o pensamento de Marx sustenta que o Estado tem uma função ideológica importante na sociedade, que é a de justificar a desigualdade social e a exploração. Por meio de seus aparelhos ideológicos, como a educação, a mídia e a cultura, o Estado dissemina uma visão de mundo que pode tornar natural as desigualdades sociais, quando não faz parecer que essa visão é inevitável e justa. Essa é uma das principais elocubrações que sustentam a ideia de estrutura de classe e sua relação com o Estado, analisada por Marx para relacionar ao seu pensamento conceitual.

Outro aspecto crítico apontado por Marx sobre o Estado é a sua análise das relações entre o Estado e a classe trabalhadora. Para Marx, a classe trabalhadora é a classe revolucionária, capaz de desafiar e transformar as estruturas opressivas da sociedade. No entanto, para que isso aconteça, é necessário que a classe trabalhadora se organize e lute contra o Estado e as elites dominantes, o que coloca a classe trabalhadora na condição de resistência contra os aparelhos repressivos do Estado.

As concepções de Marx sobre o Estado são críticas e transformadoras, pois apontam para o papel opressivo e ideológico que o Estado desempenha na sociedade. Ao mesmo tempo, sua teoria nos oferece uma perspectiva de transformação social, ao identificar a classe trabalhadora como a força capaz de desafiar e superar as estruturas de poder existentes.

Marx, pelo que sinaliza em grande parte dos seus estudos, não se debruçou especificamente numa teoria de Estado, mas situou o Estado dentro do seu modo de ver a sociedade, a partir das relações que estabelecia, o que foi suficiente para contribuir em grande grau com esse debate que se tornou clássico nas ciências sociais.

Entre os temas que de modo coerente possuem certa proximidade com as abordagens marxistas, a afirmativa de que as formas de reprodução do capital são garantidas por meio das formas de regulação estatal, que impõem formas de legitimação da classe, coloca o Estado como

um instrumento de dominação, portanto, reflete a luta de classes, muito bem definida por Marx e por diversos estudiosos. Assim, temos que a sociedade civil integra, nesse contexto, um conjunto de práticas, inclusive econômicas, que ajudam a explicar o Estado.

Entendemos que o Estado possui um papel estratégico para os processos de reprodução social, à medida que reconhecemos sua indissociabilidade em relação aos interesses do capital. Nesse sentido, é possível considerar que os aparelhos ideológicos do Estado agem em torno de uma racionalidade burguesa de dominação. Nas palavras de Marx:

O Estado é a forma pelo qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições comuns passam pela mediação do Estado e recebem uma forma política. (MARX; ENGELS, 2002, p. 74)

Essa é uma compreensão aclarada da concepção marxista de Estado que nos leva a entender, conforme Engels sustenta, que é o Estado da classe dominante (burguesia) que detém os meios de produção e que mantém, por meio de seus instrumentos, formas de oprimir e de explorar. Assim, o Estado moderno é considerado um instrumento para exploração do trabalho assalariado pelo capital. Nessa dimensão do trabalho, acresce a consideração de Marx; Engels (2002) ao pontuar como produto das relações que emergiram da divisão do trabalho social o trabalho dos homens sobre os homens.

Inspirado nas contribuições de Marx sobre as abordagens do Estado, Poulantzas (1968), um proeminente sociólogo e filósofo marxista, desenvolveu sua abordagem teórica acerca do Estado a partir das considerações de Marx. Sua obra, especialmente “Poder Político e Classes Sociais” (1968), oferece uma análise refinada do papel do Estado no capitalismo e nas relações de classe.

O sociólogo defendeu a ideia de que o Estado é uma entidade relacional, uma “condensação material da relação de forças entre as classes e frações de classe” (Poulantzas, 1968, p. 128). Para ele, o Estado não é apenas um instrumento nas mãos da classe dominante, mas, sim, um terreno de disputa e luta entre as classes. Poulantzas argumentava que o Estado desempenha um papel ativo na manutenção das relações de produção e na reprodução das condições de dominação de classe.

Esse pensamento, no entanto, divide opiniões entre os críticos. Um dos principais pontos de inflexão é sua ênfase excessiva na autonomia relativa do Estado em relação às classes sociais, conforme destaca Ellen Meiksins Wood (1995) que critica Poulantzas por sua “tendência a tratar o Estado como um ator autônomo, separado das classes e das relações de produção”

(Wood, 1995, p. 17). A crítica sugere que, ao se concentrar na autonomia do Estado, Poulantzas acaba por desvincular o Estado das lutas de classe e das relações de produção que estão no cerne do sistema capitalista.

Outra crítica direcionada à abordagem estruturalista de Poulantzas pode ser verificada nas análises de Jessop (1990), ao argumentar que “a noção de Estado de Poulantzas é muito abstrata e formal, e não leva suficientemente em conta as especificidades históricas e institucionais dos Estados capitalistas” (JESSOP, 1990, p. 205). Essa crítica aponta para a falta de historicidade e contextualização na análise de Poulantzas, o que, segundo o autor, limita a aplicabilidade de suas ideias a diferentes contextos nacionais e históricos.

Tais considerações se dão nesse discurso como contrapontos que nos ajudam a pensar a natureza relacional do Estado e sua interpretação multifacetada. Admitimos, então, diante do que fora exposto, a defesa de que a concepção do Estado em Poulantzas oferece uma perspectiva teórica valiosa, enfatizando a natureza relacional do Estado e seu papel na manutenção das relações de classe.

Assim, consideramos que reconhecer a natureza de classe enquanto engrenagem do Estado é tão importante como considerá-lo um fenômeno social e político contemporâneo de grande legitimidade. Na perspectiva do Estado burguês, numa democracia burguesa, todos são iguais perante a lei, perante o estatuto jurídico que rege o cidadão. No entanto, essa igualdade jurídica da burguesia não funciona para todos. Assim, o poder político burguês reforça a liberdade que o capital exerce sobre a força de trabalho, uma vez que reproduz a desigualdade social entre a burguesia e o proletariado, entre o empregador e o empregado.

A democracia burguesa vai se colocar como prática do exercício de poder e toma para si o Estado como instrumento para afirmar a igualdade jurídica e política dos indivíduos, possibilitando que o capital se expanda com a intenção de ampliar ainda mais a forma de acumulação e explorar de forma difusa a força de trabalho como condição para reprodução do capital.

Nesse sentido, Marx e Engels (2002, p. 29) assinala que “todas as lutas no âmbito do Estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de voto etc. nada mais são do que formas ilusórias sob os quais são travadas as lutas efetivas entre as diferentes classes [...]”. Dessa forma, é imperativo concordar com o que Santos (1989, p. 115-116) assinala sobre as contradições presentes nas concepções de Estado, sobretudo nos períodos recentes:

Enquanto muitos autores criticam a tendência crescente do Estado para penetrar ou mesmo absorver a sociedade civil e para o fazer de formas cada vez mais autoritárias – o que segundo as formas, ou segundo os autores tem sido descrito como “autoritarismo regulador”, “democracia vigiada”, “neocorporativismo”, “fascismo benévolo” – outros autores convergem na ideia, aparentemente contraditória com a anterior, de que o Estado é crescentemente ineficaz, cada vez mais incapaz de desempenhar as funções de que se incube. (SANTOS, 1989, p. 115-116)

Nesse ambiente, é possível anotar que existem muitas divergências conceituais ao pensar o Estado. Nos estratos anteriores, podemos assinalar que a presença constante da disputa de poder pela hegemonia do aparelho do Estado, se dá tanto do ponto de vista das suas instituições quanto da importância que ele ocupa na reprodução das estruturas sociais de poder, visto, portanto, como indispensável e que atravessa, no sentido amplo, diversos aspectos da vida e, por assim dizer, reflete no campo ideológico e político as tensões que se constituem no seu interior.

A esse respeito, Singer (2021) reforça essa perspectiva ao analisar que uma das principais implicações do poder político nas sociedades organizadas, é o fenômeno de que as classes dominantes tomam o Estado como espaço de disputa. Não por acaso o Estado moderno surge sob as bases de uma burguesia e de uma monarquia absoluta, mais tarde colapsada com a crise do sistema feudal, após ter logrado um longo período de sucesso e crescente expansão.

A ideia de Estado, conforme se verifica, é marcado por processos dicotômicos, isso explica por que o Estado na modernidade tem assumido diferentes formas e funções, evoluindo em resposta às demandas de uma sociedade em constante transformação. Sendo assim, para compreender o Estado moderno, é crucial identificar as concepções que estão colocadas em debate, que contribuam significativamente para moldar a nossa compreensão acerca do papel e de sua relação com o indivíduo e a sociedade.

Na modernidade, o Estado assumiu diversas funções para atender às necessidades de uma sociedade em constante mudança. Entre essas funções, destacam-se: a) garantia da segurança interna e externa – o Estado moderno, conforme sugerido por Hobbes e Weber, deve garantir a segurança de seus cidadãos, tanto em relação a ameaças internas quanto externas; b) promoção do bem-estar social – o Estado moderno, influenciado pelas ideias de Keynes, é responsável por promover políticas públicas que visem reduzir as desigualdades socioeconômicas e garantir o bem-estar da população. Segundo Keynes, “O Estado deve intervir na economia para garantir o pleno emprego e a estabilidade econômica” (KEYNES, 1978, p. 128); c) regulação e supervisão da economia – o Estado moderno tem como função

regular a economia para assegurar um ambiente econômico estável e competitivo, conforme destacado por Polanyi, em “A Grande Transformação” (1957).

No prosseguimento às tendências do Estado moderno, observamos que a evolução do papel do Estado é característica marcante, sobretudo, no que tange à transição do Estado liberal para o Estado social. Para compreendermos melhor como esses modelos de Estado foram sendo produzidos, como se consolidaram, e como se deram as formas de aproximação com a economia, se faz necessário destacar as transformações ocorridas na sociedade após o século XIX.

Angnes; Buffon; Morigi (2011), em análise realizada acerca desta evolução, demonstram que o liberalismo nasce enquanto doutrina, em contraposição ao absolutismo e como constituinte das liberdades pessoais e da defesa da propriedade, uma vez que mesmo a sociedade tendo instituído o contrato social que dá origem à moderna forma de organização política (sociedade política), isso geralmente não prefigura uma negação aos direitos naturais dessa sociedade.

Segundo Bobbio (1994, p. 14), “o Estado liberal nasce de uma contínua e progressiva erosão do poder absoluto do rei e, em períodos históricos de crise mais aguda, de uma ruptura revolucionária”, como aconteceu na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos do século XVII em diante. Nessa direção, é entendido também como um pacto moderno que assegura o mais amplo exercício de direitos entre os indivíduos e sua liberdade.

Não há como falar do Estado liberal dissociado do liberalismo, segundo o qual a sociedade moderna se expressa sob a forma do liberalismo econômico, dada as transformações ocorridas nessa sociedade e no modelo de economia. Portanto, esse é um modelo que, como tal, coloca o indivíduo no cerne dos seus próprios projetos. Importa destacar nesse contexto que o liberalismo se desenvolveu simultaneamente ao surgimento e à ascensão da burguesia, e ao predomínio do mercado como a principal instituição política e econômica, junto a uma progressiva expansão do comércio (POLANYI, 1957).

O mote que impulsionou a ruptura com o modelo absolutista se deu em torno da garantia das liberdades individuais em todas as dimensões. É possível, nesse sentido, perceber que o temário da liberdade não fugiu dos principais acontecimentos à época, quais sejam: a constituição, a inviolabilidade da pessoa e da iniciativa privada em campo econômico; essa liberdade ainda sustenta que a essência do liberalismo está no valor indissociável da propriedade e da liberdade dos indivíduos. (GRUPPI, 2001)

Entre as questões que norteiam a doutrina, a liberdade econômica é supostamente um dos valores liberais que mais se destacaram no século XIX, assim como a própria ideia de que

ao Estado não cabe intervir nas liberdades individuais. Por conseguinte, o Estado passou a ser apenas executor dos direitos, intervindo minimamente nas relações comerciais e na indústria, ao ponto de tal instrumentalização normativa se fazer presente nas constituições que se sucederam.

O liberalismo econômico como doutrina defende que o mercado seja autorregulado e não sofra a interferência do Estado. Isso posto, também esse entendimento se institucionalizou por vias da esfera de proteção individual, caracterizando-se como um liberalismo jurídico na concepção de Matteuci (1983).

Sob essa perspectiva, é correto afirmar que o aparelho estatal estaria mais preocupado com as liberdades do que com a igualdade, que fazia parte de uma concepção democrática de Estado. Para tal cabia instituir os meios que garantissem a plena função do caráter liberal na sociedade. Bonavides (2011) alega que a técnica da separação de poderes é a que melhor atendeu ao modelo, seja da monarquia absoluta seja de democracia liberal, tendo por horizonte aplicável três formas de governo empregados no mundo todo: a monarquia, o parlamentarismo, ou o presidencialismo.

Conforme assinala Bonavides (2011, p.153), este foi o modelo definido pelo ideário liberal, o da separação de poderes, que [...] “convertida em dogma do Estado liberal, assentavam os constituintes liberais a esperança de tolher ou imobilizar a progressiva democratização do poder, sua inevitável e total transferência para o braço popular”. Daí por diante as constituições dos Estados de vários países elegeram tal modelo como instrumento de definição à adesão da doutrina constitucional do liberalismo.

Do ponto de vista histórico, a Revolução Francesa coincide com o período em que predominou o Estado liberal. Nesses termos, o conjunto de aspirações de uma fração da burguesia cuidou para que seus interesses fossem colocados em pauta, como a segurança, a legalidade e a solidariedade. Por outro lado, como o direito estava a serviço da liberdade econômica, as relações contratuais de trabalho eram realizadas entre as partes, cabendo ao direito regular apenas o aspecto jurídico, sem a interferência das instituições burocráticas, dando-lhe o aspecto formal.

Nessa esteira, o mercado contou com as determinações do direito, no intento de regular a economia, o que promoveu, segundo Polanyi (1957), a segurança jurídica ao comércio, e criou um mercado de trabalho com uma mão de obra barata, além de assegurar à iniciativa privada a liberdade (no sentido burguês) para realizar qualquer tipo de atividade lucrativa. Essa compreensão em certa medida foi ampliada com a crença no livre mercado, vislumbrando no

campo da prática a ideia de que, mesmo com a divisão de classe, era possível aos indivíduos comprar ou vender livremente.

Apesar de pregar uma intervenção mínima do Estado na economia, o Estado liberal em certa medida não se ausentou por completo, visto que sua presença era necessária para garantir a manutenção da ordem vigente, ainda que restrito ao aparato jurídico, o que implica outro modo de intervenção.

O liberalismo foi notável pelo crescimento e o desenvolvimento sem precedentes da tecnologia e da produção, apesar dos numerosos infortúnios que continuavam a afligir os trabalhadores. As economias se fortaleceram; a população mundial começou a crescer rapidamente; comunicações, cidades, dinheiro e novas práticas bancárias facilitaram as trocas (STRECK E MORAIS, 2006, p. 66)

O Estado liberal buscou constituir uma agenda representativa do cidadão e da sua autonomia, de modo que se estabeleceu um estranhamento do indivíduo com o Estado, no sentido de garantir a propalada liberdade, ao ponto que a luta da sociedade civil estava encrustada na sociedade burguesa de tal forma, que se tornava imperioso a separação entre o público e o privado. Nesse sentido Saldanha (1986) afirma que o Estado liberal é sinônimo de separação entre o público e o privado, de modo que concomitantemente tanto representa o público quanto é guardião do privado.

Acontece que o Estado liberal tendia às aspirações burguesas e a seus interesses e, como tal, passou a apresentar fraturas por não apresentar no plano ideológico e político uma concepção democrática. Como dito, no plano econômico, as diferenças em torno dos processos de produção se tornaram precárias, as relações entre os detentores dos meios de produção e os trabalhadores, por meio da mais valia, desencadearam um processo de exploração por via do capital (FONSECA, 2000).

Angnes; Buffon; Morigi (2011) destacam que, a partir de meados do século XIX, ocorreram mudanças no conteúdo e nos valores do Estado liberal, que vai tomar para si a responsabilidade pela prestação de serviços públicos em diferentes campos (saúde, educação, previdência, saneamento). Isso altera as funções do Estado e vai reclamar um novo tipo de Estado. Com efeito, essa mudança se expande com a crise do liberalismo, também resultado da Primeira Guerra Mundial, já no século XX.

Apesar da dinâmica histórica e pretenciosa em torno da garantia das liberdades individuais e da garantia dos direitos básicos do cidadão, o Estado liberal não foi suficiente para coibir o surgimento, no século XX, de regimes totalitários que subordinaram as vontades

individuais e subverteram a ideia de soberania em favor da ampliação do poder do Estado, como aconteceu na Itália com o fascismo, na Alemanha com o nazismo e na Rússia com o stalinismo.

Dardot e Laval (2016) analisaram criteriosamente as fraturas que levaram à crise do liberalismo e nesse sentido afirmam que esse processo de esvaziamento durou dos anos 1880 a 1930, quando se observou paulatinamente a revisão dos dogmas liberais nos países industrializados, uma revisão que, na concepção dos autores, se conciliava com as ideias socialistas sobre a direção da economia, criando uma fissura que abriu espaço político para o nascimento do neoliberalismo. Mais adiante, tratamos dos impactos dessa nova ordem sobre a economia global e sobre os processos sociais, ao longo do século XX e do século XXI.

Antes de adentrarmos no debate acerca da transição do Estado liberal, ou conforme Dardot e Laval (2016) chamam, da nova virada, duas configurações do Estado despontam como essenciais e que, em linhas gerais, serão aclaradas em prosseguimento. A primeira diz respeito ao surgimento do Estado social, também chamado de Estado de Bem-Estar Social, e a segunda o Estado burocrático, que emergiu simultaneamente ao Estado Liberal, por consequência do Estado moderno burguês.

Face ao declínio embora não totalizante do Estado liberal que passará por mudanças profundas no século XX do ponto de vista de sua reorganização, por força dos movimentos em defesa do socialismo e da expansão da concepção marxista de Estado, toma relevo a ideia do Estado Social que vem incorporar importantes demandas sociais, tendo por cerne o abandono de uma concepção de Estado mínimo Liberal, para constituir um novo estilo de Estado, fruto das transformações e do consenso social que já estava sendo pensado desde o período pós-guerra.

O Estado social nasce em contraposição ao Estado liberal e fundamentava-se na ideia de justiça e igualdade, uma vez que a liberdade já parecia ter esgotado as tentativas de equilibrar as classes sociais em torno da garantia dos direitos. Não bastasse, ficou claro que não era suficiente que o Estado exercesse apenas a segurança dos indivíduos e garantisse a inviolabilidade dos seus direitos, protegendo-os por meio das constituições: a sociedade esperava mais ação do Estado frente aos problemas sociais que se alargaram principalmente depois das Guerras Mundiais.

A passagem do ideário liberal do Estado para o Estado social resultou em mudanças que haviam sido implementadas pelo liberalismo e que promoveram relações de poder em desequilíbrio, dentre essas, aumento do consumo, hegemonia de grandes grupos econômicos e empresariais, e relações sociais verticalizadas. É nesse contexto que o Estado passa a atuar em áreas que estavam relegadas tanto no contexto individual quanto no mercado, exercendo a tarefa

de regulador da sociedade e do mercado, evitando monopólio, oligopólio, cartéis e outras práticas que logravam prejuízos aos indivíduos. (SGARBOSSA e IENSUE, 2018)

Moraes (2014) destaca que até à Primeira Guerra Mundial havia o predomínio das concepções liberais de Estado que tinham por horizonte a garantia à burguesia de um controle sobre os meios de produção e sobre o processo de acumulação do capital e dos bens produzidos, o que, com o passar do tempo e com as mudanças e transformações no regime capitalista, não foi possível acontecer de forma plena. Ao contrário, tais mudanças, ocorridas com o crescimento das empresas e a concentração de riquezas, fizeram emergir uma pressão por parte dos trabalhadores acerca dos seus direitos sociais, como reconhece Bonavides (2007).

Ainda conforme analisa Moraes (2014), as mudanças que ocorreram na estrutura econômica, por sua vez, tiveram rebatimentos como mudanças na estrutura jurídica, pois os instrumentos jurídicos dispostos no modelo liberal acerca da propriedade privada e do contrato não atendiam às determinações socioeconômicas da época, o que resultou na necessidade de um processo de regulação do Estado, que passa a intervir na ordem social e econômica, colocando, inclusive, limites à liberdade contratual, em nome da garantia dos direitos. Acerca dessa realidade, Sgarbossa e Iensue (2018) explicam:

São paulatinamente proibidos trabalhos insalubres e perigosos a menores, são estabelecidos limites de jornada, é estabelecido o salário-mínimo, entre outras medidas de proteção do trabalhador. O Estado passa a exercer forte regulação em campos que antes eram deixados livres da interferência do Estado. (SGARBOSSA e IENSUE, 2018, p. 150)

Com o advento do Estado de Bem-Estar Social, há uma cisão com as concepções tradicionais que compunham o Estado, uma vez que o Estado Social vai estar pautado no constitucionalismo, cumprindo o papel de intervir de forma efetiva nos diversos setores da sociedade na promoção de políticas sociais. Em conformidade com essa afirmativa, as políticas de proteção social ganharam relevo, a exemplo da promoção do emprego, da seguridade social, da assistência à saúde e da educação.

Destarte, a expansão do modelo de Estado Social não representou apenas um modo de ação do Estado voltado para as minorias ou para uma classe desprovida de recursos, pois, diferente disso, observou-se que a intervenção do Estado em matéria de garantias sociais promoveu o alinhamento do Estado com o capital. Moraes (2014, p.276) analisa que “[...] o Estado de Bem-Estar Social surge como uma nova adaptação do capitalismo à sociedade e, assim, surge como uma necessidade do capital [...]”.

Como se depreende, o Estado social não possui unicamente uma ligação com o desenvolvimento do capital, na verdade, inclui a necessidade de expandir ou mesmo de promover uma igualdade material, inclusive pensada na perspectiva da distribuição de renda.

A esse respeito, concordamos com Pizzorusso (1998), para quem,

O “Estado social” (ou ‘Estado de bem-estar’, com tradução literal da expressão inglesa *Welfare State*), a qual implica (...) uma intervenção estatal mais intensa, tendente a realizar uma redistribuição das rendas pelo menos parcial, a qual pode decorrer, por exemplo, da expropriação dos bens que não sejam adequadamente utilizados pelos particulares de modo a tornar possível sua fruição econômica em proveito da coletividade ou pela adoção de um sistema tributário de caráter progressivo. (PIZZORUSSO, 1998, p. 98)

A esse respeito, Angnes; Buffon; Morigi (2011), defendem, com base em Streak e Morais, que o Estado de Bem-estar Social é produto de dois elementos constitutivos da sociedade: a política e a economia. A política, porque reflete o campo de tensões e de lutas em torno dos direitos individuais, políticos e sociais; e a economia, em virtude do processo de revolução industrial, pois, da mudança de sua base de produção, emergem questões concernentes à segurança dos trabalhadores.

O Estado social, conforme analisamos, traz consigo mudanças significativas nos padrões e valores do Estado moderno. Seu próprio termo, “Estado de Bem-Estar Social” (*Welfare State*), foi empreendido como sinônimo de promoção da segurança, do bem-estar social e econômico, cuja responsabilidade recai sobre a estrutura estatal, tarefas que antes eram delegadas às famílias, à Igreja e às demais instituições.

Embora mantenha sua preocupação com as questões econômicas, permeadas pela sombra do liberalismo, tem-se que o Estado social se configura como legítimo protetor dos direitos sociais e dos valores universalizantes ao assegurar condições para que o cidadão tenha acesso às políticas sociais; é importante, ainda, notar que é do Estado social que vai surgir a concepção mais ampla de Estado Democrático de Direito.

Não obstante, a crítica ao modelo de Estado de Bem-Estar Social recai sobre a perspectiva economicista acerca de uma política de austeridade fiscal que entende que a ampliação dos braços do Estado exige custos elevados e um volume excedente de recursos que oneram a máquina estatal e a partir dos quais serviços, como saúde, educação, previdência e assistência social prefiguram como exponenciais que exigem, além de um planejamento, um grupo de funcionários qualificados para tal serviço (funcionários públicos).

Ademais, essa expansão dos braços do Estado e do aumento das despesas públicas exige um processo de regulação da economia de forma equilibrada. Essas são questões atinentes para observarmos sob quais condições se impõe uma nova razão, desta feita, numa perspectiva neoliberal que produziu uma concepção de Estado mínimo, amplamente discutido no nosso tempo.

Por fim, na esteira do debate, destaca-se uma importante contribuição de Boaventura Santos (2001) para pensarmos sobre o que permeia o Estado provedor. Santos confere quatro elementos estruturais que estão na base do Estado-Providência:

[...] um pacto social entre o capital e o trabalho sob a égide do Estado, cujo objetivo último é compatibilizar democracia e capitalismo; segundo, uma relação sustentada, mesmo se tensa entre duas tarefas do Estado potencialmente contraditórias: a promoção da acumulação capitalista e do crescimento econômico e a salvaguarda da legitimação; terceiro, um elevado nível de despesas no consumo social; quarto, uma burocracia estatal que internalizou os direitos sociais como direitos dos cidadãos, em vez de benevolência estatal. (SANTOS, 2001, p. 185)

Na sequência, esse último aspecto, conforme citado, será tratado no próximo capítulo para promover uma reflexão sobre o Estado burocrático, um modelo de organização estatal que implicou formas de profissionalização e especialização da máquina e que, incorporado à nova lógica do capital, produziu formas de controle e de responsabilização em diferentes campos da administração pública, e caminhou para a emergência dos princípios da Nova Gestão Pública.

Diante das mais variadas interpretações dadas ao fenômeno do Estado, as relações que se apresentam nos aproximam das discussões acerca das relações de poder, constituídas como regras do jogo, conforme nos apresenta Gramsci, numa concepção de Estado ampliado que busca conjugar Estado e sociedade civil como tecido social denso. Isso vem fortalecer nosso entendimento de que as relações de poder em suas diferentes dimensões se conectam a uma perspectiva mais ampla de Estado, conforme assinala Poulantzas, quando sugere uma condensação de forças entre as classes.

Essa constitui uma importante sinalização para nos situar em relação ao campo de interesses que tem sido o Estado, ao mesmo tempo que nos apresenta alternativas de conceber a realidade como um dado a ser investigado a partir de determinado contexto histórico-político, na direção do que Gramsci coloca como a conjugação da sociedade política com a sociedade civil.

2.2 CONCEPÇÕES DE ESTADO NUMA PERSPECTIVA GRAMSCIANA

O conceito de Estado em Gramsci, no que se refere ao arcabouço teórico para análise de políticas públicas, envolve tratar as relações entre a sociedade civil e o Estado como campo tanto de tensões como de consensos em torno de constituir-se aparelho de hegemonia; por isso compreende as relações que são forjadas no âmbito da ação do Estado, compreendido aqui como as políticas públicas em ação.

Tratar o conceito de Estado nessa perspectiva requer associar o modo como a sociedade civil atualmente se configura (conjunto de organizações e instituições) e a forma como a sociedade política (conjunto de instituições públicas e seu aparato coercitivo) atuam frente às demandas sociais, objetivando responder aos problemas que envolvem um conjunto de decisões políticas acerca da governança e de garantias à população; por isso, frequentemente se recorre ao conceito de Estado para percorrer as acepções que melhor explicam dada realidade.

Entendemos ser chave a concepção de Estado ampliado no nosso estudo, dado o caráter do jogo de forças entre os vários atores sociais e políticos, que compõem o tecido social e se articulam de diferentes formas na defesa de interesses, tanto de classe quanto de frações, consideradas hegemônicas em determinado contexto que, de forma intencional, tem buscado se consolidar no espaço do Estado, seja em forma de adesão voluntária do próprio Estado, representado pela máquina governamental, seja pela forma de incidência que esses atores privados têm ocupado em diferentes espaços de legitimação das políticas.

Portanto, consideramos que Gramsci, ao nos apresentar uma nova abordagem de Estado, nos auxilia a compreender a partir de quais elementos sócio-históricos se constituem tais relações; por isso trazemos essa discussão para elucidar parte do movimento de interpenetração do setor privado com o setor público, resultado dessa correlação de forças. Jacomini (2020) considera que o Estado não pode ser visto, nesse contexto, apenas como uma estrutura burocrática que está a serviço de um determinado grupo.

Antonio Gramsci, um dos mais influentes filósofos marxistas do século XX, trouxe importantes atualizações em relação ao pensamento marxista, inclusive aplicando-as aos debates mais modernos em relação à sua compreensão de Estado e sociedade. Através de sua obra, especialmente nos “Cadernos do Cárcere” (1929-1935), Gramsci desenvolveu o conceito de Estado ampliado, que engloba tanto as instituições políticas tradicionais, quanto as esferas culturais e ideológicas. Esse conceito tem sido fundamental para entendermos a ideia de poder, hegemonia e das lutas de classe no capitalismo.

De acordo com Gramsci, o Estado não deve ser compreendido apenas como um aparelho repressivo e coercitivo, mas também como um conjunto de instituições e práticas sociais que desempenham um papel ativo na construção e manutenção do consenso e da dominação. Ele escreve que “O Estado é a totalidade das instituições políticas, jurídicas e administrativas, mas também das instituições educativas, culturais e ideológicas que criaram para a reprodução das relações sociais” (GRAMSCI, 1971, p. 12).

O conceito de *Estado ampliado* de Gramsci rompe com a concepção mais restrita do Estado como mero instrumento nas mãos da classe dominante, mas apresenta a ideia de hegemonia, como resultado de confluências que levam determinados grupos e frações a se tornarem mais ativos e dirigentes. Isso implica considerar que a luta de classes não é apenas uma questão meramente de lutas aceleradas e políticas, mas também de lutas culturais e ideológicas.

Gramsci também apresenta o conceito de “hegemonia” como a capacidade da classe dominante estabelecer e manter seu domínio não apenas através da força, mas também através do consentimento e do consenso. A hegemonia, segundo Gramsci, é construída através de uma “guerra de posição” nas diversas esferas da sociedade, incluindo as instituições culturais, educacionais e ideológicas que compõem o Estado ampliado. Conforme destaca o filósofo, “a classe dominante, no exercício de sua hegemonia, deve obter o consentimento das classes subalternas e, ao mesmo tempo, organizar seu próprio domínio e liderança” (GRAMSCI, 1971, p. 57).

Ao desenvolver o conceito de Estado ampliado, Gramsci enfatiza a importância das instituições da sociedade civil, como escolas, universidades, igrejas, meios de comunicação e outras organizações culturais, no processo de lutas contínuas na construção e manutenção da hegemonia. Essas instituições, segundo Gramsci, desempenham um papel crucial na disseminação das ideologias e dos valores da classe dominante, consolidando seu domínio sobre as classes subalternas e legitimando as relações sociais existentes.

A concepção de Estado ampliado tem sido amplamente utilizada por teóricos para analisar as dinâmicas de poder e luta de classes em torno do capitalismo contemporâneo. Seu conceito permite uma compreensão mais densa e complexa do Estado, pois reflete o modo como questões econômicas e políticas, definem certos princípios e concepções que regem a sociedade, e que servem tanto para manutenção como para contestação de formas hegemônicas de poder que operam no plano intelectual e moral dos indivíduos.

Ao descrever a ideia de sociedade civil como elemento do conceito de Estado ampliado, Gramsci buscou relacionar, no contexto das frações de classe, outro importante elemento da sua

abordagem, que é o papel dos intelectuais, e toma a noção de sociedade civil como um conceito complexo e multifacetado. Portanto, para compreender a sociedade civil em Gramsci, é necessário analisar como ele descreve o Estado, a luta pela hegemonia e o papel desses intelectuais na construção do consenso, na formação da opinião pública, e mesmo na direção política.

A sociedade civil no pensamento gramsciano é o conjunto de instituições e organizações não estatais, como sindicatos, partidos políticos, escolas, igrejas e meios de comunicação, que desempenham um papel fundamental na formação das ideias, valores e crenças dos indivíduos. Essa esfera é um espaço de disputa ideológica e cultural onde diferentes grupos sociais lutam pela hegemonia, ou seja, pela dominação intelectual e moral.

Isso se coloca nos moldes da subjetivação do conceito para análise das políticas públicas, a forma como, a depender da correlação de forças nos diferentes espaços de poder, os governos ou a sociedade tencionam seus projetos e definem em qual direção as políticas públicas caminham, assim como definem a agenda das políticas, se tendem a conformar os interesses dos grupos com os interesses da sociedade política, em detrimento das demandas da sociedade. O que temos observado é que cada vez mais as pressões da sociedade civil junto à sociedade política têm levado à convergência de políticas, mas também provocado fraturas nas políticas de interesse geral da sociedade.

Para Gramsci, a luta pela transformação social e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária deve passar pela sociedade civil, através da conquista da hegemonia e da criação de um novo consenso. Ele defende a formação de uma “contra-hegemonia” e a construção de uma “vontade coletiva” que articule os interesses e as aspirações dos grupos subalternos e desafie a dominação das classes dominantes.

É possível compreender que em Gramsci o Estado não pode ser entendido apenas como uma instituição de controle político, mas como um organismo composto por duas esferas inter-relacionadas: a sociedade política e a sociedade civil. Nos “Cadernos do Cárcere”, Gramsci (1971) escreve que o Estado conjuga a sociedade política com a sociedade civil, numa espécie de hegemonia acorrentada à força.

A hegemonia, para Gramsci, é a capacidade de uma classe ou grupo social de liderar e dirigir a sociedade, estabelecendo suas próprias ideias e interesses como universais e legítimos. Essa dominação não se dá apenas pela força, mas principalmente através do consenso e da persuasão. Por isso o Estado se apresenta como uma máquina de repressão que permite o domínio de uma classe sobre outra, pois goza de uma hegemonia que alcança os diferentes polos de subjetivação do sujeito, seja no campo político ou epistemológico e mesmo na esfera

do controle. Neste ponto, destaca-se que a hegemonia se coloca como elemento-chave para manutenção do poder.

Nesse contexto, Gramsci acrescenta que os intelectuais desempenham um papel crucial na sociedade civil, já que são responsáveis por criar, disseminar e legitimar as ideias e valores que sustentam a hegemonia de uma classe ou grupo social. Gramsci separou dois tipos de intelectuais: os orgânicos, que estão diretamente ligados a uma classe ou grupo social na defesa de seus interesses, e os intelectuais tradicionais, que se apresentam como independentes e neutros.

Em suma, a sociedade civil em Gramsci é um espaço fundamental de luta política e cultural, onde diferentes grupos sociais disputam a hegemonia e buscam construir consensos em torno de suas ideias e interesses. A análise gramsciana da sociedade civil oferece uma perspectiva crítica sobre o papel das instituições e dos intelectuais na formação de ideias.

Ainda em relação ao Estado na sua perspectiva ampliada, Gramsci entende que há uma conformidade entre a estrutura, (base econômica) e a superestrutura, constituída pela base ideológica e política, que formam um vínculo dialógico em torno de um bloco histórico. Nesse contexto, os aparelhos privados de hegemonia que possuem relativa autonomia, em matéria de organização, possuem um papel estratégico no desenvolvimento do Estado, pois representam uma fração de classe que se legitima a partir do consenso, objetivando assegurar a manutenção desses processos de dominação sobre outros grupos.

Essa visão pode ser associada a alguns episódios das últimas décadas, sobretudo, no âmbito da política, quando se verificou que, no contexto da busca por consenso, as divergências entre os interesses políticos e os interesses de uma dada fração de organizações e instituições privadas, em que nem sempre se sobressaiu o consenso, mas que provocou rupturas políticas e um desagregado de crises tanto no contexto político quanto no contexto social, que impactaram o modo de governança do país e reverberaram as forças hegemônicas de atuação.

Gramsci toma a relação de classe, pela sua função produtiva, como um dos elementos para focalizar o Estado, a fim de reiterar que não é meramente uma concepção de Estado que se reduz à expressão das relações econômicas e configura-se como tal; mas uma relação com novos atores “intelectuais” que vai constituir uma nova conexão das funções que o Estado assume.

Essa compreensão direciona o pensamento gramsciano para formular o conceito de Estado integral, ou Estado ampliado, cujas determinações incluem o Estado e a sociedade civil (muito aclarado por Gramsci como organizações privadas, não unicamente imbuídas dessa

natureza, mas com funções semelhantes), como agentes que se conjugam nessa nova dinâmica social, cuja materialidade não se pode confundir com um tipo de governo.

Gramsci vai defender, nas suas definições sobre o Estado, que é no espaço da sociedade civil onde os intelectuais se constituem, não apenas na compreensão do poder do Estado como ditadura burguesa, mas num quadro em que emergem o que vai chamar de aparelhos privados de hegemonia. Conforme destaca Liguori e Voza (2017), para Gramsci, são necessárias para dar vida ao Estado: arma e religião, força e consenso, sociedade política e sociedade civil.

Conforme exposto, podemos dizer que a governamentalidade do Estado, aqui tomando a ideia de Foucault (2008) acerca das técnicas e procedimentos de um tipo de poder, cria condições para construir o consenso em torno de um Estado educador e ético, na acepção de Gramsci, que educa para o consenso, mesmo que para isso tenha que lidar com estratégias que permitam aglutinar suas ideias com a sociedade civil para construir seu projeto hegemônico.

O conceito de Estado em Gramsci é muito amplo e alcança a dimensão das relações de poder, uma vez que reverbera os conflitos de classe no seu interior, na busca pelo consenso. Ainda adentra no campo das relações entre política e economia, pois reflete os processos de dominação e de luta, preposto da emergência de um capitalismo de Estado, cuja materialidade se imprimiu no desenvolvimento de forças produtivas e de blocos hegemônicos que congregam interesses gerais do Estado.

A propósito, conforme expõe Gramsci (2006, p. 26), o bloco histórico enquanto um conceito dialético justapõe a sociedade política com a sociedade civil, originando uma célula mais ampla; seria a “(...) unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos”. Gramsci com essa conceituação busca explicar como as classes subalternas, por meio de um movimento de guerra de posição, articulam as bases políticas para a formação de um novo Estado.

Por conseguinte, essa é outra conceituação chave, desenvolvida por Gramsci: o conceito de “guerra de posições”, definido como uma estratégia política e cultural voltada para a conquista da hegemonia e a transformação social. O conceito foi desenvolvido nos Cadernos do Cárcere (1929-1935) e reflete a análise de Gramsci sobre a complexidade das sociedades ocidentais e a necessidade de uma abordagem mais ampla acerca da mudança social.

A guerra de posições, diferente da guerra de movimento que é uma ação política e militar mais direta e imediata, envolve uma luta prolongada e multifacetada em várias frentes, incluindo política, cultural, ideológica e educacional, por espaço na sociedade. Para explicar, Gramsci escreve que “A guerra de posição exige lutas ideológicas e políticas prolongadas e persistentes, nas quais o objetivo é transformar a sociedade de dentro para fora, conquistando

corações e mentes”, isso posto, compreende sua ocupação em espaços de construção de identidades, como escolas, igrejas, sindicatos, partidos políticos, entre outros.

Nesse contexto, a guerra de posições enfatiza a importância da sociedade civil como um espaço crucial de luta pela hegemonia. Chama-nos atenção o fato de que, para Gramsci, é fundamental conquistar a hegemonia cultural, antes de assumir o poder político. Ele argumenta que “a conquista do poder cultural é anterior ao exercício do poder político e econômico, e o campo da cultura é o campo de batalha principal da guerra de posições”. Nesse sentido, importa considerar que guerra de posição e a guerra de movimento refletem mais o modo como se busca a hegemonia, seja por vias da coerção, seja vias do convencimento.

A guerra de posições envolve, portanto, a construção de uma “contra-hegemonia” que desafie e supere as ideologias e práticas dominantes, articulando uma nova “vontade coletiva” e promovendo a formação de uma consciência crítica e emancipatória. Gramsci enfatiza a necessidade de criar alianças entre diferentes grupos subalternos e construir uma frente unificada que possa enfrentar o poder das frações de classes dominantes, para tanto, considera que a aliança de todas as forças progressistas e revolucionárias, em uma frente única, é a condição necessária para a vitória na guerra de posições. (GRAMSCI, 2006).

Nesse sentido, a guerra de posições também implica a formação de intelectuais orgânicos que atuem como agentes de mudança e que sejam capazes de conectar-se às massas e traduzir suas aspirações em um projeto político e cultural alternativo. Segundo Gramsci, são os intelectuais que representam as classes dominantes e subalternas e que devem mediar a luta em torno da hegemonia.

Portanto, consideramos ser, tal movimento, uma estratégia política e cultural complexa, que se consolida a partir de lutas políticas de longo prazo, voltadas para a conquista da hegemonia e a transformação social, portanto, tal conceito enfatiza a importância da sociedade civil na construção de alianças e na formação de intelectuais orgânicos no âmbito de uma luta por transformação social, no campo da justiça e da igualdade. A esse propósito, ao associar a sociedade civil aos aparelhos privados de hegemonia, Gramsci se concentra na análise do poder e do controle cultural e ideológico exercido pelas classes dominantes na sociedade.

Segundo Gramsci, a hegemonia é estabelecida e mantida não apenas através da força e do Estado, mas também por meio de uma rede complexa de instituições culturais e ideológicas que formam o que ele chamou de “aparelhos privados de hegemonia”. Esses aparelhos atuam na sociedade civil e são responsáveis por produzir e disseminar valores, crenças e ideologias que legitimam e reforçam a dominação de uma classe ou grupo social. Gramsci define que a

tarefa do aparelho de hegemonia é buscar o consenso e homogeneizar as massas no seu aspecto cultural e ideológico. (GRAMSCI, 2006).

Conforme já expresso, há um número crescente de grupos privados que gozam de hegemonia em vários espaços de governo e que buscam fabricar narrativas que corroboram concepções construídas em torno de um capitalismo de Estado, enviesado pelo caráter economicista, cujo modelo impõe uma nova racionalidade para pensar o que é público associado à ineficiência e, assim, construir uma noção de privado que, fundamentado numa perspectiva gerencial e empresarial, se coloca como tábua de salvação ao Estado.

Os aparelhos privados de hegemonia são considerados instituições que desempenham um papel fundamental na socialização dos indivíduos e na formação de sua consciência e identidade. Gramsci destaca que a atividade humana fora das atividades profissionais é resultado de uma atividade política, educativa ou pedagógica, ou seja, a prática social fora do espaço profissional se constitui uma forma de cultura.

Para Gramsci (2006), os aparelhos privados de hegemonia são essenciais na construção e manutenção do “senso comum” que consiste nas ideias e crenças amplamente compartilhadas e aceitas pela sociedade, mas que, na realidade, refletem os interesses e valores das classes dominantes. Ele escreve que o senso comum não é algo rígido e imóvel, mas algo que está em transformação, como ocorre com nossas experiências cotidianas.

Nesse contexto, a luta pela transformação social e a emancipação dos grupos subalternos deve passar pela desconstrução e contestação dos aparelhos privados de hegemonia e pela criação de novos espaços e formas de cultura e conhecimento. Isso implica a formação de uma “contra-hegemonia” e a articulação de uma “vontade coletiva” que representem os interesses e aspirações dos grupos subalternos.

Assim, podemos dizer que os aparelhos privados de hegemonia em Gramsci são fundamentais para entender a reprodução do poder e do controle cultural e ideológico exercido pelas classes dominantes na sociedade. A análise desses aparelhos oferece uma perspectiva crítica sobre o papel das instituições culturais e ideológicas na manutenção da hegemonia e na resistência e transformação social.

Na mesma direção que Gramsci, retornamos a Poulantzas (2000), que analisa as configurações do Estado capitalista pelas relações de classe no interior da máquina estatal. Ele busca perspectivar o Estado de modo relacional, sem ignorar o seu lugar no contexto das lutas de classe e chama atenção para o caráter especializado das instituições que exercem a função estatal, o que evidencia o modelo burocrático de Estado.

Poulantzas (2000) ainda demonstra o caráter dual do Estado, resultante da luta entre as classes subalternas e a classe dominante do bloco no poder, que devido à incorporação de certas demandas desses grupos dominados, realizam certas concessões que mais fragilizam as lutas no interior dessas frações de classe, constituindo, dessa forma, estratégias de dominação face a objetivação da reprodução do capital. Conforme Poulantzas (1977, p. 187) destaca:

Esse bloco no poder – entendido como resultado da coalisão política das diferentes frações da classe dominante sob a dominação de uma fração hegemônica... bastante precária e, dado o alto grau de competitividade entre si, dispõe de uma capacidade limitada para fazer certas concessões à classe dominada tão necessárias a própria reprodução do sistema capitalista no longo prazo.

Essas são perspectivas que se coadunam com Gramsci sobre uma visão ampliada do Estado, cuja articulação no plano material dá-se de modo dialético. A despeito dessas ideias desses grandes teóricos, são essas concessões do Estado (garantia de educação para todos, seguridade social etc.) que garantem que determinadas reivindicações de algumas frações de classe detenham uma força perspicaz que pode, a longo prazo, contribuir para o fortalecimento da hegemonia do bloco no poder.

3 GLOBALIZAÇÃO DO CAPITAL E CAPITALISMO DEMOCRÁTICO: NOVOS MODOS DE REGULAÇÃO

O neoliberalismo conseguiu, ao longo destas últimas décadas, mudar a lógica do capitalismo de tal modo que modificou a forma do comportamento do mercado, o qual passou a interferir de modo particular na vida da sociedade, promovendo mudanças também no papel do Estado. Enquanto as crises cíclicas do capital pareciam impor certos limites à expansão do modelo de produção vigente, ocorriam processos inversamente opostos, como o surgimento de modernas estratégias de reinvenção, que ampliavam seu escopo para que frações da sociedade aumentassem seu poder de acumulação e de lucro.

Um movimento de expansão do capital que agrega cada vez mais uma ampla rede de organizações, intelectuais, estados-nação, dos mais variados estatutos, a combinar políticas públicas, tanto no nível micro quanto no nível macro, para se ajustarem sob a forma de acordos com interesses hegemônicos que tentam ao máximo consolidar a lógica do capital como única, em favor de uma nova concepção de setor público, baseada na concorrência e no lucro, na eficiência e eficácia, com vistas a resultados.

O debate seguinte traz uma contextualização sobre o processo de globalização do capital e em seguida uma reflexão sobre o processo que caracterizou, segundo Dardot e Laval (2016), a grande virada do liberalismo para o neoliberalismo, momento importante que marca grandes processos de mudança da política e da economia no início do século XXI e que se tornou base de sustentação das formas vigentes do capital e da política econômica que tem se estruturado a partir de processos de regulação, desregulação e formas de controle. Por último, tratamos da racionalidade neoliberal que tem marcado as transformações da sociedade no plano individual.

3.1 A GLOBALIZAÇÃO DO CAPITAL E SEUS DESDOBRAMENTOS

Para começo de conversa, vamos pontuar alguns acontecimentos históricos que vão demarcar importantes fenômenos que antecedem a grande crise na década de 1970, para melhor compreendermos os problemas decorrentes das crises do capitalismo que contribuíram para o processo de globalização do capital, a partir da década de 1980, quando, simultaneamente, emergiu o neoliberalismo. Podemos dizer que esse fenômeno diz respeito a uma etapa evolutiva do capitalismo mundial que se refletiu no processo emergente do regime de acumulação, com uso de novas estratégias.

Pelo que se verifica nos estudos sobre esse processo, a reestruturação do sistema produtivo é produto da combinação de grandes conglomerados financeiros e de grupos oligárquicos que se expandiram mundialmente em busca de ampliar o processo de acumulação e reprodução do capital com vistas ao lucro. Portanto, é um fenômeno que expressa um conjunto de determinações políticas e econômicas com rebatimento nas relações entre o capital e o trabalho, o Estado e a política.

Chesnais (1996) destaca:

A mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação, de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan. (CHESNAIS, 1996, p.34)

Desse ponto de vista, podemos considerar que o processo de mundialização do capital é visto como um processo de mudanças nas relações econômicas e no modo de produção capitalista, recorrente do histórico movimento de acumulação do capital que permaneceu forte após a crise das décadas de 1970 e 1980. Isso se dá principalmente com as transformações nas

relações entre o capital e o Estado por intermédio da necessidade de abertura e internacionalização do capital.

Durante o pós-Segunda Guerra Mundial, a partir de 1944, o capitalismo passou pelo apogeu da sua expansão, considerada por muitos teóricos como a “idade de ouro” do capitalismo ou como a “Era gloriosa”, período em que os Estados Unidos da América (EUA) se tornaram o epicentro do mundo capitalista, com a organização de um conjunto de acordos que compunham o sistema monetário internacional (Bretton Wood), que tornou o dólar uma moeda de grande valor no mercado mundial. Além disso, tornou-se o principal responsável pelo levante da economia do Japão e da Europa. É nesse contexto que surgem dois importantes componentes do sistema monetário, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM).

Santos (2003) observa que, além de se tornar o grande financiador dos países para recuperar a economia capitalista, os EUA foram fundamentais para estruturar os acordos em termos de transações internacionais, necessárias para reerguer a confiança na economia mundial que acabara de sair de um contexto de instabilidade. Nesse período do pós-Segunda Guerra Mundial, registram-se alguns eventos, como a ampliação dos processos de industrialização, a elevação do consumo e um clima estável, que provocou um nível extraordinário de acumulação do capital.

Acontece que o processo de acumulação, após chegar a determinados limites de exploração, tem como tendência a sua estagnação pelo acúmulo de excedente, em virtude do próprio processo de expansão da industrialização. Nesse sentido, observou-se, a partir da década de 1960, uma fase em que em alguns lugares, como na Europa, principalmente nos países da Alemanha, Grã-Bretanha e França, inicia-se um processo inverso de crescimento, com a queda nas taxas de lucro nos períodos que seguem até a década de 1970. (SANTOS, 2003).

Esse fenômeno, conforme destaca o autor, deveu-se às transformações nas relações de produção e na valoração da mais-valia, advindas de um amplo processo de intensificação da concorrência, que resultou no aumento de salário dos operários, elevado poder de compra, organização dos operários contrários aos processos de precarização do trabalho, ocasionando o aumento de custos e suposta queda nos lucros nas empresas.

Outro fenômeno não menos importante foi a centralidade que os EUA adquiriram com a padronização do valor do dólar, atribuído ao ouro, que provocou uma corrida dos países a reestabelecerem suas moedas com base nesse padrão dólar/ouro. Antes, porém, observa-se, segundo Santos (2003), que as estratégias adotadas pelo Bretton Wood não foram suficientes para reerguer a Europa, uma vez que na medida em que a economia dos EUA se tornou

hegemônica, provocou também uma escassez de dólares devido à sua capacidade de produção ser menor que o tamanho da sua economia, pela procura de uma parcela grande de países capitalistas, interessados no fluxo de câmbio.

Por conseguinte, o chamado Plano Marshall, no período da Guerra Fria, estimulou a circulação para a Europa e para o Japão de um fluxo muito grande de dólar, o que foi suficiente para alavancar a economia capitalista nos países centrais. Esse fenômeno também provocou uma maior concorrência e, como consequência, um decréscimo no papel dos EUA na economia mundial, impulsionado pela sucessiva queda do excedente advindo do comércio e da indústria, o que posteriormente culminou numa crise da moeda americana, em virtude de déficits na balança comercial, encargos e despesas do governo, levando a um clima de insegurança em relação à política monetária internacional. (Santos, 2003).

Diante desse quadro, conforme analisa Santos (2003), os governos passam a operar no sistema de taxas de câmbio flutuantes e procuram aumentar suas reservas de crédito em busca do capital, o que levou à ampliação da dívida pública em muitos países. Os Estados nacionais perdem o controle sobre o fluxo de capital, na tentativa de obtenção de ganhos. O que ocorre é que nesse período do pós-guerra o Estado passou a atuar de forma híbrida, “combinando medidas monetárias e financeiras, regulamentação do trabalho, política de rendas e ocupação dos espaços produtivos (capital público e nacionalizado). (Santos, 2003, p. 86).

No entanto, no início da década de 1970, o Estado se vê sob a hegemonia Keynesiana e adota a política financeira como padrão para organização do orçamento, dos investimentos e de consumo, no entanto, ao mesmo tempo tem que enfrentar uma crise no setor petrolífero e a superacumulação do capital. Enquanto instrumento necessário ao processo de acumulação do capital nesse período pós-guerra, o Estado se viu numa trincheira entre a desregulação e implementação de estratégias anticíclicas como saída para a crise que se instaurava. (SANTOS, 2003).

A partir do entendimento do contexto que levou à crise da década de 1970, com a elevação das taxas de desemprego, alta da inflação, aumento das taxas de juros, a crise monetária, a globalização financeira, entre outros eventos que marcaram a desaceleração do crescimento econômico mundial, e que levou ao endividamento de muitos países, é possível fazermos um paralelo do que restou como herança para a sociedade na atualidade. O momento de crises que a economia mundial passou nesse período engendrou uma nova fase de desenvolvimento do capitalismo chamada *globalização do capital*. Apesar das crises, concordamos com Streek (2018) ao afirmar que há uma crise contínua do capitalismo nas sociedades democráticas.

Durante a década de 1970, a crise provocou uma redução abrupta nas taxas de lucro e uma série de problemas que levou o capitalismo a promover políticas de liberalização e desregulamentação do mercado que culminaram numa nova forma de acumulação de capital chamada de *mundialização do capital* ou, como muitos teóricos interpretam, a globalização do capital. Esse processo é marcado pela construção de um ideário pós-fordista que prescreve um conjunto de medidas que deveriam ser implantadas para que a crise fosse vencida a partir da reestruturação produtiva.

O que se apresenta é que, a partir da década de 1970, assiste-se a um conjunto de mudanças no mercado concorrencial do capitalismo, como efeito da evolução tecnológica, do oligopólio e da financeirização do mercado e da concorrência, que deram lugar a um novo ciclo de acumulação do capital, a partir do fenômeno da globalização financeira e do retorno deliberado da hegemonia dos Estados Unidos.

A propalada globalização do capital teve como pano de fundo o retorno dos EUA, principalmente na década de 1980, ao cenário mundial, com uma nova engenharia política e financeira. Isso vai se dar por meio de um conjunto de medidas de caráter econômico como a liberalização dos fluxos de capital, entre outras, que recolocaram a moeda americana no centro dessas mudanças e retornaram o país à sua posição hegemônica no capital mundial.

A globalização financeira, consequência das políticas de desregulação dos mercados, aliada a outras políticas liberais, contou com a importante contribuição de muitos governos nacionais. Conforme analisa Fiori (2017), ocorreu:

[...] uma série de decisões estatais, onde se destacam a revalorização do dólar decidido pelo banco central norte-americano em 1979, o fim do controle do movimento de capitais decidido, quase junto com a liberação das taxas de juros pelos governos inglês e norte-americano. Iniciou-se ali um vasto processo de desregulamentação monetária e financeira que permitiu o surgimento dos mercados de obrigações interconectados internacionalmente onde os governos passam a financiar os seus déficits, colocando títulos da dívida pública nos mercados financeiros globais e transformando-se em reféns da “ditadura dos credores”... outra decisão política foi absolutamente decisiva: a liberalização dos mercados de ações (o 'big bang')... por último o período pós 1990, em que são incorporados ao mundo das finanças desreguladas e globalizadas, os “mercados emergentes” do ex-mundo socialista e da América Latina (FIORI, 2017, p. 91).

É nesse contexto que emerge um novo tipo de liberalismo econômico que culpabiliza o intervencionismo estatal pelo declínio do processo de acumulação. Tem-se, nesse sentido, o surgimento do paradigma neoliberal, inspirado nas políticas aplicadas nos governos Thatcher (1979) e Reagan (1980). De acordo com Santos (2003), entre as primeiras medidas implantadas

por esses governos estão a estabilidade monetária, a redução dos gastos com as políticas de bem-estar social e a rejeição ao pleno emprego. Por conseguinte, ampliou-se o escopo das orientações neoliberais com a privatização e desregulamentação da economia, consideradas fundamentais para sustentar tal paradigma e que resulta na diminuição da função reguladora do Estado.

Outro modo de ação das orientações neoliberais foi a defesa da abertura econômica e a inserção no setor público de diferentes mecanismos de responsabilização baseadas numa lógica empresarial, objetivando a incorporação de práticas voltadas à melhoria dos serviços por meio da eficiência e eficácia. Destaca-se ainda que as medidas de rejeição ao pleno emprego desse modelo de política macroeconômica vão impactar de modo acentuado as relações de trabalho, pois resultarão na flexibilização das leis, na precarização das condições de trabalho, na flexibilização dos contratos, na diminuição dos postos de trabalho e no aumento das desigualdades sociais.

Assim, corroborando as considerações de Santos (2003), podemos considerar que

Essa nova fase do desenvolvimento capitalista, marcada pela hegemonia do pensamento macroeconômico neoliberal e por significativas transformações ocorridas na internacionalização do capital a partir da década de 70, será denominada de globalização do capital. (SANTOS, 2003, p. 89-90)

Ao analisarmos as características conceituais do termo globalização do capital, é possível inferir que se trata de um amplo movimento de reprodução do capital que, marcado pelo ápice e, em seguida, pela crise de acumulação, encontra estratégias para se reinventar por meio de políticas combinadas entre o mercado e o intervencionismo do Estado para conferir hegemonicamente uma nova posição à ordem burguesa dominante.

Após a década de 1980, o regime de acumulação torna-se majoritariamente financeiro, rentista e com forte tendência a atender às determinações do capital. Por seu turno, outro fenômeno que fortaleceu o regime de acumulação foram as instituições bancárias e não bancárias que, por meio da transação dos fundos de pensão, das aplicações comuns e dos títulos públicos, tornaram-se os principais responsáveis pelo crescimento financeiro do período, acrescido da apropriação pelas instituições dos rendimentos advindos dos títulos da dívida pública dos Estados-nação nos mercados cambiais, que passam a integrar essa dimensão rentista de ampliação do lucro. (SANTOS, 2003)

Destarte, o padrão de acumulação do capital nessas últimas décadas fora impulsionado pelos investimentos internacionais, sobretudo por meio do Investimento Estrangeiro Direto

(IED), que registrou um crescimento exponencial a partir das operações e investimentos nos bancos, seguros, títulos e ativos financeiros na bolsa de valores. Por referência, ainda se registra o crescimento significativo das fusões e aquisições de empresas que têm se destacado nessas duas primeiras décadas do século XXI. (CHESNAIS, 1996)

Nesse cenário de ofensiva neoliberal, marcado por processos de desregulamentação e flexibilização, pela hipervalorização das políticas monetárias, pelas mudanças nas bases tributárias dos governos que causam a diminuição das receitas e consequente aumento da dívida pública, assim como pela privatização de ativos públicos para o setor privado, diminuem as funções de regulação do Estado, alterando substancialmente o seu papel, podendo levar a crises severas.

Em relação a esse cenário, Santos (2003) defende, com propriedade:

A globalização do capital não é inclusiva. Enquanto o modelo de acumulação do pós-guerra, através das políticas keynesianas de desenvolvimento e do *Welfare State*, promoveu uma rede de proteção social, elevadas taxas de ocupação e, nas economias capitalistas periféricas, impulsionou a industrialização, favorecendo a superação das suas estruturas arcaicas, o atual regime de acumulação leva a um duplo movimento de polarização. A polarização interna em que, cada vez mais, ampliam-se as diferenças de rendas e a exclusão social. A polarização internacional, resultante da concentração e centralização do capital e da situação do oligopólio como forma característica da oferta, aumentou o fosso entre os países centrais, que comandam a acumulação capitalista, e os da periferia. (SANTOS, 2003, p. 95)

Conforme verificamos nesse excerto, houve uma mudança no regime de acumulação do capital industrial para o um regime de acumulação rentista, o que provocou desigualdades tanto no nível macro quanto no nível micro, e que levou à liderança de grandes conglomerados econômicos, forçando o Estado a redesenhar novas formas de atuação frente à economia global, tendo em vista a diminuição gradativa de seu papel regulador.

Levando em consideração a fase atual do capitalismo, em que se observam constantes tensões comerciais entre as grandes potências econômicas, cenários de conflitos armados, surgimento da inteligência artificial e das cripto moedas enquanto mercado paralelo ao capital-dinheiro, momentos de instabilidade financeira que levam os Estados-nação a dependerem cada vez mais de um nível de confiança global para executarem suas políticas econômicas e fiscais, podemos considerar que as forças do mercado operam em sua máxima potência, dadas as condições tecnológicas e materiais fornecidas pela tecnologia da informação e comunicação, engendrando novas relações entre o capital e o Estado.

3.2 BUROCRACIA E REGULAÇÃO: CONTEXTOS EMERGENTES

Abordar o tema da burocracia estatal, seu contexto histórico e as atuais implicações na realidade social exige certo grau de abstração que não pretendemos aprofundar nesse estudo. Dessa forma, tomaremos por orientação as considerações de Abrúcio e Loureiro (2018) que trazem elementos pujantes para traçarmos um pensamento relacional acerca do temário e sua interlocução com os processos educativos em curso, sobretudo, no contexto das políticas educacionais e dos processos de regulação.

Para começo de conversa, é importante trazermos uma conceituação acerca da burocracia por meio de Abrúcio e Loureiro (2018), que utiliza Weber como principal teórico para explicitação das suas abordagens. Conforme analisam, a burocracia do ponto de vista conceitual inicialmente se referia ao corpo de funcionários do Estado com seus saberes e práticas, um conceito que se amplia a partir do século XIX e XX e passa a incorporar, a partir das ponderações de Weber, o profissional especializado das empresas, cuja função está na racionalização da estrutura organizacional.

Na perspectiva do senso comum, o termo burocracia muitas vezes é empregado para designar um excesso de exigências em certos trâmites no serviço público ou privado, que dificultam ou impedem a realização de determinados fins, conforme assinala Chiavenato (2004) ao definir que

[...] a burocracia é visualizada geralmente como uma empresa, repartição ou organização onde o papelório se avoluma, impedindo as soluções rápidas e eficientes. O termo é também usado para o apego dos funcionários aos regulamentos e rotinas, causando ineficiência da organização. O leigo passou a dar o nome de burocracia aos defeitos (disfunções) do sistema e ao sistema em si mesmo. (CHIAVENATO, 2004, p. 15)

Como observamos, mesmo no sentido popular e pejorativo, a burocracia mantém certa aproximação com a sua finalidade no que concerne à racionalização da coisa pública e a busca pela eficiência. Desse modo o conceito de burocracia remete de maneira geral à busca por melhorar o desempenho das instituições com fins específicos, sendo o saber técnico na perspectiva de Abrúcio e Loureiro (2018), características burocráticas indispensáveis nos tempos atuais.

Essa concepção voltada para um saber especializado, somada a critérios meritocráticos e certa estabilidade, deu forma ao que hoje chamamos de *concurso público*, assim como emergiu no seio da estrutura organizacional, instituições e agências de controle, cujo

recrutamento exige alto nível de conhecimento técnico. Esse fenômeno ganhou relevo principalmente com a Revolução Francesa, a partir da qual a ideia de servidor público passou a fazer parte da estrutura do Estado, tornando-se, portanto, a burocracia um sinônimo da administração pública.

Para Abrúcio e Loureiro (2018), a partir desse momento, o surgimento das burocracias modernas passou a fazer parte de um conjunto de reformas em vários países, em busca de melhorar o desempenho da máquina estatal, sua expansão, a ampliação de processos de responsabilização e controle sobre os governos, e a criação de políticas públicas em diferentes áreas sociais. Importante lembrar que esse não foi apenas um momento de pura adaptação, mas um processo que envolveu lutas políticas em torno de um dos grandes obstáculos enfrentados para sua concretização, que era o patrimonialismo cujas derivações, como coronelismo e clientelismo, são exemplos de formas desenvolvidas no Brasil.

De acordo com Weber (2004, p. 130), “a burocracia constitui o tipo tecnicamente mais puro de dominação legal. Nenhuma dominação, todavia, é exclusivamente burocrática, já que nenhuma é exercida unicamente por funcionários contratados”. Conforme Weber aduz, esse pensamento já considerava, no contexto pré-moderno, a conformação de forças políticas muito intensas na definição de um corpo de funcionários, e numa realidade em que os funcionários eram selecionados por meio de critérios diversos, alheios ao perfil técnico e burocrático, cujas relações se davam em torno de um modelo de dominação tradicional (aquele que manda e aquele que obedece), conforme destaca o sociólogo nos seus estudos sobre os tipos de dominação (legal, tradicional e carismática).

Nesse sentido, Weber vai propor um conjunto de características os quais se constituem como bases para a administração burocrática, aplicáveis no âmbito das empresas, mas, sobretudo, na administração pública, conforme Abrúcio e Loureiro (2018) sintetizam:

- 1) A seleção do corpo de funcionários deve ser feita segundo critérios de mérito e especialização técnica, por meio de processos universais de recrutamento;
- 2) O cargo burocrático supõe estabilidade funcional, de modo que as funções e as políticas devem ser contínuas;
- 3) O emprego público é atividade profissional que exige remuneração fixa, carreira e uma série de garantias para dar autonomia administrativa à burocracia;
- 4) A administração burocrática pauta-se por princípios de hierarquia funcional bem definidos, de mando e subordinação entre autoridades superiores e inferiores, tanto no plano interno ao funcionalismo, como na sua relação com os agentes políticos;
- 5) As atribuições de seus membros são fixadas formalmente, em leis ou regulamentos, com clara definição e distribuição das atividades necessárias ao cumprimento dos objetivos visados. (ABRÚCIO E LOUREIRO, 2018, p. 26)

Conforme destacam os autores, estas seriam as características de um tipo ideal weberiano de burocracia que em seu exercício puro pode apresentar certos limites, a depender do modo como cada país organiza a provisão dos serviços públicos, assim como devem ser levadas em conta as mudanças em termos de direção política que engendram determinados regimes políticos os quais favorecem ou não um modelo típico de burocracia nos moldes weberiano, cujo objetivo maior centrava-se na racionalização da estrutura administrativa do Estado, a fim de melhorar os serviços públicos e romper com as formas de patrimonialismo impostas por determinados governos.

Para Abrúcio e Loureiro (2018), não basta tomar como ponto de partida apenas o prisma da racionalização, é preciso notar que a burocracia, assim como os dirigentes eleitos, constituem-se como os dois atores políticos centrais do mundo moderno, cuja relação é marcada pela crítica e pelas constantes tensões e dilemas na esteira da política e da administração, com as devidas ressalvas, inclusive, entre teóricos da Nova Gestão Pública (NGP) e da *Public Choice*, em relação ao modelo, por se aprestar encrustado nos seus próprios princípios e características como a neutralidade e impessoalidade e crescente profissionalização, entre outras questões necessárias ao debate.

A crítica ao modelo weberiano de burocracia não retira o mérito das definições que Weber desenvolveu, pelo contrário, auxilia no adensamento e robustez da teoria e constitui uma possível contribuição para melhorar os processos burocráticos com base no entendimento de diferentes realidades sociais e políticas com o passar do tempo. De forma cirúrgica, Abrúcio e Loureiro (2018, p. 28) apresentam a definição de algumas teorias que o levaram a pensar o modelo puro de burocracia e, para tanto, traz ponderações importantes que merecem destaque.

Embora as acepções de Max Weber sejam consideradas um expoente das teorias mais elaboradas acerca da burocracia e do poder burocrático, Woodrow Wilson (2005), político e acadêmico, ex-presidente dos Estados Unidos, idealizou um movimento de reformas no país, propondo reflexões importantes sobre a relação entre a política e a administração, por vezes próximas do senso comum e de alguns teóricos da NGP. Tais reformas problematizam a necessidade de conter certos tipos de contaminação das políticas públicas por interesses e benesses que contribuem para a ineficiência da máquina administrativa, com base na realidade americana. (Abrúcio e Loureiro, 2018)

Wilson propôs, como saída para esses desvios, uma separação entre a política e a administração. Tal modo consistia em definir funções claras dentro do sistema, orientadas por critérios universais e meritocráticos de acesso ao serviço público. A proposta de Wilson (2005)

pode ser definida por três princípios: o primeiro é que caberia aos políticos, eleitos por seu devido processo, definir as diretrizes das políticas públicas e caberia aos burocratas, por meio do seu conhecimento técnico, implementá-las e evitar interferências políticas e de outros interessados; o segundo princípio é que questões políticas e administrativas têm natureza diversa, assim, as questões burocráticas deveriam ser guiadas por critérios científicos, o que lhes conferiria objetividade e neutralidade; o terceiro princípio é o de que o mundo da administração deveria ser apolítico, distante das tensões e dilemas que sofrem o processo de implementação das políticas.

Tais proposições foram refutadas por alguns teóricos clássicos da mesma linha de investigação, sobretudo a partir da realidade do século XX, o que foi destacado no estudo de Abrúcio e Loureiro (2018). Entre as principais questões levantadas está a de que as políticas públicas não são implementadas da forma pura, como são pensadas e planejadas, devido às circunstâncias que se apresentam e às interferências dos diversos atores envolvidos, tanto os políticos quanto os burocratas, nas suas diferentes fases e contextos de implementação. Essa crítica nos remete à análise do Ciclo de Políticas desenvolvido por Ball e Bowe (1992) acerca das fases de implementação de uma política, que é composta por diferentes contextos.

Acerca do ciclo de políticas, Mainardes (2006) destaca:

Os autores propuseram um ciclo contínuo, constituído por três contextos principais: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Esses contextos estão inter-relacionados, não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares. Cada um desses contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates (MAINARDES, 2006, p. 50)

Ainda em relação ao modelo apresentado por Wilson (2005) acerca do fortalecimento de processos baseados na meritocracia, na ampla capacidade técnica dos burocratas e na sua neutralidade, ante o desenvolvimento de modelos mais bem aplicáveis, recai um questionamento importante sobre a existência de conflitos de poder, tanto no interior dos grupos de burocratas, por haver uma diversidade de técnicos e especialistas nas mais diferentes áreas, quanto na relação com os políticos e com a população, e outras tensões, que ultrapassam as questões meramente técnicas.

Para Wilson (2005), a relação de complementaridade entre a política e a administração resultaria na anulação das principais tensões no campo da administração. Abrúcio e Loureiro (2018) analisam que a visão wilsoniana, ainda muito pujante sobre as questões centralizadas na meritocracia, requerem ser pensadas à luz das demais contribuições teóricas e, ainda na

perspectiva weberiana, algumas proposições como a *accountability* democrática da burocracia, merecem ser aprofundadas com o adequado rigor, dadas as realidades sociais nos diversos países do globo.

Por conseguinte, a visão desenvolvida por Marx Weber suscita questões muito pertinentes para pensar os paradigmas modernos do processo de racionalização, aplicáveis tanto às empresas como aos Estados, para os quais a burocracia se apresenta como um guarda-chuva das questões voltadas à modernização e padronização dos sistemas administrativos, conforme vimos na atualidade. Portanto, a ideia de separação entre a política e administração desenvolvida por Wilson envolveria a modernização dos sistemas políticos.

O contexto em que se fundamenta o poder burocrático para Weber apresenta desafios a serem superados na relação entre burocracia e administração no século XX. Determinadas especificidades que cercam a dinâmica das hierarquias e a forma como o poder burocrático em diversos momentos se opõem à lógica política refletem um campo tanto relacional quanto tenso. Abrúcio e Loureiro (2018) destacam tais características como próprias de uma forma de poder que muito influenciou a estrutura dos Estados e das empresas e, em certa medida, se aperfeiçoou para outros meandros na contemporaneidade.

Weber via a burocracia como uma ameaça às liberdades individuais pelo seu caráter disciplinador e afirma que o poder burocrático cria um ambiente regulado por normas de condutas próprias da lógica profissional, com tendência a se expandir a diversos campos que ao mesmo tempo limitam as capacidades criativas. O teórico considera esse, um movimento que não tem volta.

Ao analisar o contexto político, os autores apontam que houve um movimento de instabilidade das lideranças políticas, de seu processo formativo e das posições, como aconteceu no parlamento com a presença de *lobbies*, assim como o burocratismo nos cargos observado na Alemanha onde todos os ministérios do governo eram ocupados por funcionários de alta patente civil e militar. Acerca desse fenômeno, Weber vai propor um conjunto de sugestões para conter os avanços do poder burocrático. Entre as proposições destacam-se:

- a criação de outras instituições, como as agências reguladoras, ou mesmo dar independência às já existentes, como o Banco Central, necessárias para haver um equilíbrio de forças no sentido de evitar a concentração de poder dos burocratas;
- criar mecanismos de controle mútuos entre burocracia, partidos políticos, parlamento, mercado, cidadãos e líderes com a *accountability*;
- formar um quadro de novas lideranças políticas com um perfil criativo e inovador, capaz de submeter os burocratas ao seu controle.

Abrúcio e Loureiro (2018) consideram que permanecem algumas tensões no contexto contemporâneo, mas prevalece, sobretudo, uma hibridização dos papéis, ocasionando o que vem chamar de “burocratização da política e politização da burocracia”. Esse fenômeno se deu pela ampliação das políticas públicas que requerem alto grau de especialização para que os políticos possam atuar de forma interdisciplinar nessas áreas, necessitando, nesse caso, contratar burocratas especialistas, uma vez que as políticas aprovadas pelo congresso são um tanto genéricas e requerem a participação dos burocratas para direcionar os processos de implementação.

Nas palavras de Abrúcio e Loureiro (2018, p. 35), “os burocratas atuam não apenas na administração ou na execução de programas ou políticas de governo, mas também participam dos processos de tomada de decisão do poder executivo”. Além dessa realidade, esse processo de hibridização ampliou o lócus de atuação nos campos da burocracia, de modo que tais funcionários ampliaram a capacidade de realizar negociações, gerir conflitos e gerar consensos, tarefas muito particulares dos políticos.

Essa é uma realidade muito presente nas últimas décadas desse século, tendo em vista o surgimento de diferentes modelos pós-burocráticos, como o modelo gerencial das políticas públicas e o avanço de novas configurações de Estado que rompem com a ideia de um Estado regulador e caminham para a perspectiva do Estado-avaliador, concepções adensadas no contexto das recentes reformas do Estado, como também na compreensão da Nova Gestão Pública, marcada pelas características de eficiência, eficácia e gestão por resultados.

Quanto aos processos de ampliação do burocratismo, embora não possuam as mesmas características e não sejam homogeneizantes em todos os países, constata-se, segundo o estudo realizado pelos autores, que os políticos em sua grande parte não são totalmente alheios às questões técnicas que envolvem as políticas públicas e que os separam dos burocratas, pois possuem alguma formação técnica ou se tornaram especialistas em algumas áreas de atuação, conforme a necessidade e, quando não, contam o apoio de assessorias ou especialistas, a exemplo das assessorias que auxiliam o legislativo em matérias específicas que requerem estudos mais aprofundados.

Observa-se que, conforme avançam os processos de hibridização das funções, as relações entre políticos e burocratas vão se tornando bem menos visíveis e, no plano teórico apresentado por Wilson (2005), o que permanece possível à separação entre burocratas e políticos pode ser encontrado na *accountability*, que pressupõe processos de responsabilização pela qualidade das políticas e seu percurso de implementação, tanto entre os especialistas

quanto entre os dirigentes eleitos, embora não seja consenso a forma como deve ocorrer esse processo.

Nessa encruzilhada, Abrúcio e Loureiro (2018) discutem duas visões opostas que se colocam como propositivas a esse hibridismo. De um lado, os defensores e economicistas do *Public Choice* apontam a descrença na capacidade dos políticos eleitos de elaborarem políticas sérias e comprometidas que sejam racionais, inclusive do ponto de vista econômico, assim como consideram que os burocratas não conseguem tomar decisões adequadas, apontando como saída a diminuição do tamanho do Estado (Estado mínimo); por outro lado, os pluralistas destacam que os governos democráticos devem formular políticas conforme as necessidades da população, não direcionadas apenas à perspectiva técnica. A tomada de decisões sobre possíveis alinhamentos nas políticas públicas devem se dar no campo democrático entre o ambiente político; as decisões, por sua vez, devem ser fruto de negociações e consensos entre os vários atores políticos e sociais.

Abrúcio e Loureiro (2018), em linhas gerais, apontam que as oposições clássicas permanecem no pensamento contemporâneo, consignadas na relação entre Estado X economia e entre burocracia X democracia. Os autores ainda identificam que o desafio maior das democracias contemporâneas tem sido a combinação de uma gestão eficiente das políticas públicas do Estado com os princípios democráticos de participação dos diversos atores políticos na tomada de decisões; portanto, a responsabilização é um processo contínuo que deve permear os processos de racionalização e eficiência da administração pública, no caso do Estado, por meio de órgãos e instituições competentes.

A partir do exposto, merece destaque a seguir o caso brasileiro, cujo modelo de formação da estrutura administrativa se deu na contramão das reformas, como vinham acontecendo em outros países, em virtude do caráter patrimonialista do Estado que refletia o modelo colonial e que implicou um modo particular de burocracia como veremos a seguir.

As tensões marcadas pelo processo de burocratização, racionalização e globalização formam temas que sempre permearam o imaginário sociopolítico do Estado brasileiro, o que de fato implica considerar a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre as suas bases de fundação e sua estrutura, numa relação com a sociedade, sobretudo por não possuímos um modelo único de Estado, mas na sua trajetória histórica, observarmos uma espécie de hibridismo que ora tende a um modelo burocrático, ora se aproxima de modelos autoritários.

O desenho teórico-conceitual apresentado por Abrúcio e Loureiro (2018) é bem elaborado, pois nos situa no contexto histórico desde a emergência do Estado brasileiro e suas bases, até os momentos que sucederam o período da redemocratização do país em 1988, além

de realizar uma imersão paralela a eventos de relevo para abstrairmos como se consolidou a administração pública no Brasil.

A formação da estrutura política e do aparato administrativo e burocrático do Estado brasileiro, embora só tenha início com a sua independência de Portugal em 1822, não pôde deixar de lado o longo período de colonialismo e seu Estado absolutista, junto à sua forma de organização. Abrúcio e Loureiro (2018) anunciam que nesse período podem-se identificar duas formas de organização administrativa no Brasil: uma que possuía uma perspectiva centralizadora por meio do Conselho Ultramarino e da Igreja Católica, e tinha por dirigente o governo-geral, nomeado em virtude do declínio das capitânicas hereditárias; e a outra baseada na descentralização da estrutura do poder por meio das câmaras municipais e das capitânicas hereditárias.

As colônias de Portugal eram reféns dos valores tradicionais, uma vez que a constituição do Estado moderno brasileiro assumia outras feições, caracterizadas pelo envolvimento do capital privado, o que favoreceu o desenvolvimento de processos regulamentados no centralismo, com força maior as formas de patrimonialismo que passaram por mudanças no século XVIII com as reformas pombalinas de Portugal, levando à formação de um quadro de lideranças político-administrativas para ocupar os altos escalões nas colônias.

Conforme analisa Sorj (2000), as origens do patrimonialismo brasileiro têm íntima relação com o colonialismo português e constituem um traço característico das desigualdades sociais a partir de um grupo dominante, que se apropria dos recursos em favorecimento dos seus próprios interesses e em detrimento das minorias. Nas palavras de Sorj (2000, p. 7)

:

O termo “patrimonialismo” foi largamente empregado nos estudos sobre o Brasil para caracterizar a apropriação privada dos recursos do Estado, seja pelos políticos ou funcionários públicos, seja por setores privados. Como tal, contrapõe-se a um tipo ideal de sociedade liberal ou moderna na qual o Estado está separado do mercado, em que as burocracias funcionam de acordo com regras universais e o governo expressa os projetos das representações políticas constituídas a partir da sociedade civil. (SORJ, 2000, p. 7)

É importante a consideração de Sorj (2000) acerca do patrimonialismo, pois era uma realidade que impunha uma moeda de troca, seja em termos de garantir favoritismo políticos ou mesmo no sentido de garantia de empregos, uma realidade que se deu a partir de quando a sociedade passou a conceber os valores modernos e a separar o poder político do poder econômico.

Esse quadro foi responsável pela ocupação dos altos cargos no governo, com relevante importância na formação do Estado brasileiro e sobretudo no processo de independência, no entanto, mantinha o regime escravagista como forma de garantir a manutenção do poder da elite política e econômica. Com a independência do país, os processos burocráticos se tornaram mais presentes, pois se exigia uma estrutura organizada do Estado. (Abrúcio e Loureiro, 2018)

A burocracia era composta por membros que possuíam uma maior qualificação, pertencentes à elite brasileira e participavam das principais decisões e diretrizes políticas do país, no entanto, não eram admitidos segundo os critérios universalistas como o concurso público, mas por meio da meritocracia e de apadrinhamentos, servindo de agência para garantir os empregos em troca de favorecimento político, fenômeno conhecido como *clientelismo*.

Nessa perspectiva, concordamos com Sorj (2000) ao afirmar que o patrimonialismo converge para o surgimento de outros modelos, como o clientelismo, que enseja práticas de alguns setores para obter vantagens e leva ao emprego de pessoas pouco qualificadas a ocuparem postos de trabalho. Além do mais, converge para a admissão de um número elevado de funcionários sem concursos e para situações em que se observam vantagens de salários e benefício de forma demasiada. Essa era uma situação que tendia a enfraquecer os laços sociais com o Estado.

A fase da Primeira República, conforme analisa Abrúcio e Loureiro (2018), não logrou êxito em torno de um projeto de modernização do Estado, em vez disso, a burocracia centralizada causou desequilíbrios na política, pois o poder político em sua maioria era concentrado nas mãos das oligarquias rurais, o que levou o sistema a recorrer às suas antigas bases de sustentação política, mediadas pelo modelo clientelista e pelo coronelismo para legitimar o processo eleitoral, frequentemente contaminado por fraudes. Os autores chamam a atenção para o fato de que foi nesse período, que corresponde ao final do século XIX, que houve uma maior expansão das reformas burocráticas e o país não acompanhou esse movimento.

Isto posto, dois importantes acontecimentos marcam a passagem desta fase, no que se refere à formação de um quadro de pessoal da administração do Estado: a criação das Forças Armadas e do Itamaraty, e, na década de 1930, a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), órgão responsável pelo processo de modernização e institucionalização da primeira reforma administrativa, cujo objetivo centrava-se em ampliar o papel do Estado por meio de intervenção no campo econômico e social, e em melhorar os processos burocráticos a partir do DASP.

Conforme analisa Pereira (1996):

Os princípios da administração burocrática clássica foram introduzidos no país através da criação, em 1936, do DASP — Departamento Administrativo do Serviço Público. A criação do DASP representou não apenas a primeira reforma administrativa do país, com a implantação da administração pública burocrática, mas também a afirmação dos princípios centralizadores e hierárquicos da burocracia clássica. (PEREIRA, 1996, p. 12)

O DASP tinha uma importante função enquanto principal órgão da administração pública, dentro dos moldes weberianos. A ele foi atribuída a tarefa de organizar os concursos públicos, supervisionar a carreira do pessoal, além do caráter formativo de realização de cursos e treinamentos para formação de uma estrutura de pessoal com os mais elevados níveis de profissionalização. Essa foi a primeira proposta de reforma, iniciada no governo do presidente Vargas que propunha a construção de um aparato burocrático para o Estado, por meio da meritocracia, no entanto, com uma grande fissura no modelo, pois permanecia simultaneamente o padrão clientelista como critério para distribuição dos cargos. Conforme Abrúcio e Loureiro (2018), o modelo de administração criado por Vargas foi além da reforma, pois incorporou a criação de políticas públicas em diferentes áreas.

O modelo daspiano sai de cena, quando passa a fazer parte apenas da administração direta, por intermédio do fim da Era Vargas e da implantação do modelo de administração indireta que, na perspectiva de Pereira (1996), seria o primeiro indicativo de surgimento de um modelo de administração pública gerencial, cuja materialidade se dava a partir na criação de empresas estatais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) e outras autarquias. Abrúcio e Loureiro (2018)

Por conseguinte, no governo de Juscelino Kubitschek, prevaleceu o hibridismo que articulava a administração indireta e o clientelismo de tal modo estruturado como no governo Vargas que promoveu mudanças significativas na implantação de um quadro de burocratas de alta patente, agora com a administração indireta, impulsionando o desenvolvimento econômico e industrial do país, ao mesmo tempo em que promoveu o controle do Estado e um modelo burocrático com base na meritocracia.

Ainda no contexto histórico político acerca da burocracia, no regime militar, optou-se por uma linha de pensamento nos moldes tecno-burocráticos, como uma proposta de minimizar a rigidez da estrutura burocrática, por meio da descentralização e maior autonomia da administração indireta, processo legalmente instituído por meio do Decreto-Lei n.º 200, que promoveu segundo Pereira (1996, p.12), “a transferência das atividades de produção de bens e serviços para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Para o autor era um momento de expansão e busca por maior eficiência das empresas estatais.

As empresas Estatais assumiram condições de funcionamento muito próximas do modelo empresarial, especialmente quando se trata do recrutamento e remuneração, inclusive com inscrição nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e, portanto, possibilidade de contratação de especialistas temporários ou permanentes, o que ocasionou a dispensa do concurso público como critério para admissão na carreira pública. Nesse período, observa-se que as empresas estatais possuíam ampla autonomia para definir sua política de preços e salários, mas com certa dependência das condições macroeconômicas. (IPEA, 2010)

De acordo com o Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) (2010), a Reforma Administrativa de 1967 objetivava a adequação do aparelho do Estado ao desenvolvimentismo que, na verdade, tratava-se de um modelo de administração pública com características de empresa privada, um fenômeno tratado por Pereira (1996) como de transição do modelo burocrático para o modelo gerencial, que se dava num contexto político em que os partidos e a sociedade deveriam interferir minimamente nas políticas governamentais, um modelo que perdurou, conforme analisa Abrúcio e Loureiro (2018), até o final da década de 1970.

O período da redemocratização do país, com a Constituição Federal de 1988, marca um período de abertura política que ampliou a participação dos cidadãos, assim como a anotação na Carta Magna dos direitos fundamentais garantidos à população, através de mecanismos que democratizassem o Estado brasileiro. Nesse contexto, tem-se a reconstrução do Ministério Público (MP), a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), entre outros órgãos e agências reguladoras, importantes instrumentos de *accountability* do setor público. (Abrúcio e Loureiro, 2018).

As evidências acerca de uma maior intervenção estatal, com a ampliação dos direitos sociais e a criação de políticas públicas em novos setores da sociedade, promoveram mudanças na estrutura da administração pública, sobretudo com o processo de descentralização, importante mecanismo da Constituição Federal de 1988 que implicou a qualificação do federalismo brasileiro e o processo de municipalização que deu maior autonomia política, financeira e administrativa aos estados e municípios.

Ademais, antes de adentrarmos no contexto das várias reformas, principalmente da Reforma do Estado brasileiro, realizada em 1995, e que também permeia nossa análise, retornamos ao plano teórico das implicações burocráticas no campo da educação, com destaque a partir da década de 1930, quando o Estado passa a estruturar o seu sistema educacional.

Levando em conta o percurso histórico da tradição educacional, cujo modelo de formação dos sistemas de ensino dá-se a partir da hierarquia da sala de aula, esse fenômeno já reflete forte ralação com o modelo de burocracia moderna. Dessa forma, compreendemos que

é possível articular certas temáticas, como é o caso da educação, com as formas burocráticas desenvolvidas no século XX, especialmente no contexto de forte influência do capitalismo, e da dinâmica de expansão da escolarização pública no Brasil.

Embasados numa perspectiva weberiana que entende a burocracia como um instrumento de dominação do tipo racional-legal, é oportuno refletirmos acerca das dimensões históricas de como se estruturou o sistema educativo brasileiro, sobretudo organizados a partir da década de 1930, com a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, a inscrição na Constituição de 1934 da educação como direito de todos, bem como a importante reforma e estruturação da educação brasileira por meio da Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, que culminou no surgimento de várias instituições educacionais de relevo no Brasil.

O processo de expansão e progressiva democratização do ensino no Brasil acompanhou ao mesmo tempo o desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, a educação assume em cada contexto histórico um caráter de reprodutor da ordem vigente e dessa forma imprime as mudanças históricas assim como o modelo de burocracia que, mais na frente, vai sofrer alterações significativas a partir da implantação, inicialmente, de uma lógica gerencial da educação com implicações no cotidiano das escolas.

Acontece que essas mudanças históricas vieram acompanhadas de um caráter vinculante com as determinações de uma cultura burocrática no interior da estrutura educacional. Isso sobremaneira refletiu no modo de hierarquia das disciplinas, na formação do currículo escolar, na distribuição do tempo pedagógico, nas exigências de formação de um quadro de profissionais dentro de uma lógica meritocrática, que são exemplos de como a organização do sistema educacional reverbera as características da burocracia na educação.

Nesse sentido, concordamos com Melo Júnior (2010) quando ele afirma que

A educação, pública ou privada, também é considerada como prestação de serviço destinada a um público específico, e, portanto, pelas concepções weberianas, as instituições educacionais também estariam sujeitas aos “tentáculos” da burocracia moderna (MELO JÚNIOR, 2010, p. 149).

Portanto, isso nos aduz a considerar um conjunto de elementos que compõem a educação escolar, suas relações com a ideologia e a cultura, e os efeitos de poder que o processo de construção do conhecimento escolar inegavelmente sofre ao longo do tempo.

Com efeito, a educação escolarizada foi marcada por formas de dominação, construídas no paradigma da relação sujeito x objeto, numa hierarquia de saber entre aquele que aprende e aquilo que se aprende a partir de quem ensina. Isso nos ajuda a compreender as estratégias que asseguram a reprodução dos mecanismos burocráticos e das relações de poder, cuja base se dá

na formação cultural dos sujeitos, dentro de um padrão aceito socialmente e a partir do processo de inculcação de determinados valores e normas por meio da educação.

Por isso, Moreira e Silva (2001), quando se refere ao currículo escolar como elemento fundamental na formação dos sujeitos, sustenta que, no plano das ideias, o currículo transmite uma visão social que está vinculada aos interesses de diferentes grupos que se colocam em posição superior, representados por uma classe (burguesia). Nesse contexto o modelo de produção capitalista influencia a organização do Estado e impacta a forma de organização do ensino, com novas configurações do trabalho que exigem muito mais do que um saber técnico com base nas demandas crescentes por profissionalização, para atender as necessidades do mercado de trabalho em expansão. Na visão de Melo Júnior (2010),

[...] com o advento do capitalismo e sua burocratização, o ensino e a educação especializada adquirem papel importante na formação de quadros técnicos gabaritados para exercerem as funções que lhes são destinadas. Para além do aumento de competência profissional, a aquisição de diplomas de cursos superiores, técnicos e outros serve como forma de separação e classificação hierárquica dentro de setores públicos e privados [...] (MELO JÚNIOR, 2010, p. 157)

Disso decorre que as exigências de formação técnica e qualificação profissional vão concorrer para que as instituições de ensino se tornem uma organização burocrática dotada de regramentos, normas, documentos e um modelo de classificação dos estudantes baseado na meritocracia. A esse respeito convém destacar que essa necessidade de qualificação adequada para assumir altos cargos levou a uma corrida desenfreada por títulos acadêmicos.

O diploma, dentro de uma lógica burocrática, na perspectiva weberiana, é uma porta de acesso a um determinado prestígio social, como também contribui para formar um capital cultural que permite mobilidade social. Nas palavras de Weber (1999, p. 231), “o aperfeiçoamento dos diplomas, o clamor pela criação de atestados de formação em todas as áreas, em geral, serve à constituição de uma camada privilegiada nos escritórios públicos e privados”. Crítico a essa perspectiva, Bourdieu (2003) vai classificar o diploma como o capital institucionalizado, que adquire um valor simbólico de reconhecimento, embora não seja condição para seu sucesso em determinadas carreiras, por possuírem um conjunto de atributos e de valores que divergem em cada classe social.

A partir daí, podemos perceber que o Estado passa a possuir uma influência muito grande na definição dos seus mecanismos burocráticos, assim como constrói lógicas de controle e regulação que objetivam construir certo tipo de sujeito social, por meio do processo formativo

e das exigências do capital, que permeiam as escolhas por determinadas políticas públicas educacionais, e se transformam em laboratórios de novas práticas, como é o caso da administração escolar, que incorporou ao longo do século XX um novo sentido a essa prática, em resposta a uma espécie de esvaziamento do poder burocrático.

Drabach e Mousquer (2009), a partir da década de 1980, explicam que o movimento em torno da Constituição Federal eclodiu em novas perspectivas à gestão da educação, adquiriu um viés sociológico e envolveu temas, como democracia e cidadania, e princípios constitucionais. Também representou uma crescente crítica ao modelo tecnocrático do regime militar, baseado na administração de empresas, o que promoveu um movimento em torno do aumento da eficiência das instituições e do seu modelo de administração.

Leão (1945), ao analisar o contexto histórico do surgimento da administração da educação, sugere que esse termo é inspirado no processo de organização de diversas instituições, companhias, empresas, associações industriais ou comerciais bem estruturadas que, portanto, serviram de referência para a organização da educação, em que pese a administração de pessoal e dos recursos financeiros.

Pereira (1996) explica que foi após a II Guerra Mundial que a influência do modelo de administração de empresas passa a ser referência para a administração pública. Essa influência veio acompanhada de uma atualização da relação federativa, implicando processos de descentralização e flexibilização que vão ganhar terreno em muitos países. Com efeito, só a partir da década de 1970, com a crise do Estado e consequente derrocada da burocracia, dá-se início a novas reformas do tipo gerencial.

De qualquer modo, Lima (2021) vai dizer que, por ser muito criticada por suas características excessivamente técnicas, pela ambição por constituir um modelo de estrutura do Estado com base na racionalização dos seus processos, inclusive pela suposta relação com as questões econômicas, a burocracia passou a ser alvo das críticas relacionadas à ineficiência da máquina estatal, ao excesso de regras formais e às formas de controle do Estado, o que levou a seu esgotamento, embora não de forma completa.

Coaduna-se a esse fato o movimento de reformas que ocorrera em outros países nesse mesmo período, como no Reino Unido, Nova Zelândia, Austrália e Estados Unidos, onde se deu com maior profundidade. No Reino Unido, principalmente, essa cultura baseada na mudança da administração pública ao estilo empreendedor das empresas recebeu o nome de Nova Gestão Pública (NGP), muito debatida nas primeiras décadas desse século, ao lado do contexto de regulação do Estado. Esse novo modelo será tratado a seguir.

Em linhas gerais, concordamos com Lima (2021) ao concluir essa breve reflexão, quando esse autor argumenta que:

Agora, considerada lenta e cara, típica do Estado e das organizações e administrações públicas, a burocracia só poderia ser vencida através da adoção dos princípios do mercado e da gestão privada, ignorando, dessa forma, que o mercado e as empresas foram, em boa parte, o berço da dominação burocrática em sentido weberiano, tal como são hoje contextos propícios às suas projeção e intensificação exponenciais. (LIMA, 2021, p. 5)

A transição de uma cultura burocrática para uma cultura gerencial, é um processo complexo que em certa medida torna-se um processo cultural, em virtude das variabilidades que o estilo burocrático imprimiu nos sujeitos. De forma metafórica consideramos uma cisão umbilical que marca um novo tempo na história política, inclusive dando espaço para novas reformas das funções do Estado, de cunho privatizante e descentralizador.

3.3 GERENCIALISMO E A NOVA GESTÃO PÚBLICA

Conforme anunciamos até o momento, o debate que se tem colocado acerca das transformações políticas e econômicas após a década de 1970, com a crise econômica e do modelo keynesiano e fordista, tem apresentado o papel do Estado em diferentes contextos com centralidade, sobretudo, na implementação de reformas alinhadas com o modelo de acumulação flexível do capital, reformas essas analisadas numa perspectiva mais ampla, a partir da interlocução com as necessidades do mercado, e de modo pactuado com o setor privado.

Essas mudanças no *modus operandi* do Estado tem conferido uma nova dinâmica na agenda das políticas públicas, que passam a incorporar as demandas de diversos setores, hibridizando a forma como o Estado se organiza, isto é, com estrutura inspirada nos princípios de uma gestão empresarial e privada, imprimindo a perspectiva do Estado gerencialista que transfere o seu papel de providência e passa a compartilhar suas funções com diferentes tipos de instituições (empresas, corporações, institutos, entre outras), restando-lhe o papel de gerenciar tais políticas públicas.

A partir da crise do modelo de Estado de bem-estar social, a reforma gerencial vem instaurar uma moderna forma de estrutura organizacional no setor público, com desdobramentos importantes, desencadeados a partir de uma conjuntura política fortemente influenciada pelos modelos britânicos e americanos. Nesse período, dois importantes momentos vão marcar a expansão do modelo gerencial.

O primeiro ocorreu na Grã-Bretanha na década de 1980, coordenado pelo governo de Margareth Thatcher que incorporou, sob a forma de receituário, os princípios da política neoliberal, com um viés ideológico voltado para a questão econômica, e a defesa de um Estado mínimo, com transferência de responsabilidades para o setor privado. Já o segundo momento marca o início do século XXI, assinalado por profundas desigualdades, fruto de uma política de ajustes fiscais desordenada e de cortes de gastos públicos em diferentes setores que culminaram em reformas administrativas em vários países.

Abrúcio (1997) destaca que o modelo gerencial, apesar de se ter expandido de forma rápida, não se configurou de forma homogênea nos países onde se estabeleceu, pois é fruto das necessidades políticas e econômicas locais, o que converge para a análise realizada por Verger (2016) que reconhece que a Nova Gestão Pública não é um modelo de reforma educativa monolítica, nem adota o mesmo formato em todos os lugares, pelo contrário, pode materializar-se em tipos de governança e de políticas diferenciadas.

Por conseguinte, Abrúcio (1997) nos apresenta na forma de uma divisão histórica, a existência de três modelos de gestão gerencial que tomaram corpo a partir da década de 1980, sobretudo com base na experiência dos países onde o desenvolvimento do gerencialismo se deu de forma mais intensa, como a Grã-Bretanha. São eles: o *Modelo Gerencial Puro (MGP)*, o *Consumerism e o Public Service Orientation (PSO)*.

Do seu ponto de vista, a separação desses modelos se deu por ordens meramente metodológicas no sentido de facilitar a compreensão do leitor, pois há, nas diferentes abordagens, um nível de interlocução entre essas teorias. Isso se deve ao caráter dinâmico e histórico com que elas foram pensadas, posto que o gerencialismo ao longo do tempo se modificou e, por outro lado, mesmo com diferenças entre elas, uma concepção não neutraliza a outra, conforme veremos a seguir.

O Modelo Gerencial Puro (MGP) é uma referência à experiência criada no caso inglês, cujo objetivo era a eficiência e a diminuição dos gastos públicos para melhorar a máquina governamental, por meio de estratégias de planejamento. Esse modelo é inspirado, sobretudo, no governo Thatcher que, em contraposição ao modelo weberiano de burocracia, propunha uma separação entre a política e a administração, implementando um conjunto de medidas.

Para isso, foram definidos uma rotina de regulamentos e procedimentos administrativos que tratavam da avaliação de competências no setor público. Tais regulamentos consistiam em estabelecer uma definição clara das responsabilidades de cada funcionário; propunham uma clara definição dos objetivos organizacionais, na esteira do processo administrativo; e, por último, orientavam ampliar a consciência a respeito da importância dos recursos públicos.

O segundo modelo, o *Consumerism*, pautava-se no modelo de flexibilização e qualidade da gestão, com impacto na organização, e propunha uma nova dinâmica organizacional voltada para a qualidade dos serviços públicos de interesse da população, a qual já era tratada na perspectiva de cliente/consumidor.

Nesse modelo, Abrucio (1997) destaca que houve uma mudança de concepção – da lógica de planejamento para uma lógica de estratégia. A lógica do planejamento estava voltada ao desenvolvimento de uma racionalidade técnica, enquanto a lógica da estratégia estava preocupada com os aspectos da relação com o público. Esse último aspecto era guiado pelo viés da descentralização, do incentivo à competição entre as organizações do setor público e da implantação de modelo contratual de prestação de serviços, com características de competição e de controle.

O terceiro modelo, o *Public Service Orientation (PSO)*, busca introduzir um conceito muito empregado na atualidade, a *accountability* e equidade na prestação de serviços públicos. É quando a ideia de esfera pública se torna o lócus desse modelo, pois toma o espaço público como um local de construção e de debates. A concepção de *accountability* nesse sentido é usada para designar os processos de transparência, em oposição a outras práticas de intervenção, a exemplo do corporativismo.

Conforme observamos, cada modelo de gerencialismo guarda suas especificidades, embora haja uma relação de complementaridade entre elas. Isso ocorre por se tratar de processos de aperfeiçoamento do modelo que foram tomando caminhos alternativos para a sua expansão.

Com uma devida análise das características estruturais do modelo gerencial, podemos considerar que a organização do Estado, nessa perspectiva, está em constante movimento de redefinição, que ora objetiva ampliar as novas formas de relação entre o governo e os atores sociais, ora contribui para a emergência de outros tipos de Estado, como a passagem do Estado regulador para o Estado avaliador, por meio de seus diferentes mecanismos.

No Brasil, esse processo de implementação dos princípios da Administração Pública Gerencial, muito conhecida como a Nova Gestão Pública (*new public management*), teve início a partir da década de 1990 e acompanhou o intenso movimento de reformas em torno da modernização da gestão pública, com o objetivo de instituir uma cultura empresarial baseada na competitividade, na eficiência e na eficácia. Nessa mesma direção, Ball (2005) busca contribuir no polo teórico, afirmando que:

“o gerencialismo tem sido o principal meio “pelo qual a estrutura e a cultura dos serviços públicos são reformadas... [e]... Ao fazer isso, busca introduzir novas orientações, remodela as relações de poder e afeta como e onde são feitas as opções de políticas sociais”. (BALL, 2005, p. 544)

Como se observa, o gerencialismo cria um moderno sistema de valores próprios da cultura empresarial tendo por foco o ambiente público, um processo que acompanha a indução de formas de responsabilização que acabam por alterar o espírito da função pública, que se articulava aos ideais de solidariedade humana, para dar lugar a processos competitivos e tornar a máquina pública mais eficiente.

Ainda nesse contexto do gerencialismo, entendendo ser um debate que se aplica ao nosso objeto de estudo, as contribuições de Clarke e Newman (1997) nos ajudam a aclarar o tema quando apontam as outras tramas a que o gerencialismo se propõe, a partir do conjunto de ações incorporadas nos planos de reformas, como, por exemplo, a lógica de mercado contida nas orientações gerenciais e atravessadas pelas estratégias de privatização, financeirização de setores sociais, contratação de serviços, terceirizações e ainda as parcerias público-privadas e concessões.

Nessa mesma direção, Pereira (1996) também defendeu que as reformas gerenciais imprimem características fundadas na teoria administrativa das organizações. Aponta que as modernas reformas deixam de lado a ênfase no caráter econômico e burocrático e se voltam a um nicho sociológico que se respalda em uma concepção humanística e democrática. Importante notar que esses termos passaram a fazer parte do texto das políticas sociais, construindo uma narrativa paralela que chega facilmente à população e facilita sua ampla adesão.

Ressalte-se que o gerencialismo surge como respostas às profundas crises que o Estado enfrentava nas últimas décadas do século XX, principalmente, com a crise de acumulação do capital que não cessou de apresentar ao Estado alternativas de superação baseadas em visões muito particulares de blocos e setores econômicos da elite organizada, como a nova classe média, os neoconservadores e neoliberais, que atribuíam ao Estado a responsabilidade pela instabilidade econômica dos países, mormente aqueles cujo modelo de bem-estar social havia logrado algum tipo de êxito. (LIMA; GANDIN, 2012).

No contexto das relações com o setor privado, o modelo gerencial busca se organizar de modo sinérgico numa tríade: Estado, mercado e sociedade civil, como estratégia de construção de um Estado a serviço da lógica do capital. Tem-se, portanto, a Nova Gestão Pública como forma de descentralização que busca instituir mecanismos de quase-mercado que se ampliam

por meio das reformas em diferentes setores sociais, como é o caso da educação que, na mesma medida que a gestão gerencial, opera as mudanças no Estado. Assim, há também uma alteração no modo de pensar a política.

Concordamos, então, com as análises de Marques; Mendes; Maranhão (2019) de que a Nova Gestão Pública se torna um paradigma dominante de gestão a ser implementado pelo setor público. Os autores, com base nas definições do Conselho Latino-Americano para o Desenvolvimento (CLAD), apontam as principais características da NGP:

Profissionalização da alta burocracia; Transparência e responsabilização; Descentralização na execução de serviços públicos; Desconcentração organizacional nas atividades exclusivas do Estado; Controle dos resultados; Novas formas de controle; Duas formas de unidades administrativas autônomas: agências que realizam atividades exclusivas do Estado e agências descentralizadas, que atuam nos serviços sociais e científicos; Orientação da prestação de serviços para o cidadão usuário; Modificação do papel da burocracia com relação à democratização do poder público. (MARQUES; MENDES; MARANHÃO, 2019, p. 126)

É notório que nas proposições da Nova Gestão Pública, embora assinalem uma diminuição da atuação do Estado – a despeito da descentralização dos serviços públicos, da desconcentração nas atividades que operam na máquina estatal e de formas de controle – há uma clara percepção da necessidade do Estado para conformar ou mesmo regular os aludidos princípios por meio da governança, notadamente a partir da manutenção de alguns elementos que aludem à burocracia estatal, como os aspectos da profissionalização e da orientação da prestação dos serviços, tarefas clássicas do Estado.

Assim, é possível elucidarmos que há controvérsias em torno da lógica da NGP, uma vez que ela opera no próprio Estado e ao mesmo tempo que é influenciável, também influencia. O Estado tem dado sinais de tendência a buscar um maior equilíbrio entre as forças políticas e o mercado, no tangente à superação dos modelos abruptos de intervenção na gestão da coisa pública (BARROSO, 2005). Isso tem se apresentado como instrumental para o realinhamento da burocracia do Estado nos moldes da democracia moderna.

Como consequência desse movimento, que pretende incorporar um conjunto de tecnologias de políticas, segundo as colocações de Ball (2001), e promovem novos valores e subjetividades, emerge uma nova disciplina de ação que tem implicações: no nível micro, nas tecnologias que têm produzido outras formas de controle entre os trabalhadores; no nível macro, têm provocado a adesão a um novo pacto entre o Estado e o capital para constituir “novos

modos de regulação social que operam no Estado e em organizações privadas”. (BALL, 2001, p. 103).

A esse respeito, a regulação é um dos temas centrais que impactam diretamente a Nova Gestão Pública por se articular a demandas emergentes no século XXI, advindas da correlação de força de vários setores. Esse processo tem se efetivado como resposta aos arranjos sociais que têm colaborado para compor novos modos de regulação, como veremos a seguir. São processos que levam tanto à regulação quanto à desregulação dos sistemas de organização do Estado, com força motriz capaz de modificar as relações de trabalho e de produção, e de se expandir a diferentes campos, como a educação.

Os processos de acumulação do capital se expandiram em grandes proporções no âmbito global e local de forma acelerada e, junto a esse fenômeno, emergem novos modos de regulação que protagonizam profundas transformações nas políticas sociais, inclusive na educação, por meio de certo hibridismo que combina a gestão pública com a gestão empresarial. (AFONSO, 2019). Isso tem se dado em decorrência das mudanças na reestruturação do Estado, nomeadamente no final do século XX, que resultaram significativas mudanças de cunho político, com impactos na administração pública e por consequência no modelo de educação.

Essas medidas pretensiosamente buscavam alterar os modos de regulação pública, com reflexos no setor privado, para atender às necessidades de modernização e suposta ineficiência do Estado, com a adoção de narrativas de cunho neoliberal e neoconservadoras que objetivavam minimizar o controle do Estado por meio de reformas estruturais na administração pública.

Há, portanto, nesse cenário, o aparecimento de novos atores sociais que buscam se legitimar valendo-se de uma narrativa baseada na contraposição aos ideais de Estado constituídos numa perspectiva lógica do Estado providência. Esses novos atores se propuseram, por meio da defesa de interesses comuns ao setor privado, constituir novos referenciais de regulação, promovendo, assim, um movimento de transformação do modo de governar com a introdução do modelo de governança de Estado que assume características difusas quanto ao real papel ocupado pelo Estado nessa tessitura.

Ao mencionar o modo de governar, se faz necessário realizar uma correta distinção entre “Estado” e “Governo”, uma vez que esses termos não podem ser considerados sinônimos. Estado se apresenta como um agrupamento de pessoas, situados em um determinado território, organizadas com base em algumas normas e valores comuns, constituídos em conjunto, visando à proteção da propriedade privada e, quando necessário, utiliza a força como instrumento de coerção. Por outro lado, governo pode ser compreendido como um “grupo transitório de pessoas responsáveis pela execução do contrato social, isto é, representa o projeto de Estado, em seus

ideais nacionais, projeto esse que é empreendido através de certos regimes de governo”. (PASSAES, *et al.*, 2012). Acrescente-se que governo é a instância máxima da administração executiva, a que se atribui a tarefa de implementar as políticas públicas, fundamentadas no poder político.

Barroso (2005), Azevedo e Gomes (2009) e Afonso (2019) analisam os processos de regulação, sobretudo no que se refere ao campo da educação, e atribuem certos sentidos paradoxalmente próximos. Os autores partem da premissa da regulação como um instrumento de ação que está para além dos processos de intervenção do Estado na condução das políticas públicas, pois a regulação se conjuga com diferentes estratégias de controle assumidas pelo Estado através de normas, leis e regulamentos, que estão presentes tanto no âmbito dos governos quanto no nível das organizações que direcionam a regulação em razão de certos objetivos.

O conceito de regulação, na perspectiva de Barroso (2005), é considerado polissêmico, pois apresenta uma multiplicidade de sentidos aplicáveis a vários campos de conhecimento. Nas suas palavras:

[...] está igualmente associado ao controlo de elementos autónomos mas interdependentes e, neste sentido, é usado, por exemplo, em economia, para identificar a intervenção de instâncias com autoridade legítima (normalmente estatais) para orientarem e coordenarem a acção dos agentes económicos (a regulação dos preços, a regulação do comércio, da energia etc.) (BARROSO, 2005, p. 728)

No que tange à simetria com as teorias dos sistemas, o autor entende que a função da regulação é manter o equilíbrio de qualquer sistema instável, seja ele físico ou biológico, pois a regulação permite ao sistema, por meio de seus órgãos, atuar na identificação dos problemas, analisar e tratar essas informações que pareçam estar destoantes dentro do sistema e por último transmitir as ordens de forma coesa a seus pares.

Por definição, a ótica da regulação remete ao modo “como se ajusta uma ação a determinadas finalidades”, estas traduzidas sob a forma de regras e normas predefinidas. Em outras palavras, se preocupa em como elementos do sistema atuam para alcançar um melhor resultado com base em seus objetivos, portanto, enquanto condição para manutenção de um sistema, a regulação atua por meio de conjunto de mecanismo para reproduzir ou transformar determinada ação pública objetivada. (Barroso, 2005)

Do ponto de vista linguístico, as definições do termo regulação nos estudos sobre a política educacional têm sido abordadas, segundo Barroso (2005, p. 732), em consonância com

as reformas administrativas e os programas de modernização do Estado, sobretudo, a Nova Gestão Pública, em contextos em que as características de uma administração burocrática são mais evidentes. Isso implica considerar uma redefinição no papel do Estado e das características que o tornam mais centralizador, em favor de uma nova forma de controle.

O Estado, nessa condição de regulador, deve refletir um novo tipo de administração pública, de modo que coexistam organizações de controle, células autônomas de um corpo normativo dentro do próprio sistema, com a função de estruturar o serviço, baseado em novas exigências que estejam em sintonia com tais prescrições, a exemplo da *accountability* e de uma crescente necessidade de mostrar resultados, princípios que fazem parte da Nova Gestão Pública.

Afonso (2019) faz então uma distinção desse modelo de Estado em relação ao modelo de administração burocrática, em que o Estado assumia a função de provedor. Para o autor, o Estado regulador depende de uma espécie de harmonia com órgãos internacionais e agências reguladoras, com as quais divide seu poder de regular, apresentando-se com formidável controle de resultados, conforme orientam as diretrizes políticas baseadas na Nova Gestão Pública.

Cabe destacar que o Estado, até mesmo por resposta às reformas, passou a dividir suas funções com o setor privado; no entanto, criou limites à atuação das organizações privadas e ao mesmo tempo criou entidades regulatórias, transferindo parte das suas funções de regulação para órgãos independentes que acompanham o desenvolvimento de determinadas ações, uma espécie de deslocamento da sua força de regulação para um modelo compartilhado (híbrido).

O autor ainda alerta para o caráter difuso das agências reguladoras e das comissões de regulação que não apresentam de forma explícita determinadas intencionalidades para certas motivações, particularmente os atores políticos dessas instituições, o que significa que estamos diante de um tipo de regulação bipartite, que lida com as tensões presentes na correlação de força entre setor público, setor privado/mercantil e agências reguladoras. (Afonso, 2019).

Com efeito, é possível entender que, diante das crescentes formas como têm se expandido a lógica de mercado e os processos de financeirização, temos assistido ao mesmo tempo o Estado como uma arena de disputas a partir do surgimento de novos atores, *think tanks*, e um amplo conjunto de organismos privados que utilizam as mais variadas estratégias de privatização, combinadas a um aparato legal, e que têm disputado a função de regulação com o Estado.

No campo da educação, a regulação se apresenta ainda em oposição ao termo desregulação, como forma de sinalizar a mudança dos tradicionais modelos de regulação estatal, por modelos gestados pelo setor privado e assentes no modo operacional dos quase-mercados

na educação (BARROSO, 2005). No presente, há uma forte tendência à hibridização e combinação de modelos de Estado com o modelo de regulação pós-burocrático.

Tais desdobramentos se colocam como efeitos dos impactos das transformações econômicas no campo da educação, sob forte influência da lógica neoliberal, compreendidas no conjunto de estratégias reformistas do início deste século, que interpela as políticas educacionais ao mesmo tempo em que fortalece o mercado na consolidação de uma lógica pautada nos moldes da gestão empresarial, com tendência a movimentos privatizantes.

Barroso (2005) nos ajuda a entender que há uma crescente tentativa de se estruturar novos mercados ou quase-mercados educativos, em que o cidadão é considerado um cliente numa relação de consumo em relação aos produtos educativos que são oferecidos, o que implica afirmar a existência de um modo particular de conceber a correlação entre o mercado educacional e o mercado de emprego, imbricados numa lógica moderna do serviço público.

Fixado nessa perspectiva, é importante ter por parâmetro que o quase-mercado implica, segundo Afonso (1999), a ideia de mercados que substituem o controle dos fornecedores do Estado por um conjunto de outros fornecedores competitivos e, no âmbito da educação, vai refletir nos processos de liberalização, a partir das políticas combinadas de financiamento, e organização de um modelo de regulação coerente com a manutenção do mercado educativo, que nesse âmbito precisa do Estado para regular.

Nos países onde há um nível mais avançado de modelos competitivos, cuja lógica gerencial se consolidou por diferentes vias, inclusive descentralizando a oferta de ensino e os modos de gestão, o quase-mercado se aprofundou por meio de um sistema interdependente que envolve desde a competição pela definição de um currículo até a elaboração de materiais didáticos e a criação de sistemas de ensino formatados como pacotes a serem aplicados nas redes e sistemas de todo país, constituindo-se uma verdadeira rede de negócios em educação.

Cabe notar, porém, que tratando-se das modernas formas de privatização por que têm passado os sistemas de ensino, Freitas (2018) vai se contrapor a essa ideia de *quase-mercado*, pois, na sua concepção, ao introduzir nas unidades educacionais a lógica do livre mercado, da *public choice* e das *Charters*, como ocorre nos Estados Unidos, retira-se do Estado o controle político e ideológico, e o transfere a uma instância privada que se resume a uma forma plena de mercado.

Isso nos leva a pensar o próprio modo de governar que tem se justaposto a novas significações como as formas de governança, as quais merecem análises distintas, como afirma Afonso (2019). Assim, podemos associar esse quadro da nova regulação como resultado de

variados processos que se operam em diferentes lugares do Globo, a partir das determinações históricas, políticas e econômicas, e dos arranjos e arcabouços jurídicos que normatizam.

Dito isso, concordamos com Barroso (2005) ao interpretar de modo tácito que

A regulação é um processo constitutivo de qualquer sistema e tem por principal função assegurar o equilíbrio, a coerência, mas também a transformação desse mesmo sistema; o processo de regulação compreende, não só, a produção de regras (normas, injunções, constrangimentos etc.) que orientam o funcionamento do sistema, mas também o (re) ajustamento da diversidade de acções dos actores em função dessas mesmas regras; num sistema social complexo (como é o sistema educativo) existe uma pluralidade de fontes (centro/periferia, interno/externo, actor A/actor B etc.), de finalidades e modalidades de regulação, em função da diversidade dos actores envolvidos, das suas posições, dos seus interesses e estratégias. (BARROSO, 2005, p.733)

Para além dessa assertiva, concordamos com Azevedo e Gomes (2009) quando assinalam que os processos de regulação estão presentes no “*habitus* incorporado”, em referência aos escritos de Bourdieu, e abrangem diferentes campos sociais, como saúde, educação, economia, política etc. Isso implica dizer que a regulação está presente em praticamente todos os espaços.

No campo da educação, esse processo tem se mostrado muito intenso, a exemplo dos sistemas de avaliação que têm se pautado na perspectiva da gestão por resultados e que leva a personificação de um novo modo de configuração do Estado: o Estado avaliador. Esse tipo de Estado apresenta como referencial o desempenho, institucionalizado em um currículo comum e no controle dos resultados, incorporando nessa trajetória à lógica do mercado. A avaliação nesse contexto passa a assumir uma função muito importante no sistema, a de desconstruir a sua lógica processual, típica da esfera pública, pela lógica de uma “avaliação centrada na eficiência e na produtividade, sob controle direto do Estado”. (Afonso, 1999, p. 146)

Concordamos com Afonso (2001) quando ele defende que, no conjunto das lutas pelo controle da regulação das políticas públicas, nesse contexto atual, as avaliações adquirem um sentido próprio das reformas que estruturam a NGP, como tem sido com a *accountability*, uma vez que estruturam um novo tipo de Estado, caracterizado pela “transição de uma forma de regulação burocrática e fortemente centralizada para uma forma de regulação híbrida que conjuga o controle pelo Estado com estratégias de autonomia e autorregulação das instituições educativas.

Como instrumental de ação para efetivação dessa lógica é que se observa a forte presença do setor privado na dimensão da oferta e da organização de sistemas de ensino, com

incidência nos processos avaliativos e ingerência de forma sistemática em todo o processo de elaboração da política, como é o caso da Fundação Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Fundação CAED), responsável por gerenciar grande parte da logística das avaliações nacionais em larga escala no Brasil, além das plataformas privadas que capturam os dados das instituições públicas e servem mais para emitir diagnósticos imprecisos das políticas educacionais desenvolvidas pelo Estado do que para colaborar com processos de aprimoramento.

Afonso (1999) aponta mudanças importantes na organização do Estado avaliador em três fases de evolução: uma fase de regulação nacional que tem o Estado como seu referente; a fase da presença forte de organizações e organismos internacionais de diferentes naturezas jurídicas, cuja atuação dá-se por forte influência de intelectuais e especialistas; e uma terceira fase chamada de Pós Estado avaliador, que alude aos processos de desregulação, com influência forte do mercado ou da mercadorização da educação como afirmam alguns teóricos.

O Estado avaliador, em perspectiva, coaduna-se com os modelos de regulação pós-burocráticos que, no caso da educação, tem focalizado a política de resultados. No Brasil, observamos que tal regulação ainda é difusa do ponto de vista de enquadrar-se na fase pós-burocrática pela coexistência de experiências muito concretas de sucesso de modelos híbridos, inclusive com a implementação de um instrumental jurídico bem definido como ocorre em alguns estados subnacionais cujo processo de modernização da gestão já é algo consolidado, como o estado de Pernambuco.

As políticas de *accountability*, entendidas na sua concepção como um dispositivo de regulação, por se tratar de um campo de ação com capacidade de aglutinar o modelo de acumulação do capital com práticas democráticas do Estado moderno é um tema que tem levado muitos pesquisadores a investigarem como esse mecanismo tem influenciado as políticas educacionais. Dessa forma, “tanto os processos de regulação como as formas de governança e os modelos e dispositivos de *accountability* partilham dimensões técnicas e políticas”. (AFONSO, 2019, p. 9)

4 O NEOLIBERALISMO E A RACIONALIDADE NEOLIBERAL

O neoliberalismo modificou o capitalismo, assim como interferiu na forma de viver do indivíduo, de modo que a lógica do capital, com base na economia e no modelo empresarial e de mercado, que extrapola os limites fronteiriços das relações sociais, criou um tipo de sujeito neoliberal adaptado a um novo perfil, o de sujeito empreendedor de si. Estas e outras

considerações acerca do neoliberalismo pressupõem uma nova racionalidade econômica que tem encontrado espaço no Globo e se expandido inclusive como um modo de vida.

O neoliberalismo provocou a abertura de mercados e a liberalização dos fluxos comerciais de modo a maximizar a eficiência econômica e aumentar a lucratividade dos setores empresariais, o que é alcançado com a redução de regulamentações, impostos e subsídios. Prega a redução do papel do Estado na economia e a priorização dos interesses dos setores empresariais que levam a uma concentração de poder nas mãos de poucas pessoas e empresas, minando a participação da população nas decisões políticas e econômicas.

Conforme anunciamos, o contexto histórico acerca do surgimento do neoliberalismo tem início com a crise de acumulação do capital a partir da década de 1970, e perfaz um referencial para analisarmos os propósitos que deram origem ao neoliberalismo, considerando um amplo movimento de expansão das forças produtivas do mercado sob o comando de uma burguesia que tem buscado formas de se manter numa posição hegemônica na hierarquia social.

Consideramos que a mundialização do capital, enquanto precedente do neoliberalismo, é um processo de ampla escala de integração econômica, política e social em nível mundial, liderado pelo capital financeiro e empresarial. De acordo com Chesnais (1996), a mundialização do capital tem sido impulsionada por vários fatores, incluindo a liberalização dos mercados financeiros, a desregulamentação dos negócios e a redução das barreiras comerciais.

A globalização econômica envolve não apenas a circulação de capitais, mas também de mercadorias, informação e pessoas. Para Chesnais (1996), a mundialização do capital é a manifestação mais avançada da globalização econômica e é fundamental para entender a dinâmica da economia mundial, no entanto, também tem sido criticada por ampliar a desigualdade econômica e concentrar o poder econômico em poucas mãos. Ela tem provocado um impacto significativo na política e na sociedade, pois contribuiu para a erosão dos poderes dos Estados nacionais, ao permitir que o capital financeiro e empresarial se movimente livremente através de fronteiras nacionais.

Outro fenômeno recente, que tem mostrado como é cíclico os processos de reinvenção das formas de acumulação do capital, foi a crise financeira global de 2008, uma das mais graves e complexas da história recente, com impactos duradouros na economia mundial e nas vidas de milhões de pessoas. Ela teve início nos Estados Unidos com o colapso do mercado imobiliário, que levou a uma crise do setor financeiro. Isso se deu principalmente com o aumento da oferta de empréstimos imobiliários destinados a pessoas com baixa renda ou histórico de crédito ruim.

Esses empréstimos eram agrupados em ativos financeiros complexos e vendidos a investidores de todo o mundo. Quando muitos deles entraram em colapso, houve uma corrida

aos bancos e instituições financeiras, levando a uma crise de liquidez e solvência, o que resultou no alastramento muito rápido da crise, que atingiu outros países, incluindo a Europa e o Japão. As instituições financeiras internacionais sofreram grandes perdas e muitas delas tiveram de ser resgatadas com dinheiro público.

O impacto da crise na economia real foi enorme, com o aumento do desemprego, da pobreza e da incerteza econômica. Seu impacto profundo na economia e na política mundial mostrou as fragilidades do sistema financeiro global e a necessidade de regulamentações mais fortes para prevenir futuras crises. Além disso, a crise deu novo impulso às discussões sobre a desigualdade econômica e a importância de garantir a estabilidade financeira para toda a população, e não apenas para setores privilegiados.

As crises estruturais por que tem passado o modelo de economia vigente tem sempre apresentado a necessidade de dialogar com os Estados-nação, com os organismos de apoio como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial, o FMI, entre outras instituições que têm se colocado a serviço da reprodução do capital e do seu sociometabolismo, incidindo sobre o modelo de governança do Estado e experienciado novas alternativas para se perpetuar que tem encontrado resposta no processo de acumulação e permeado o imaginário social dos sujeitos de modo muito particular, a partir de uma nova razão.

O neoliberalismo tem sido alvo de críticas de vários movimentos sociais e políticos em todo o mundo. O argumento principal é o de que o modelo é responsável pela desigualdade crescente, pela deterioração das condições de vida e trabalho, e pela erosão da democracia. Esses movimentos têm buscado alternativas econômicas que priorizem a justiça social, a proteção do meio ambiente e a participação da população nas decisões políticas e econômicas. Nesse sentido é importante voltarmos à análise das condições em que se estruturou o neoliberalismo e como a sua lógica encontrou um terreno fértil para reprodução.

As abordagens apresentadas nesse capítulo objetivam primeiramente contextualizar o modo como o liberalismo se reinventou e que eventos marcam a ascensão do neoliberalismo com suas políticas que se apresentam muito fortemente amparadas pelo Estado, sobretudo, no campo das reformas estruturais, das mudanças nas práticas de gestão e no formato como as políticas neoliberais têm impactado o campo econômico e a vida dos sujeitos. Portanto, consideramos pertinente trazer as concepções aclaradas por Dardot e Laval (2016) no que tange às mudanças estruturais do capital a partir do neoliberalismo enquanto nova racionalidade que auxilia na construção de um novo tipo de sujeito, e as contribuições de Ball acerca da governança, em articulação com outros teóricos do campo.

4.1 CONTEXTO E INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO

Alguns clássicos da literatura no campo do debate sociopolítico podem contribuir para ampliarmos nossa compreensão acerca das origens do neoliberalismo. Uma delas é a obra importante de Friedrich Hayek intitulada *O caminho da Servidão* (1944); outra o evento de destaque chamado a *Sociedade de Mont-Pèlerin* (1947), considerado um dos mais importantes no contexto da formação do ideário neoliberal. No entanto, há que se reconhecer que se faz necessário discorrer sobre os antecedentes dessas obras e que eventos contribuíram principalmente no plano teórico para fortalecer a ideia de construção do neoliberalismo com sólida base no projeto do liberalismo clássico.

Dada essa abertura, uma das condições para se analisar o surgimento do pensamento neoliberal é reconhecer a profunda crise do liberalismo que, segundo a análise de Dardot e Laval (2016, p. 37), começa a se desenhar a partir de meados do século XIX, ao “expor linhas de fratura que vão se aprofundando até a Primeira Guerra Mundial e o entre guerras”, perfazendo um período que vai dos anos 1880 a 1930.

Uma das justificativas para a crise é que a sociedade não se via reduzida ao plano econômico e material e de trocas contratuais, segundo analisam os autores. Por outro lado, a existência de profundas divergências em torno das saídas aos desafios de manter a doutrina liberal livre de algumas interferências acerca da manutenção do equilíbrio do mercado, se faziam constantes. Conforme exposto por Dardot e Laval (2016):

Na realidade, o que se costuma chamar de “crise do liberalismo” é uma crise da governamentalidade liberal, segundo o termo de Michel Foucault, isto é, uma crise que apresenta essencialmente o problema prático da intervenção política em matéria econômica e social e o da justificação doutrinal dessa intervenção. (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 38)

A perspectiva apresentada no estrato anterior remete à ideia de que já se fazia necessário, no momento da crise liberal, reconhecer a presença de um modo de intervenção governamental, diga-se política, que atendessem de alguma forma às mudanças que o capitalismo provocara nos sujeitos, uma espécie de racionalidade governamental que, por se tratar de uma governamentalidade, estaria ligada à forma própria do governo de si. Alia-se a essa perspectiva, nesse processo de intervenção, gerir as tensões de classe com seu jogo de forças que se estabelecia em diferentes partes do Globo e que se configurava como ameaças à propriedade privada.

Esse aspecto defendido pelos autores corrobora a análise de que o liberalismo não incorporou, por exemplo, algumas questões importantes da época, como a estrutura de organização da empresa com suas normas e suas formas jurídicas, enquanto alguns intelectuais passavam a enxergar determinadas transformações no modo de gestão liberal, identificando como as questões dogmáticas do liberalismo já não se enquadravam ou davam conta das mudanças que vinham acontecendo no mesmo compasso do avanço do capitalismo industrial (DARDOT E LAVAL, 2016).

De outro modo, com o passar do tempo, as ideias de Tocqueville acerca do intervencionismo do Estado ganharam força de modo que tal aparato já era considerado tanto legítimo quanto necessário ao mercado e à sociedade. O agravamento da realidade com o cenário de guerra evidencia ainda mais a necessidade de rever os dogmas liberais. Nesse contexto, segundo Dardot e Laval (2016, p. 57), “o Laissez-faire foi considerado ultrapassado... O Estado parecia o único em condições de recuperar uma situação econômica e social dramática”.

Fica evidente que o liberalismo do século XX buscava se reestabelecer, inclusive em termos literários, no entanto, deixando de lado alguns dos seus dogmas clássicos, a fim de pensar o estabelecimento de uma ordem social e econômica que convém chamar de novo liberalismo e, mais na frente, de neoliberalismo, muito pontuado por suas divergências ainda no plano teórico. Ambos preocupados em responder as crises e mutações do capital e com o fim da sociedade liberal.

Esse novo liberalismo, de início, “[...] consistiu em reexaminar o conjunto dos meios jurídicos, morais, políticos, econômicos e sociais que permitiam a realização de uma sociedade de liberdade individual, em proveito de todos”, enquanto os neoliberais buscaram se opor aos movimentos que dificultassem a livre concorrência entre o setor privado, cabendo ao Estado “[...] desenvolver e purificar o mercado concorrencial por um enquadramento jurídico cuidadosamente ajustado” (DARRDOT e LAVAL, 2016, p. 69).

Ainda que os dois movimentos tenham refletido o desejo de refundação do liberalismo com um projeto comum, o neoliberalismo vai combinar elementos da intervenção pública com o mercado, expandindo sua lógica de concorrência como elemento central. Essas são apenas algumas considerações acerca dos antecedentes do Colóquio, que se apresentam como fundamentais para entendermos o contexto da crise e a culminância de um processo intelectual que se deu na tentativa de reformular a doutrina liberal (DARDOT e LAVAL, 2016).

Dardot e Laval (2016) descrevem que o momento fundador do neoliberalismo é o Colóquio Walter Lippmann, realizado em 1938 em Paris. Os autores consideram que essa é a

primeira tentativa de se constituir uma “internacional” neoliberal, e que se prolongou em organismos como, por exemplo, o Fórum Econômico Mundial de Davos.

O Colóquio Walter Lippmann foi considerado um marco na história do pensamento econômico e político do século XX. O encontro reuniu intelectuais e economistas de todo o mundo, incluindo a figura central de Walter Lippmann, para discutir questões econômicas e sociais do momento, como a crise do capitalismo e a ascensão do fascismo na Europa, além de um dos temas centrais que girou em torno da refundação da doutrina liberal, a fim de dar um novo sentido.

Este evento teve grande importância porque foi a partir dele que surgiu o movimento neoliberal que defende a redução dos papéis do Estado e a liberdade dos mercados como a solução para os problemas econômicos e sociais da época. Os participantes do colóquio debateram sobre a necessidade de uma maior integração econômica global e de políticas monetárias e fiscais responsáveis para garantir a estabilidade econômica.

O resultado deste encontro foi a criação de uma rede de economistas e intelectuais que passaram a defender as ideias neoliberais, influenciando a opinião pública e a política econômica nos anos seguintes, também chamados de *Think Tanks*. Em particular, a doutrina neoliberal foi amplamente implementada na década de 1980 pelos governos de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, tornando-se um dos mais influentes movimentos econômicos e políticos do século XX.

Entre os intelectuais presentes ao evento, o filósofo Louis Rougier teve um papel central no debate, pois buscou recuperar as ideias de Lippmann acerca da legitimidade do processo de intervenção jurídica do Estado como próprio do regime liberal, e defendeu o retorno do liberalismo clássico sob novas bases. O Colóquio foi um momento em que se reuniram num mesmo propósito as correntes liberais norte-americana e alemã, resultando na inauguração de um novo modo de intervenção liberal. Lippmann já destacava, conforme Dardot e Laval, que o liberalismo é uma lógica de reajustamento social que não se aproximava das ideias do *Laissez-faire*. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 76).

A propósito, a regulação e o processo de intervenção legitimados por meio de instrumentos jurídicos é uma das principais manobras do neoliberalismo, que atribui ao âmbito da jurisdição a tarefa de regular também a vida dos sujeitos por meio do ajustamento das normas de conduta, do hábito e da cultura de um modo geral para um novo ordenamento baseado nos princípios da lógica empresarial e da concorrência, em estreita sintonia com o mercado e com as questões econômicas.

Portanto, a reconstrução do liberalismo consistiria também na reconstrução de suas bases teóricas e políticas que deveriam, segundo Dardot e Laval (2016, p. 80), por meio do ordenamento jurídico, favorecer que a iniciativa privada se desenvolva livremente, mas submetida à lógica da concorrência. Uma espécie de intervenção jurídica do Estado, diferente de um processo de intervenção administrativo nos moldes do Estado, cujas características impunham um modelo burocrático, conforme já analisamos.

Como os autores discutem, na perspectiva de Rougier e Lippmann, o próprio liberalismo clássico foi responsável pela crise que se evidenciava e, assim, se apontam dois erros cruciais dos ortodoxos que levaram a essa situação: um primeiro estava relacionado à forma de ver um dado sistema social e interpretá-lo à luz da ordem natural, de que os fenômenos por si só encontram formas de se reinventar, por meio de leis e de uma ordem dogmática. O outro erro apontado diz respeito a considerar que existe uma primazia do econômico sobre o político, entendido, conforme Dardot e Laval (2016) apresentam, como um modo em que um legislador ao elaborar as leis deveria se omitir de intervir no jogo de forças econômicas, portanto, centralizando no econômico as demais instâncias.

Rougier e Lippmann advogam que há uma necessidade de se estabelecer um modelo de intervencionismo do Estado que dê condições para a livre concorrência em contraposição à ideia burocrática do Estado social, que buscava proteger a vitória dos mais aptos, reportando-nos à ideia de meritocracia, muito empregada na administração; por isso defendem um modelo jurídico com regras universais aplicáveis aos atores econômicos, em que o Estado possa se apresentar como uma autoridade imparcial diante de questões ligadas ao capitalismo concorrencial. (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 86)

Por prosseguimento, Rougier segundo a concepção de Dardot e Laval (2016), não explicita a forma como se deve processar o intervencionismo liberal a ponto de desafiar os limites da ortodoxia liberal. Dessa forma, escreve três novas diretrizes para as políticas públicas: 1. Estabelecimento de um Estado de direito; 2. Modelo de adaptação das trocas cambiais; 3. Política que promova o equilíbrio natural, ou seja, que contenha as assimetrias de uma doutrina clássica que defende as leis naturais como instrumento de sustentação.

Por conseguinte, Dardot e Laval (2016) discorrem que o tema da regulação é muito presente nesse momento da refundação do liberalismo ou do nascimento do neoliberalismo, de modo que os processos de adaptação e de mudanças necessárias à sua reinvenção devessem ser regulados pelo Estado, mas principalmente no campo do capitalismo concorrencial que exige um processo contínuo de regulação. O Estado nessa ótica se apresenta como um motor da concorrência.

Para bem dizer a dinâmica de como se constitui o jogo da regulação, no pensamento neoliberal, importa mais o fortalecimento de uma economia concorrencial em torno de uma agenda permanente de ações, que garantam uma vida útil ao mercado, mas regulado pelo Estado nos aspectos voltados à constituição de instrumentos jurídicos, normas e regras concorrenciais, mesmo que isso implique considerar cada vez mais genérica a relação do sujeito com o mercado, o que impõe uma relação mediada pelo mercado (mercantilizada).

Lippmann apresenta uma espécie de prenúncio do que estaria por vir acerca da força com que o neoliberalismo se expandiria no Globo. A ideia de que a missão reiterada do neoliberalismo é buscar uma adaptação permanente do modo de vida e das mentalidades das instituições, mas sobretudo dos homens, a uma ordem econômica baseada na concorrência, com impactos na forma de materialização da vida em sociedade e na divisão social do trabalho, a quem cabe dar sentido a essa nova razão. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 90)

É nesse contexto que Lippmann vai mencionar a importância da educação como necessária nesse processo de adaptação, acompanhado de um conjunto de proposições da virada liberal cujo objetivo é ampliar a educação para as massas, com vistas a tornar os sujeitos adequados a esse novo modo de vida, impondo-lhes a necessidade de adquirir um contingente maior de capacidades e técnicas cada vez mais eficientes na construção do sujeito empreendedor de si, (eugenia do capital). É importante destacar um entendimento de Dardot e Laval (2016, p. 92) acerca da educação, segundo o qual. “em Lippmann, não é da ordem da argumentação republicana tradicional, mas da ordem da lógica adaptativa”.

Dessa forma, entendemos que se formata um estilo de educação oposto à ideia de emancipação do sujeito, dissociada da construção histórico-crítica, e que estaria distante efetivamente dos objetivos republicanos. A massa, nesse caso, seria de manobra, conforme anuncia Bourdieu. A ideia principal era investir na educação para construir um novo perfil de sujeito com aptidões técnicas para gerir as mudanças na sua própria carreira e enfrentar a competitividade e a concorrência dentro dos limites do jogo empresarial, institucionalizando uma governamentalidade neoliberal.

Dardot e Laval (2016) fazem uma análise muito pontual acerca das concepções de um tipo de liberalismo sociológico desenvolvido por Röpke que apresenta uma narrativa de terceira via voltada à construção de um humanismo econômico. Esse tipo de humanismo cinge toda a relação do sujeito com o mundo (a família, a empresa, as relações sociais), por meio de uma ruptura da perspectiva de sujeito coletivo para a construção de um sujeito de si, cujo capital humano prevalece.

Segundo Dardot e Laval (2016), Röpke propunha que por meio do exemplo da propriedade privada, da responsabilização e da habitação, se conseguiria assegurar a formação de uma mentalidade leal a um novo tipo de concorrência no mercado. Isso se daria a partir de uma inversão do proletariado que tinha por meta promover ao máximo o número de camponeses, artesãos, pequenos industriais e comerciantes, com acesso à propriedade e habitação, para injetar ânimo e credibilidade ao mercado e imprimir segurança para a sua expansão. De certa forma, assiste-se à emergência de um novo tipo de burguesia, gestado no individualismo e na meritocracia.

Na verdade, no contexto ordoliberal se concentra a formação de um plano político de transformação do sujeito, cuja lógica se processa em torno de uma autorresponsabilização, da mudança de paradigma do indivíduo que, nessa perspectiva, deve se reconhecer como uma pequena empresa no cenário da concorrência estabelecida pela economia de mercado. Essa é uma maneira de introjetar o modelo de funcionamento da empresa como referência para o próprio estilo de vida do indivíduo e sua liberdade econômica.

Nesse sentido, a tônica da responsabilidade individual constitui a dialética da terceira via. Dardot e Laval (2016) acrescentam que é esse espírito de empresa, do governo de si, de uma lógica de competitividade, que o padrão empresa busca tornar-se modeladora da vida. Nas suas palavras:

A governamentalidade neoliberal reside, na verdade, no fato de recentrar a intervenção governamental no indivíduo para conseguir que ele organize sua vida, ou seja, a relação que tem com sua propriedade privada, sua família, seu cônjuge, seus seguros e sua aposentadoria, de modo que essa vida faça dele “uma espécie de empresa permanente e múltipla”. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 131-132):

Desse ponto de vista, recai sobre o sujeito a responsabilidade pelo seu próprio sucesso ou fracasso. Tem-se, portanto, a construção de uma racionalidade que isenta do contexto político, social e econômico, como também do Estado, a responsabilidade de garantir ao sujeito condições iguais de acesso aos bens sociais produzidos e consumidos na sociedade. A empresa torna-se a extensão da própria vida do sujeito, numa relação de interdependência e de busca constante pela manutenção do *status quo*.

Convém destacar que a grande virada, como ressaltam Dardot e Laval (2016), diz respeito a uma profunda mudança nas regras do jogo capitalista, que envolve o Estado como garantidor das formas livres de concorrência, inclusive por meio de instrumentos jurídicos, tornando-se parte do processo. Uma dinâmica que tende a formar novos valores e

comportamentos desejados ao novo perfil de sujeito dentro de uma lógica de mercado, que converge para gerar mudanças no estilo de governança de cada Estado-nação.

Como já anunciamos, Margaret Thatcher e Ronald Reagan inauguram uma era de transformações conduzidas por novas formas do exercício do poder governamental e do poder do capital a partir das orientações contidas na cartilha neoliberal. Isso acaba por fundamentar uma lógica normativa que vai influenciar inclusive as relações sociais. Dardot e Laval (2016) discorrem sobre a nítida separação do caráter da social-democracia estilhaçada por esses governos e o compromisso com o livre mercado.

Levando em consideração os recursos adotados pelo neoliberalismo que modificaram substancialmente o papel do Estado com medidas de privatização, cortes de gastos públicos, restrições no sistema de proteção social, desregulamentação dos mercados, entre outras ações que culminaram no dismantelamento do Estado, são questões que aparentemente parecem expressar um recuo das suas funções. Pelo contrário, Dardot e Laval (2016, p. 190) analisam que esse fenômeno se configura como um “engajamento político do Estado sob novas bases, novos métodos e novos objetivos”.

Em que pese essa realidade, a estratégia neoliberal vai se impor para modificar as regras do jogo econômico por meio de um conjunto de práticas, discursos e dispositivos de poder que vão engendrar um novo quadro político e modificar as relações sociais que se configuram como uma nova racionalidade política e social, diretamente ligada aos processos de globalização e financeirização do capital, processo pelo qual o capital financeiro e empresarial se move livremente através de fronteiras nacionais, buscando os melhores investimentos e oportunidades de lucro.

Isso se deu por meio de uma série de mudanças nas políticas econômicas e comerciais, incluindo a liberalização dos mercados financeiros, a desregulamentação dos negócios e a redução das barreiras comerciais. A propósito, a globalização do capital é uma das consequências mais importantes da implementação do neoliberalismo. Ela se baseia na intensificação da exploração dos recursos naturais e humanos em nível mundial, levando à concentração da riqueza nas mãos de poucas empresas transnacionais e tem sido acompanhada de uma desigualdade crescente entre ricos e pobres, e de uma deterioração das condições de vida e trabalho para a maioria da população.

Por seu turno, as políticas neoliberais imprimem um modo atualizado de intervencionismo do Estado que passa a ser contextualizado também como Estado avaliador. Afonso (2005, p.49) ratifica que “[...] o Estado vem adotando um *ethos* competitivo, neo-darwinista, passando a admitir a lógica do mercado através da importação para o domínio

público de modelos de gestão privada”. Isso implica considerar que o Estado passa a manobrar situações que promovem condições para o mercado se expandir à esfera pessoal e privada.

A despeito disso, Brawn (2019, p. 111-112) afirma que há um hibridismo entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo que tem convergido para emergência de uma cidadania antidemocrática, representada atualmente pelo projeto de extrema direita que tem se expandido de forma tenaz, que “[...] não ama e não quer nem liberdade política nem igualdade social [...] não espera nem verdade nem responsabilidade na governança e nas ações do Estado” e “não se aflige com concentrações exorbitantes de poder econômico político”.

Nessa esteira, podemos associar tal fenômeno às formas disciplinares que o neoliberalismo provoca nos sujeitos, constituindo um modo de regulação que se expandiu numa escala mundial. Um projeto de expansão inscrito desde as suas primeiras acepções, com o apoio de importantes organizações internacionais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que flagraram certa incongruência entre o modelo de governo preocupado com as questões sociais e o modelo de governo alinhado com as políticas de transformação econômica, apontando uma ingovernabilidade nos países onde a democracia é compartilhada.

Em parte, essa ingovernabilidade era representada, segundo o relatório dos bancos, pela força com que se ampliaram as reivindicações dos sujeitos pertencentes a estratos sociais menos privilegiados, em busca de igualdade de condições, e por maior desejo de participação política. Portanto, é necessário lapidar os excessos da democracia a um nível desejável. Tais fenômenos prescrevem os fatos que marcaram a grande crise da década de 1970 como já analisamos. (DARDOT e LAVAL, 2016)

Ocorre que as tensões em torno da crise e do envolvimento do capital financeiro externo, assim como as políticas de recuperação da economia, vão colocar em pauta a necessidade de implantação de reformas estruturais nas máquinas públicas, com o intuito de priorizar o setor privado, por suposta condição de melhor gerir as questões econômicas, assemelhando-se aos empreendimentos pessoais, pontuando, nesse caso, que seriam mais eficazes do que algum tipo de regulação pública.

É importante destacar que essas organizações internacionais atuaram de forma muito pontual na recuperação da crise, ao mesmo tempo em que impuseram um modelo de governança que fortaleceu o aspecto concorrencial, principalmente nos países do capitalismo avançado, que já haviam experienciado essa racionalidade governamental. Assim, essas organizações buscaram estabelecer uma contínua relação que postulou a orientação de políticas públicas em diferentes áreas, obtendo uma ampla adesão dos países em desenvolvimento.

A presença desses organismos econômicos promoveu uma dinâmica mundial cujo objetivo era adequar os países em desenvolvimento às exigências de empréstimos de capital junto ao Banco Mundial e ao FMI. Dardot e Laval (2016) denominam de “sistema disciplinar mundial”, nomenclatura que, como o próprio nome aduz, reitera os critérios disciplinares que os governos deveriam adotar para se tornarem aptos perante as instituições financeiras. Essa espécie de regra foi objetivo das formulações no Consenso de Washington.

O Consenso de Washington influenciou em grande medida o contexto da crise econômica global, por ocasião do aumento da dívida externa que se agravava em muitos países. A principal ideia do Consenso de Washington é que a estabilidade por meio de um processo de monetarização macroeconômica é essencial para o crescimento econômico e a redução da pobreza. Para isso, se faz necessário que os governos implementem políticas fiscais e monetárias responsáveis, promovam a liberalização comercial e a abertura de mercados, e desenvolvam instituições eficientes e transparentes. Além disso, o consenso enfatiza a importância da privatização de empresas estatais, da redução de gastos sociais e da proteção de propriedade intelectual como os processos de patentes.

A implementação do Consenso de Washington, no contexto da crise de 1970, teve uma influência significativa em muitos países em desenvolvimento. Muitos países endividados foram obrigados a implementar as políticas recomendadas pelo consenso como parte dos acordos de empréstimos realizados com o FMI e o Banco Mundial. No entanto, as políticas implementadas nem sempre foram bem-sucedidas e muitos argumentam que elas levaram a uma concentração de renda e a uma polarização social, prejudicando especialmente os grupos mais vulneráveis da sociedade.

É oportuno considerar que, concordando com Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo se constitui como uma nova racionalidade que vai ser denominada de nova razão do mundo, por produzir nos sujeitos um novo *ethos* que os direciona a novas normas de conduta, novos modos de ser e de pensar o mundo, a partir de outras subjetividades, cujo princípio tem sido a referência à lógica da concorrência, típica do modelo empresarial.

4.2 GOVERNAMENTALIDADE: UMA NOVA RAZÃO NEOLIBERAL

Durante a década de 1970 e, posteriormente, a década de 1980, o mundo assiste à ascensão de um modelo econômico fortemente radical que vai se caracterizar como uma nova forma de exercício de poder, estruturado por meio de um consenso político e econômico que se expandiu para todas as partes do Globo. Trata-se de um movimento que emergiu no contexto

da globalização do capital, instituiu uma racionalidade política e social e interpelou o papel do Estado, particularmente, no campo das políticas sociais, marcando um processo de desmantelamento do Estado, que se convencionou chamar de neoliberalismo.

Algumas políticas originadas no contexto neoliberal, já assinaladas nesse estudo e que tiveram impactos econômicos fortes, como a privatização das empresas estatais e a divisão de responsabilidades do Estado com o setor privado, por meio da descentralização das ações, subvertem a lógica do setor público por uma lógica de competitividade e concorrência, baseada nas regras do jogo do mercado e no modelo de gestão empresarial.

Disso resultou a adoção de um novo paradigma de gestão da coisa pública que, por meio do apoio de vários organismos internacionais com incidência inclusive no Brasil, fomentou um conjunto de reformas que visavam o ajustamento do modelo de governança pública a um modelo de governança privada, justificado pela suposta narrativa de incapacidade do Estado em gerenciar suas políticas de forma eficiente, o que ocasionou a naturalização de uma narrativa sobre a má gestão dos recursos públicos e a pouca otimização do Estado para operacionalizar as políticas sociais.

Dardot e Laval (2016) advertem acerca do papel do Estado na virada neoliberal que não se trata apenas de considerar a sua retirada de cena, mas um conjunto de modificações e adaptações sofridas pelo Estado em forma de intervenção, entre as quais a justificação seria em nome de uma racionalização e modernização da administração.

Desse ponto de vista, entendemos que o neoliberalismo modificou em grande medida a forma como o capitalismo vinha se expandindo, ao mesmo tempo em que criou novas bases e condutas na sociedade que levaram à construção de um projeto mais amplo envolvendo não somente o campo econômico, mas as práticas sociais e, por que não mencionar, modificam as subjetividades dos sujeitos, por meio de um conjunto de técnicas e instrumentos de poder que constroem novas narrativas e ajudam a formar um tipo de sujeito empreendedor de si, conforme as análises foucaultianas.

Na compreensão de Laval (2020, p. 278), o neoliberalismo apresenta certa dualidade nas suas abordagens que ora pode ser tomado como complementar, ora pode assumir posições divergentes. Uma primeira abordagem, do tipo foucaultiana, nos apresenta um estilo específico de tecnologia de poder baseada numa governamentalidade; a segunda, na dimensão do imaginário social, a partir de que se desenvolvem processos próprios de subjetivação e de representação do mundo, dos outros e de si próprio.

Enquanto modo de subjetivação neoliberal, Laval (2019) considera que esse tem sido o resultado de um esforço repetido, que tem introduzido novas práticas cotidianas as quais

acabam tornando-se naturalizadas nos sujeitos e levam a uma simbiose das lógicas a eles vinculadas. Uma espécie de norma de conduta, de código, que se encontra presente nas relações sociais por meio da imposição de um tipo de força que leva a determinadas escolhas de modo racional, com base nas regras do jogo econômico, visando alimentar o sistema sociometabólico do capital.

É nesse sentido que o autor ratifica que o neoliberalismo está encrustado nas normas de concorrência e nos jogos econômicos de mercado, mas, sobretudo, na forma como administra as condutas dos governados por uma série de ordenamentos nas esferas da vida do sujeito (educação, trabalho, resistência). Para Veiga-Neto (2011, p. 38), “é mais produtivo compreendê-los como modo de vida, como *ethos*, como maneira de ser e de estar no mundo”.

A esse propósito, convém mencionar o que Dardot e Laval (2016) argumentam sobre esse fenômeno, quando ressaltam que o neoliberalismo, antes de ser uma política econômica, conforme se apresenta em primeira discussão, constitui-se enquanto modelo de racionalidade que se estende para além da esfera de organização e ação dos governos, e tem implicações na esfera da vida, por meio do desenvolvimento de condutas cujo modelo de empresa adotado configura-se como o modo adequado de subjetivação.

Entendemos que o nascimento desse tipo de racionalidade possui rebatimentos nas formas de governo, com sua ampla estrutura política, e nas implicações sobre as formas de dirigir a conduta dos indivíduos e dos grupos sociais. Na esteira dos estudos desenvolvidos por Foucault, podemos identificar que o neoliberalismo se coloca não apenas na condição de uma doutrina, mas de um processo ideologizante que se expande ao Estado e passa a direcionar o tecido social de forma abrangente, buscando sustentar sua forma econômica.

Como Brawn (2011) acrescenta com propriedade:

a racionalidade neoliberal estendida ao Estado indexa o sucesso do Estado a sua capacidade de sustentar e alimentar o mercado e vincula sua legitimidade a seu sucesso nesse domínio. [...] A liberdade econômica produz a legitimidade de uma forma de soberania cujo único objetivo é a garantia da atividade econômica. (BRAWN, 2011, p. 53)

Nessa direção, a obra “Nascimento da Biopolítica”, de Foucault, embora apresente considerações gerais acerca das tecnologias de governo que têm influenciado a sociedade, parece ser o ponto de partida para importantes contribuições do autor nesse campo de debate da racionalidade econômica neoliberal, ao lado de outros estudos desenvolvidos no contexto atual como os de Veiga-Neto; Castelo Branco (2011) e de Dardot e Laval (2016), que nos

ajudam a interpretar essas atuais configurações que as políticas neoliberais engendraram nesse espaço/tempo, como as interpretações que nos aproximam dessas conjecturas.

A racionalidade neoliberal, segundo Pierre Dardot e Christian Laval, é fundada no modo de pensar e agir que se baseia na ideia de que o mercado é a melhor forma de organização social e econômica. Essa racionalidade se estrutura em torno de uma visão utilitarista do indivíduo, que é visto como sendo guiado por seus interesses econômicos.

De acordo com Dardot e Laval (2016), a racionalidade neoliberal se desenvolveu com base na tradição liberal clássica, mas se distingue por sua ênfase na economia de mercado e na ideia de que a mais-valia é a fonte da riqueza, portanto, argumenta-se que a racionalidade neoliberal tem se tornado hegemônica na sociedade contemporânea, impondo-se sobre outras formas válidas de pensar e agir, conforme pontuamos.

Esse fenômeno é caracterizado pela aplicação de princípios econômicos a todos os aspectos da vida social e política, incluindo a educação, a saúde e a justiça. De acordo com Dardot e Laval (2016), a racionalidade neoliberal é uma forma de pensar que está presente tanto no discurso político quanto na vida cotidiana, influenciando a forma como as pessoas veem o mundo e agem nele; além disso, esses pesquisadores argumentam que tem sido usada como uma forma de justificar a exploração e a opressão da maioria da população em benefício de uma pequena minoria de detentores de capital, portanto, uma forma de pensar que favorece os interesses dos grupos hegemônicos, considerados uma pequena elite de poderosos, enquanto desfavorece a maioria da população.

Um dos pontos nefrálgicos do neoliberalismo é tentar reduzir toda forma reacionária de vida à lógica do mercado e, nesse sentido, essa estratégia busca se impor por meio do modelo de uma governamentalidade empresarial, que visa opacar o fosso que separa a vida profissional da vida privada, tornando-se, dessa forma, um único sujeito, aquele com características multifuncionais, flexível às exigências, responsável, mas antes de tudo comprometido com o perfil empresarial (o sujeito empresarial), conforme descrevem Dardot e Laval (2016).

Essa forma de racionalidade neoliberal busca produzir o tipo de sujeito defendido nessa corrente de pensamento e que, para tal, constitui meios para governar o sujeito nas diferentes esferas da vida. Isso acontece dentro de uma dinâmica em que a competição e a aceitação aos riscos e aos fracassos de estar em simbiose com a empresa geram no sujeito, o qual passa a assumir responsabilidades face às fragilidades. Esse processo resulta do modo como o sujeito é guiado e formado numa perspectiva neoliberal, cujas aspirações e regras passam a ser internalizadas pelo próprio sujeito. Isso é resultado de como o neoliberalismo tem produzido

novos tipos de sujeitos cuja conduta e comportamento são transformados e adaptados a essas demandas. Dardot e Laval (2016) vão chamar esse fenômeno de governo de si empresarial.

Portanto, a racionalidade neoliberal age no sentido de adequar o homem para que ele tenha capacidade de criar condições de conciliar o modo de vida com as condições de concorrência presentes no jogo do mercado. Dardot e Laval (2016) discorrem sobre as técnicas de gestão, atualmente suplantadas em diversos setores da vida pública, que dão margem para constituir no sujeito o tipo ideal neoliberal, capaz de se entregar e transcender aos princípios e objetivos da empresa, a partir das formas de poder exercido.

Analisando as condições que a racionalidade neoliberal tem desenvolvido nos sujeitos, conclui-se que nessa racionalidade reside uma estratégia importante que a mantém de forma coesa, que é a capacidade de agregar vários interesses e relações de poder, impregnados de um mesmo discurso consensual em torno do modo de vida social e individual, instando o sujeito a procurar saídas dentro da visão do empreendedor de si, que coloca o modelo da estrutura da empresa como uma referência a ser seguida, dado o modo como se organiza e como conquista seus clientes.

Dardot e Laval (2016) ratificam, com propriedade:

A racionalidade neoliberal, ao mesmo tempo em que se adapta perfeitamente ao que restou dessas distinções no plano ideológico, opera uma desativação sem precedentes do caráter normativo dessas últimas. Diluição do direito público em benefício do direito privado, conformação da ação pública aos critérios da rentabilidade e da produtividade, depreciação simbólica da lei como ato próprio do Legislativo, fortalecimento do Executivo, valorização dos procedimentos, tendências dos poderes de polícia a isentar-se de todo controle judicial, promoção do ‘cidadão-consumidor’ encarregado de arbitrar em ‘ofertas políticas’ concorrentes, todas são tendências comprovadas que mostram o esgotamento da democracia liberal como norma política (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 379)

No bojo do que destacam os autores, é possível compreender como a incorporação de uma normatividade neoliberal se expandiu de forma incalculável, sobretudo, a partir do avanço tecnológico, de uma revolução da informação que permite por meio de técnicas próprias, ampliar cada vez mais os dispositivos de vigilância do sujeito, tanto nas dimensões da esfera privada como na pública, como é o caso da forma como a rede de internet segue a vida dos indivíduos, a partir dos seus desejos, do tempo que você aprecia determinado conteúdo, dos processos de interação, compondo um conjunto de dados que mapeiam e ampliam as formas de controle sobre as pessoas, sobre suas condutas, sobre seu modo de agir e de pensar.

Dando prosseguimento, abordar a problemática da racionalidade neoliberal implica adentrar num campo temático necessário, desenvolvido especialmente a partir da perspectiva de Michel Foucault acerca dos dispositivos e práticas de poder. O estudo da governamentalidade e de outras formas racionais que se tornam objeto de investigação por Foucault na década de 1970 e se estende, desde então, à tentativa de compreender a partir de um conjunto de dispositivos sociais, implica pensar os modos como os governos atuam no controle e na conduta da população, como resultado de um amplo processo de mudanças nas subjetividades do sujeito.

É com esse intento que a construção da noção de governamentalidade apresentada por Foucault busca se expressar como um conjunto de técnicas de governo, a partir das práticas de controle, vigilância e formas de atuação governamental sobre a população. Duarte (2013) analisa, com base em Senellart, que a concepção de governamentalidade apresentada por Foucault pode ser considerada uma forma de poder, pois utiliza técnicas específicas de saber, de controle e de correção, fenômeno que reflete necessariamente um modo racional de poder. Veiga-Neto (2013) destaca que é em Foucault que se origina a palavra governamentalidade, refletindo os diferentes modos como cada um governa a si mesmo e aos outros. É o próprio Foucault (2007) que vai discorrer acerca da intervenção das técnicas de dominação sobre os outros e sobre si mesmo, como artes de governar (VEIGA-NETO, 2013).

É importante destacar que o emprego do termo abarca um campo de domínios, dentre os quais, se incluem um modo de ação do Estado, a noção de biopolítica desenvolvida por Foucault e outras características que concentram formas de racionalidade do poder. Decerto se inclui nesse contexto o neoliberalismo (em sua forma de mercado). Na compreensão de Veiga-Neto (2013), Foucault buscou definir a governamentalidade com base em três características:

Em primeiro lugar, um conjunto de elementos (reflexões, estratégias, técnicas) para ampliar o exercício de poder sobre a população, por meio de instrumentos e de técnicas que se combinam entre si e podem ser consideradas como dispositivos de segurança; segundo, um tipo de governo que se instaura perante os demais com soberania e disciplina, perspectivadas em um conjunto de saberes; e, em terceiro, a forma como o Estado foi se tornando governamentalizado (VEIGA-NETO, 2013).

O autor vai destacar o caráter subjetivo da governamentalidade ao conferir que não se trata apenas de uma coisa, mas de uma inteligibilidade. É possível observar que Foucault esboça essa conceituação em razão dos cursos do Cóllege de France em meados da década de 1970, quando se vivenciam a grande crise e o surgimento das políticas neoliberais. Foucault, nesse contexto, vai associar essas práticas a novas formas de ser e estar no mundo, que refletem um

modo de vida de tal forma que se expande como uma racionalidade, por coexistir com múltiplas formas de interpretar o mundo, de ler e agir sobre ele.

No entanto, Veiga-Neto (2013) chama a atenção para os riscos de considerar o caráter da governamentalidade como totalizadoras e unificadores, como se determinada prática criasse uma espécie de túnel sem saída. Pelo contrário, tais modos de vida se tornam muito particulares, de acordo com o campo onde se reproduzem. Apesar da educação, a lógica da governamentalidade transcende o papel meramente técnico do ato de ensinar conteúdos, para produzir subjetividades, transformando aqueles que dela participam em sujeitos.

Fazendo uma analogia, diferente da forma do liberalismo enquanto doutrina da liberdade econômica, cuja reprodução era explicada por processos naturais, a governamentalidade neoliberal impõe uma forma racional de competitividade que deve ser produzida, ensinada e regulada continuamente. Portanto, à educação cabe um papel de relevo nessa dinâmica, que é a de reprodução dessa lógica em diferentes situações do cotidiano, como processos naturalizados.

Veiga-Neto (2013) ratifica que as mudanças decorrentes de uma governamentalidade neoliberal implicaram o surgimento de outras formas de relações de trabalho diferentes do liberalismo. Para o autor, houve uma mudança do tipo de sociedade produtora para um tipo de sociedade consumidora, que tem por orientação a concorrência como estratégia de lucro e que pontua as características que marcam a transição de um modelo de produção da fábrica para um modelo empresarial.

O autor acrescenta que, no modelo de trabalho fabril, havia uma preocupação com o sujeito centrado no trabalho especializado, mas com uma clara divisão de tarefas, e cujo elemento de força era o corpo. Já no contexto neoliberal, que toma por referência a empresa como modelo de organização, a preocupação se volta para o trabalho imaterial, conceito analisado por Lazzarato e Negri (2001), que se constitui como um trabalho altamente especializado, multifuncional e flexível, mas, sobretudo, comprometido com a lógica da empresa.

O foco nessa perspectiva deixa de ser o corpo e passa a ser a mente (cérebro). Essa é uma estratégia que visa integrar os diversos espaços da vida do sujeito ao modelo empresarial, em que o trabalho deixa de ser individualizado e passa a ser cooperativo, ainda que a lógica da concorrência dê os créditos àqueles que apresentam maior simbiose com a defesa dos objetivos da empresa. Na perspectiva de Foucault (2012), o modo de governamentalidade neoliberal está mais voltado para uma forma de vida empresarial que para os processos de disciplinarização do sujeito.

Segundo a perspectiva de Veiga-Neto (2013), estamos diante de uma reversão do modo de poder disciplinador do corpo para um poder baseado em dispositivos de controle cada vez mais sofisticados, que têm como foco principal o controle sobre a mente. Estratégias que incidem sobre a vida dos sujeitos, suas condutas, suas escolhas. O neopoder, que se configura como uma espécie de poder sobre a alma, constitui-se enquanto técnicas avançadas de controle que combinam a tecnologia, processos de subjetivação e sujeição dos indivíduos a uma rede neural de cooperação, uma espécie de modo avançado do biopoder.

Coaduna-se a essa perspectiva o que ressaltam Dardot e Laval (2016, p. 339), o surgimento de novos instrumentos de asceses de desempenho no contexto neoliberal, dentre os quais se destacam os programas de Programação Neurolinguística (PNL), a Análise Transicional (AT) e o recorrente debate sobre Inteligência Emocional, que objetivam o controle das emoções, dos conflitos e das situações inusitadas que acontecem no ambiente de trabalho e exigem certo domínio de si próprio. Ao que indica, uma estratégia de construção de um tipo ideal de sujeito neoliberal (neossujeito).

Disso decorrem os sentidos da governamentalidade. Foucault sinaliza que não basta considerarmos apenas as práticas de poder, pois os discursos têm ingerência sobre os sujeitos, mas é preciso reconhecer como nos posicionamos enquanto sujeitos, diante das práticas de controle, mediante as formas de governo. A governamentalidade neoliberal guia-se pela necessidade da disposição de técnicas e instrumentos que sejam compatíveis com as leis de mercado e promovam a formação de outras condutas. Nesse sentido, a educação opera a produção de um novo *ethos* de governamentalidade, que serve aos interesses do mercado e articula-se de modo mais amplo às formas de acumulação do capital.

A educação na contemporaneidade é perspectivada pelo conjunto de reformas em diversas ordens que vão do currículo à formação de professores e ao material didático utilizado nas redes e sistemas de ensino, cujo objetivo leva à conformação de um modelo de economia globalizada em que ganham cada vez mais centralidade as noções de educação financeira, educação empreendedora, projetos de vida, que circunscrevem a construção de novas subjetividades capitaneadas pela lógica empresarial.

Compõem esse cenário elementos de uma governamentalidade pedagógica que Soler *et al.* (2022) ratificam como responsável por implementar estratégias de empresariamento da educação, inclusive, com a incorporação de narrativas no texto das políticas educacionais com uma linguagem financeira muito presente no mercado empresarial. A esse respeito, compõem-se novas abordagens no campo educacional que muitas vezes são incompatíveis com os princípios da gestão pública, como a noção de fluxos escolares, estabelecimentos de planos de

metas, gestão por resultados, gestão estratégica, estabelecimento de índices educacionais e bonificações.

Conforme analisa Veiga-Neto (2013), em grande medida, essas estratégias de transposição da lógica empresarial para as políticas educacionais implicam processos de responsabilização e *accountability* que modificam as configurações do mundo do trabalho, nesse caso, do trabalho docente, em vista de uma crescente flexibilização, precarização, desprofissionalização, esvaziamento político e enfraquecimento associativo e sindical dos docentes, além de uma tendência global à implantação de programas de reformas curriculares que buscam, desde cedo, incorporar a lógica do mercado às relações humanas por meio da escola.

Soler *et al.* (2022, p. 8-9) acrescentam que:

O neoliberalismo destituiu o papel da mais-valia como condição da exploração, e, portanto, de revolta, para intensificar o enunciado de que o sujeito, desde os seus primeiros anos no sistema escolar, pode, com muita disciplina, vir a tornar-se um investidor, um rentista um operador no sistema financeiro. (SOLER *et al.*, 2022, p. 8-9)

Como se depreende, uma clara interpretação de como a dinâmica do capital impregna o sujeito para impor, geralmente, as condições mínimas de se integrar como o sujeito empreendedor de si, responsável pelo seu sucesso e pelo sucesso da empresa.

Na dimensão do neoliberalismo, a governamentalidade insere nas políticas educacionais os princípios da economia de mercado, constituindo dessa forma, estratégias que levam os estudantes a gerirem sua própria vida, a partir de uma lógica de concorrência e de competição, e a reconhecer os mecanismos de controle que operam no campo educativo. Tal indicativo ainda se constitui como uma lente de aumento para perceber as mudanças nos papéis desempenhados pelos professores que, segundo Soler *et al.* (2022) tornam-se gestores de competências.

Essas assertivas ajudam-nos a entender a educação como um instrumento próprio da governamentalidade neoliberal, que busca capturar as subjetividades e as condutas dos sujeitos, com vistas à construção do neossujeito, como denominado por Dardot e Laval (2016), um ethos que, conforme anunciam Solet *et al.* (2022, p. 10), “Mais do que uma educação preocupada em disciplinar, temos a configuração de uma experiência responsável por consagrar os elementos existenciais voltados para as dinâmicas do empreendedorismo e do empresariamento de si mesmo”.

Mas por que Dardot e Laval (2016) interpretam como uma nova razão os processos que engendraram fortemente o neoliberalismo no contexto global? Conforme elucidamos na

extensa obra, a nova razão do mundo, de acordo com Pierre Dardot e Christian Laval, é baseada em uma compreensão crítica da tecnologia e da economia como meios de dominação social e política, antes vistas como neutras e objetivas, e agora entendidas como políticas historicamente construídas.

Essa nova razão une teoria social, filosofia política e análise econômica. Dardot e Laval (2016) afirmam que a tecnologia e a economia são as duas principais formas pelas quais o poder é exercido e a sociedade é governada no mundo contemporâneo. O argumento é de que a tecnologia é usada como uma ferramenta para a regulamentação da sociedade, enquanto a economia é usada como um mecanismo de controle para a distribuição de recursos e da riqueza.

Para os autores, refere-se a uma mudança significativa no modo como as sociedades modernas são organizadas e governadas, especialmente desde o final do século XX. Em vez de seguir o modelo do Estado de bem-estar social, que surgiu após a Segunda Guerra Mundial, muitos países adotaram uma abordagem neoliberal, caracterizada pela desregulamentação do mercado, pela privatização de empresas estatais e pela diminuição do papel do Estado na economia.

Dardot e Laval (2016) argumentam que essa mudança foi impulsionada por uma nova ideologia chamada de “neoliberalismo”, que sustenta a supremacia do mercado e a diminuição do papel do Estado. O neoliberalismo se tornou uma “razão totalizante” que permeia todos os aspectos da vida social e econômica, incluindo a política, a cultura e até mesmo as relações pessoais.

Concordamos com Dardot e Laval (2016) ao ratificarem que a “nova razão do mundo” tem implicações profundas para a democracia e a liberdade individual, pois o neoliberalismo enquanto racionalidade cria uma sociedade em que a desigualdade econômica é ampliada, a competição é exacerbada e a solidariedade social é enfraquecida. Além disso, a busca pelo lucro e a maximização do valor acionário das empresas no contexto atual leva a um desprezo pelo bem-estar das massas trabalhadoras e do meio ambiente.

Nesse sentido, a nova razão diz respeito a uma nova lógica de ação, baseada num tipo específico de governamentalidade que produz novas subjetividades e buscam incorporar nos atores sociais a lógica mercantil do modelo empresarial, impondo uma nova relação do sujeito consigo mesmo ao se enxergar como um empreendedor de si. Assim, tais dinâmicas constituem um modo de transpor o espaço de concorrência do modelo de acumulação do capital para outros domínios da vida, rompendo com as formas tradicionais de solidariedade.

Como uma racionalidade, o neoliberalismo acabou por incorporar “um conjunto de dispositivos discursivos, institucionais, políticos, jurídicos e econômicos que formam uma rede

complexa e movediça” (Dardot e Laval, 2016, p. 384). Assim não é estranho que, no seu processo de reinvenção histórica, tal racionalidade neoliberal possa se aliar a diversas outras ideologias, ainda que distantes da lógica de mercado, sem deixar de continuar tendo centralidade, o que temos assistido recentemente em muitos países a partir de uma ampla frente da extrema direita neoconservadora que tem assumido os governos.

Em suma, a “nova razão do mundo” é vista como uma forma de entender o mundo em que vivemos hoje, ao enfatizar a supremacia do mercado e a adesão voluntária do Estado, o que gera consequências profundas para a democracia, para a justiça social e para a liberdade individual, portanto, se faz necessário resistir e buscar alternativas a essa nova ideologia. Novas práticas baseadas em processos cooperativos, uma contra conduta que desponte para um novo horizonte possível, ainda que seja gestada num governo de si, conforme tematiza Dardot e Laval (2016), podem sinalizar para outra razão do mundo.

4.3 GOVERNANÇA, EDUCAÇÃO E REDES POLÍTICAS

O direcionamento das políticas educacionais no Brasil, a partir da década de 1990, seguiu o caminho das modernas formas de regulação, cujas orientações são de matrizes neoliberais e gerencialistas, prescritas em grande medida nesse período aos países em desenvolvimento e absorvidas até mesmo por países com acentuado nível de desenvolvimento. É nesse contexto que, no caso brasileiro, as mutações e reconfigurações no papel do Estado se tornam mais evidentes a partir da Reforma do Estado que propõe um conjunto de medidas com o intento de aumentar a governança do Estado.

Nessa conjuntura, tanto a inserção do termo “governança” passa a tomar parte do conteúdo das reformas quanto se torna uma orientação prescrita de organismos internacionais, como a OCDE, o FMI e o BM, que passam a disseminar a narrativa da governança como uma prática que proporciona maior eficiência à gestão, modificando as estratégias de desenvolvimento dos países, numa escala global.

O termo governança agrega uma multiplicidade de sentidos e tem sido utilizado na economia, na política e em outras áreas. Seu uso no campo político e acadêmico se intensificou, conforme analisamos, a partir da década de 1970 e 1980, no entanto, a produção no campo se amplia de forma significativa no final do século XX, alcançando um conjunto de interpretações nem sempre nítidas do ponto de vista teórico.

Acerca da etimologia da palavra, Jessop (1995) destaca que o termo governança tem seu surgimento no século XIV, relacionado às formas de governar, orientar e dirigir a conduta. Já

Reis (2013) vai apontar para uma conjuntura mais atual, que é o economista britânico Ronald Coase, que utiliza o termo pela primeira vez em 1937 para se referir a processos internos da empresa na racionalização dos custos. Mesmo que tais considerações apresentem divergências quanto ao período histórico que marca o surgimento do termo governança, ambas as perspectivas concordam que é a partir da década de 1970 que há um renascimento desse conceito, sobretudo no contexto da globalização do capital e das crises da época, implicando uma mudança paradigmática nas análises políticas e econômicas, orientadas pelos organismos internacionais.

Ademais, o termo também tem despontado com alguma prevalência no campo da educação, associado à regulação dos sistemas educacionais e à forma de governar baseada no equilíbrio entre Estado, sociedade civil e o mercado. (BARROSO, 2018). Portanto, ao analisar como essa engenharia social e política da produção do discurso dominante se dá, compreendemos como surgem novas narrativas que interferem na reconfiguração das práticas sociais e governamentais. É nesse ponto que se situam as definições sobre governança como produto de narrativas hegemônicas no campo do Estado e das formas de governo.

A maior parte dos estudos sobre governança confirmam a origem da expressão como da tradução inglesa *governance*. Rhodes (1996) faz uma análise acerca da governança e destaca o seu caráter plural e polissêmico que, embora popular, é também impreciso. O autor vai destacar a existência de pelo menos seis usos comuns nos estudos sobre a temática. Para ele a governança se refere a redes intraorganizacionais auto-organizadas que possuem articulação com os mercados e com estruturas governamentais. Elas buscam exercer certo tipo de controle e coordenação das políticas públicas.

Essa perspectiva de redes apresentada por Rhodes (1996) é também conceituada por Ball; Junemann (2012) e abarca não apenas o conjunto de atores que compõem as práticas de governança e o contexto de influência, como também entrecruzam as formas de gerir as políticas públicas, na área da educação ou fora dela, a partir da ampliação e interconexão de determinada forma de governo frente às demandas locais e internacionais, numa escala definida cada vez mais pela norma da eficiência dos serviços oferecidos pelo setor público, em parceria com o setor privado.

No entendimento de Rhodes (1996), a governança tem uma variedade de significados e, diferentemente de governo, ela expressa mudanças na direção deste, implicando novas relações na arte de governar e no modo como a sociedade é organizada. Ele acentua que nos últimos anos tem sido profícuo o debate sobre as reformas do setor público que deram lugar ao debate sobre a Nova Gestão Pública e a ideia de governo empresarial. Essas novas definições

apresentam desafios à sua compreensão, uma vez que buscam articular uma moldura mais ampla em que a atividade econômica passa a acompanhar o desenvolvimento de políticas sociais nos diversos setores. Jessop completa que a governança pode se referir a qualquer modo de coordenação de atividades interdependentes.

A boa governança, termo composto que vai indicar como os processos de intervenção pública contribuem com a ação do mercado na oferta de serviços públicos, é acompanhada por novas formas de governo que passam a atuar junto ao setor privado com vistas ao fortalecimento das estratégias de acumulação do capital. Utilizando a abordagem de Rhodes, elaboramos um quadro sintético dessas concepções, analisadas conforme segue:

Quadro 2 – Usos comuns do emprego do termo Governança

| Narrativa | Dimensão |
|--------------------------|---|
| Estado Mínimo | Manifesta-se por meio do desejo de minimizar a ação do Estado na promoção das políticas sociais e, assim, pontua o gasto público como resposta ineficiente do Estado, indicando como saídas a privatização e o uso de mecanismos do mercado. |
| Governança Corporativa | Situa-se na prescrição e incorporação de ferramentas institucionais de transparência, controle e <i>accountability</i> no setor público. |
| Nova Gestão Pública | Orienta a adoção de práticas gerenciais no setor público por meio de um modelo de gestão direcionado ao atingimento de metas, como a gestão por resultados e o sistema de avaliação por desempenho, os quais dão substrato às modernas formas de constitucionalismo, a exemplo da <i>Public Choice</i> , destacando-se o caráter da qualidade associado à política de resultados. |
| Boa Governança | A incorporação de diretrizes da nova gestão pública com base no respeito às normas jurídicas de cumprimento de ajustes estruturais, de emprego eficiente dos recursos público, da transparência e da integração ao mercado mundial. |
| Sistema Sociocibernético | A ruptura com a ideia de que o Estado sozinho consegue abarcar o conjunto das dimensões políticas, econômicas e sociais, necessárias à melhor governação, em favor de um modo de ação que considere a influência de diferentes atores sociais com funções recíprocas. |

| | |
|------------------------|---|
| Redes Auto-organizadas | Reconhece o fortalecimento do Estado numa relação de interdependência com diversos atores e organismos, e sua capacidade de governamento diante da exigência de múltiplas instâncias supragovernamentais e também privadas com suas demandas. |
|------------------------|---|

Fonte: Adaptado de Rhodes (1996) pelo autor.

Conforme observamos, o termo governança apresenta múltiplas interpretações que estão presentes no debate atual, especialmente no que se refere à sua correlação com o Estado. Nenhuma das abordagens descritas por Rhodes ignora o papel do Estado e sua articulação com uma ampla rede de atores sociais envolvidos nas boas práticas de governança. Nesse aspecto é possível articular a visão de Rhodes com a concepção de Jessop de que a governança se situa no plano estrutural da mudança do Estado de bem-estar para um novo paradigma do Estado regulador, num quadro em que a emergência de novos modos de regulação e organização são determinantes para o fortalecimento dos Estados nacionais.

Na compreensão de Jessop (2002), o interesse geral pelo emprego da expressão governança significa uma mudança social nas práticas de governo mais importante “do que transferir vinho velho para garrafas novas”. O pesquisador destaca:

Muitas práticas agora incluídas em “governança” foram examinadas sob outras rubricas. Assim, corporativismo, parcerias público-privadas, distritos industriais, associações comerciais, política, diplomacia, interesse na 'polícia' (Polizei), comunidades de políticas, regimes internacionais etc., todos envolvem aspectos do que agora é denominado “governança”. (JESSOP, 2002, p. 25)

Nesse sentido, a noção de governança abrange uma escala ainda maior: a totalidade de arranjos institucionais, regras e agentes envolvidos na coordenação e regulação das transações dentro e além das fronteiras de um setor econômico e das formas de ação dos governos. Embora na sua compreensão seja gestada nas estruturas e no modo de coordenação das empresas, a governança tem se expandido de forma muito rápida em espaços públicos e privados, de forma indiscriminada, como sinônimo de práticas eficientes de gestão.

Em outra direção, na perspectiva de um plano mais abstrato, Reis (2013) aponta que

o significado de *governança* não é sinônimo de governabilidade nem tem como objeto de estudo a arquitetura institucional de um dado sistema jurídico-político. O seu significado é simultaneamente mais aberto e distintivo, na

medida em que se refere à análise dos padrões de articulação e cooperação entre os atores e os arranjos institucionais que coordenam os sistemas sociais. (REIS, 2013, p. 104)

Como se depreende da afirmativa, a governança apresenta-se como uma abordagem analítica fundamentada numa dimensão ampla, que extrapola a capacidade de certo governo gerir de maneira acertada ou não o Estado-nação. As características imprimem um modo particular de ação que é tensionado por um conjunto de relações, dentre as quais o Estado, enquanto ator central na formulação das políticas, se articula à esfera privada, por meio dos atores econômicos também considerados de forte influência social, constituindo-se como uma espécie de poder compartilhado. Essas definições lograram êxito a partir do status normativo atribuído pelo Banco Mundial, principalmente em seu relatório no ano 1992, com o título “*Governance and Development*”, um documento que marcou fortemente as agendas governamentais.

Até a década de 1980, conforme descreve Maranhão (2019), a governança, no contexto de definição do Banco Mundial, é considerada como o exercício do poder político para gerir os negócios da nação, cuja crise necessitava de um contrapeso para equilibrar as relações do Estado que teriam se deteriorado em virtude do uso ineficiente, por parte dos governos, dos recursos para o desenvolvimento dos países. Essa foi uma narrativa amplamente introduzida nas diretrizes de outros organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e a Organização das Nações Unidas (ONU), no conjunto de suas orientações que contextualizavam a premente necessidade de superar a crise da governança.

A interferência de forma estratégica de organismos, como o Banco Mundial, o BIRD, e outros organismos internacionais nas agendas governamentais, coloca a concepção de governança em diferentes frentes de interpretação. Cavalcante e Pires (2018) destacam três fases importantes que expressam a inscrição da governança na produção do discurso. Inicialmente se deu pelo desuso do termo até a década de 1970, quando a administração burocrática do Estado perfazia o modelo de organização do governo, no entanto, permitia uma abertura para que se formulassem outros modelos de organização governamental que pudessem ser aplicados aos diferentes setores do Estado.

Num segundo momento, verifica-se uma expansão do termo governança que se dá na virada do século, quando a complexificação das mazelas do Estado aparecem associadas ao baixo desempenho do setor público, portanto, fazendo-se necessário, devido ao rápido avanço da globalização, das transformações econômicas e das novas demandas sociais apresentadas

naquele momento, estruturar um discurso mais convincente do termo, aliado a outras expressões que se constituíram como narrativas comuns e categorias de estudo, da quais transparência, qualidade dos serviços públicos e participação se tornaram o mote.

Um terceiro momento é o que acentua uma rápida difusão da expressão governança, associado ao conjunto de reformas estatais que se expandiram nas últimas décadas do século XX, e se propagaram nas primeiras décadas do século XXI, com uma narrativa fundamentada no modelo empresarial, denominado de *Nova Gestão Pública* ou (*new public management*), cuja interferência direta nos modelos de gestão são fundamentadas no princípio da descentralização, do compartilhamento e da transferência de responsabilidades do Estado para o setor privado, induzindo um modelo concorrencial com base na eficiência e eficácia, expressão da reforma gerencial.

Pode-se afirmar que, nesse período, o sentido da palavra governança ligou-se a modernas formas de coordenação das agendas nacionais e sua articulação em nível macro e micropolítico às agendas globalmente estruturadas, junto a um conjunto de medidas que visavam, de um lado, a ampliação dos princípios da reforma dos Estados, com um pacote de medidas como a privatização, diminuição dos gastos com políticas sociais e fortalecimento das parcerias público-privadas, e dentro de um amplo contexto de regulação das políticas nacionais, e, por outro lado, o termo se hibridizou aos movimentos de controle e participação social, estrategicamente propostos pelos organismos internacionais.

A esse respeito, o papel central do Banco Mundial fortaleceu a narrativa conceitual da governança como o exercício de autoridade, controle e poder de um “governo”, ou seja, “a maneira pela qual o poder é exercido na gestão dos recursos econômicos e sociais de um país”. (WORLD BANK, 1992, p. 1). Essa definição, para além do que se apresenta, ainda reforçou uma dimensão particular da governança: a necessidade de, por meio da regulação, se estruturar o aparato jurídico legal ao pleno funcionamento da economia de mercado; além disso, incorporou nessa definição a emergência da *accountability* e a ampliação de processos de participação e transparência no ciclo das políticas públicas, uma circunstância para o engajamento social. (Borges, 2003)

Nesse sentido, não é de se estranhar o fato de há mais de três décadas o BM possuir um papel central na produção de um discurso dominante para legitimar suas concepções no interior dos Estados Nacionais, incorporando determinadas lógicas no formato das políticas públicas. A esse respeito Foucault (2009) considera que a produção do discurso sempre vai ser controlada, organizada e redistribuída por meio de vários mecanismos de poder, de modo que

esse controle representa uma vontade de verdade, definida por processos de correção de um discurso e da sua distribuição sobre os demais. Conforme analisa Ferreira e Traversini (2013),

a vontade de verdade é conduzida por práticas discursivas que são, por sua vez, reforçadas nesse jogo. O seu produto último, a verdade, ou melhor, a “verdade verdadeira”, também executa essa condução imanente ao ligar-se aos saberes e, assim, seguir os modos pelos quais esses são aplicados, valorizados, distribuídos, repartidos e atribuídos na sociedade. A vontade de verdade, portanto, a partir de instituições e de pontos de distribuição e apoio disseminados por todo tecido social, tende a exercer poder de influência sobre os outros discursos (FERREIRA e TRAVERSINI, 2013, p. 2013)

Tal como o Banco Mundial, que assumiu uma posição privilegiada nessas últimas décadas, colocando a pauta da boa governança nas políticas, incluindo a educação por meio de um processo de promoção de reformas no papel do Estado e promovendo a interferência do mercado na tomada de decisões, a OCDE, no conjunto de suas orientações, propunha mudanças na direção do Estado, de modo a se tornar mais competitivo, a partir dos valores e práticas espelhadas pelo funcionamento da empresa.

Dardot e Laval (2016) sinalizam que a OCDE determinou que o Estado adotasse uma postura com mais plasticidade, com fundamento no mercado e no padrão do consumo mundial, impondo-se os fundamentos da democracia do Estado, um novo tipo de Estado-empresa, ancorados no paradigma das entidades privadas. Diante da forma como se sucedeu esse fenômeno, é possível notar que houve uma adequação do Estado ao modo de funcionamento do mercado, que transpôs ao setor público a racionalidade da empresa.

A receita do Banco Mundial e de outros organismos acerca da aplicabilidade de modelos gerencialistas na gestão do Estado apresenta “o mercado e a sociedade civil, representada pelas ONGs e demais organizações populares”, como as soluções mais eficazes para as formas burocráticas hiper centralizadas e ineficientes no mundo em desenvolvimento.” (BORGES, 2003, p. 128). A lógica da livre concorrência passou a ser importada ao setor público como sinal de melhoria da eficiência do Estado.

Essa mudança na lógica de ação do Estado e no modo de concebê-lo refletiu na retórica linguística, promovendo o termo *governança* como a máxima do neoliberalismo, tornando-se a principal narrativa utilizada pelos organismos internacionais, responsáveis por expandir as concepções políticas da norma neoliberal. Numa concepção macro, vai unir três dimensões de poder no seu corolário: a forma de condução das empresas, do Estado e do mundo. (DARDOT e LAVAL, 2016). Nessa direção, Santos (2001) expõe que, em meados da década de 1990, a governança se torna o mote das políticas neoliberais ao lado de outros termos, como

descentralização, desregulação, entre outros, que vão acompanhar o movimento de reformas do Estado, sobretudo no caso brasileiro.

Nesse contexto do neoliberalismo e da globalização do capital, a governança do Estado assume da governança da empresa um legado importante: o de que os dirigentes do Estado foram colocados no mesmo patamar de exigência da comunidade financeira internacional em relação às empresas, submetendo o Estado às mesmas ferramentas de controle (auditorias, relatórios, avaliação), que vão definir em que medida o Estado tem garantido o cumprimento das diretrizes políticas da nova governança (DARDOT e LAVAL, 2016).

Cada vez mais a ação do Estado é colocada sob a vigilância de diferentes atores, conforme analisam Dardot e Laval (2016), seja pelas agências de classificação de risco, seja por grupos de investidores externos ou por empresas multinacionais. Ocorre que tais estratégias servem mais para criar certo grau de obediência ou mesmo curvatura do Estado a outras instâncias de poder, como condição de governabilidade.

Amos (2010) destaca que o Estado possui um papel estratégico no campo político por privilegiar certos atores e ignorar outros. Isso se dá como produto das práticas de governança conflitantes e competitivas, a depender do projeto de Estado e da rede de governança que se estruturam no interior dessas relações. Em sentido amplo, nas suas palavras:

governança refere-se aos diferentes mecanismos empregados para conferir ordem à população de atores, por adaptação, negociação, ordem e obediência; em sentido restrito, refere-se às diferentes formas de ação resoluta voltadas a preocupações coletivas. (AMOS, 2010, p. 25)

Essa visão social de Amos (2010) está ligada a uma dimensão da governança dentro de um formato mais elaborado, talvez porque seu pensamento envolva a problemática da organização dos sistemas, do Estado e da própria sociedade. A governança assume, em todas as análises, o envolvimento múltiplo de atores, em quaisquer das dimensões apresentadas por Rhodes (1996). Sozinho, o Estado não consegue realizar uma boa governança.

Mais adiante, Dardot e Laval (2016) reiteram que a governança foi descrita muitas vezes como um modo de exercício de poder que implica o envolvimento de instituições políticas, jurídicas, internacionais e nacionais, associações, igrejas, empresas, *think tanks*, universidades etc. Formas de poder que desencadeiam uma nítida relação de complementaridade e de responsabilidades compartilhadas do Estado.

Essa configuração se expande também como um novo modo de produção de normas internacionais, que vão se estabelecer por meio de consensos e de concepções e contribuem para

a emergência de políticas econômicas e fiscais que privilegiam grandes grupos oligopolistas, que incidem e influenciam diretamente as agendas governamentais dos Estados. Essa dinâmica se reflete, por exemplo, em como a definição de políticas macroeconômicas são resultado da ação pública e privada, dada a coparticipação e divisão de responsabilidades do Estado com uma multiplicidade de atores sociais.

No tangente às questões econômicas, Jessop (2002, p.5-10) mostra que há uma gama crescente de mecanismos de governança econômica, entre elas, contratação relacional, “mercados organizados” em empresas do grupo, clãs, redes, associações comerciais e alianças estratégicas que coordenam as atividades econômicas de diferentes maneiras, e complementa que “a governança designa todas as formas de regulação que não são nem de mercado nem estatais: é a sociedade civil menos o mercado, mais a sociedade política local”.

Segundo as considerações de Ball (2013a. p. 20), a governança constitui, no cerne da conjuntura atual, uma ampla capacidade de mobilizar “recursos de poder e conhecimento de influentes grupos de interesse e parceiros não governamentais”. Portanto, o Estado é potente nesse processo, embora pareça se esvaziar em certo momento. O autor completa:

Nessas mudanças de governança há reciprocidade entre as exigências do capital e do Estado, na medida em que os processos de privatização oferecem oportunidades para a acumulação de capital, no que se refere às empresas, e reduções nos gastos públicos para os governos. (BALL, 2013a p. 20)

Na mesma perspectiva, concordamos com Dardot e Laval (2016, p. 282) quando afirmam que a governança se tornou um modelo para pensar as ações e práticas do Estado, no lugar de trazer o debate sobre o direito público e a soberania. O Estado não se ausenta desse processo, mas se curva a certas condições que ele próprio cria como justificativa para adesão a uma economia forte. É o Estado que, em muitos casos, financia a economia global em nome do bem do povo e da segurança do país, e acaba conduzindo políticas que promovem mais benefícios às empresas que aos trabalhadores.

Não por acaso, o FMI, a OCDE, a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Comissão Europeia, reconhecem que os países que pretendem ajustar suas políticas ao dinamismo global têm interesse nesse processo, pois fomentam a acumulação do capital entre as classes mais afortunadas, como analisam Dardot e Laval (2016). Acabam culpabilizando outras instâncias pelo desmantelamento do Estado social e educador ao justificar a instauração de normas de concorrência nos diferentes domínios.

O Estado passa a ter uma responsabilidade sobre a transferência e importação de grandes oligopólios nos mais diferentes segmentos: na pesquisa, na tecnologia, no transporte, na abertura de mercado, de modo que “as normas de concorrência pressionam os Estados e outros atores a produzir condições de melhor valorização do capital” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 284), assim se torna parceiro dos interesses de determinada classe dominante.

As mudanças na governança do Estado buscam instituir um modo diferente de interesse público não mais por via do progresso social, mas pela incorporação da lógica empresarial, objetivando minar as políticas sociais por meio de uma cadeia de ações desestruturadoras, como os ajustes fiscais, a limitação com gastos previdenciários, os cortes nas políticas de proteção ao trabalhador e ao emprego, o enfraquecimento das representações sindicais, entre outras formas, que levam o Estado a se adequar para atender aos processos de globalização e acumulação do capital. Dardot e Laval (2016, p. 284), chamam a atenção para o fato de que há uma conexão do Estado na conformação de alianças numa rede de ação cada vez mais globalizada que concorrem para uma hegemonia social do mercado.

Num cenário recente de mudanças no campo da economia, da política e das agendas sociais, o debate em torno das políticas educacionais trata [bem] de analisar como os sistemas educativos e a direção das ações governamentais, em termos de regulação e do conjunto de dispositivos sociais e de controle, reverberam as práticas de governança do Estado e sua coordenação em maior ou menor escala.

A governança, enquanto um conceito impreciso e plural, não se esvazia na dimensão da interrelação entre os diversos atores que a constituem. Ela incide sobre a coordenação de várias práticas de governo de um modo mais amplo. Tomando as considerações de Dale (1997), é possível compreender que no centro do debate sobre governança encontra-se os modos de regulação, especialmente no tangente ao papel do Estado. Nesse sentido a governança no campo da educação tem relação sobre como o sistema de normas se tornam repartidos, no contexto de interconexão da esfera pública com a esfera privada na governança do Estado.

Reis (2013, p. 113) explica que o Estado, nesse contexto, assume um papel nem tão genérico de regulador e facilitador, de criar as condições, às quais já nos referimos anteriormente, para que grupos, agências e outros atores, que não fazem parte da esfera governativa, interfiram nas ações do Estado, por meio de diferentes estratégias na coordenação e controle de políticas, que nem sempre se dão de forma clara.

Isso reflete na forma variada como o Estado, ao dividir seu papel de produtor de normas, transmite tal responsabilidade aos novos atores, o que gera implicações no modo de coordenação de uma dada gestão governamental. Nessa dimensão, ao situar o Estado numa rede

de relações de governança, não queremos diminuir o papel do Estado, mas ratificar que “o Estado assume uma posição estratégica nas relações sociais”. (AMOS, 2010, p. 29).

Nessa perspectiva, as ideias sobre redes se constituem uma lógica de governança real, de onde interpenetram o público, o privado e as formas cooperativas, para definir regramentos na esfera de ação do Estado. Esse hibridismo tem provocado algumas fraturas na concepção do Estado que passa a atuar numa espécie de coordenação e “regulação regulada” por esses atores, por meio da pressão de diferentes grupos de interesse, externos e alheios, seja no campo político seja no ideológico.

Esse fenômeno, já analisado por Dardot e Laval (2016), é destacado no exemplo apresentado pelos autores em relação às falhas na governança do conjunto normativo público/privado dos acordos da Comissão de Basileia, no cenário da crise de 2008, que coordenaram a regulação dos mecanismos de risco financeiro, operacional e de mercado, dos investimentos das instituições bancárias, a partir de medidas de transferência e de controle rígido de supervisão do setor, que não logrou êxito após o surgimento de uma sistemática transferência dos riscos de mercado nas finanças a instituições pouco controladas pelo regime.

Nesse contexto, uma crise financeira como a que ocorreu em 2008, mesmo com a forte presença de atores financeiros agindo diretamente em torno dos seus interesses, houve afrouxamento na vigilância, o que levou a falhas e graves problemas econômicos que motivaram o Estado a agir para recuperar a economia em Estado de crise. É como se o Estado nessa situação esperasse dos atores privados, nacionais ou transnacionais, uma ação no sentido de coordenar as atividades numa esfera global (DARDOT E LAVAL, 2016).

No Brasil, as concepções sobre governança no campo educacional passam a compor o ambiente, a partir da Constituição Federal de 1988, da Reforma do Estado em 1995 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996. Esse complexo arcabouço jurídico acabou por não limitar ao Estado a oferta da educação, bem como não limitou a destinação do financiamento, que vai incluir, nessas definições, as instituições confessionais e filantrópicas, como passíveis de atendimento, conforme literatura já muito debatida acerca da liberdade da oferta do ensino. Isso fez que o setor privado ganhasse força ao longo do tempo.

Ao proclamar que o ensino é livre à iniciativa privada, ressaltando as devidas condições dispostas em lei, observa-se que a legislação abre uma lacuna para a inclusão e participação de diferentes e novos atores educacionais, que tendem a influenciar a construção e implementação de políticas educacionais no país, ao mesmo tempo em que são encarregados de romper com a lógica da gestão pública com um discurso subversivo e esvaziado do papel do Estado, que se coloca em posição de desvantagem, frente às prescrições na nova governança.

É nesse cenário que se assiste com muita tenacidade a expansão de instituições com diferentes naturezas jurídicas (associações, institutos, empresas), interessadas na educação, não apenas na dimensão privada, mas em incidir suas narrativas sobre a educação pública, com propostas de intervenção que abarcam desde questões curriculares e de avaliação, ao material pedagógico estruturado para tal fim, expandindo-se por meio de uma rede de governança que tem efeitos nos diferentes níveis e modalidades da educação no Brasil.

O modelo desenvolvido por Roger Dale (2010), chamado de governança educacional multiescalar, é adequado para explicar que, na atual conjuntura, o Estado passa a não dominar todas as tarefas tradicionais que a ele foram determinadas, especialmente na concepção da Nova Gestão Pública. Na sua compreensão, o Estado não é apenas aquele financiador, provedor e regulador, antes, em última instância, é sempre o coordenador quando os outros atores da governança falham.

O Estado nacional se associa a outros elementos nacionais, transnacionais e locais como resposta aos processos de transnacionalização do capital que exigem uma atuação conjunta dos Estados nação nas suas formas de governança. A seguir, o infográfico da estrutura de governança educacional multiescalar, definido por Dale (2010), mostra como a atividade nem é natural nem essencial para que seja realizada exclusivamente por qualquer dos atores, seja o Estado ou outro órgão. Do mesmo modo, o autor define que as ações podem ser desenvolvidas em várias escalas, não havendo lugar privilegiado. Governança nesse sentido, nas palavras de Roger Dale, é a coordenação da coordenação.

Figura 1 – Infográfico da Escala de Governança Multiescalar

| ESCALA DE GOVERNANÇA | | | | |
|-----------------------------|--------------------------|-------------|--------------|-----------|
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| INSTITUIÇÕES DE COORDENAÇÃO | ATIVIDADES DE GOVERNANÇA | | | |
| | FINANCIAMENTO | PROPRIEDADE | FORNECIMENTO | REGULAÇÃO |
| ESTADO | | | | |
| MERCADO | | | | |
| COMUNIDADE | | | | |
| "LAR" | | | | |

Fonte: Dale (2010)

O modelo apresentado por Dale (2010) mostra que a governança educacional assume um caráter multiescalar, como não atividade exclusiva do Estado nessa fase em que o local e o global assumem tarefas distintas, mas interdependentes. Assim, consideramos que as políticas educacionais funcionam também com formas híbridas de governança que envolvem atores, atividades e escalas de modo não homogêneo.

Mainardes e Alferes (2014) consideram que, de acordo com Dale, na medida em que o papel do Estado é limitado, geralmente pelos próprios ordenamentos jurídicos definidos pelo Estado, tem-se como resultado um processo de reestruturação da governação da educação, ocorrendo limitações e perda de poder que vão reduzindo a ação do Estado à mera coordenação das atividades, dos atores envolvidos e das esferas que compõem a governança educacional. Em certa medida, Jessop (1995, p. 39) destaca uma suposição importante para reflexão de que “a sobrevivência a longo prazo do Estado depende de qualidades organizacionais específicas do Estado, incluindo o que poderíamos chamar de articulação de governo e governança”.

É importante considerar que a governança em educação sinaliza para novos modos de coordenação que unem setores público, privados e uma variedade de atores, para de forma coordenada atuar frente às demandas educacionais. Esses últimos desempenham cada vez mais um papel ativo nas políticas públicas, representando uma elite que está mais preocupada na manutenção do *status quo* do que em romper com o ciclo de desigualdade educacional acumulada no país ao longo de várias décadas.

Nesse contexto, a importante contribuição de Dale (2010), que fica para reflexão sobre os processos atuais acerca da governança, é de que:

[...] se for analisada de perto a *governança* educacional (isto é, as combinações e a coordenação de atividades, atores/agentes, e escalas através das quais a “educação” é construída e ministrada nas sociedades nacionais), é possível identificar quatro categorias de atividades que, coletivamente, compõem a governança educacional (que, por razões de exposição, são consideradas como mutuamente excludentes e coletivamente exaustivas): *financiamento; fornecimento ou oferta; propriedade; regulação*. (DALE, 2010, p. 1111)

De fato, as categorias apontadas por Dale (2010) parecem permanecer no centro do debate acerca das políticas educacionais há um longo período, o que reflete a necessidade permanente de debate, com vistas ao aprimoramento das formas de governança adotadas pelo país em cada ciclo de governo, dada a amplitude e o grau de importância que cada agente atribui à educação, não neutralizando o papel do Estado na coordenação desta, considerando que ainda representa o principal agente que transita entre as escalas, atividades e instituições.

Nas últimas décadas, as relações entre o setor público e o setor privado têm se intensificado de tal maneira que a quase totalidade dos estudos que abordam as políticas públicas e sua interlocução faz uso desses condicionantes na perspectiva de aclarar o modo como o setor público incorporou a forma de mercado, com os diversos atores envolvidos nessa dinâmica, seus interesses e visões nem sempre convergentes com os princípios da gestão pública.

Esse fenômeno implica considerar uma análise bastante acertada que Ball (2018) faz ao ratificar que a política educacional é constituída com o envolvimento cada vez mais expressivo desses novos atores, em novos espaços, que em sua maioria representam o campo privado. Disso decorre o argumento de que tanto a governança educacional quanto o próprio Estado caminham articulados com a lógica de mercado.

Essa nova governança tem sido construída a partir de relações que são estruturadas em redes e tendem a fortalecer as narrativas e semânticas do setor empresarial, num contexto de concorrência, importando e incorporando novas lógicas e sentidos para a educação. Uma dinâmica que ao contrário do que considerávamos minimizar o Estado, esse é que passa a ter um novo papel, que é o de fomentar o mercado e a concorrência de forma articulada com esses setores, na oferta dos serviços educacionais. (BALL, 2018).

Alguns desses formatos de parceria entre o setor público e privado são compreendidos como novas formas de privatização da educação, e serão tratados na seção seguinte dessa pesquisa, uma vez que apresentam formas de intervenção que levam à mudança tanto da forma como do conteúdo das políticas públicas, por meio de diferentes instrumentos (acordos, termos de parcerias, contratos, concessões), transvestidos de uma retórica que acentua a perspectiva de superação das mazelas educacionais, mas dentro de um processo turvo que não permite por meio de instrumentos de transparência, enxergar os devidos investimentos e seus impactos sociais.

Observamos que as transformações no campo das políticas educacionais têm sido acompanhadas pela mudança nos conceitos e nas narrativas. A forma anterior de governar dá lugar às formas atuais de governança e deslocam os sentidos da ação pública para uma nova dinâmica de trocas, cooperação e divisão de responsabilidades.

A governança em rede é resultado das políticas gerencialista que levaram a mudanças radicais nos modos de gestão pública brasileira, objetivando ampliar a concorrência do Estado em favor do mercado, com base na lógica da eficiência do serviço público. Nesse sentido, a concepção de governança em rede é tomada pela interpretação que Ball (2018) faz ao defini-la

como um movimento que supera o estado público burocrático em direção à construção de redes duráveis e estáveis, com poder e prestígio.

Para alguns estudiosos, conforme analisa Ball (2018), as novas formas de coordenação das políticas que são baseadas em rede tendem a movimentar a hierarquia dos mercados, constituindo um novo modo de governança e de organização social, que se relaciona às mudanças na governança do Estado. Assim, Ball (2018, p. 8) defende que, nesse contexto, emergem “novos métodos de governar a distância por meio de normas de eficiência, de ativação e de responsabilização”, que refletem uma nova forma de poder do Estado.

Em certa medida, a afirmativa se adéqua à problemática, pois o Estado, nesse contexto da governança em rede, abre mão de muitas decisões importantes da sua responsabilidade, para legitimar certos atores do empresariado, criando possibilidades de mercado em curto e médio prazos. Ball (2018), com base em Triantafyllou (2004) e Williams (2002), encontra uma definição para a governança em rede. Ele expõe que o termo

[...] envolve, essencialmente, o tratamento de problemas de política pública aparentemente intratáveis – questões “perversas” que desafiam os esforços para delinear seus limites e identificar suas causas, por meio de formas de resposta gerencial e organizacional em torno da colaboração, parcerias e trabalho em rede. (BALL, 2018, p. 3)

Esse movimento se destaca pela capacidade de influência desses novos atores em partilhar com o Estado as soluções para os problemas, configurando uma forma colaborativa de governar. Problemas que se transformam em oportunidades de lucro como analisam os autores. O setor privado tem ocupado um papel muito claro na governança da educação, embora essa presença ainda seja tímida em muitos estudos que abordam a governança em rede e sua relação com o Estado.

Uma provável hipótese sugere que talvez por aclarar o novo papel do Estado na coordenação das políticas e, em determinado grau, secundarizar-se no papel de provedor dos serviços públicos, ao distanciar-se de algumas funções essenciais, tomando para si a função reguladora (ainda de modo compartilhado), seja esse o motivo de não evidenciar nos próprios textos das políticas uma ênfase maior ao setor privado, temendo perda gradativa de poder.

Ball (2018) traz uma importante reflexão para compreendermos os impactos da presença desses novos atores e organizações, ao discorrer sobre como é frequente a participação deles no cotidiano do Estado, por meio da interferência direta em situações de planejamento de políticas, em avaliação e mesmo na execução da política, o que implica uma forma de ativar

certo engajamento social e mobilizar algumas questões no debate público, na perspectiva do lucro.

Ainda nesse contexto, a filantropia de rede parece ocupar um lugar importante nesse cenário, pois atua numa lógica coletiva que combina diferentes estratégias de ação à formação de agendas comuns, unindo parceiros, colaboradores e financiadores da política, com o objetivo de intervir, criar e até mesmo tomar decisões acerca de determinadas políticas, ainda que esse processo não seja claro do ponto de vista das aspirações e intenções.

Esses exemplos de ação conjunta e coordenada do Estado com atores e organizações evidenciam que, dentro da escala de governança apresentada por Dale (2010), o nível supranacional se constitui um processo evidente que contribui para emergência de novos espaços e atores dentro da política, para além dos organismos multilaterais, pois há uma articulação globalmente planejada em rede, com um discurso que integra a política social, a política econômica e a filantropia, sob a forma de comunidades colaborativas, produzindo novas subjetividades. Concordamos com (GOLDSMITH; EGGERS, 2006) apud TRIPODI; SOUSA, 2016, p. 306-307) que sintetizam:

A ascensão da governança em rede pode ser considerada resultado de, pelo menos, quatro fontes de influência: i) o aumento do uso de empresas privadas e entidades sem fins lucrativos na prestação de serviços e cumprimento de metas de políticas; ii) a crescente tendência de governo coordenado, em que agências governamentais múltiplas se unem para prestar serviços integrados; iii) a revolução informacional que permite outras formas de colaboração com parceiros externos e iv) a crescente demanda dos cidadãos por maiores opções de serviços governamentais. (GOLDSMITH; EGGERS, 2006, apud TRIPODI; SOUSA, 2016, p. 306-307)

Cabe notar, ainda, que os arranjos políticos que constituem a governança em rede se dão de forma flexível e conectam os interesses dos agentes públicos, dos atores privados e do conjunto de intelectuais envolvidos, criando uma rede de política dentro de uma lógica própria e como resultado desse processo são reconfigurados os discursos, as narrativas as perspectivas ideológicas e as práticas que balizam a organização do Estado numa perspectiva democrática.

Nesse contexto, podemos considerar como as definições de redes políticas se associam a essas novas formas de governança. Ball (2014) desenvolve essa abordagem conceitual e analítica para desvelar as formas de poder no campo da política educacional por meio de uma multiplicidade de relações sociais e das comunidades de políticas, como também das mudanças reais nas formas de governança.

A partir da conceituação desenvolvida por Ball (2014, p. 29) de que as “redes políticas são um tipo de ‘social’ novo, envolvendo tipos específicos de relações sociais, de fluxos e de movimentos” que se configuram como comunidades políticas, as redes políticas buscam por meio de um conjunto de técnicas e análise de dados revelar uma fotografia dos movimentos que estão envolvidos nas políticas desenvolvidas pelo Estado, sobretudo, a partir da incidência da lógica de mercado de que tais atores são encarregados.

A análise que se faz é que as redes políticas são constituídas como uma estratégia para produzir novos modelos de políticas que passem pelo crivo da eficácia e da eficiência, dentro de um padrão gerencial, sem depender da exclusividade do Estado como o único elemento aglutinador. Essa visão caminha para o entendimento de que é fundamental capitanear a participação de vários setores, a fim de resolver determinados problemas sociais. Nesse sentido, concordamos com Ball (2014) acerca de ideia de que estamos caminhando para uma nova configuração de Estado com caráter policêntrico.

Nessa esteira Ball (2014), ao citar Newman (2001), toma o caráter fluido, característico das redes, que permite constantes mudanças de posições, de relações e de responsabilidades entre os atores, quase sempre ambíguas, que constituem uma prática de governança e que coloca em jogo, no contexto das políticas, novas fontes de poder e autoridade. Esse lócus ganha legitimidade no contexto global, pois faz circular suas narrativas de forma muito rápida na rede de relações.

Esse fenômeno tem sido observado pelas várias formas de articulação de políticas, localmente e globalmente, com a incidência cada vez maior de forças do mercado atuando no campo da educação por meio dos atores privados e de organizações sociais e intergovernamentais, na oferta de serviços, na aplicação de ativos financeiros, na venda de pacotes educacionais prontos para serem aplicados nas redes e sistemas de ensino do país como suposta solução aos problemas educacionais, apontados pelos próprios interlocutores da política ao fornecer um banco de dados sobre a governança pública da educação.

Concordamos com Ball (2014) quando o pesquisador afirma que as redes políticas desfocam as fronteiras entre o Estado e a sociedade, expondo como se entrecruzam os jogos de poder nos processos de elaboração das políticas públicas. Criam-se espaços dentro do contexto de influência e de produção de texto das políticas que vão reverberar numa forma híbrida de ação, quase sempre opaca que acaba por fortalecer os processos de privatização das políticas.

Coaduna-se com essa perspectiva a análise realizada por Verger (2019) acerca da política educacional global, que têm por prumo as formas com as organizações internacionais interagem e atuam frente à definição de um conjunto de diretrizes políticas para a educação,

que permitem influenciar a formulação de políticas em diversos níveis por meio de elementos como: imposição, harmonização, disseminação, padronização e instalação de interdependência. Nas palavras de Verger (2019, p. 15): “atualmente, uma rede densa de Organizações Internacionais (OIs) interage e compete para promover seus discursos educacionais e soluções de políticas preferenciais no campo da política educacional global”.

Se olharmos para a vasta influência no contexto político atual que sofre a configuração de uma dada política, podemos enxergar a arquitetura por trás do conjunto de orientações definidas por essas redes políticas que se apresentam por meio de diferentes grupos, inclusive com representação ativa no parlamento, e buscam influenciar mais diretamente o arcabouço jurídico/normativo do Estado, flexibilizando as agendas políticas. Ball (2014) ressalta que são novos jogadores, novas vozes, com novos valores e discursos na política.

É nesse sentido que as políticas passam a ser estruturadas não mais numa perspectiva única de governo ou de Estado, mas com a participação direta de corporações, de Organizações Sociais não governamentais, de instituições financeiras, de onde passam a ser gestadas, executadas e avaliadas as políticas públicas sob novos olhares e novas sensibilidades, que em grande medida apostam numa forma moderna de desenvolvimento da educação, atrelada à busca pelo lucro, com incentivo de práticas dessa ordem.

Entre as questões apresentadas, há uma tendência muito forte nesse processo de redes políticas, caracterizada pela interdependência de atores tanto no setor público como no privado, que são os processos de mobilidade de políticas analisadas por Ball (2014). Para **o autor**, o termo é mais adequado que transferência de políticas, pois esse último possui um caráter mais verticalizado, enquanto a mobilidade permite compreender que a política pode se mover pela rede de influência e dela sofrer adaptações, em razão dos diversos atores com seus interesses, finalidades e discursos. (BALL, 2014)

A rigor, a mesma preocupação é apresentada quanto à disseminação de práticas de governança que tomam como orientação única as narrativas neoliberais, os discursos e lógicas gerencialistas pautadas em novas formas de governança do Estado, com relativa perda de poder na definição das diretrizes políticas da educação, como a *Public Choice*, apropriadas por meio da indicação de atores com influência no campo político.

Essas práticas vislumbram, num plano concreto, favorecer que os pais façam certo tipo de escolha, isto é, de instituições que atendem a critérios de qualidade, que são produzidos pelos próprios agentes, por meio dos discursos hegemônicos dessas agências e organismos, como também por meio da standardização de resultados com base em indicadores nacionais e globais, que ora têm contribuído com a conformação do Estado avaliador.

Cada vez mais temos assistido como algumas políticas de avaliação têm se apresentado com relevo, a exemplo do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA), coordenado pela OCDE, que tem se constituído com uma das políticas adotadas no contexto das organizações internacionais, como característica das transferências de políticas em nível global. Ball (2014) e Verger (2019) fazem uma crítica a esses padrões de transferência de políticas, por não haver evidências suficientes que atestem a capacidade dessas políticas se adequarem aos contextos nacionais e subnacionais.

Os autores discorrem sobre outro aspecto da rede política, que tem sido o empreendedorismo de política. Para Ball (2014), são mecanismo de convergência de políticas, para Verger (2019), parte da estratégia das organizações internacionais de disseminar e, por meio do convencimento, apresentar uma solução pragmática a problemas sociais que requerem maior atenção por parte do Estado, exigindo grande esforço intelectual para adaptar o formato das políticas e reduzi-las a determinadas realidades nacionais.

A despeito de tudo isso, esses mecanismos e estratégias apresentadas, convergem para processos cada vez mais críticos da interpenetração do setor privado no setor público, modificando a cultura organizacional do Estado e promovendo processos de privatização, ainda que não representem a venda direta de bens e patrimônios, mas a incorporação de forma direta, de uma lógica de mercado baseado na concorrência, com vista à acumulação do capital sob vários aspectos.

As redes constituem espaços intransponíveis de negociações, de “trocas informais e de compromissos que se constituem nos “bastidores” (BALL, 2018, p. 33). Funcionam no obscurantismo dos interesses individuais de cada grupo e são convergentes com uma perspectiva menos centralizadora do poder do Estado, portanto, produzem suas próprias ferramentas, capturam os dados que justificam a suposta ineficiência do Estado e atacam por via do próprio Estado como solução.

No Brasil, não são raros os institutos, as fundações, as associações privadas, os lobbies e grupos empresariais que focam as políticas educacionais e o campo da educação como moeda de lucro. A esse respeito também se incluem nesse rol as fusões de grupos empresariais no setor educacional, a incidência de grupos do mercado editorial e os filantropos, cujo interesse em rentabilizar e mercantilizar a educação do país é iminente.

De tal forma o poder central por meio do Ministério da Educação tem aberto os portões para a tomada de decisões cada vez mais fundamentadas na lógica privada, mais interessado em favorecer esses grupos do que se preocupar com as mudanças de que o país precisa. De forma verticalizada, os estados e municípios, quando não têm seguido o conjunto de prescrições

das políticas educacionais do poder central, por meio de seus programas e projetos padrões, indexados a plataformas como o SIMEC/PAR, resta, a esses entes, se apoiarem às iniciativas privadas com suas plataformas de gestão, seus sistemas e sua concepção, impondo mudanças no padrão de governabilidade e apropriando-se do fundo público de educação.

5 DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS À PRIVATIZAÇÃO: O AVANÇO DO SETOR PRIVADO NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

As múltiplas formas de materialização das relações entre o setor público e o setor privada na educação brasileira, tem sido foco de muitos debates no campo da política educacional. Essas abordagens têm se apresentado sob diferentes enfoques e perspectivas analíticas, com implicações ideológicas das mais variadas compreensões. Esse entendimento tem se deslocado, à medida que algumas narrativas não atendem de forma plena as características e formatos das sofisticadas formas de intervenção do setor privado no setor público.

Para começo de conversa, trataremos de como a expansão com campo semântico das parcerias público - privadas, a partir da dimensões do que se definiu como público, privado, estatal e não estatal, que se tornaram hegemônicas no contexto das produções acadêmicas e dos estudos até a primeira década do século XXI, para depois adentrarmos no campo do debate acerca das formas de privatização, caracterizadas por um novo movimento de atores e organizações no campo da política educacional, com presença forte a partir da segunda década deste século.

5.1 O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO E O DEBATE SOBRE AS TENDÊNCIAS DE PRIVATIZAÇÃO

As políticas educacionais nos anos recentes têm sido ressignificadas a partir da incorporação de uma nova lógica de ação do Estado. Nesse contexto, as relações entre o setor público e o setor privado na educação revelaram-se como uma categoria analítica de relevo, para compreendermos como se materializam essas dinâmicas e como influenciam a definição de uma agenda educacional para o país. No entanto, essa problemática ainda carrega tensões próprias dessa relação que requerem a devida análise.

Essas tensões acerca da dimensão público/privada estão presentes no debate político há muito tempo, conforme assinala Cury (2005), ao destacar que o processo histórico que tem

demarcado as relações entre o público e o privado são recorrentes em diferentes momentos na história do país e tem como ponto de partida as primeiras formulações jurídicas da república brasileira, com a promulgação da primeira Constituição da República Federativa do Brasil (1824), na qual a educação era considerada um privilégio individual, ideia que se consolida especialmente após a consecução de direitos políticos condicionados aos sujeitos que possuíam uma instrução primária.

É possível verificar que desde o processo de colonização até a década de 1930, quando se estabelece uma nova Constituição da República, em 1934, os objetivos educacionais eram orientados pelo predomínio da Igreja. Nesse período, as questões conceituais em torno do que é público começam a ser definidas com o surgimento de instituições de ensino mantidas sob a responsabilidade do Estado; já em torno do que é privado, essa definição se dá por meio da manutenção de escolas pelas igrejas que carregavam o sentido simbólico das concepções ideológicas, especialmente do Cristianismo.

Após a Constituição de 1934, conforme escreve Cury (2008), fica estabelecido que a educação é um direito, porém a obrigatoriedade do poder público se dará na oferta gratuita do ensino primário. Outro caráter importante nesse contexto é a concepção de liberdade de ensino, prevista na Constituição em tela, que faculta a abertura de escolas regidas pelo regime privado, uma dinâmica contínua que se alterou com o advento do capitalismo e com os processos de industrialização e urbanização, cujos princípios religiosos entraram em confronto com os ideais do liberalismo econômico e forçaram a igreja a assumir uma posição inclinada para o sistema privado de educação, privilegiando uma minoria burguesa.

A partir de década de 1950, os dilemas que se estabeleceram entre as categorias público e privado, na perspectiva de Buffa (2005), passaram a se estabelecer em torno da destinação dos recursos públicos, quando grupos do setor empresariado do ensino se expandem com força hegemônica, na tentativa de disseminar uma nova lógica para essas categorias. Logo as narrativas mudaram e a concepção de “público vai refletir naquilo que é destinado ao conjunto da população, de estatal o que é mantido pelo Estado, de privado aquele regido pela lógica do lucro, e ainda o privado confessional, filantrópico e comunitário. Na prática, há muitas vezes, a interpenetração desses setores”. (BUFFA, 2005, p. 61).

Nessa mesma perspectiva, segundo (CURY, 1992, p. 35), pode-se considerar que o discurso hegemônico que perdurou até os anos 1960 centrava-se na liberdade de ensino, com reverberações nas formas de financiamento e implicações, inclusive, nas discussões dos Projetos da Lei de Diretrizes e Bases de 1946 a 1961. O período posterior que correspondeu ao Regime Militar é ainda mais crítico, pois se altera o sentido da coisa pública e se fortalece as

concepções de mercado, fortemente influenciadas por uma política desenvolvimentista no setor de infraestrutura do país. Nesse período, estava sendo introduzida a lógica de mercado, estabelecida pela relação de produtor e consumidor.

Na década de 1970, o debate em torno do público/privado, segundo (CURY, 1992, p.35), centrou-se na defesa de um modelo educacional que visava o lucro para o mercado. Entre os grupos privados, imperava dois tipos de narrativas, um que defendia o argumento da família como *celula-mater*, a liberdade e o direito de escolha da família, tema que ainda é muito discutido no contexto da *Public Choice*. Outro defendia a perspectiva em torno da relação custo-benefício, cuja defesa se dava em favor da eficiência do setor privado, uma vez que o custo das escolas particulares é menor e mais bem administrado; portanto, defendia-se que os recursos públicos deveriam ser destinados a quem produz com menor custo.

A década de 1980 é marcada pelo processo de democratização da educação, no contexto da redemocratização do país e com a aprovação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88). Nesse interim, destaca-se a mobilização de um amplo conjunto de instituições da sociedade civil, de partidos políticos, de entidades educacionais e acadêmicas, que contribuíram de forma singular para acentuar o caráter democrático na Carta Magna de 1988, a qual apresentou grandes avanços em relação às Constituições anteriores.

Ainda que a CF/1988 tenha mantido a acentuada polaridade da relação público/privado com a afirmação do princípio do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, assim como a coexistência de instituições públicas e privadas prevista no (Art. 206), as perspectivas de abertura do setor público se ampliaram de forma exponencial a partir deste período.

Também o Art. 209 da CF/88 define que o ensino é livre à iniciativa privada, uma definição que abre uma lacuna para as organizações sociais de caráter privado, com ou sem fins lucrativos, atuarem no campo da educação, garantida a livre iniciativa por intermédio dos processos de descentralização político-administrativa e observando o cumprimento das normas.

No que concerne às definições jurídicas que têm maior impacto sobre as políticas de financiamento da educação presentes na CF/88, [estão] as definições do Art. 213 informam que:

“Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que: I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação; II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades”. (BRASIL, 1998)

Essa é uma das prerrogativas legais que estabelece uma forma de subvenção ao setor privado, com a suposta inclusão das entidades filantrópicas, ou mesmo daquelas caracterizadas no rol das instituições que “não apresentam finalidades lucrativas”, porém utilizam recursos em educação.

Outro fenômeno importante na década de 1980 é que as políticas neoliberais ganharam força no Brasil, por meio de um conjunto de reestruturações que passam a ser pensadas à luz das mudanças globais. As estratégias de modernização do capital, que orientaram as políticas sociais no caminho de construir novas formas de desenvolvimento para o Brasil, buscaram ampliar a competitividade do país por meio da liberalização dos mercados, além de outras medidas que colocaram o país na rota da internacionalização do capital, dando origem a processos de reestruturação do Estado que foram assumidas nas décadas seguintes.

É nesse período que as políticas neoliberais passam a se expandir e difundir suas ideias com o objetivo de desestabilizar as políticas de proteção social, de bem-estar, uma vez que, mostrando-se contrário as concepções keynesianas que defendiam a gestão estatal, defendiam que a atuação centralizada do Estado com a provisão das políticas públicas, ocasionariam um enfraquecimento do setor privado, à medida que as políticas estatais se fortalecessem e se ampliassem os gastos públicos.

Tal projeto neoliberal, conforme verificamos, ganhou a adesão de muitos Estados nação, no entanto, a dimensão de sua aplicabilidade não se sustentou com a mesma avidez e com o mesmo formato em todos os países do Globo, dadas as especificidades econômicas e sociais de cada nação, e a forma de introduzir ao seu modo as estratégias políticas do neoliberalismo.

Com efeito, esses resultados divergiram em maior e menor grau, ocorrendo uma expansão da perspectiva neoliberal de forma tardia em alguns lugares. O fato é que em alguns países esse processo de deu de forma lenta e, em outros, de formas mais avançadas, como é o caso das medidas pragmáticas que ocorreram no Reino Unido, assumidas por Margareth Thatcher e, nos Estados Unidos, pelo então presidente à época, Ronald Reagan.

Nesse perspectiva, convém destacar que boa parte da historiografia sobre o tema do público e privado em educação busca trazer um panorama do arcabouço legal, sobretudo, no que se refere ao direito à educação, definido nas Constituições. O fato é que, do período da Velha República aos dias atuais, ocorreram muitas variações na compreensão dessas categorias, sobretudo nos limites da interpretação. Como consideram Dourado e Bueno:

O conflito público/privado vai margear os desdobramentos do Estado no Brasil e as implicações disso na órbita de suas políticas. Na área educacional esse atrito, plenamente configurado a partir dos anos trinta, vai desenhar-se

como resultante das disputas político-ideológicas por hegemonia entre os defensores da escola pública e os defensores da escola privada, nas décadas seguintes vai ser objeto de vários estudos e pesquisas que tentam compreender como se processa a interpenetração entre essas esferas. (DOURADO E BUENO, 2001, p.54)

Conforme indicam os estudos em diferentes países, essas estratégias têm se apresentado como uma bússola de orientação para efetivação dos novos modos de privatização da educação, por via de um processo de mudanças que tem operado com velocidade na estrutura do Estado, e tem influenciado cada vez mais as políticas educacionais, localmente e globalmente, sobretudo, a partir da introdução e incorporação de práticas gerenciais em graus diferenciados, a depender da estruturação e do nível de governança do país para a construção de uma agenda alinhada às prescrições neoliberais. Essa é uma narrativa que atende às demandas atuais do mercado e à necessidade de ofertar uma educação em sintonia com o tempo presente.

Considerando as afirmativas de Apple (2002), existe uma aliança constituída em torno das políticas educacionais e sociais, que vem se ampliando largamente a partir de mecanismos de poder que associam o mundo dos negócios, a Nova Direita e grupos de intelectuais a quem pouco interessa fomentar a melhoria da educação pública, mas se concentram em alargar as possibilidades de lucro, aumentando, assim, sua capacidade de competitividade em escala global. Conforme Apple (2002) destaca:

O poder da aliança pode ser constatado em uma série de políticas e propostas educacionais: 1) programas de “opções”, como, por exemplo, planos de vale-educação e créditos fiscais para tornar as escolas parecidas com a idealizadíssima economia de livre mercado [...] (APPLE, 2002, p. 68)

Conforme depreende-se, esse movimento, além de permitir a interpenetração dos atores públicos e privados, num contexto atual de redes políticas e de governança em rede, como já discutimos, fundamenta-se na construção de um tipo particular de sujeito social, cujas regras do jogo econômico impõem a adesão quase cega a um modelo de cidadão empreendedor de si que, de forma alienada, pode se mover em diferentes terrenos da complexa relação do mercado.

Entendemos que as múltiplas formas de destinação dos recursos públicos, de maneira direta ou indireta, a instituições, grupos, empresas privadas, associações, instituições privadas consideradas “sem fins lucrativos”, ou mesmo a filantropos e a organizações não estatais, como considera Ball (2014), têm sido objeto de investigações por acadêmicos e especialistas, pois em grande medida essas relações têm se dado na sombra, por meio de processos muitas vezes opacos e turvos nos modos como certas parcerias se configuram.

A esse respeito, Salvador (2012, p. 7) vai destacar que o Fundo Público tem sido a mira dos investimentos capitalistas, pela oferta de subsídios que em muitos casos auxiliam na recuperação das crises fiscais do Estado, além da garantia de um volume excessivo de recursos em amortização de dívidas públicas, em especial, aos rentistas, envolvendo a capacidade dos Estados de intervir da economia através das empresas e do orçamento público, viabilizando dessa forma investimentos em práticas de reprodução do capital.

Nesse sentido, é pertinente refletirmos sobre a função do Estado e o papel das instituições privadas, de modo a revelar as contradições presentes na defesa dos princípios da educação pública, gratuita e para todos, especialmente quando se trata das mudanças em curso, marcadas por um emaranhado jogo de disputas em torno de projetos de educação distintos e antagônicos, por vezes, complementares, que ora defendem a liberdade do mercado e do ensino pela livre iniciativa e defesa da propriedade privada, ora defendem a intervenção estatal como forma de regulamentar e legitimar essas estratégias de mercado.

Alguns estudos desenvolvidos no Brasil, como as obras pioneiras de (ADRIÃO, 2009, 2014, 2016, 2018), postulam a reflexão e a defesa da educação pública enquanto direito público, que deve ser mantida pelo poder público e ofertada predominantemente pelo Estado, sem a interferência de lógicas privatistas e estratégias empresariais modernas, que influenciam as concepções educativas e vão na contramão das práticas democráticas.

Por prosseguimento, no contexto das relações entre o público e o privado, outros enfoques críticos, como os de (BELFIELD; LEVIN, 2004), observam na relação entre o público e o privado, através das parcerias e dos processos de privatização da educação, uma forma de oferecer às famílias o direito de escolha pela melhor escola, como uma forma de garantir o direito à liberdade individual, no entanto, esse é um processo que acaba estimulando formas alternativas de apropriação do fundo público, por meio de processos de intervenção do Estado, muito potentes, que buscam maximizar a eficiência dos serviços públicos.

Depreende-se que esse não é um fenômeno novo no Brasil, já que se observa que, do ponto de vista histórico, as bases do financiamento da educação pública são também marcadas pelo oligopólio religioso e pela complexa relação que se estabelecia entre a coroa portuguesa e os Jesuítas, como pelo jogo de trocas e de benefícios, resultados da relação com o comércio que, até os tempos atuais, mantém esses embates entre o público e o privado, sempre em detrimento do primeiro.

Consideramos que o debate político e ideológico a que nos referimos nas linhas iniciais desse capítulo, acerca dessas categorias, se fundamentam numa configuração jurídica e normativa, importantes para explicar como esse processo tem se constituído, tanto na

perspectiva de uma regulação por meio de normas juridicamente estabelecidas quanto na dimensão prática de como se dão as práticas sociais no contexto das reformas do aparelho do Estado e do dinamismo como as funções do Estado têm se redesenhado e redefinido.

Há tempos o debate entre público e privado, estatal e não estatal, terceira via, terceiro setor, dominou o texto das análises teóricas e práticas da relação entre o Estado e o mercado. Nessa perspectiva, corroboramos Dourado (2001, p. 284), para quem as “categorias em disputa vão sendo redesenhadas...”. Desse modo, podemos considerar que os sentidos atribuídos às parcerias público-privadas em educação não se esvaziam em sua totalidade, mesmo que não tenham a mesma força inicial, pelo contrário, se reinventam e se fortalecem sobre novas bases, a conjugação do que muitos pesquisadores atualmente denominam de modernas tendências de privatização.

Numa perspectiva analítica, Montañó (2008) observa que é preciso compreender as principais contradições presentes no debate que envolve as categorias público e privado, especialmente no contexto neoliberal, sob as novas demandas da reestruturação capitalista que engendraram novos sujeitos e novos atores no campo das políticas públicas.

A primeira contradição dessa relação são as formas de socialização da produção e o modo de apropriação privada dos produtos, mediante as formas de exploração da força de trabalho, essas que são convergentes com o modelo de acumulação do capital. Sob esse ponto de vista, as análises marxistas são apropriadas para a correta compreensão de como o capitalismo se funda, se desenvolve e se nutre das crises estruturais entre a dinâmica da produção e da acumulação; de forma semelhante, os quase-mercados se fundamentam.

A segunda contradição refere-se à ideia de liberdade e justiça social. Para Montañó (2008), a liberdade entre os liberais repousa numa noção particularmente burguesa de ausência de impedimentos formais que uma instituição ou indivíduo pode exercer sobre o outro. Desse modo, o Estado detém o poder coercitivo de agir sobre os indivíduos e as instituições, a fim de promover uma justiça social que, na concepção liberal, constitui arbitrariamente a noção de liberdade, pois o Estado estaria limitando ou regulando determinada ação.

Montañó (2008, p. 29) afirma ser essa uma concepção negativa, pois a naturalização das desigualdades entre os indivíduos, por consequência da competitividade e da livre concorrência que alimentam esses processos, são consideradas “força magnética que eleva o nível de todas as rendas”, impondo a ideia como legítima, enquanto a construção da justiça social tende a se realizar por meio de um processo de mobilização de um conjunto de ações públicas que busquem minimizar certas condições degradantes.

Nessa concepção, o Estado é considerado um interventor que limita as liberdades e impede as formas de concorrência em favor da justiça social, o que justifica a necessidade de diminuição das funções do Estado para impedir que tais diferenças sejam superadas e permitir maior liberdade aos indivíduos e ao mercado, isto é, a defesa do Estado mínimo neoliberal.

Uma terceira contradição apontada por Montaño (2008, p. 30) está na figura do Estado como defensor e reproduzidor da ordem e da garantia da propriedade privada e acumulação do capital, esse mesmo que atua na diminuição das desigualdades e injustiças sociais. Esse fato, conforme o autor, configura uma dupla ação do Estado que, por um lado, busca desempenhar a função de minimizar as desigualdades sociais por meio da garantia dos direitos, e, por outro, garantir a ordem, a defesa da propriedade privada e as formas de acumulação capitalista.

Essa contradição é também analisada por Robertson e Verger (2012, p. 1136), ao apontar que esse fenômeno é percebido com intensidade no período pós Segunda Guerra Mundial, no início dos anos 1970, quando ocorre um pareamento entre o liberalismo econômico e a social-democracia, que acentua essa dupla ação do Estado e introduz posteriormente o “livre mercado como modo dominante de organização da vida política e social”. Por assim se caracterizar, o Estado, ao tempo que provém suas funções públicas, também serve aos interesses do regime de acumulação, ampliando em certa medida suas funções.

É importante destacar que essa articulação entre o liberalismo econômico e a social-democracia não durou muito no contexto das políticas econômicas e sociais, posto que os neoliberais logo criticaram fortemente a forma como o Estado dirigia essas políticas, explicitando o risco iminente de o Estado se tornar monopolizador, por isso defendiam que o papel do Estado era criar e preservar um quadro que garantisse o funcionamento do mercado de forma eficaz (Harvey, 2008).

Nesse sentido, a defesa dos neoliberais da diminuição das funções do Estado em favor do mercado tornou-se ainda mais evidente. Disso decorre a emergência de um conjunto de medidas para barrar o Estado, entre elas: privatizações, ajustes fiscais, desresponsabilização, desregulação, entre outras ações, que deram o tom das reformas propostas na década de 1990, sobretudo, no Brasil. A esse respeito, Robertson e Verger (2012, p. 1136) explicam:

Como parte do projeto neoliberal, lançou-se, na década de 1980, um conjunto de ideias-chave com destaque para: a fragmentação das políticas estatais protecionistas, de modo a facilitar a livre movimentação do comércio, das finanças e do trabalho através das fronteiras nacionais (conhecida como desregulação); a implementação de políticas de concorrência entre os setores público e privado destinadas à criação de eficiência; a privatização de uma série de antigas atividades estatais e seu redimensionamento (envolvendo um

processo dual de descentralização e recentralização). (ROBERTSON; VERGER, 2012, p.1136)

Diante dessas condições, é possível perceber que objetivo se concentrava em torno de alterar a lógica do Estado para uma lógica do mercado, a partir da legitimação de uma ordem econômica, por meio dos processos de intervenção estatal, constituindo a gestação de um Estado moderno, cujas práticas gerencialistas foram incorporadas às reformas posteriores.

Ainda uma quarta e última contradição apontada por Montañó (2008) indica a forma de setorialização que buscou classificar o Estado como primeiro setor (público ou estatal); o mercado como segundo setor (privado ou não estatal); e a sociedade civil como terceiro setor (público não estatal). Essa última configuração do “público não estatal” expressa amplamente o conjunto das organizações de caráter privado e a sociedade civil que supostamente se autodeclararam de interesse público, e constituem o lócus da filantropia, das associações, dos institutos, fundações e demais instituições que se classificam nessa modalidade de constituição jurídica.

Essa relação do público com o privado no Brasil historicamente se associa ao caráter da pluralidade e da liberdade de ensino, presentes na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), materializando-se em uma compreensão do campo privado como o espaço da liberdade individual, numa perspectiva liberal de escolha, um dos princípios que orienta tal atividade.

As parcerias público-privadas se consolidaram no Brasil com a Reforma do Estado na década de 1990, por meio de diversos instrumentos jurídicos e normativos que regulamentaram essa prática a fim de atender aos objetivos das reformas econômicas e administrativas em curso no período. Nesse sentido, impulsionaram uma alteração na cultura organizacional, valendo-se da Nova Gestão Pública, com impactos nas políticas de gestão e nas práticas de governança, e contribuíram para sua operacionalização no contexto educacional, promovendo uma mudança nos modos de gestão pública, na contramão dos princípios democráticos da educação republicana, conforme postulados na CF/1988.

De igual modo, é nesse período que a narrativa da ofensiva neoliberal introduziu no Brasil o discurso da incapacidade de o Estado operar as políticas sociais, trazendo a lógica de um estado mínimo. Com efeito, essa estratégia vai ampliar o campo de atuação da esfera privada, em diferentes espaços da política pública, como na saúde, educação, infraestrutura, entre outras áreas.

Embora essas relações sejam colocadas numa perspectiva de parcerias, de acordos, tais processos se configuram como relações contratuais em que são atribuídas a esses atores privados, a responsabilidade pela gestão da coisa pública. As parcerias público-privadas, nesse sentido, se constituem um modelo de governança contemporâneo, ainda postas em questão (ROBERTSON; VERGER, 2012). É essa prática que se tem expandido de forma considerável nas últimas décadas e se apresentado com diferentes formatos, características e modos próprios de operacionalização, a depender dos contextos sociais, políticos e econômicos.

Esse discurso de parcerias está inclinado a novos modos de ação no campo da educação, que revelam novas formas e complexos modos de interpenetração do público com o privado. Por assim afirmar, concordamos com ADRIÃO (2018) ao conferir à expressão “parcerias público-privadas em educação” atributos que servem mais para acobertar os processos que se desenvolvem alicerçados na financeirização da economia do que para explicá-los, no entendimento de que há um processo não de relação, mas de subordinação da lógica e dos princípios educativos ao setor privado.

A esse respeito concordamos com Adrião (2018) quando o autor explica que tais relações em sua grande maioria parecem se estabelecer de forma pacífica, ignorando o jogo de interesses em muitos casos contraditórios e pouco claros, presentes nas propostas de parcerias. Isso nos leva a crer que na medida em que esses mecanismos estão ficando cada vez mais sofisticados e diversos, essa denominação passa a ter outro caráter no processo que ora se inclina para formas diversas de privatização.

5.2 AS TENDÊNCIAS DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Parte das narrativas que compõem os estudos sobre as parcerias público-privadas, realizadas até a primeira década do século XXI, se constituem de textos cujos discursos, mesmo apontando indicativos de privatização, ainda eram tratados no âmbito das relações entre o público e o privado. A partir da segunda década, a maior parte dos estudos traz o termo “privatização” como expressão dessas relações e parcerias estabelecidas entre a iniciativa privada e os órgãos públicos constituídos sob a regulação estatal.

Também as reflexões em torno da garantia de direitos têm sido uma tônica que constantemente sofre rupturas no campo político. O caso brasileiro evidencia como a descontinuidade de políticas sociais rompem com as perspectivas de superação de velhos problemas, em especial, por essas políticas não permanecerem protegidas das pressões sociais e econômicas do mercado, tendo em vista a realidade de ciclos de governança que são

interrompidos, seja por expressão do descontentamento da sociedade, seja por manobras de *lawfare*, como alguns analistas do direito exemplificam na literatura (ZANIN, *et al.*, 2019), sobre o fenômeno jurídico que ocorreu por intermédio do *Impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff.

As relações entre o público e o privado se complexificaram de tal modo que as duas concepções passaram a se sobrepor em muitos aspectos, diluindo-se os espaços fronteiriços na perspectiva de maximizar as políticas de livre escolha da escola, em direção de ampliar as formas de quase mercados em educação, com base em práticas de competitividade e eficiência, objetivando a ampliação dos negócios em educação, por meio de processos de mercantilização e financeirização da educação.

Gonzalo Berrón, no prefácio à edição de uma das obras de Venco; Bertagno; Garcia (2021), escreve que há um movimento recente que se coloca numa dimensão macro da privatização e, no tocante à educação, tem conexões e convicções relacionadas a Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs). Ações de ponta, idealizadas por grandes grupos privados e abalizadas por importantes lideranças globais, como a chefia da Organização Mundial da Saúde (OMS), que se ligam a grandes atores privados, materializam uma prática denominada recentemente de “*multistakeholder*”, que refletem o movimento de “múltiplas partes interessadas”.

Esse movimento busca secundarizar o papel de algumas organizações internacionais, como a OMS, Unesco e FAO, por constituírem espaços de hegemonia do setor público, enquanto uma representação coesa dos Estados-Nação. Tal dinâmica acaba por minar o papel icônico e tradicional das organizações multilaterais, em razão da emergência de novos modelos de governança que buscam consolidar-se hegemonicamente diante das forças estatais, impondo uma lógica própria de ação.

Nos últimos anos, têm se expandido de forma muito veloz novas formas de privatização de educação que necessariamente não se configuram como venda de imóveis ou bens do setor. No Brasil há um amplo movimento que define as formas de privatização da educação, embora a maior parte das iniciativas se apresentem de forma multifacetada e turva. Entre essas formas, podemos destacar: a transferência da gestão para empresas privadas, a incorporação de materiais pedagógicos estruturadores, o mercado editorial, a formação de professores, a venda de pacotes de sistemas de ensino, a adoção de *vouchers*, como alternativas que se colocam a favor do mercado.

Entre as tendências de privatização no Brasil, três modelos assumem grande protagonismo no cenário da política educacional: a adoção de sistemas privados por entes

públicos; os *vouchers* e as escolas *Charters*; e as mudanças curriculares que se baseiam em produtos que são comercializados por grupos editoriais.

No que se refere ao primeiro, que trata da **adoção de sistemas privados por entes públicos**, a expansão de diferentes modelos de privatização da educação no Brasil tem sido apontada em muitos estudos atualmente no Brasil. Adrião *et al.* (2016) identificaram a presença de grandes corporações e grupos educacionais que comercializam seus sistemas para redes públicas de ensino, com processos de decisão verticalizados, além de um vultoso volume de recursos empregados, variando a oferta dos seus produtos de região para região.

Adrião *et al.* (2016) ressaltam que, em relação à análise da qualidade dos sistemas privados nas redes públicas, esses têm sido autorreferenciados, tomando por base o alto investimento dos grupos em campanhas publicitárias baseadas nos indicadores educacionais das escolas que já possuíam a experiência com os produtos ofertados. Incluem-se nesse pacote de soluções: as apostilas destinadas aos estudantes, formação de professores, acompanhamento sistemático, avaliações, simulados, palestras, disponibilização de acesso a plataformas on-line, entre outros produtos.

Adrião *et al.* (2009) afirmam com propriedade que a adesão, em muitos casos, se dá devido às limitações locais no processo de formulação de políticas educacionais pela gestão municipal que, dessa forma, buscam se apoiar na esfera privada, dividindo as responsabilidades da oferta e manutenção de programas com recursos públicos, mas submetidos à lógica das políticas públicas locais disponibilizadas para essas organizações privadas, em detrimento de fomentar, entre os municípios, formas colaborativas, como consórcios e arranjos educativos.

Esse formato de parceria implica várias formas de concessões à iniciativa privada, como mudanças de formatos de contratação de equipes pedagógicas, mudanças nas práticas de gestão escolar, implantação de mecanismos de responsabilização por meio do estabelecimento de metas, gestão por resultados e, de modo mais crítico, algumas gestões alteram, inclusive, suas legislações locais para permitir que as organizações privadas tenham livre trânsito.

Um elemento importante a ser destacado é que a maior parte desses grupos possui ativos na bolsa de valores e no mercado financeiro, e tomam como referência as matrículas das redes para cômputo das garantias de que o investimento será rentável. Não é estranho considerar que tais grupos e associações privadas mantenham em seu domínio os bancos de dados das redes públicas onde mantêm convênios que lhe permitem fazer diferentes projeções sobre a educação municipal, como é o caso do CAED/Juiz de Fora, que tem vendido seus produtos, inclusive, para o Ministério da Educação, a exemplo do Sistema de Monitoramento do Programa Novo Mais Educação e Mais Alfabetização?

Outro exemplo da ação coordenada desses grupos é o Conviva Educação, uma plataforma de dados das redes municipais, idealizada pela União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), em parceria com 10 Institutos e Fundações, quais sejam: Itaú Social, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Roberto Marinho, Fundação SM, Pro Futuro (VIVO), Fundação Victor Civita, Instituto Natura, Todos pela Educação, Instituto Votorantim e Porticus; além de receber o apoio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME).

O Conviva é um sistema de gestão gratuito, fornecido às secretarias de educação, que atua na organização de diferentes dimensões de uma secretaria, dos aspectos administrativos, orçamentários e pedagógicos à dimensão jurídica, com orientações de forma didática e por meio de infográficos, permitindo exportar dados do censo escolar do INEP e ainda direcionar a agenda dos secretários de educação.

Quando tratamos de uma segunda tendência, os **Vouchers e as escolas Charters** são considerados como um tipo de privatização da educação que se dá via subsídio público por meio da concessão de um cheque-ensino ou de bolsas diretas de estudo aos pais dos estudantes, para que escolham livremente as instituições às quais desejam vincular os filhos, a partir de critérios próprios de livre escolha. Adrião (2018) classifica esse mecanismo de privatização como uma política de escolha parental.

Embora seja uma prática que leva à descentralização da escola pública, no Brasil, os registros da implantação desse modelo de privatização ainda são tímidos e vagos, no entanto, nos últimos anos, tem se fortalecido uma prática, que consegue a adesão de muitas redes e sistemas do país, que é o subsídio à implantação de creches, mediante uma espécie de contratualização da oferta e do ensino, sobretudo pela suposta limitação da capacidade técnica dos municípios ampliarem a oferta e a manutenção dessa etapa de ensino.

A ideia dos *vouchers* está ligada à concepção de Friedman (1955) acerca do uso de cupons que promovessem a liberdade das famílias em escolher a melhor opção de escola. Essa sistemática tem implicações no papel do Estado, sobretudo no que se refere ao financiamento da educação. Nesse quesito, uma série de variáveis podem influenciar o tipo de atendimento a ser realizado, levando-nos a pensar: se os valores são iguais para todos os públicos; se atenderá de forma igual a todas as classes sociais; se atendem à demanda; e se dão garantia de acesso a um determinado nível de educação.

O Chile e a Inglaterra são signatários no processo de implantação de *vouchers* escolares, no entanto, estudos apontam uma crescente precarização do trabalho educacional e profundas desigualdades no ensino. Mais recentemente, a Associação Nacional de Pós-Graduação e

Pesquisa (ANPED) divulgou carta aberta à sociedade, repudiando a mobilização em torno de um projeto de lei que regulamenta a política de *voucher* na etapa da educação infantil. Para os associados, os *vouchers* desfiguram a proposição democratização do ensino, além de representar um retrocesso na luta pelo direito à educação.

Por outro lado, as Charters School também se configuram como tecnologias de privatização. Essas, de forma mais nefasta, pois consistem na transferência da gestão da escola pública para um modelo de gestão privada, através de convênios ou contratos que, geralmente, se articulam com organizações da sociedade civil, por meio da atuação de diferentes atores privados. (ADRIÃO, *et al.*, 2018).

Acontece, nesse contexto, que a oferta da educação nessa dimensão da privatização, reforça a tese da substituição do modelo de gestão do Estado nos moldes gerenciais para um conjunto de elementos que modificam a dinâmica escolar definida pelas regras do jogo empresarial. Esse modelo de educação prioriza os aspectos da formação técnica para o trabalho e empreendedorismo, e cria uma cultura acadêmica baseada no status privado de gerir a “escola” ainda pública.

No que se refere ao terceiro tipo de tendência mais comum no Brasil, **as reformas curriculares, sobretudo, a partir da venda de pacotes educacionais e produtos no mercado editorial** ocupam um terreno de intensa disputa entre os atores privados, uma forma de privatização que tem se dado em torno da venda de serviços e produtos do setor privado para as redes e sistemas de ensino, nas dimensões curriculares, pois existe um universo de possibilidades com as alterações curriculares que vêm sendo objeto de estudo nas últimas décadas. Adrião (2017) vai chamar de insumos curriculares, pois se trata do conjunto de serviços que alteram substancialmente as relações de trabalho nas escolas, além de fragmentar a autonomia docente, frente às propostas prontas.

Nesse cenário, estão incluídos os materiais didáticos e pedagógicos estruturados (livros didáticos, paradidáticos, coletâneas, material apostilado), além da implementação de tecnologias educativas com o auxílio de equipamentos como tablets, celulares e projetores, que se tornam a promessa da escola pública de sucesso, que é coordenada por um núcleo privado.

Nos capítulos seguintes, trataremos da realidade empírica do estado de Pernambuco, frentes às demandas do setor privado e empresarial. Nesse sentido, Bastos reconhece:

[...] por tratar-se de um setor de serviços intensivo em mão de obra e construções simples, a escala de oferta é variável e rapidamente adequada a variações da demanda. Sistemas informatizados e “pacotes” educacionais

padronizados geram ganhos de escala que barateiam a oferta do serviço, independentemente de sua qualidade (BASTOS, 2013, p. 17).

Os processos de privatização pelo mercado empresarial, por sua vez, desvelam outras características da privatização da educação, no contexto da financeirização, pois boa parte das empresas que fornecem materiais didáticos e pedagógicos ao Brasil está vinculada a projetos mais amplos que visam a obtenção de lucros, por meio de investimentos em capital corrente.

Há um conjunto de empresas no ramo editorial que compõem um grande bloco. Em levantamento realizado pela ANPED (2020), Cassiano destaca quatro grandes categorias de grupos:

- i. Kroton Educacional, responsável pela Abril Educação, que aglomera as editoras Ática e Scipione, e integra os Sistemas de Ensino Anglo, Ser, Maxi e GEO. Fazem parte também desse grupo o Sistema Siga, empresa que gerencia cursos para concursos públicos, o Colégio pH, o Centro Educacional Sigma, o Grupo ETB (Escolas Técnicas do Brasil), a Escola Satélite, a RedBalloon e a Livemocha (escolas de inglês);
- ii. Grupo Saraiva, que se destaca pelos selos Atual, Benvirá, Editora Saraiva, Editora Érica e Sistema de Ensino Ético. (ANPED, 2020). O grupo também é proprietário das marcas Pitágoras (educação básica) e das faculdades: Anhanguera, Fama, Pitágoras, Unic, Uniderp, Unime e Unopar, e da rede LFG, que oferece cursos preparatórios para concursos públicos e testes para a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (Revista Veja/ Redação/Economia, 2018);
- iii. Grupo Santillana, hegemônico no mercado editorial, é considerado o braço editorial do grupo espanhol Prisa, proprietário da Editora Moderna desde 2001. É responsável por mais seis empresas no Brasil: a Editora Salamandra, a Editora Santillana Espanhol, o selo Richmond, o Sistema de Ensino Uno Internacional, a empresa de avaliação educacional Avalia e a Fundação Santillana;
- iv. Editora FTD, que integra o Sistema Educacional do Grupo Marista, e detém as marcas FTD (editora FTD, FTD Sistema de Ensino, e Integra – Serviços Educacionais Integrados), além de diversas unidades educacionais, espalhadas pelo Brasil;
- v. Grupo Ibep, que administra as marcas Editora Ibep, Companhia Editora Nacional, Conrad Editora, Base Editorial e Ibep Idiomas.

Esses são alguns dos grandes grupos editoriais que atuam fortemente na propositura de materiais educacionais no Brasil, em dimensões e formas amplas. É importante ainda declarar que esses grupos educacionais estão em constantes debates, disputando, sobretudo, a destinação de fundos públicos para a ampliação do seu capital. Nesses espaços de tensionamentos, o Estado cada vez mais perde terreno e ganham as organizações e empresas privadas, a partir de um aparato jurídico, legal e prático, que permite observar a evolução do estudante em diferentes aspectos.

Diante desse quadro analítico breve, podemos concluir que o jogo de interesses presente nas formas de mercado que envolvem essas principais empresas no setor educacional do país, constitui modernas formas de intervencionismo de Estado a favor do setor privado, dado que temos excelentes iniciativas das Universidades Públicas que podem contribuir em grande medida com a confecção de materiais didáticos e pedagógicos.

Nesse cenário, emergem também outros fundamentos teórico-metodológicos, que podem jogar luz nos processos e tendências de privatização e, melhor, caracterizar os diversos e recentes *modus operandi* dos atores privados que têm projetado nas agendas do Estado uma nova oportunidade para aumentar e proteger seus lucros, em detrimento do esvaziamento das concepções de Estado, marcadas pelo centralismo tradicional como tem sido destacado em muitos estudos.

Ball e Youdell (2007) trazem elementos importantes sobre como a temática tem se expandindo. Os autores destacam como tem emergido uma série de tendências políticas, metamorfoseadas como formas de privatização da educação, e estão cada vez mais evidentes no campo das políticas educacionais em diversos governos nacionais, sob a influência dos organismos internacionais. Em sua grande parte, esses movimentos são reflexos da evolução das formas de parcerias entre o setor público e o setor privado, definidas como políticas neoliberais que, em muitas situações, ainda são ocultas, devido às mudanças no contexto das reformas educativas.

Ao analisar as tendências de privatização na educação básica, Ball; Youdell (2007) destacam que essas formas abrem passagem para os modelos de privatização da educação, compreendem os rebatimentos nas formas como as empresas privadas têm fornecido ao setor público os serviços educacionais. Eles compreendem que tal fenômeno muda a forma como a educação é organizada do ponto de vista da comunidade escolar. Nesse sentido, a educação encontra-se em constante mudança.

Os autores destacam, ainda, que as tendências de privatização incidem não apenas em mudanças nos padrões de governabilidade, como constroem uma nova narrativa, por meio de

um conjunto de dispositivos linguísticos e semânticos que são adotados nas políticas educacionais recentes. Em muitas situações, as tendências de privatização da educação se constituem programas piloto de intervenção e, em outros Estados-nações, constata-se avanços maiores e já consolidados.

A privatização da educação envolve, na perspectiva apresentada, outro caminho para a gestão pública, influenciando o papel do Estado e sua capacidade de gerir e responder de forma positiva as demandas sociais. Tem se verificado uma “hibridação do público e do privado, que tem contribuído para a progressiva diluição das fronteiras éticas, filosóficas e religiosas que tradicionalmente separam estes dois sistemas”. (BARROSO, 2018, p. 52)

Acrescente-se a esse debate o alinhamento das políticas educacionais às formas de *expertise* privadas, que têm sido difundidas de forma instrumental por lógicas gerenciais da NGP. Conforme analisam Ball; Youdell (2007), por meio de processos de inovação, de mudanças organizacionais, de novas relações e parcerias, e pela apropriação na tomada de decisões do Estado pelo setor privado, constituindo-se formas de obtenção do lucro. Nas palavras de Ball; Youdell (2007, p. 10):

Não são apenas a educação e os serviços educativos que estão sujeitos a formas de privatização: a própria política educativa – através de aconselhamento, consulta, investigação, avaliações e formas de influência – está a ser privatizada. As organizações do setor privado e as ONGs estão cada vez mais envolvidas tanto no desenvolvimento quanto na implementação de políticas. (BALL; YOUDELL, 2007, p. 10)

Considerando a assertiva, entendemos que a privatização da educação abrange a incorporação de técnicas e valores, instrumentalizados pelo setor privado, modificando a lógica de gestão do Estado, com implicações na melhoria dos resultados, processos de responsabilização e *accountability*, e uma crescente exigência no nível macro, em torno da eficiência do setor público na oferta dos seus serviços, abrindo espaço para vincular os projetos de educação como forma de negócios. (BALL; YOUDELL, 2007)

Os autores, então, discorrem sobre dois tipos importantes de privatização a serem evidenciados nesse contexto de análise. A forma de privatização exógena e a forma de privatização endógena.

A **privatização endógena** ou endoprivatização diz respeito ao modo como o fluxo de ideias, modelos e práticas do setor privado são experienciados pelo setor público, a fim de assemelhar as práticas desenvolvidas no espaço público, o mais fiel possível às lógicas do mercado. Esse processo envolve um conjunto de regulações, por meio do Estado, a fim de

garantir o predomínio de uma hegemonia do setor e de organizações que dela participam. (BALL; YOUNDELL, 2007, p. 9).

Esse modelo de privatização envolve, sobretudo, a incorporação de estratégias de mercado na gestão das instituições públicas, que passam a funcionar adotando os mesmos princípios empresariais. Esta estratégia tem se colocado de modo muito claro com a adoção de ranqueamento entre escolas, além de bonificações por desempenho, ampliando formas de competição que causam certas rupturas com o modelo de gestão pública, o que evidencia a incorporação de princípio de mercado balizando as práticas de gestão no setor público.

A forma endógena de privatização se insere no paradigma da *Nova Gestão Pública*, por meio de uma incorporação mais frequente da gestão performática, baseada no desempenho e por uma sistemática que envolve a prestação de contas e responsabilização – (*accountability*), que se coloca como um exemplo exponente de privatização, a partir do uso de dispositivos (ideias, técnicas) do setor privado, que têm atuado para legitimar os regimes empresariais em todo o Globo. (BALL, *et al.*, 2013).

Inserem-se, nesse contexto, outros modelos de políticas educacionais que são adotados por grandes redes e sistemas de ensino e que têm se expandido de forma muito rápida no Brasil, a chamada gestão por resultados, a qual tem fundamentado a política educacional no estado de Pernambuco e provocado mecanismos de responsabilização e, como indicado em outras pesquisas, têm modificado a estrutura de gestão de redes e sistemas de ensino, por uma espécie de modernização da gestão pública que impacta diretamente o trabalho pedagógico e precariza o trabalho docente, fenômeno que pode ser observado pela ampla utilização das avaliações em larga escala, subtraindo ou resumindo o currículo a padrões de desempenho definidos nacionalmente ou partir dos sistemas de avaliação que são coordenados e elaborados por consultores e instituições privadas com *expertise*.

Destaca-se, nesse contexto, que a privatização tem sido guiada por diferentes atores privados que atuam com o objetivo de realinhar as práticas de governo ao contexto de alargamento do mercado e do lucro, no entendimento de que ao Estado cabe a tarefa de garantir o acesso à educação, mesmo que estejam implícitas, nessa perspectiva, modalidades de provisão estatal, referenciadas na transferência de serviços para o setor privado. Esse movimento tem se concretizado com as tendências que envolvem mudanças curriculares, adoção de pacotes de materiais didáticos e processos de formação de professores que têm sido coordenados por setores que divergem das abordagens sugeridas pelas universidades acerca dos processos formativos.

A **privatização exógena**, ou exoprivatização, por sua vez, envolve a abertura dos serviços públicos educacionais ao setor privado com perspectivas de gerar lucro, de modo que esse setor possa gerenciar os diferentes formatos de educação pública pela incorporação de modelos econômicos baseados nos princípios empresariais da concorrência. A esse respeito, há uma grande variedade de modos pelos quais o setor privado tem incidido diretamente nas políticas educacionais. (BALL; YOUNDELL, 2007, p. 10)

Há um intenso movimento de privatização da educação do tipo exógena que nem sempre é claro. Tais estratégias se dão por diferentes modos, desde a contratação de serviços educacionais até a terceirização da gestão escolar, como é o caso das Escolas *Charters*, em que a gestão das instituições públicas é transferida para o setor privado. Além de alterar o modelo de gestão, essa estratégia de privatização gera um processo escalonado de ampliação da transferência de gestão para outros serviços, como adaptações curriculares, formação de professores e material de apoio.

Além dessa tendência ser crescente, a privatização exógena tem alcançado espaços tradicionais dentro da política educacional que pensamos estar cristalizados no nosso modelo federativo, como os programas de transporte escolar, alimentação escolar, entre outros, que passam a ser geridos por consultorias e assessorias especializadas, contratadas a custo de grandes cifras que acabam por estruturar um modo de apropriação dos recursos em educação, numa espécie de canalização.

Desse modo, consideramos que nesse modelo de privatização a presença de atores privados é muito presente nas definições das políticas educacionais, em *lobbies* e grupos estrategicamente articulados, inclusive, com espaços no legislativo e no executivo, para intervir na configuração e no processo de implementação dos projetos de educação, tanto na perspectiva micro quanto no nível macro do planejamento de ações.

Outra configuração da privatização exógena tem sido a ampliação do mercado editorial, responsável pela produção de obras didáticas e literárias, como também diferentes tipos de materiais estruturadores de aprendizagem, que têm se tornado um mercado cada vez mais crescente e lucrativo, com foco, sobretudo, nos resultados das avaliações externas. Não é o caso particular de confundir com a política do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), cuja materialidade é fundamental para apoiar as escolas públicas com obras gratuitas. Além disso, tem sido recorrente as organizações financeiras que buscam cooptar os Estados nacionais com modernas propostas de educação financeira. (BALL, 2013b).

Alguns estudos, como o de Adrião (2013), verificam a incidência cada vez maior do setor privado na coordenação de políticas em diferentes esferas de governo, com ações

incorporadas que influenciam as práticas de gestão, como a venda de sistemas educativos, assim como a adequação do currículo ao modo de educação empreendedora, com vistas à formação com base nos interesses competitivos do mercado.

As formas associadas de privatização endógena e exógena, conforme anunciadas, podem ser consideradas como quase-mercados educativos, pois contam com a intervenção do Estado para regular as práticas de preços e as formas de competitividade que são promovidas pelo setor privado, sobretudo, no campo do financiamento da educação. Essas características têm se efetivado especialmente por meio dos *vouchers* e, no caso brasileiro, as instituições conveniadas que recebem subsídios públicos para oferta de educação, processo que se dá com maior expressão na etapa da Educação Infantil (Creche) e na modalidade de Educação Especial, como indicou o levantamento inicial da pesquisa.

Por outro lado, temos assistido a outro fenômeno crescente, que são os processos de financeirização da educação, que têm se expandido sobretudo, ao Ensino Superior, com registros de iniciativas preocupantes, em termos de extensão à Educação Básica. A educação nesse sentido tem se apresentado como um ativo de grande relevo para o mercado educacional, e tem comportado um número elevado de empresas interessadas em investimentos diversos, seja pela necessidade de abertura de capital externo, seja pelo interesse nos ativos dos investimentos em ações rentáveis na bolsa de valores em busca de lucro.

Além das formas clássicas de privatização da educação que temos demonstrado ao longo da pesquisa, no tocante aos processos de financeirização da educação, os mercados educacionais se expandem em um grau maior do que supúnhamos. As diversas soluções em novos nichos de mercado parecem alargar as estratégias do setor privado com a venda de suas tecnologias educacionais que abarcam desde a dimensão do planejamento educacional à avaliação.

Por seu turno, acredita-se que a abertura do campo educacional ao capital estrangeiro permitiu ampliar ainda mais os investimentos do setor privado na educação pública, visando ganhos futuros, contudo, gozando de um notável avanço e influência na política educacional do país, e ganhando materialidade e prestígio para os grandes grupos educacionais, empresas e organizações privadas, que contam ainda com subsídios públicos volumosos para as suas ações e ainda para ampliar a formação de um quadro de lideranças influentes no campo político de defesa.

Esse movimento foi muito claramente interpretado nos últimos anos, devido aos ajustes estruturais nas políticas educacionais por ocasião das modificações no ecossistema global, nas práticas de governança e nas práticas de gestão, mas também no arcabouço jurídico, provocando

mudanças como ocorre com a Educação à Distância (EaD), e não podemos deixar de mencionar, os efeitos da aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ocorrido mais recentemente, que levou a uma escalada de especialistas do setor privado a apropriar-se da estrutura do documento, para gerar proposições de diferentes tipos como soluções para a implantação da proposta. A esse respeito, Aguiar (2018, p. 9), escreve com propriedade: “Na medida que o MEC, sob nova administração, delineou sua política, começou a ficar claro que seriam tomadas medidas políticas que, no limite, apresentam um forte viés privatista favorecendo interesses do mercado”.

A esse respeito, o Movimento pela Base aparece como protagonista desse processo, articulado com dezenas de atores privados que participaram ativamente dos contextos de formulação da política da BNCC, com ampla adesão do Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Ministério da Educação que convergiu com a perspectiva global da lógica de adaptação dos currículos, no entanto, de forma fragmentada. (AVELLAR; BALL, 2017),

Em linhas gerais, temos assistido ao crescente interesse das empresas no setor educacional, especialmente na educação básica, como estratégia de diversificação dos negócios, sobretudo, por meio de consultorias e assessorias em diversas áreas de conhecimento, com relevo, incidindo nos processos formativos que acontecem nas redes e sistemas de ensino. Concordamos, nesse sentido, com (Carvalho, 2013) sobre o fenômeno da mercantilização:

[...] manifesta-se por meio da oferta direta de cursos (presenciais e à distância), da produção de materiais instrucionais (livros, apostilas e *softwares*), do surgimento de consultorias empresariais responsáveis tanto pela assessoria de empresas educacionais no mercado financeiro quanto na gestão de recursos ao setor. (CARVALHO, 2013, p. 766)

Cabe destacar que, além das estratégias básicas de ampliação do capital, os investimentos em tecnologia na educação, área que ainda requer mais atenção, têm se apresentado como uma alternativa para ampliação dos negócios em educação, inclusive com um impulso na expansão dos fundos de investimentos, nas fusões e aquisições de novas tecnologia, produtos e novas plataformas de ensino cada vez mais complexas.

Acresce a esse fenômeno da financeirização o movimento crescente de aporte do capital na bolsa de valores e nos fundo *private equity*, além de grandes fusões de grupos educacionais responsáveis por uma grande parcela do Ensino Superior, mas com a abertura do capital no mercado acionário, abre espaço para estratégias de mercado na Educação Básica. A esse respeito, concordamos com Carvalho (2013) ao destacar que:

É importante salientar que o mecanismo de captação de recursos por meio do mercado de capitais, seja via fundos específicos, seja via lançamento de ações em bolsa, permite a capitalização concentrada no tempo de grande aporte de recursos, de modo que subsidia o processo intenso de aquisições/fusões, visando ao crescimento em larga escala. (CARVALHO, 2013, p. 771)

Também Carvalho (2013) relata que a expressão mais típica da mercantilização no Brasil, a partir de 2007, são as aquisições por fundos *private equity* e pela abertura de capital das empresas educacionais na bolsa de valores (IPOs). Os fundos *private equity*, conforme a autora destaca, são fundos de investimentos em participação de empresas de capital aberto ou fechado. Um tipo de investimento em que o cliente aporta o capital na empresa com a objetivação do lucro a curto e médio prazo, com promessas de grandes ganhos e crescimento com a venda da empresa ou suposta fusão.

Essas novas e modernas formas de privatização têm como alvo principal o fornecimento de materiais e plataformas de ensino cada vez mais sofisticadas que são desenvolvidas por grupos de *startups* e comercializadas no mercado financeiro, com promessas de lucro em curto e médio prazo aos seus investidores.

Entre essas novas estratégias de ampliação do capital, a tônica também se encontra na abertura do capital e na oferta de ações de empresas educacionais brasileiras na BM&FBBOVESPA. A figura a seguir mostra quais são as principais empresas educacionais com capital aberto no Brasil. Destaca-se que a maior parte do ramo de atuação das empresas com ativos na bolsa são, na maioria, voltadas ao Ensino Superior, embora o público da Educação Básica esteja representado por dois grandes grupos: a Cogna Educação e a Cruzeiro do Sul Educacional, conforme verificamos no quadro 3.

Quadro 3 – Principais empresas educacionais no mercado financeiro

| Empresa | Código | Ramo de atuação |
|-----------------------------|------------------------------|---|
| Ânima Educação | <u>ANIM3</u> | Ensino Superior, transformação tecnológica, formação de executivos, entre outros. |
| Cogna Educação | <u>COGN3</u> | Educação básica ao ensino superior (B2B), além de serviços B2C. |
| Cruzeiro do Sul Educacional | <u>CSED3</u> | Ensino superior, educação infantil e básica (fundamental e médio). |
| Ser Educacional | <u>SEER3</u> | Ensino superior (presencial e EaD). |
| YDUQS | <u>YDUQ3</u> | Ensino superior, escola de negócios, preparação para concursos, entre outros |

Fonte: Toro investimentos (2021)

As ações da Cogna Educação incluem as marcas Kroton, Platos, Saber, Vasta/Educação e, por último, a fusão da Anhanguera e a aquisição da Somos, essa última, uma empresa com diversos produtos no mercado para a educação básica. Classificada como uma *holding*, a empresa oferece serviços nos segmentos B2B, que estão voltados para atrair outras empresas, mas também atua no segmento B2C, voltada para ofertas de produtos e serviços ao consumidor final. A Cogna abrange hoje um quantitativo significativo de matrícula e unidades educacionais no país.

A Cruzeiro do Sul também tem se apresentado com um potencial de crescimento muito grande de seus ativos, constituindo-se um dos maiores grupos educacionais do país. Integram esse grupo cinco instituições de educação básica, distribuídas nas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Também importantes instituições de ensino superior compõem esse grupo: a Universidade Cidade de São Paulo, a Universidade Positivo, a Universidade Cruzeiro do Sul, o Colégio Cruzeiro do Sul, o Centro Universitário João Pessoa (Unipê), entre outros.

Em síntese, os estudos mostram um avanço considerável de processos de acumulação de capital no campo da educação, por meio de mercados e de capitais abertos que se tornaram mais possíveis, a partir da ampliação dos fluxos de capital estrangeiro e da internacionalização, ocorridas na década de 1970, provenientes da expansão de processos de financeirização que têm aumentado as possibilidades de lucros e dividendos.

Nas últimas décadas, a incidência de atores privados que têm atuado por meio de empresas e organizações do no setor público, tem crescido de forma progressiva e impactado sobretudo o modo como as políticas educacionais são operacionalizadas. Tal crescimento tem se dado a partir da oferta de produtos e serviços, tanto no campo da educação como em outras áreas, como a saúde e infraestrutura, áreas que requerem certa atualização no modo como tem se efetivado a relação desses campos com a qualidade da oferta dos serviços públicos.

Esses atores têm apresentado respostas pragmáticas e solução para os problemas estruturais nessas áreas em que, tradicionalmente, se concentram as estruturas burocráticas do Estado na oferta dos serviços. De modo particular, eles têm fundamentado uma narrativa de desconstrução papel do Estado, a partir da afirmativa da ineficiência da máquina pública que se mostra incapaz de responder às demandas da sociedade por meio de políticas públicas de qualidade para a população.

Essa prática tem acompanhado, ao longo da década de 1990, o processo de Reforma do Estado, que culminou na construção do Programa de Modernização da Gestão Pública, em

vários estados brasileiros, orientados por uma lógica gerencial, atualmente contextualizada sobre os nexos da Nova Gestão Pública (NGP).

Tal movimento tem introduzido, de modo especial no campo da educação, um conjunto de mudanças no paradigma gerencial, fortalecido pelo processo de globalização e pela mundialização do capital, que formatou novos modos de regulação que foram introduzidos no campo da gestão pública, de técnicas de performatividade e controle, assim como a *accountability* e, mais grave, têm produzido uma nova racionalidade, tensionada pela competitividade e pelo modelo empresarial.

Tal fenômeno tem se dado com grande relevo, a partir de parcerias entre o setor público e o setor privado, em especial, por meio de programas e projetos nas redes e sistemas de ensino por todo o país.

Nessa dimensão, esse último capítulo do estudo busca elucidar, no campo da política educacional, a identificação dos atores e organizações que têm influenciado as agendas locais, com diversos modelos de parcerias que têm se efetivado por meio de diversos instrumentos, como: acordos, termos de cooperação, termos de compromisso, convênios, assim como por vias pouco transparentes, que dificultam a análise dos recursos que são empregados e dos projetos que são atendidos nessas parceiras.

Ao longo do período que marca o corte temporal da pesquisa, a rede de ensino do estado de Pernambuco tem se consolidado como uma referência nacional, a partir do modelo de gestão, no entanto, ao mesmo tempo, tem se destacado com a forte incidência de um número pouco convencional de segmentos privados, incidindo sobre as políticas, de modo que os discursos privatistas têm sido incorporados de forma muito clara, no texto das políticas públicas.

Assim, o capítulo se propõe, num primeiro momento, contextualizar os antecedentes políticos e os movimentos no campo da política educacional dos dois mandatos em tela que contribuíram para a adesão a esses programas e, num segundo momento, mapear os atores públicos e privados que têm sido frequentes na rede.

6 O CONTEXTO POLÍTICO E A INCIDÊNCIA DE ATORES PRIVADOS NA POLÍTICA EDUCACIONAL DE PERNAMBUCO: UM MAPEAMENTO

Iniciamos esse capítulo traçando uma breve contextualização sobre a política educacional do estado de Pernambuco, a partir da incidência do Partido Socialista Brasileiro (PSB) nos mandatos de Eduardo Campos (2010-2014) e Paulo Câmara (2015-2018), com

referência aos processos de articulação entre o setor público e o setor privado, que representam os percursos de aproximação da política educacional com a perspectiva da privatização.

Abordar a incidência do Partido Socialista Brasileiro nas gestões Campos e Câmara, ambas no contexto das tendências de privatização da educação básica em Pernambuco, requer que olhemos para os antecedentes histórico-políticos que contribuíram para a estruturação das políticas educacionais recentes e sobre os impactos que os programas de governos assumiram em relação às ações do governo, nas suas diferentes áreas de atuação, principalmente na educação.

Algumas análises conjunturais sobre o ambiente político e as perspectivas que deram origem a certos direcionamentos de políticas públicas, no âmbito do estado de Pernambuco, sinalizam nuances da gestão Jarbas Vasconcelos (PMDB) como a porta de entrada de uma série de mudanças estruturais na máquina estatal, espelhadas pelo governo central, e assumidas posteriormente em sucessivos governos, mas sob novos formatos de planejamento e outro prisma do ponto de vista político-ideológico.

Nesse direcionamento lógico, convém destacar que a vitória de Jarbas Vasconcelos para o governo de Pernambuco se deu num contexto de efervescência política, representada pela oposição às ideias do então governador Miguel Arraes (PSB), que discordava das concepções políticas apresentadas em nível central pelo presidente à época, Fernando Henrique Cardoso, com seu pacote de medidas econômicas. Era de se esperar que um representante de um partido de esquerda, com inclinações republicanas, não se rendesse aos ditames da onda neoliberal que vinha se instalando no Brasil e no mundo no final do século XX.

O governo Jarbas inaugurou no estado de Pernambuco um movimento político consignado pela lógica da Reforma do Aparelho do Estado, como elemento estruturador de suas políticas ao longo dos seus dois mandatos. De acordo com Silva (2013), o projeto político de Jarbas era alinhado ao projeto liberal-corporativo e apresentava ressonância com as aspirações do governo central à época, Fernando Henrique Cardoso, que promoveu a Reforma do Aparelho do Estado e levou muitos estados brasileiros a estruturarem seus planos de reforma, atendendo às orientações gerais definidas pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), através dos seus cadernos técnicos.

As políticas públicas em Pernambuco assumem, então, um caráter neoliberal logo nos primeiros anos de gestão de Jarbas, por meio de um conjunto de medidas administrativas que colocaram em foco a crise financeira enfrentada por Pernambuco com o sucateamento das instituições públicas do estado, inclusive, com atrasos no pagamento de salários dos

funcionários públicos, que refletia a má qualidade dos serviços públicos entregues pelo estado à população.

Siqueira (2006) destaca que, entre as principais medidas adotadas pelo governo, estava a realização de ajustes fiscais que objetivavam alcançar o equilíbrio fiscal entre o que era arrecadado e o que era pago: a adoção de um modelo de gestão baseado nas políticas gerencialistas, com base na lógica empresarial, com foco na eficiência e na produtividade. Outra importante medida era modificar a lógica do Estado, a partir do modo como se estabelece e está configurada a relação com o mercado, destacando os avanços que superaram a mera relação público/privado.

Alguns desses estudos dão conta de situar as políticas macroeconômicas desenvolvidas por Jarbas Vasconcelos no que se refere à execução da reforma do Estado em Pernambuco, que foi acompanhada de um amplo programa de desestatização, como era de se esperar, devido ao entendimento da carteira de negócios neoliberais que visava alterar a estrutura do Estado, na perspectiva da divisão de responsabilidades com o setor privado, tornando-o mínimo, e ao mesmo tempo máximo, na busca por desenvolvimento econômico.

[...] no período compreendido entre 1999 e 2006, relativo aos dois mandatos do Governador Jarbas Vasconcelos (1999/2002 e 2003/2006), no qual o processo de modernização da gestão foi conduzido pela Comissão Diretora de Reforma do Estado, foi trabalhada fortemente a reestruturação e no redesenho da máquina pública, com a consequente redução do número de entidades da administração direta e indireta através de privatizações, publicizações - fenômeno definido por Pereira (1998: p. 246) como sendo “a transformação dos serviços não-exclusivos de Estado em propriedade pública não-estatal e sua declaração como organização social” – e transformações de antigas Fundações e Autarquias em Agências Executivas. (CRUZ/SEPLAG, 2004, p. 3)

Esse movimento, conforme destacado, levou ao desaparecimento de 18 órgãos da administração pública e à extinção de mais de 40 mil cargos efetivos, segundo dados da Secretaria de Administração e Reforma do Estado (SARE), apontadas por Cruz. Ao mesmo tempo isso significou um déficit nos serviços públicos, constatado na ausência e/ou escassez de profissionais de diferentes áreas do estado, incluindo médicos, professores e policiais.

A crise financeira do estado de Pernambuco fazia urgente a necessidade da entrada de capital para reequilibrar as políticas básicas do estado. Nesse contexto, o governo buscou ampliar a parceria com o setor privado visando ganhos de futuro ativos. É assim que se materializa, no contexto da reforma administrativa do estado de Pernambuco, uma série de privatizações, extinção de órgãos e autarquias estaduais, concessões e transferência de gestão.

O caso mais evidente nesse período foi a privatização da Companhia Energética de Pernambuco (CELPE), realizada no ano 2000, em leilão na bolsa de valores do Rio de Janeiro. Na época, era considerado o maior patrimônio ativo do estado, conforme análise do Tribunal de Contas do Estado.

No campo da política educacional, Pernambuco enfrentava uma grande crise nos processos de escolarização, com níveis alarmantes de reprovação e evasão escolar, além da infraestrutura física das escolas altamente precarizadas, sem oferecer condições adequadas de aprendizagem. Ainda nesse contexto, Pernambuco detinha um grande número de matrículas no ensino fundamental na rede estadual, o que implicava limitações na priorização das políticas educacionais, resultando na pulverização do financiamento de algumas etapas de educação em detrimento de outras.

É importante destacar que, no contexto político, os dois mandatos de Jarbas Vasconcelos, na perspectiva de Araújo (2020), foi palco de duas grandes reformas do aparelho estatal. Uma iniciada em 1999, que consistiu na estruturação de um programa extenso de contenção de gastos públicos, enxugamento da máquina e desestatização das empresas, e outro, que se deu a partir da Lei Complementar n.º 49, de 31 de janeiro de 2003, que buscou aprofundar as reformas iniciadas na gestão em 1999.

Nesse cenário, cabe destacar que áreas como saúde e educação vão ser objeto de intervenção nas suas políticas, objetivando focalizar os processos de modernização da gestão, em que pese consideradas áreas não exclusivas do Estado que, por meio do Art. 38, tornar-se-ão prioritariamente descentralizadas e desconcentradas, prevendo no aludido artigo, a existência de três programas vinculados à Comissão Diretora da Reforma do Estado: O Programa de Fortalecimento da Ação Municipal; o Programa de Apoio ao Terceiro Setor, e o Programa de Utilização do Setor de Serviços. A esse respeito, o art. 41, que trata do apoio ao terceiro setor, previa suporte técnico, operacional e financeiro do Estado para realização da descentralização controlada. (PERNAMBUCO, 2003)

Esse movimento implicou a transferência de responsabilidades do setor público para o setor privado, ou público não-estatal, conforme denominação do plano de reforma, que ocorrera em diversos órgãos da administração do estado e, num primeiro momento, passou por mudanças na sua forma jurídica. A partir de então, o Estado passa a outorgar às organizações sociais a possibilidade de formalização de instrumentos de parcerias dentro da legalidade jurídica.

A operacionalização das reformas estruturais de Pernambuco ganhou força, à medida que tais reformas estavam alinhadas às reformas do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que estruturou um novo modelo de relação do Estado com o mercado, em torno das

necessidades de estruturação da máquina estatal. Nota-se que nesse processo o Estado passou a atuar com caráter regulador, maximizando as formas de privatização no seu interior, a partir da incorporação da lógica gerencial e empresarial.

Nesse ambiente, Araújo (2020) considera que a atração pelo setor privado em Pernambuco, por meio das parcerias público-privadas em educação, além de outras medidas que se consubstanciaram no interesse do estado em uma agenda de desenvolvimento forte, aliado ao processo de expansão do capitalismo e com forte indício de privatização, tenha se dado no governo Jarbas Vasconcelos, inicialmente, por meio da parceria com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), que se tornou um referencial para a priorização das políticas voltadas ao ensino médio, estendendo-se a governos futuros.

Nesse interim, assistia-se globalmente à proposição de políticas com forte influência das agências e organismos multilaterais, propondo-se uma agenda comum para as políticas educacionais globais. A esse respeito destacam-se os compromissos assumidos na Declaração Mundial de Educação para Todos, em que o Brasil foi um dos países a se comprometer com as políticas de redução do analfabetismo e universalização do ensino, assim como a definição de estratégias para o uso eficiente dos recursos públicos em educação, o que reverberou nas ações tomadas pelo governo de Pernambuco, que optou por ampliar a interferência de atores privados na política educacional do Estado, por meio da concessão do modelo de gestão educativa para o campo privado.

O ICE é uma instituição privada sem fins lucrativos que têm por idealizador o empresário Marcos Magalhães, que foi presidente das empresas Phillips na América Latina e um dos fundadores do Movimento Todos pela Educação. A organização, conforme apresenta na sua página eletrônica na internet, tem por objetivo mobilizar a sociedade e a classe empresarial em particular, para produzir soluções educacionais na área da gestão, com estratégias voltadas à aplicação de mecanismos de mercado na educação, baseada na afirmação de que a escola pública brasileira está projetada para não funcionar.

Esse discurso está fundamentado numa lógica própria do empresariado, pois a organização se enquadra no perfil do modelo de privatização *charter* que se configura como um modelo de gestão compartilhada da escola pública com o setor privado. Uma publicação da Fundação Itaú Social, sob coordenação do Instituto Fernand Braudel, intitulada “O modelo de escola charter: a experiência de Pernambuco” (2010) dispõe de uma análise da implantação do modelo no país, destacando Pernambuco como pioneiro na experiência.

A obra destaca que entre as características comuns desse modelo de escola, algumas delas estão praticamente em todos os modelos adotados:

a) Todas recebem financiamento público baseado no número de estudantes e são cogerenciadas por uma instituição do setor privado, geralmente sem fins lucrativos; b) Possuem muito mais autonomia que as escolas públicas regulares em itens fundamentais da gestão do ensino, como seleção e retenção de gestores e professores; c) A admissão de alunos é feita ou por meio de sorteio ou por critérios geográficos, mas, em geral, os alunos que nelas ingressam possuem um perfil de alto comprometimento escolar. (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 10)

Como se depreende da afirmativa, o modelo de parcerias estabelecido pelo padrão *charter* possui um desenho particular que abre espaço para a proliferação de práticas de gestão empresarial na escola pública a partir de um modelo privado que subverte a lógica da gestão democrática ao lançar mão de processos já construídos e regulados da gestão pública pelo Estado, e referenciadas na CF 1988, em detrimento de um modelo de controle privado, que pressupõe, inclusive, precarização do trabalho docente, com a flexibilidade de contratação de professores e interferências nos currículos escolares.

Esse foi apenas o pontapé inicial que, conforme muitos estudos já publicados acerca desse período, demonstram que Pernambuco se tornaria um celeiro para essas práticas. A criação do Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental (PROCENTRO) teve início com a reforma do Ginásio Pernambucano, que se tornou o Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano (CEEGP), a primeira experiência do modelo a partir da estruturação que possibilitou a criação de novas unidades por todo o estado, expandindo o modelo de escola em tempo integral que funcionou como um laboratório prático.

Concordamos com a compreensão de Araújo (2020) para quem a parceria entre o ICE e a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, por meio desse convênio de cooperação técnica, foi fundamental para disseminar uma concepção empresarial aos Centros de Ensino, a partir de uma lógica de mercado, de modo a assegurar que o setor privado se expandisse como estratégia de sucesso. Essa fase experimental rendeu lugar, inclusive na Secretaria de Educação do estado, com a composição de um núcleo específico do programa no interior das suas instalações, para tratar das questões relativas ao PROCENTRO.

É importante considerar que a ação do ICE foi a ponta de lança para firmar um plano de integração da política do ensino médio com várias instituições empresariais que compuseram a rede de apoio à implantação dos centros e trouxeram diferentes contribuições ao modelo de escola da escolha, destacadas pelo próprio mentor Marcos Magalhães. Contribuições que corporificaram a lógica dos padrões gerenciais do contexto empresarial e que se colocam como resposta de eficiência ao setor público.

Entre as empresas parceiras do ICE, destacam-se: a ABN-AMRO/BANDEPE, representada por Fábio Barbosa e Celso Antunes; a CHESF, representada por Mozart Siqueira; a ODEBRECHT, por João Pacífico, Érico Dantas e Raul Pereira; a PHILIPS, representada por Alfredo Mendes, e a AVINA, representada por Waldemar de Oliveira Neto – Maneto, além de outros parceiros como o Instituto Fernando Braudel, a Academia para o Desenvolvimento da Educação (ADE), o Instituto Aliança para o Adolescente, entre outros. Cada um com responsabilidades definidas no plano de trabalho.

Araújo (2020) destaca que, em 2005, houve um processo de expansão dos Centros de Ensino Experimental a partir de avaliações que foram consideradas adequadas às demandas do ensino médio e, sobretudo, ao contexto de reestruturação das políticas do Estado que mais na frente se tornariam efetivas no governo Eduardo Campos.

No que tange à conjuntura política, os anos seguintes à criação do PROCENTRO foram de mobilização política em torno do processo eleitoral subsequente, especialmente na definição que representaria o projeto de desenvolvimento para Pernambuco, de modo a dar continuidade às políticas desenvolvidas por Vasconcelos. Em março de 2006, acontece a renúncia do então governador Jarbas Vasconcelos para disputar uma vaga no Senado Federal, no que obteve êxito, com isso, passando o governo para o vice-governador, Mendonça Filho.

Silva (2013, p. 67) analisa que Mendonça Filho significava a coalizão da Coligação União por Pernambuco, que governou o estado por dois mandatos, contando com o apoio de muitos parlamentares de direita, sobretudo, alinhado com as políticas de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que tinha como aliado estratégico, Jarbas Vasconcelos, e que contava com uma aliança forte do Partido da Frente Liberal (PFL), com quem intencionava comandar a chefia do governo, sob a coordenação dessas forças políticas de direita, por um período de vinte anos.

Do outro lado, as forças políticas de esquerda, no pleito de 2006, contava com as candidaturas de Humberto Costa do Partido dos Trabalhadores (PT) e de Eduardo Campos (PSB), que representavam um projeto progressista de transformação social do Estado, aliado à perspectiva do governo central, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT). O governo Lula (2003-2006), representou um novo momento na política brasileira, assim como representou importantes impactos econômicos diretos no Estado de Pernambuco, por meio de vários investimentos no setor de infraestrutura, que impulsionaram a economia do estado e serviram de sustentação política à candidatura de Eduardo Campos, como legítimo sucessor político de Miguel Arraes.

Em termos de implantação de um modelo gerencial no estado, é importante considerar que, para sua consolidação, Pernambuco, por meio do Governador Mendonça Filho, conseguiu, em junho de 2006, implantar o Programa de Modernização da Gestão Pública e Planejamento do Estado de Pernambuco (PNAGE-PE), que seguia a mesma estratégia do governo federal, que estabeleceu parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiamento dessa ação, um modelo que foi ampliado e aperfeiçoado no primeiro Governo Campos (2007-2010).

O grande mote, até então dessa contextualização, refere-se à grande influência do Partido Socialista Brasileiro (PSB) na conjuntura política e sua projeção na geopolítica nacional, colocando em relevo o surgimento de uma nova liderança política no Nordeste do país, capaz de aglutinar um projeto de nação mais amplo. O pleito eleitoral de 2006, com a vitória de Eduardo Campos, representou um grande avanço para o PSB, que elegeu três governadores do Nordeste nessa sigla. Após esse período eleitoral, Eduardo Campos assume a presidência nacional do partido e ao mesmo tempo tem um papel de destaque nacional a partir do modelo de gestão pública que passou a ser referenciado nacionalmente.

A vitória de Eduardo Campos nas eleições de 2006 fortaleceu, no plano político, as articulações entre o governo estadual e o governo federal, que promoveram grandes mudanças na matriz de desenvolvimento econômico do estado, a partir das obras da refinaria de petróleo, do estaleiro e da instalação de montadoras de veículos. Ações que impulsionaram a economia e promoveram a abertura de novos postos de trabalhos, além de um movimento de expansão na competitividade nacional e internacional.

O início da gestão Campos (2007-2010), contemplava uma proposta de gestão pública arrojada, com um programa de governo que se chamou “*um novo Pernambuco*”. A proposta consistia em entrar em ação, um movimento de reconstrução do estado, indicando mudanças no modelo de gestão pública, com base na reestruturação da máquina e no desenvolvimento econômico e social de maneira sustentável. Tal proposta começou a ser materializada já em 2007, quando o Governo Campos cria o Programa “*Todos por Pernambuco*” (TPPE), uma ação que proporcionou uma ampla participação da sociedade na formulação de propostas para a composição do Plano Plurianual do próximo biênio do governo.

Neste mesmo tempo, Pernambuco aprova a Lei Complementar n.º 141/2009, que estabeleceu o Modelo Integrado de Gestão do Estado e que, pela própria nomenclatura, traduz a forma e o desejo da gestão Campos de integralizar os diferentes setores da administração pública, na busca por melhores resultados e por elevar a eficiência e eficácia da ação do governo

com as políticas públicas, de modo a dar continuidade ao processo de mudanças, ocorrido na gestão do estado, mas com foco na racionalização do uso dos recursos públicos.

Essa sistemática permitiu também um maior controle do governo nas etapas de execução das políticas públicas, pois permitia, por meio da estratégia, visualizar uma espécie de painel de controle das ações e metas pactuadas. Dentro do programa Todos por Pernambuco, a formulação de um Mapa da Estratégia para o Estado, permitiu introduzir uma concepção de gestão gerencial ainda mais qualificada, do ponto de vista dos instrumentos que foram utilizados no planejamento. A sistemática compreende um modelo de governança empresarial que transfere ao setor público, instrumentos e ferramentas que extrapolam as dimensões constitucionais que tradicionalmente estão presentes na estrutura do Estado, com reflexos na cultura e na dinâmica de trabalho das organizações.

Para construção da estratégia, foram utilizados quatro referenciais metodológicos. O primeiro foi o *Ciclo PDCA* – uma estratégia voltada para o controle e melhoria dos processos, desenvolvida no Japão no período Pós Segunda Guerra Mundial, idealizado por Shewhart, especialista em modelos estatísticos, e aplicado por Deming. Essa é uma ferramenta muito associada ao conjunto de técnicas dos programas de qualidade total, desenvolvido por empresas internacionais (PERNAMBUCO, 2014)

O modelo consiste na utilização de quatro atividades. São elas: Planejar (PLAN); executar (DO); verificar (CHECK) e agir (ACT). Essas quatro atividades, seguindo o mesmo fluxo, sofreu adaptações na nomenclatura para aplicar seu uso à estratégia de definição do Ciclo de Gestão de Políticas Públicas, passando a se estruturar como os processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação), cada uma mantendo as características metodológicas.

O segundo referencial metodológico foi o *Marco Lógico* que auxilia na construção de objetivos estratégicos, portanto, compõe-se de uma ferramenta que busca facilitar o processo de conceituação, desenho, execução e avaliação dos projetos e pode ser empregada em todas as fases de organização do projeto. Assim como no ciclo PDCA, a matriz do Marco Lógico, (figura 2), tanto na posição vertical quanto na horizontal, sofreu modificações (figura 3) para adequar-se às necessidades do modelo Todos por Pernambuco.

Figura 2 – Base original do Marco Lógico

| | Descrição | Indicadores | Meios de verificação | Pressupostos |
|------------|-----------|-------------|----------------------|--------------|
| Finalidade | | | | |
| Objetivos | | | | |
| Produtos | | | | |
| Atividade | | | | |

Fonte: Pernambuco (2014)

Figura 3 – Base adaptada do Marco Lógico ao Todos por Pernambuco

| | DESCRIÇÃO | INDICADORES | MEIOS DE VERIFICAÇÃO |
|-------------------------------------|-----------|-------------|----------------------|
| OBJETIVOS (PRINCIPAL E SECUNDÁRIOS) | | | |
| RESULTADOS | | | |
| PRODUTOS | | | |
| ATIVIDADES | | | |
| RECURSOS | | | |

Fonte: Pernambuco (2014)

A terceira ferramenta utilizada foi a *Gestão para resultados* – ferramenta amplamente utilizada nos marcos de programas de controle e qualidade total das empresas. Para compor essa ferramenta, o modelo de Gestão utilizou três metodologias: a) O *Mapeamento de Processos*, que tem como base o *Business Process Model and Notation* (BPMN), no Estado, empregado com técnicas associadas ao BPMN (PERT/CPM, caminho crítico, macrofluxos etc.), utilizado para a delimitação e o detalhamento das metas prioritárias (projetos) em etapas de trabalho. b) A *Gestão de Projetos* com base no *Project Management Body of Knowledge* (PMBOK), utilizado para a montagem de uma sistemática de monitoramento e o acompanhamento diferenciado de variáveis, como tempo, custo, escopo, riscos e qualidade; c) *Gestão da Qualidade Total* (TQM), que se utilizou de ferramentas, tais como *QC Story* e Ferramentas da Qualidade, ferramentas de solução de problemas e relatórios. (PERNAMBUCO, 2014)

A quarta ferramenta utilizada é **O *Balanced Scorecard* (BSC)** – É uma ferramenta que se baseia na medição e gestão de desempenho, desenvolvida por professores de Harvard, Robert Kaplan e David Norton, em 1992. No campo da avaliação e performance empresarial, toma como base a ponderação e balanceamento de indicadores, adequadas ao modelo de gestão estratégica, na definição de um plano, na sua implementação e na avaliação de seus resultados. No contexto do setor público, o *BSC* agregou às organizações a cultura da gestão estratégica e facilitou o alinhamento da estrutura organizacional aos objetivos da organização.

A construção do mapa da estratégia representou um grande avanço para o governo, no sentido de criar mecanismos que pudessem acompanhar com eficácia os resultados das políticas que estavam sendo aplicadas, por meio de processos gerenciais, sistemas de fluxos, metas e indicadores, que tornaram possível visivelmente identificar e definir os setores estratégicos do governo e priorizar as ações. O mapa estratégico representou um modelo de governança que impactou o modelo de administração do estado de Pernambuco por seu caráter linear.

Além desse conjunto de ferramentas gerenciais, transportado das assessorias e das organizações parceiras na construção do modelo de gestão para Pernambuco, registra-se também nesse período o incremento de receitas estaduais com o financiamento, por parte do Banco Mundial de Programas, voltados para melhorias de resultados e de responsabilização. O Projeto de Desenvolvimento da Educação e da Gestão Pública de Pernambuco e o Projeto Educar, com vigência de 2009 a 2015, movimentou mais US\$ 650 milhões de dólares no estado, a partir da interlocução das Secretarias de Administração, Educação e Planejamento e Gestão. (PERNAMBUCO, 2014).

O modelo do TPPE buscou implantar um novo modelo de planejamento que invertesse a cultura do planejamento estratégico que era construído de forma isolada entre os órgãos do governo que, assim, passaram a ter uma maior articulação. Com a nova estratégia, o estado forçou a alinhar os instrumentos de planejamento (PPA, LDO, LOA), de modo a integrar as políticas com seus respectivos planejamentos orçamentários num único mapa. O TPPE também padronizou o monitoramento e controle das políticas públicas pela visão das etapas do Ciclo de Gestão das Políticas Públicas (formulação, implementação, monitoramento e avaliação).

Esse programa contou com a organização da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) que, junto com outros atores públicos e privados, buscou implementar o modelo no estado com o uso de modernas ferramentas de gestão empregadas pelo setor empresarial e já aplicadas em outros estados da federação, como Minas Gerais e Ceará. Os principais atores privados envolvidos na formulação da proposta foi o Movimento Brasil Competitivo (MBC) e o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG).

O Movimento Brasil Competitivo (MBC), que tem à frente do Conselho Superior o empresário Jorge Gerdau, se caracteriza como uma organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que reúne um conjunto de atores públicos e privados, e a sociedade civil em geral, em torno de uma cultura de governança e excelência para o Estado. É responsável pela idealização do Programa de Modernização da Gestão Pública em muitos estados brasileiros e articula práticas de privatização pelo incentivo à política de concessões e de fortalecimento de uma rede de competitividade nacional e internacional.

Também é importante destacar que a figura de Jorge Gerdau, como um dos membros fundadores do Movimento Todos pela Educação (TPE), tem minado os espaços do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE), com o objetivo de apresentar as supostas vantagens que os modelos de parcerias estabelecidos entre o setor público e o setor privado têm proporcionado ao longo dessa década, encontrando forte apoio dos governos. A esse respeito, concordamos com Freitas (2012) ao afirmar que esse processo tem sido mais uma tentativa de controle ideológico do processo educacional pelos reformadores empresariais.

O Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), fundado por Vicente Falconi, foi uma das maiores empresas de consultoria com foco em gestão de resultados no Brasil. Atualmente com nome de Falconi Consultoria e Tecnologia de Gestão Empresarial, é uma das grandes empresas com investimento direto no mercado financeiro e de apoio à *startups* brasileiras, e apresenta soluções tecnológicas em diversas áreas de desenvolvimento empresarial, com uso de inteligência artificial.

Conforme analisa Silva (2013), o governador Eduardo Campos, nos governos que se sucederam, recebeu prêmios diversos pelo desenvolvimento de boas práticas de gestão, pelo conjunto de ações, e em reconhecimento pelas políticas que integravam o desenvolvimento econômico e social do estado, além de lograr o reconhecimento por parte do setor empresariado e dos organismos internacionais, ao apresentar propostas e ações que estavam alinhadas às perspectivas das políticas globais de educação e desenvolvimento, nos marcos do neoliberalismo de terceira via.

A gestão Campos, no contexto dos processos de privatização da educação básica, fortaleceu a incidência de atores privados, cujo modelo de governança pública passou a convergir com os interesses privados em articulação com a sociedade civil. Nesse panorama, o programa de educação integral resultou de um amplo processo na composição de forças no seu modelo primário, passando a incorporar uma lógica de planejamento própria, que exigiu articulação com outros interlocutores, o que depois foi admitido pela própria Secretaria Estadual de Educação.

Adrião *et al.* (2018) assinalam que, nesse quesito, no que se refere ao período de 2005 a 2015, houve uma incidência muito grande de reformas educacionais no estado de Pernambuco que vislumbraram, numa perspectiva prática, a maximização de processos de interferência dos atores privados na política educacional, ocasionando indicativos de privatização na oferta, na gestão e no currículo da educação.

Reeleito em 2010 para a gestão (2011-2014), o programa de governo de Campos almejava ampliar ainda mais os resultados obtidos na primeira gestão. Durante esse mandato ganhou o reconhecimento de diversas instituições nacionais e internacionais, em razão do modelo de gestão Todos por Pernambuco. Campos recebeu prêmios das Nações Unidas, tanto na área educacional quanto na área de apoio aos trabalhadores rurais, por meio do Programa Chapéu de Palha (Silva, 2013). Isso se deu principalmente devido à promessa de interiorização das políticas e à ampliação dos mecanismos de participação popular na construção do plano de governo.

A retrospectiva apresentada por Campos no Programa de governo “O novo Pernambuco: melhor para trabalhar, melhor para viver” (2011-2014) destaca os avanços da estratégia de priorizar três áreas de largo alcance nas políticas públicas, que geraram impactos positivos. O Pacto pela Vida, na área da segurança, o Pacto pela Saúde, e o Pacto pela Educação. Os dados apresentados revelam um salto qualitativo nos indicadores de atendimento, na melhoria dos resultados educacionais e na diminuição dos índices de violência no estado. (PERNAMBUCO, 2010).

Entre as políticas de maior impacto na educação, estão o processo de implantação do modelo de educação integral, com acentuada expansão e criação de novas escolas em tempo integral, além da criação de programas de correção de fluxo nas etapas do ensino fundamental e médio, realizados em parceria com a Fundação Roberto Marinho e o Instituto Ayrton Senna, que permitiam, dentro de um curto espaço de tempo (10 meses), certificar uma quantidade significativa de jovens e adultos, impactando nos indicadores educacionais do estado de forma muito rápida.

Há, nesse sentido, algumas críticas fundamentadas em torno do desenho dessas ações, primeiro, porque o estado de Pernambuco mantém um sistema dual de educação, que compreende basicamente quatro modelos de escola: a escola integral, a escola semi-integral, a escola regular e a escola técnica, todas com suas demandas voltadas em sua quase totalidade ao atendimento da etapa de ensino médio e, pelo que se nota nos relatórios, o foco do governo foi a política de educação integral e a expansão das escolas técnicas, relegando a segundo plano as demais etapas de ensino.

Em relação aos programas de correção de fluxo, há um investimento muito grande do estado com tais parceria que, de forma muito turva, não permite vislumbrar no plano participativo, processos de transparência na aplicação dos recursos. Muitos dados apresentados não convergem, em vários casos, para a veracidade com a realidade, isto é, em contraposição ao que é apresentado nos números, dadas as contradições ainda na análise dos níveis de escolaridade de Pernambuco que se encontravam, ainda, em escalas insatisfatórias.

Outros imperativos se colocam acerca da interferência de atores privados nas políticas educacionais de Pernambuco, que têm modificado a profissionalidade docente ao subordinar a autonomia dos professores às lógicas das empresas e organizações privadas, assim como direcionam as necessidades pedagógicas às demandas construídas de forma vertical entre os construtores de currículo, tornando os professores apenas consumidores, numa expressa relação de mercado.

O programa de governo Campos II também refletia os avanços em direção à articulação com os municípios, ao destacar a aprovação da Lei n.º 13.368/2007, que ampliou de 2% para 3% o repasse de arrecadação do ICMS aos municípios que alcançassem as melhores médias no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), modificando o critério que antes se dava com base no número de estudantes matriculados.

No tangente às propostas voltadas à educação básica, o programa de governo buscou ampliar a perspectiva de interiorização, conforme citado, destacando-se como propostas promover um programa de formação continuada em parceria com os municípios; ampliar o modelo de escolas de referência nos municípios; ampliar a rede de escolas técnicas e de escolas integrais e semi-integrais e interiorizar os cursos oferecidos pela Universidade de Pernambuco (UPE).

Conforme consta no documento Balanço da Educação 2014, da Secretaria Estadual de Educação (SEE), último ano do governo Campos II, esse novo período de governo Campos registrou grandes avanços em relação ao governo Campos I. Entre as ações, destacam-se: o Bônus de Desempenho Educacional (BDE), que destinou mais de 60,6 milhões de reais a quase 20.000 trabalhadores em educação que cumpriram as metas pactuadas; a edição do Programa de Formação de Gestores Escolares (PROGEPE) e do Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes (GOA); a redução de 10,11% do analfabetismo por meio do Programa Paulo Freire de Alfabetização; a redução da taxa de analfabetismo entre crianças e jovens em idade regular, através do Programa Alfabetizar com Sucesso, realizado em parceria com o Instituto Ayrton Senna, que atendeu mais de 1,4 milhões de estudantes em mais de 90% dos municípios.

Também cabe destacar a expansão em mais de 100% da rede de escolas de ensino integral, que passou de 20 escolas, em 2007, para 125 escolas em 2014, 175 unidades educacionais em regime semi-integral, perfazendo um total de 300 escolas. Outros destaques: as escolas integrais, que são o carro-chefe da política educacional de Pernambuco; a ampliação da rede de escolas técnicas que era de 5, em 2007, e passou para 27 escolas em funcionamento no ano de 2014, com mais 13 unidades em construção; a oferta de cursos à distância; a queda na taxa do abandono escolar, que em 2007 era de 24%, passando para 5,2% em 2014.

Ainda entre os avanços: programas de apoio tecnológico, como 370 mil estudantes beneficiados com tablet/PC, com atendimento pelo Programa MentInovadora, que trabalha as aulas de robótica e programação; a importante iniciativa de sucesso que foi o Programa de Intercâmbio Ganhe o Mundo, com mais de 3.400 estudantes que viajaram para outros países; o significativo avanço dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que superou a meta nacional nos últimos anos; e a criação do Índice de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (IDEPE), um indicador de resultado que tem sido utilizado para orientar as políticas em nível regional.

É importante notar que esse conjunto de ações gerou grandes impactos na política de gestão de Pernambuco que tomou grandes proporções nacionalmente, e um nível de projeção que coloca as reformas do Estado e da educação como nichos do projeto neoliberal. Contudo, cabe um parêntese: o fato de que muitas experiências desenvolvidas em alguns estados nacionais vinham se desenhando com uma receita típica de combinação de técnicas gerenciais com mecanismos de participação social, conforme destaca Silva (2013), que garantiram hegemonia, visibilidade e legitimidade política.

Eduardo Campos vinha se projetando como uma forte liderança política do Nordeste, fato que levou ao seu afastamento do cargo de governador de Pernambuco em 2014, para concorrer à vaga na Presidência da República; no entanto, em uma viagem há poucos meses da eleição presidencial, Eduardo Campos faleceu aos 49 anos de idade, em consequência de um acidente aéreo em voo que o levava a compromissos de campanha em São Paulo.

Em meio à efervescência política da disputa pelo governo de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), que foi conduzido à candidatura pelo ex-governador Eduardo Campos, é eleito com 68% dos votos. Câmara, que nas gestões Campos I e II, havia assumido três pastas de importante contribuição (em 2007, a Secretaria de Administração, em 2010, a Secretaria de Turismo e em 2011, a Secretaria da Fazenda). O socialista representou o projeto de continuidade do programa iniciado por Eduardo Campos em 2007.

Paulo Câmara iniciou a disputa ao governo de Pernambuco com um percentual de intenção de votos considerado ainda insuficiente para vencer o pleito, se comparado ao desempenho do seu opositor, Armando Monteiro – Partido Democrático Trabalhista (PDT), que assumia a liderança com 47% da intenção de votos. No entanto, após o clima de comoção com a morte de Eduardo Campos, a família assumiu um grande protagonismo na agenda de campanha do candidato, e passou a integrar desde os atos realizados no interior do estado a grandes participações em eventos públicos com a presença dos membros da família Campos, tornando o apoio visível. (PORTAL G1, 2014).

Paulo Câmara, naquele momento, protagonizou uma grande coalização política, aglutinada por Campos, que reuniu 21 partidos políticos, constituindo uma ampla coligação de apoio. Seu desempenho nas gestões Campos I e II foi utilizada como resposta à sua capacidade para governar o estado, fato que foi explorado amplamente nos programas eleitorais, para demonstrar que ele estava preparado para governar Pernambuco na linha de sucessão de Miguel Arraes.

Ainda em relação ao contexto político, Câmara, como então candidato ao governo de Pernambuco, ao lado do governador em exercício João Lyra Neto (PSB), optou pelo apoio à candidatura de Aécio Neves, logo após a derrota em primeiro turno da candidata Marina Silva, que liderou a chapa, após a morte de Eduardo Campos, o que demarcou, em certa medida, a oposição ao projeto político da Presidenta Dilma Rousseff.

O programa de governo da Frente Popular de Pernambuco para a administração (2015-2018) inicia sua apresentação demonstrando o compromisso com a continuidade do projeto aprovado pelos pernambucanos, iniciado por Eduardo Campos. No que se refere à educação, pontuava que o estado de Pernambuco apresentava a menor taxa de abandono escolar no ensino médio e tinha a escola mais atrativa do Brasil, figurando na 4ª posição do *ranking* nacional do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), considerado como o estado que mais evoluiu na série histórica.

De forma resumida, as propostas na área da educação apontavam com mais clareza o compromisso do estado em investir nas etapas da educação infantil e ensino fundamental em parceria com os municípios. Isso pode ser conferido nas propostas de ações do item 1, do plano, que versava sobre o apoio à Nova Escola Integrada. As ações de implantação e qualificação de creches e pré-escolas, a ampliação de programas de erradicação do analfabetismo, a proposta de implantação de escolas em tempo integral de ensino fundamental nas redes municipais, o apoio na formação continuada dos profissionais da educação, e a extensão e implantação do

Pacto pela Educação, como modelo de gestão escolar para os municípios, colocavam os municípios como prioridade para o governo.

A esse propósito, o Programa Educação Integrada, que propunha levar o modelo de educação integral aos municípios para a etapa do ensino fundamental, apresentava-se com grande interferência de atores e instituições privadas, fato que colocava o programa diante das exigências político-ideológicas desses parceiros, que influenciavam as concepções que estavam sendo construídas no programa, ao disponibilizar material didático e formações com base nos conteúdos produzidos por essas instituições parceiras, o que se defrontava com questões complexas, ao vislumbrar a perspectiva da gestão por resultados.

Nesse ponto, é clara a intenção do governo Câmara em transferir a sistemática de parcerias com o setor privado aos municípios, assim como fez com os programas do Instituto Ayrton Senna, assinalado por Silva Filho (2012), atestando uma suposta incapacidade dos municípios em formularem suas próprias políticas, com base nas especificidades locais. Assim como fica clara a intenção de transferir o modelo de gestão do Pacto pela Educação, orientado para uma gestão por resultados, com objetivos, estratégias, prioridades e prazos definidos, conforme destaca o item 1f do programa de governo.

Nesse sentido, concordamos com Reis Filho (2021, p. 80) ao discutir o regime de colaboração, por meio do Programa Educação Integrada, ao considerar que:

A opção pelas parcerias público-privadas é plenamente evidenciada quando o governo estadual, ao tratar da adesão ao Programa pelas municipalidades, propõe que essa relação de cooperação envolva os seguintes parceiros: Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Grupo NEOENERGIA; Instituto Natura; Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE); Instituto Sonho Grande e Instituto Itaú Social. (REIS FILHO, 2021, p. 80)

Como se pode depreender, assiste-se, mais uma vez, à tentativa de construir mecanismos e formas de privatização da educação, de forma parcial ou total, com atuação direta de atores de organizações privadas na definição das políticas educacionais, uma tendência global que tem se expandido fortemente e tem recebido a adesão maciça dos governos. Nesse sentido ratificamos Ball (2014, p. 222) ao assinalar que “[...] na interface entre a política educacional e o neoliberalismo, o dinheiro está em toda a parte... a própria política é agora comprada e vendida, é mercadoria e oportunidade de lucro, há um mercado global crescente de ideias de políticas”.

Dando prosseguimento à análise, ainda que de forma genérica do programa de governo Câmara, com foco nas propostas educacionais, o plano propunha uma sistemática de interferência na construção do currículo, com matérias voltadas ao empreendedorismo, robótica, além da vinculação às oportunidades de negócio no Estado, a partir dos novos empreendimentos, deixando claro a opção por uma concepção de educação como esteio de formação do capital humano.

Nessa dimensão é que se coloca como pertinente a reflexão em torno do entendimento construído por Frigotto (2009, p. 16), que tematiza como próprio da teoria do capital humano “[...] ajustar requisitos educacionais e pré-requisitos de uma ocupação no mercado de trabalho de uma dada sociedade”, colocando, portanto, a educação nesse contexto, vinculada ao trabalho e às formas de geração de renda, constituindo-se um capital individual.

Outras propostas que se enquadram na perspectiva da continuidade da reforma gerencial do Estado, e que seguem as mesmas diretrizes do governo Campos, também compõem o programa, a exemplo do aperfeiçoamento do Bônus de Desempenho Educacional (BDE), da ampliação das ações de qualificação dos profissionais da educação, por meio de parcerias com autarquias, Sistema S, entre outros, como o conjunto de ações no contexto de modernização pedagógica e melhoria da gestão da rede escolar, com aumento do número de escolas monitoradas por meio do Pacto pela Educação.

O programa ainda versa sobre a necessidade de consolidar a implantação de um modelo de governança que assegure a estruturação de uma equipe básica de profissionais para cada escola e sobre a ampliação do Programa Ganhe o Mundo para os professores da rede estadual, de modo a desenvolver novas habilidades e competências profissionais, e ainda ampliar a democratização da gestão escolar (nesses termos). A esse respeito é curioso quando nessa perspectiva de gestão não se colocam as contradições presentes no espaço escolar como desafios a serem superados.

O início da gestão do governador Paulo Câmara se deu num contexto econômico em que o Brasil atravessava um momento de recessão da economia, iniciado em 2014, e que foi aprofundado nos anos seguintes (2015 e 2016), quando se registrou uma queda do Produto Interno Bruto para 3,5% em 2015 e 3,3% em 2016, seguida pelo aumento da taxa de desemprego nos anos subsequentes. Essa crise foi também intensificada por uma crise política que se agravou a partir das investigações deflagradas pela operação Lava Jato, culminando em um processo de instabilidade econômica e política do país, que tornou difícil o início do seu governo.

No contexto político, o governo de Pernambuco manteve uma posição de reserva durante o segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff, resultado da postura assumida pelo PSB no estado quanto ao pleito eleitoral de 2014, situação que vai se complexificar com as investigações e o afastamento da Presidenta. Implica destacar a esse respeito a posição assumida pelo então governador à época que liberou quatro deputados que ocupavam cargos no governo para votação (a favor do) impeachment da Presidenta.

O resultado acerca desse processo em termos de posição política reiterou a decisão majoritária do Partido Socialista Brasileiro (PSB) que foi favorável ao afastamento da Presidenta em 2016. Ao final da votação, vinte e nove dos trinta e dois deputados federais e cinco dos sete senadores da sigla, apoiaram o processo de Impeachment, que culminou com a destituição do cargo da Presidenta Dilma, sem a devida comprovação dos crimes de responsabilidade fiscal atribuídos a ela durante o segundo mandato.

Reitera-se que a primeira gestão Câmara marca um momento político e econômico delicado na história do país, o que fez que o governador exibisse uma postura menos influente no cenário nacional, se comparada à expansão que o modelo de gestão Campos havia consolidado em relação a uma agenda neoliberal de reformas na estrutura do estado. No entanto, os relatórios de gestão apontam que Câmara se manteve fiel ao pacto estabelecido pela gestão anterior de dar continuidade às políticas implementadas por Eduardo Campos.

Embora contrário em certa medida às políticas adotadas por Michel Temer, que assumiu peremptoriamente a Presidência da República em agosto de 2016, as políticas desenvolvidas por Paulo Câmara se mostraram sutilmente autônomas, em relação ao pacto federativo e à dependência do governo central, o que conferiu certo distanciamento em relação ao governo Temer, pouco aprovado no estado.

A esse respeito, cabe um parêntese para o momento propositivo do governo provisório de Temer quando lançou o documento “*Uma ponte para o futuro*”, que continha as diretrizes do governo, e se tornou a agenda política provisória do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O documento, composto por 19 páginas, tem a assinatura conjunta do PMDB com a Fundação Ulysses Guimarães (FUG), uma instituição privada sem fins lucrativos, que tem por objetivo desenvolver projetos de pesquisa aplicada, doutrinação programática e educação política, conforme ilustrado no site da instituição.

Entre as análises de conjuntura política e econômica presentes no documento, é possível perceber que a preocupação com as questões atinentes à crise econômica e à instabilidade do crescimento do país parecem centrais, os principais pontos a serem atacados no governo,

colocados como premissa para o estabelecimento de um conjunto de ações consideradas inadiáveis diante do cenário de instabilidade política e econômica.

Nessa conjuntura, chama atenção a interpretação dada à função do Estado como equalizador das crises e dos problemas enfrentados pelo país, mas numa condição de ator secundário no processo. As supostas saídas apresentadas para a superação dos desafios econômicos e sociais, na perspectiva do governo, envolve a compreensão de que o Estado deve

viabilizar a participação mais efetiva e predominante do setor privado na construção e operação de infraestrutura, em modelos de negócio que respeitem a lógica das decisões econômicas privadas, sem intervenções que distorçam os incentivos de mercado, inclusive respeitando o realismo tarifário. (CAVALCANTI; VENERIO, 2017, p. 17)

Para isso, o documento indicava que caberia ao Estado atuar enquanto agente facilitador para o setor privado expandir seus mercados, com o maior número de parcerias, alianças e acordos, em conformidade com os modelos e normas que estavam sendo executados na Ásia e em outras partes do Globo. Ao que cabe nesta análise, a mira do governo apontava para a grande capacidade produtiva do petróleo brasileiro, o Pré-Sal, como solução rentável de concessão por ter registrado queda no mercado e impactado os valores das *commodities*, que levaram parte dos lucros esperados dos *royalties* para o Estado.

Entre as propostas para a superação do momento de crise por que passava o país, das doze medidas apresentadas pelo governo, duas parecem ilustrar uma intenção convergente com os princípios neoliberais da concorrência e da abertura do mercado, presente nas entrelinhas do documento. Destaca-se, entre as medidas, a estratégia que intenciona

executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos e retorno a regime anterior de concessões na área de petróleo, dando-se a Petrobras o direito de preferência. (PMDB/FUG, 2016, p.18)

Ao apresentar de forma cristalina uma proposição de ação para o Estado, centrada na atuação do setor privado, o governo acaba direcionando a problemática das desigualdades, do desemprego e das crises, para um tipo de regulação que promove a perda gradativa do poder estatal, ao mesmo tempo em que fortalece a acumulação do capital entre grupos que economicamente detêm a maior parte da riqueza do país.

Essa reflexão é ilustrada pelo estudo de Cavalcanti; Venerio (2017), que elaboraram uma nuvem de palavras a partir do texto, para revelar o *topoi* presente no discurso do documento. O estudo apontou que o programa apresenta como preocupação central a questão econômica e reflete como a crise fiscal e a queda no crescimento econômico impactaram o desenvolvimento de políticas sólidas no país, nos últimos anos. O foco no mercado e o crescimento econômico são pontuados, no documento, como uma condição para a melhoria de vida da população.

Pela análise que realizamos do documento, também é possível notar que as questões de cunho social são sempre secundarizadas na proposta, dada a ausência de narrativas sensíveis aos problemas sociais. As palavras *pobreza* e *desigualdade* estão praticamente ausentes da formulação, colocando-se como mote principal do programa uma chamada pelo consenso, em torno da intervenção das forças do livre mercado e das instituições privadas para a recuperação da economia local e global.

Nesse contexto, Gomes (2016) ilustra como, no cenário em que a carta-programa foi construída, revelam-se as concepções de Estado e de políticas públicas colocadas em disputa entre o setor público e o privado, a partir das várias estratégias de privatização dos serviços públicos, apresentadas como pano de fundo nas entrelinhas do texto as quais denunciam, também, o profundo retrocesso e instabilidade política que comprometeram em grande escala as conquistas sociais das últimas décadas.

Do ponto de vista político e econômico, a crise iniciada com a recessão econômica de 2014 revelava uma sequência de situações de risco, potencialmente no setor econômico, que levaram especialmente o Brasil a uma queda considerável no nível de desenvolvimento. 2015 vai marcar o fim de um período de grande crescimento do país, que colhia os bons resultados das políticas desenvolvidas no Governo Lula, no entanto, a realidade que se apresentava era que muitos estados e municípios encolheram suas receitas e entraram num processo de recessão e endividamento.

Somam-se a essa situação os bloqueios em operações de crédito e a transferência de recursos por meio de convênios que ficaram paralisados. Por outro lado, o aumento da inflação provocou a alta no preço de alguns produtos, levando à perda da capacidade de consumo, o que gerou uma grande insatisfação na população, sobretudo com a falta de políticas específicas, travadas no âmbito do congresso nacional por meio de vetos e dissensos que tornaram o contexto de governança um espaço delicado.

Nesse ambiente, as dificuldades financeiras da gestão, como explicitadas, passaram a reverberar nas políticas sociais, limitando a entrega dos serviços públicos pelos estados.

Contudo, ao final do ciclo da primeira gestão Câmara (2015-2018), a Secretaria de Educação publicou um Balanço da Educação 2015-2018 que pontuava os principais avanços nas políticas educacionais durante o período. Nesses ditos avanços, buscamos analisar em que circunstâncias se evidencia a lógica privada no ensino público.

Os potenciais resultados da gestão, apresentados no “Balanço da Educação 2015-2018”, estão atrelados de forma bastante saliente aos efeitos da ampliação das escolas em tempo integral e a elevação dos índices educacionais, destacando Pernambuco nas primeiras posições no *ranking* do ensino médio no país. Essas políticas são consideradas fundamentais dentro do Pacto pela Educação (PPE), segundo o texto do relatório, pois objetiva a melhoria da qualidade da educação, para todos e com equidade, e abrange tanto as etapas do ensino fundamental (anos finais), como o ensino médio, por meio do acompanhamento dos resultados através dos indicadores do IDEB e IDEPE.

A esse respeito, podemos considerar que a narrativa do modelo de gestão gerencial apresenta uma visão de educação que é colocada como objeto de competitividade e de eficácia, e, nesse intento, tem sido um imperativo articular o conceito de qualidade da educação aos processos avaliativos, sobretudo, às avaliações externas. Uma definição próxima desse entendimento é ratificada por Zatti; Minhoto (2019, p. 4), ao conferir que “[...]conceitos como como produtividade, eficiência, eficácia, qualidade e avaliação, antes dominantes no setor empresarial, passam a fazer parte do léxico presente nas recomendações aos serviços públicos [...]”.

O balanço da gestão dá ênfase aos processos participativos, evidenciados por meio de seminários de pactuação de metas entre as equipes escolares; às caravanas da educação, que levaram cultura, arte e diversão às escolas; e a um conjunto de projetos que colocaram em pauta o envolvimento da comunidade escolar. Nesse sentido, destaca a conquista do Prêmio Gestão Escolar por uma das escolas da rede estadual por iniciativa do CONSED, no qual o secretário à época possuía grande representatividade.

Ações que ganharam relevo, como a revisão do currículo nacional e de Pernambuco, em que o estado sediou uma audiência pública, e o desenvolvimento de vários projetos, como Boa Visão, Semear, De olho na Alimentação Saudável, entre outros, aproximaram a escola da comunidade e constituíram novos laços que tornaram a escola mais atrativa, inclusive com debates sobre temas essenciais para a comunidade e produção de soluções inovadoras que levaram ao reconhecimento de várias práticas desenvolvidas por estudantes da rede, como o projeto de combate ao *Aedes Aegypti*.

O documento destaca, como resultado da política pública do Pacto pela Educação (PPE), a conquista do Prêmio Excelência em Competitividade dos Estados, pelo elevado desempenho no *ranking* dos seguintes pilares: capital humano, educação, infraestrutura, eficiência da máquina pública e potencial de mercado. Importa considerar que essa premiação é promovida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado às melhores práticas de gestão pública.

É nesse contexto que verificamos que a competitividade é um dos temas que tem sido frequentes em grande parte dos documentos oficiais do governo, sobretudo nos diagnósticos que evidenciam uma evolução tímida do crescimento econômico, a partir das condições de formação e de um quadro que requer profissionais cada vez mais qualificados para atuar nos postos de trabalho, em especial, a partir dos investimentos gerados em Pernambuco, que demandaram uma revisão acerca da produtividade.

A ênfase nesse tema insere o conjunto de políticas desenvolvidas pelo estado como um princípio a ser perseguido, para garantir um novo ciclo de expansão na economia, a partir da ampliação e qualificação dos padrões de produtividade e competitividade, indicando, em certo tempo, a necessidade das instituições de ensino superior se adequarem às necessidades do setor produtivo (PERNAMBUCO, 2014). Nessa perspectiva, ratificamos a concepção de Dardot e Laval (2016, p. 52) ao destacarem que a ideia de competição entre os indivíduos, em certo momento da história, se constituía o princípio do progresso da humanidade, quando a concorrência econômica era uma luta vital; nesse contexto, perduram certas aproximações.

Como resposta ao nosso objeto de investigação, observamos que o balanço da gestão faz referências em diversos momentos à participação de atores privados em diversas circunstâncias do ciclo de políticas desenhadas pelo estado de Pernambuco. Isso fica evidente no estrato que esclarece que a Secretaria de Educação, desde 2016,

vem realizando parcerias com instituições públicas e privadas conceituadas e comprometidas com a qualidade da educação pública, como o UNICEF, o Grupo Neenergia, o Instituto Natura, o Instituto de Co-responsabilidade pela Educação (ICE), o Instituto Sonho Grande e Itaú Social (PERNAMBUCO, 2018, p. 24).

O estabelecimento dessas parcerias, no nosso entendimento, indica em grande medida que as tendências de privatização da educação de Pernambuco, por via de uma concepção de privatização endógena, conforme destaca Ball e Youndell (2007), é algo não dissimulado ou imprevisível, mas consensual e planejado. Um movimento de ampla adesão que tem sido

referenciado, inclusive, nos documentos dos parceiros estratégicos, o que indica uma clara introdução da lógica de mercado no interior das escolas.

Na mesma direção, o balanço apresenta como projetos especiais a formalização de convênio entre a Secretaria Estadual de Educação e a Aliança Neo Brasil, para uma ação voltada à qualificação de escolas e professores de acordo com as demandas do mercado, tendo em vista estar explícito no documento o diagnóstico de que uma gama de trabalhadores, sobretudo os mais jovens, ainda não possuem certas competências necessárias para atender aos critérios de empregabilidade.

Acerca da instituição Neo Brasil, o documento esclarece que

O NEO é uma iniciativa liderada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin) e sua Unidade de Mercados do Trabalho (LMK), pela International Youth Foundation (IYF) e pelos seguintes parceiros: Arcos Dorados, Fundação Caterpillar, CEMEX, Fundação Forge, Microsoft, SESI e Walmart. No final de 2017, a iniciativa NEO estava presente em dez países da América Latina e do Caribe: Chile, Colômbia, El Salvador, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Brasil. (PERNAMBUCO, 2018, p. 77)

Outro ator privado, presente na política educacional de Pernambuco e relatado do balanço, é a Lego Zoom, empresa que oferece capacitação e kit de robótica às escolas de referência (integral e semi-integral) da rede estadual, tornando o ensino de robótica parte integrante da matriz curricular. Os estudantes que se destacam nessa área são encaminhados para participarem de competições nacionais e internacionais, torneios e olimpíadas, que testam a capacidade criativa dos estudantes na linguagem de programação. (PERNAMBUCO, 2018, p. 78)

Depreende-se, portanto, que essa é uma ação que está fundamentada na perspectiva de um modelo de formação tecnicista que, ao mesmo tempo, busca promover a competitividade como uma norma geral da existência individual e coletiva, e que fortalece uma concepção de educação voltada para as bases da teoria do capital humano ao agregar competências individuais que acabam por associar a educação a um fator preponderante de produtividade.

Os investimentos na educação como elemento central de competitividade na construção de um futuro, conforme ressaltam alguns dos importantes marcos do planejamento estratégico do governo, são expressos também, no balanço da gestão, ao priorizar a contratação de quase 300 professores, por meio de concurso público, para atuar na Educação Profissional em diferentes áreas que atendem ao mercado como: Logística, Gestão e Negócios, Segurança do Trabalho, Controle e Processos Industriais, Mecatrônica, Administração e Comércio, entre

outras, objetivando, de modo muito claro, manter o estado de Pernambuco no status de melhor educação pública do Brasil, conforme escreve o documento. (PERNAMBUCO, 2018, p. 25)

O balanço de governo ainda cita outras importantes parcerias como a do Instituto Brasileiro de Direito da Informática (IBDI), que desenvolveu projetos específicos na rede, voltados à prevenção do *bullying* e do *cyberbullying*. É importante notar como as parcerias atraem a educação pública de Pernambuco que parece enxergar nos atores privados potenciais influenciadores do crescimento do estado. Com efeito, o relatório ainda aponta para parcerias que foram firmadas entre o Shopping RioMar e a COMPESA, em ações voltadas para a realização de concursos em desenho, fotografia, projetos e produção textual, ampliando, dessa forma, o lócus da lógica privada a diferentes campos do saber.

Outra importante evidência acerca das tendências de privatização da educação encontrada no balanço é a presença do Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação que voltou a figurar como parceiro de projetos especiais da Secretaria de Educação Estadual, no Programa Educação Integrada, depois de cancelado o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira de n.º 21/2003, que tinha foco na política de educação integral, mais tarde, assumida pela própria equipe da Secretaria, de estrutura definida.

Em síntese, mesmo o governo Câmara (2015-2018) realizando grandes entregas à população na área da educação, conforme analisamos, alguns entraves ainda permaneceram à revelia para serem tratados com a devida atenção no segundo mandato, para o qual foi vitorioso. Em matéria publicada no G1|Globo, no segundo mandato, o governador concluiu apenas dez das trinta promessas de campanhas realizadas no pleito eleitoral de 2018, quando obteve 50,70 dos votos válidos. Por oportuno, não nos cabe aprofundar as nuances da Gestão Câmara II, devido ao recorte temporal da pesquisa.

É interessante que, diante do contexto político ora evidenciado na análise do governo Paulo Câmara (2015-2018), buscamos, numa rápida consulta às principais plataformas de produções acadêmicas (SciELO, BDTD e Capes), informações sobre a gestão, mas não encontramos estudos que abordem ou analisem essa janela da gestão nos dois mandatos, o que abre uma lacuna para futuras investigações acerca do modelo de gestão adotado nesse período, seus desafios e avanços.

É sabido que a gestão do governo de Pernambuco pelo Partido Socialista Brasileiro se mostrou favorável à ampliação do envolvimento de parcerias privadas, com forte incidência de atores de uma variedade de organizações, assim como tem sido nítido o entendimento de que a relação entre educação e desenvolvimento é tomada como força motriz para o crescimento do

estado. Essa é uma questão que tem se apresentado com frequência nos principais instrumentos de planejamento a longo prazo.

Em 2014, antes do episódio acidental que tomou a vida do então governador Eduardo Campos, o governo de Pernambuco apresentou à sociedade um plano intitulado “visão de futuro – Pernambuco 2035”, considerado um plano estratégico de desenvolvimento para longo prazo nos próximos vinte anos. Partindo desse documento, analisamos em que medida o governo articulava o papel estratégico do setor privado na definição da sua agenda de políticas públicas e identificamos as nuances que aproximavam o estado das tendências de privatização na educação básica.

Logo nas primeiras páginas do documento, a carta de intenções do governador expõe sua concepção de educação, apresentando a seguinte afirmativa: “a educação é um fator fundamental para dar um salto para o futuro, reduzindo a desigualdade social e melhorando a competitividade da economia estadual” (PERNAMBUCO, 2014, p. 3). Esse trecho é colocado numa moldura, que mais na frente pretende associar a educação como fator de desenvolvimento econômico e de ganhos à produtividade.

Tão logo adentramos no índice sumário, a apresentação do plano, observamos que quem assume o lugar de fala, ou seja, o Secretário de Planejamento e Gestão, Frederico Amâncio, faz uma clara alusão ao papel central que o setor privado exerce na visão do futuro, a partir do desdobramento do documento em cinco pilares, quinze objetivos e trinta e cinco metas para o futuro. Nessa direção, o secretário propõe que o plano não se esgote, mas se converta em ações concretas, e que, para transformar essas metas em ações e resultados,

[...] teremos que desenhar uma rota detalhada de longo prazo (o Plano Estratégico, em sentido estrito), desdobrá-la em uma carteira de projetos estruturantes e, finalmente, em um plano de investimentos públicos, privados e em parcerias, todos com horizonte nos próximos 20 anos. Por fim, será projetado o modelo de governança multi-institucional deste Plano para que ele se torne não apenas um instrumento de governo, mas um grande ativo de Estado e da sociedade pernambucana. (PERNAMBUCO, 2014, p. 12)

Essa compreensão, apresentada pelo secretário sobre a estruturação de investimentos no estado, percorre todo o campo lógico do documento que se desdobra em dois volumes adicionais: a carteira de projetos públicos e a carteira de projetos de interesse privado. Nessa perspectiva, o plano explicita como condicionantes decisivos o engajamento das equipes de governo e, de modo muito particular, cita a contribuição das empresas privadas, por meio do Movimento Brasil Competitivo (MBC), organização privada que tem gerenciado a política do

Programa de Modernização da Gestão Pública (PMGP) em muitos estados brasileiros, com experiência pioneira em Pernambuco.

Desse ponto de vista, Pernambuco aparece vinte e nove vezes no livro “*Evolução contínua da competitividade*”, obra que celebra os 20 anos da organização MBC, que tem atuado em 20 estados brasileiros, e conta com uma frente ampla de parceiros privados, que tem como presidente, Jorge Gerda. Essa referência ao estado é situada dentro do marco de origem da instituição e situa a figura de Eduardo Campos como um dos principais articuladores da entrada da organização no governo e da expansão do Movimento pelo Brasil. (MBC, 2021)

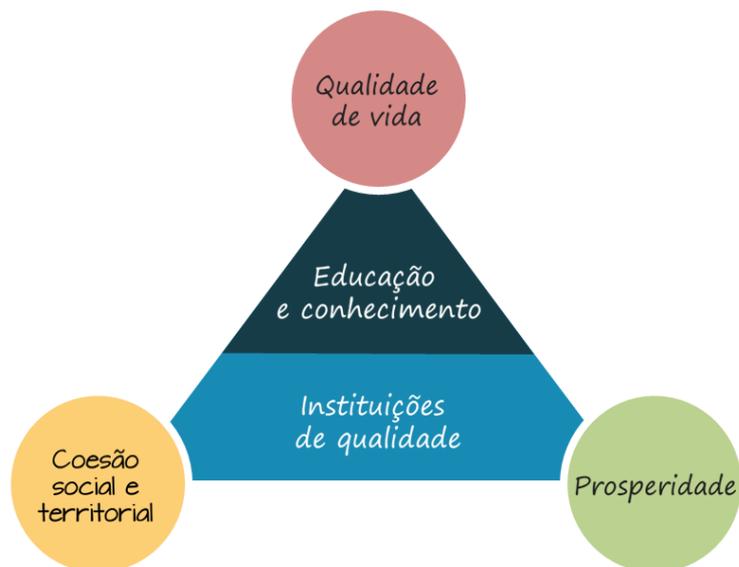
Reservamo-nos à análise desses três documentos, com foco nas concepções de educação e na visão com que o plano enxerga as parcerias institucionais. Nesse sentido, observamos que a educação está colocada no texto sempre muito próxima da ideia de competitividade e da ideia de capital humano, o que reforça o entendimento desta como condição para o desenvolvimento do estado nas próximas décadas, conforme ilustra o trecho do documento de que “[...] na educação, **elemento central da competitividade** e da igualdade de oportunidades na sociedade, Pernambuco registrou melhora significativa na última década, embora ainda tenha deficiências que podem comprometer o futuro do Estado”. (PERNAMBUCO, 2014, p. 21)

Em outro estrato, o documento reitera que a educação é componente fundamental do salto para o futuro, e aponta entre os pilares, a concepção de que “educação e conhecimento, junto ao eixo instituições de qualidade, formam o núcleo central do triângulo (figura 4), pela influência que exercem, no conjunto com formação de capital humano e capital institucional” (PERNAMBUCO, 2018, p. 46).

Nessa mesma linha, o texto aponta que a visão do futuro Pernambuco 2035, é a de que “Pernambuco estará entre os melhores estados do Brasil no nível de escolaridade e na qualidade da educação, contando com escolas públicas e privadas exemplares no desenvolvimento do capital humano em todos os níveis.” (p. 50)

Com base nesse entendimento, temos por orientação que a formatação do modelo de escola, sobretudo em tempo integral em Pernambuco, tem se sustentado no tripé da formação técnica para o trabalho, na busca pela competitividade e na melhoria da produtividade, termos que aparecem com frequência.

Figura 4 – Diagrama dos Pilares da Visão de Futuro de Pernambuco



Fonte: Pernambuco (2014)

Considerando a importância em que se tem colocado a educação nesse planejamento de longo prazo, observamos que as concepções de educação presentes no documento não levam em consideração as disputas de sentidos ou mesmo as divergências conceituais que caracterizam ou diferenciam a escola pública no sentido republicano, gratuita e para todos, da escola privada, ou dos modelos de educação que são pensados para um determinado e seletivo grupo de pessoas. Dito isso, corroboramos Freitas (2014) ao considerar que

Há, portanto, uma disputa pela escola entre pelo menos duas visões: a dos reformadores empresariais da educação... e os educadores que rejeitam a possibilidade de que o processo educativo seja reduzido à teoria das organizações das empresas privadas, bem como suas formas de gestão e recusem a reedição da teoria do capital humano como base para a organização da formação humana. (FREITAS, 2014, p. 1095)

O texto ainda se preocupa em pontuar que a grande transformação no capital humano é uma tarefa a que os municípios não podem ficar alheios, pois são responsáveis por grande parcela do ensino fundamental e que essa relação deve se dar em intensa parceria com o Estado e a sociedade. Entende-se, nesse contexto, que sociedade, no âmbito mais geral desse documento, inclui aquelas instituições de natureza privada, como as organizações sociais que têm influenciado a política educacional de Pernambuco.

Também atendendo ao contexto da pesquisa, por meio de uma rápida análise no documento intitulado Carteira de Projetos de Interesse Público e Carteira de Projetos de

Interesse Privado, é possível vislumbrar, num horizonte de 20 anos, quais as prioridades do governo, sobretudo, na área da educação na qual se estrutura a nossa análise.

Desde o início da pesquisa, o desenho que parece ilustrar a estratégia de longo prazo, por meio da visão de futuro em Pernambuco, é a do espelhamento do painel dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), lançados pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a partir do documento “*Transformando o nosso mundo: a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*”, mais tarde renomeado como *Agenda 2030*.

No que se refere à “Carteira de Projetos de Interesse Público”, o documento se estrutura em 47 projetos divididos em 10 áreas de resultados, em que cada um dos projetos apresenta uma formatação básica que contém indicadores e descritivos, como: objetivos, alcance estratégico, resultados esperados, escopo, público-alvo, distribuição territorial, metas de resultado e metas de gestão. A seguir, observamos o diagrama das áreas de abrangência.

Figura 5 – Projetos por Área de Resultado – Carteira de Projetos de Interesse Público



Fonte: Pernambuco (2014)

Como se observa, a carteira de Projetos de Interesse Público é a que mantém um maior número de projetos voltados ao desenvolvimento das diversas áreas da gestão pública. No que se refere à educação, a área “Educação e Conhecimento” é composta por sete projetos que são coordenados pelo Pacto pela Educação (PPE). Essa sistemática, no entanto, não foge ao contexto que estamos investigando, quando, novamente, o foco se volta à valorização de atores públicos e privados, conforme estrato a seguir, num contexto de governança multi-institucional, modalidade de governança empregada no documento principal da Visão do Futuro. Para o plano, o Pacto pela Educação

[...] deve ser reforçado e aprimorado com a estruturação e operação de um modelo de Governança Compartilhada da Educação envolvendo todos os atores públicos e privados no tema e sob a liderança do Governo Estadual. O Pacto pela Educação contempla a consolidação e refinamento do sistema e monitoramento, avaliação e aprendizagem com análise do desempenho das unidades e níveis de ensino. Para isso, deverá difundir e institucionalizar um Sistema Estadual de Educação, construir parcerias entre entes públicos e público-privadas para a expansão e melhoria do ensino público em todos os níveis. (PERNAMBUCO, 2014, p. 84)

Conforme analisamos, não é de se estranhar que o estado de Pernambuco mais uma vez explicita seu alinhamento claro às propostas dos reformadores empresariais, apresentando aqui a linguagem de Freitas (2018) e, ao mesmo tempo, concordando com suas análises de que o interesse maior desses reformadores gerenciais é

controlar o processo educativo, colocando a escola sob formas de administração empresarial. Guiados por seu projeto político-ideológico, não são poucas as vantagens que encontram nisso: permite o controle da gestão, fazendo com que esta assuma um estilo empresarial e impedindo com isso a gestão democrática da escola com uma concepção pública, como um “bem comum” (FREITAS, 2018, p. 103).

A esse respeito, Souza e Silva Filho (2022, p. 218), ao analisarem como ocorre o processo de gestão democrática por meio da escolha de diretores escolares na rede estadual de Pernambuco, verificaram que um maior percentual de gestores, que corresponde a 50,42% deles, é nomeado após processo seletivo, seguido de escolha pela gestão, isto é, ao final do processo, cabe ao gestor da educação, com base na lista tríplice, indicar aquele que melhor atende aos critérios definidos pela administração pública.

Os projetos que integram a área Educação e Conhecimento na carteira de interesse público se referem: à ampliação da oferta, do acesso e da qualidade na educação infantil (creche e pré-escola); à melhoria da qualidade do ensino fundamental; à implementação das escolas com educação integral no ensino fundamental II (anos finais); à universalização da educação integral para o ensino médio; à expansão da oferta, do acesso e da permanência na educação profissional e tecnológica; à ampliação da oferta e do acesso ao ensino superior; e à redução significativa do analfabetismo.

Note-se que quatro dos sete projetos públicos têm como destino os municípios, orientados por processos de parcerias, com ações voltadas às etapas da creche e pré-escola, ensino fundamental, e à redução do analfabetismo, objetivando, em certa medida, a transferência do modelo de gestão do Pacto pela Educação, indicativo já citado nessa pesquisa,

que foi posteriormente assumido no programa de governo de Paulo Câmara. Isso demonstra o quanto a visão de futuro tornou-se uma política que perpassou as ações do governo e se tornou uma bússola para as gestões posteriores.

O próprio documento destaca que para a construção do cenário projetado “depende da convergência da sociedade e dos governos do estado e dos principais municípios em torno do projeto estratégico de desenvolvimento que contempla, entre as grandes prioridades, a intensificação e ampliação do Pacto pela Educação” (PERNAMBUCO, 2014, p. 44).

No tangente à “Carteira de Projetos de Interesse Privado Pernambuco – 2035”, o documento apresenta 36 projetos de interesse privado, distribuídos em 5 áreas de resultado, com a mesma estrutura de organização que os da carteira pública: objetivos, alcance estratégico, resultados esperados, escopo, público-alvo, distribuição territorial, metas de resultado e metas de gestão. A seguir, o diagrama contendo as 5 áreas prioritárias de interesse privado.

Figura 6 – Diagrama das Áreas de Resultado com Projetos de Interesse Privado



Fonte: Pernambuco (2014)

O eixo *educação e conhecimento* figura entre as 15 áreas de resultados a serem impactadas por meio dos projetos estruturantes também de interesse privado, embora tenham sido priorizadas 5 áreas para atuação exclusiva, conforme se observa no diagrama. Dos 36 projetos de interesse privado e de parceria público-privada apresentados neste relatório, apenas três se referem à área da educação e conhecimento, mesmo assim, de forma genérica, ambos voltados à formação técnica e profissional, objetivando melhorar a cadeia produtiva local a partir de processos de formação de mão de obra qualificada.

Para o setor privado, o documento resume que são 4 as ações que devem ter prioridade nos investimentos. A primeira ação, **eleva o nível de escolaridade** – com projeção de 7,8 anos para 2020 e de 10,8 anos, em 2030 (dez anos depois); a segunda ação, **ampliar a Escolarização do ensino médio** – com projeção de um percentual que deve passar para 81,1% nos próximos 20 anos, quase dobrando a taxa de escolarização em 2035; a terceira ação, **melhorar a qualidade do ensino – a partir da evolução das notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**, passando de 4,7, índice registrado em 2013, para 7,0 em 2035; no ensino fundamental, anos finais, avançar de 3,8, em 2013, para 6,6, em 2035; no ensino médio, passar dos 3,8, em 2013, para 6,8, em 2035, ultrapassando os padrões atuais de todos os estados brasileiros; finalmente, na quarta ação, **ampliar a oferta do Ensino técnico-profissional e/ou superior** – a meta é aumentar esse percentual para 3,2, em 2020; 4,1, em 2030; e 5,5, em 2035, chegando à mesma proporção do Rio Grande do Sul.

É importante considerar que os indicadores de desempenho, no texto do documento da carteira de projetos de interesse privado, se colocam como sinônimos de qualidade, um debate que verificamos no contexto do Programa de Modernização da Gestão Pública e que tem relevo no conjunto das orientações e estratégias do estado. Nesse sentido, consideramos pertinente a perspectiva de Freitas (2018, p. 44):

(...) a intencionalidade última produzir a melhoria da qualidade da educação por meio da concorrência entre escolas e entre professores em um livre mercado, desenvolveu um “conceito de qualidade da educação” que implica o afastamento do governo da gestão da educação (ainda que não de seu financiamento), como forma de permitir a operação da livre iniciativa educacional dentro das regras do mercado (e não dos governos). (FREITAS, 2018, p. 44)

Como vimos, é nessa direção que as funções do Estado no conjunto das relações vão se limitar à coordenação de uma dada política, conseqüentemente articulada ao amplo programa de reformas que alteraram o modelo do Estado, e que buscam corporificar, nas políticas educacionais, um novo modo de governança compartilhada, baseado nas orientações privatistas e estritamente ligado ao modelo empresarial. Desse modo, o Estado passa a instrumentalizar uma narrativa que legitima o privado em detrimento do público.

6.1 A REDE DE ATORES PRIVADOS NA EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO

A rede de ensino do estado de Pernambuco, ao longo do recorte temporal da pesquisa (2010 a 2018), capitaneou, por meio de um conjunto de atores privados, das mais variadas configurações jurídicas e distintas finalidades, o apoio de muitas organizações para o desenvolvimento de projetos estratégicos que, no nosso entendimento, convergiram para a construção de práticas que tendem à lógica da privatização, no tocante à educação.

Isso tem se efetivado por meio das condições de materialização de certas políticas, seu desenho, e o nível de participação desses atores no conjunto das definições apresentadas em áreas como a gestão, as práticas pedagógicas e os processos de formação, que trazem perspectivas diversas com interferência direta nas condições materiais para a execução de planos de ações desafiadores, que demandam certo volume de recursos.

Muitos estudos, como o de Leite (2009), Silva (2013), Dutra (2014), entre outros, destacam que a porta de entrada para ampliar as relações de parcerias no estado de Pernambuco com o setor privado teve seu ápice com a criação do Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano (CEEGP), onde se experimentou algo pioneiro na gestão pública de Pernambuco que foi o modelo de *charter* escola, com suas bases no sistema de ensino norte-americano, mas considerada a primeira parceria público-privada em educação de Pernambuco.

A iniciativa de construir um espaço educativo nasce da proposição de um conjunto de ex-alunos que buscaram implantar um modelo de escola como referência em ensino no estado. Uma ação pioneira, que resultou na criação dos diversos Centros de Ensino Experimental, chamado de Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental (PROCENTRO), implantados em diversas regiões do estado, como modelo de educação integral à época.

Conforme Dutra (2014), esse movimento se deu a partir da publicação do Decreto de n.º 25.596, de 1.º de junho de 2003, que objetivava modificar as práticas de gestão do ensino médio no estado. O projeto-piloto de adequação do Ginásio Pernambucano ficou inicialmente sob a responsabilidade de uma associação composta pelas empresas Philips, Chesf, Bandepe e Odebrecht, denominada de Associação dos Parceiros do Novo Ginásio Pernambucano APNGPE, conforme Leite (2009). As análises sobre os bastidores da política de implantação indicaram a construção de uma política pensada na forma de privilégios, com intenção de elitização do Novo Ginásio Pernambucano.

Ademais, as políticas de gestão desenvolvidas posteriormente à implantação dos Centros de Referência tinham por orientação o desejo de adequação do ensino médio no estado.

É a partir desse interesse que se dá a criação do Programa de Educação Integral em Pernambuco, com a entrada em vigor da Lei Complementar, n.º 125, de 10 de julho de 2008, no governo de Eduardo Campos. Essa, portanto, seria a institucionalização da experiência do PROCENTRO que obteve êxito no seu projeto-piloto e se tornou uma política pública de ensino médio no estado.

Dutra (2014) pontua que, nesse cenário, havia uma contradição entre a Política de Educação Integral e os Centros de Ensino Experimentais que se dava no plano das concepções pedagógicas e metodológicas, e menos no plano ideológico. Essas particularidades eram claramente observadas, tanto entre os formuladores da política quanto entre os seus executores, o princípio de que cada política se orientava do ponto de vista filosófico.

A perspectiva gerencial do ICE buscava orientar-se no conceito de corresponsabilidade social, tomando à frente da reestruturação de uma instituição pública de ensino, em parceria com diversos empresários, consignando a fundamentação de um modelo que se tornou uma política pública oficial. A proposta contemplava mudanças na gestão, nos métodos e nos conteúdos de ensino, uma estratégia que atualmente é denominada pelos ICE de “Modelo de Escola da Escolha”, que remete à lógica da teoria da *Public Choice*.

A esse respeito, a *Public Choice*, também chamada de teoria da escolha pública, é vinculada ao modelo das ciências econômicas que tem sido muito empregado, nas análises sociais, para fundamentar uma perspectiva macro do avanço dos estudos econômicos, para uma crítica acerca do entendimento dos processos de tomada de decisão dos atores públicos e de indivíduos sobre a lógica racional do interesse público.

Segundo essa teoria, as escolhas dos gestores políticos têm se orientado pelas definições do mercado e se dinamizado no contexto das reformas neoliberais, atendendo às orientações da Nova Gestão Pública. Nessa perspectiva, a *Public Choice* se configura como uma lógica em que os interesses privados têm prioridade sobre os interesses gerais, [dentro de uma lógica em que] isto é, as escolhas desses atores políticos não têm se efetivado apenas por via do interesse público, como ocorre, por exemplo, com o interesse de ganhos eleitorais. Nesse contexto, Dardot e Laval (2016) acrescentam que, por vezes, o Estado não coloca o interesse geral à frente das decisões, mas atua em face dos interesses particulares.

Esse conceito, aplicado às ciências sociais, tem reverberado no campo da educação com inclinação para explicação do ponto de vista econômico, da escolha da melhor escola, por critérios comparativos como eficiência, posição nos *rankings*, protagonismo midiático, entre outras características que vão ser determinantes na escolha dos sujeitos por determinada escola. Essa lógica tem sido assumida por muitos reformadores empresariais na educação.

Retomando à análise acerca das divergências do modelo de educação integral, por outro lado, a filosofia política que balizava o ensino médio em Pernambuco se dava sobre as bases da pedagogia da presença, desenvolvida a partir da educação interdimensional, proposta que envolve o entendimento da dimensão do pensamento, do sentimento e da relação do homem com os próprios limites. Essa é uma abordagem assumida por Antonio Carlos Gomes da Costa, empresário reconhecido no Brasil, consultor da Modus Faciendi, empresa de assessoria que prestava serviços à Fundação telefônica, ao Instituto Ayrton Sena, ao Itaú Social, à Abrinq e à Odebrecht.

Como se observa, estamos diante de um quadro de disputas, não ideológicas, mas de uma “guerra de posição”, referindo-nos ao contexto gramsciano, quando da observação de uma nova dinâmica do social que se coloca em nosso tempo, em que os atores privados, por meio das suas articulações, se colocam à frente da primazia do Estado no que tange à formulação de políticas sociais.

Até aqui, apresentamos como a política de ensino médio em Pernambuco ganhou centralidade, fato que no nosso entendimento contribui para acelerar o processo de municipalização do ensino fundamental que, em Pernambuco, esteve associado à política de transferência de responsabilidades aos municípios da oferta de algumas etapas de ensino de acordo, como preceitua a LDB. Neste contexto, Oliveira (2006, p. 170) explica que, no âmbito do Estado,

[...] Programas estaduais especialmente dedicados à cooperação com os municípios passaram a integrar formalmente os planos estaduais de educação, em Pernambuco, permitindo que ficassem claros os propósitos dos governos em relação ao trabalho a ser realizado com as municipalidades, sobretudo porque a prática do planejamento adotada exigia o detalhamento das principais ações a serem implementadas [...] (OLIVEIRA, 2006, p. 170)

É perceptível que o foco da rede estadual se concentra na etapa do ensino médio, inclusive, pelas metas de expansão da educação integral, as quais margeiam, em certa medida, as outras etapas de ensino. Para além disso, outro ponto de sinergia que devemos levar em consideração é que a política de expansão do modelo de escola em tempo integral, em Pernambuco, se expandiu num contexto de valorização das políticas voltadas ao fortalecimento do ensino médio no Brasil.

Como exemplo, temos o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), considerado a principal política de implantação do ensino médio no Brasil, desenvolvido no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT). O ProEmi correspondia a uma proposta de inovação

do currículo do ensino médio que, no entanto, foi tomada por algumas tensões em torno do que se prospectava para se tornar uma diretriz na política de educação integral no país.

As contradições apresentadas no modelo se davam em torno do dualismo entre o ensino propedêutico e o ensino profissional. Frente a essas tensões, o jogo de forças do setor privado não ficou alheio, pois, estava bem representado no Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), reivindicou que parte dos recursos do programa pudessem prever o financiamento de projetos da iniciativa privada em instituições públicas. Nesse contexto, “a reivindicação do CONSED foi cancelada pelo MEC, por meio da parceria instituída em 2012 com o Instituto Unibanco para o desenvolvimento do Programa Ensino Médio Inovador Jovens do Futuro (ProEMI/JF) (SILVA, 2018).

Essas são algumas das muitas análises possíveis que não se esgotam com a pesquisa, dada a amplitude das tendências de mudanças nas políticas educacionais numa dimensão macro, que convergem para a incidência desses atores privados na governança da educação pública, constituindo modos de ação em diversas frentes.

Em conformidade com o que temos observado nos nossos estudos, as gestões de Eduardo Campos e Paulo Câmara partilharam as mesmas perspectivas, embora em contextos diferentes. Note-se que enquanto Campos se alinhava à política nacional do governo central, Câmara governou no contexto de tensões políticas e econômicas, marcadas, sobretudo, pela saída da Presidenta Dilma Rousseff, por meio do processo de *impeachment* bem como pelas crises que afetaram a economia brasileira.

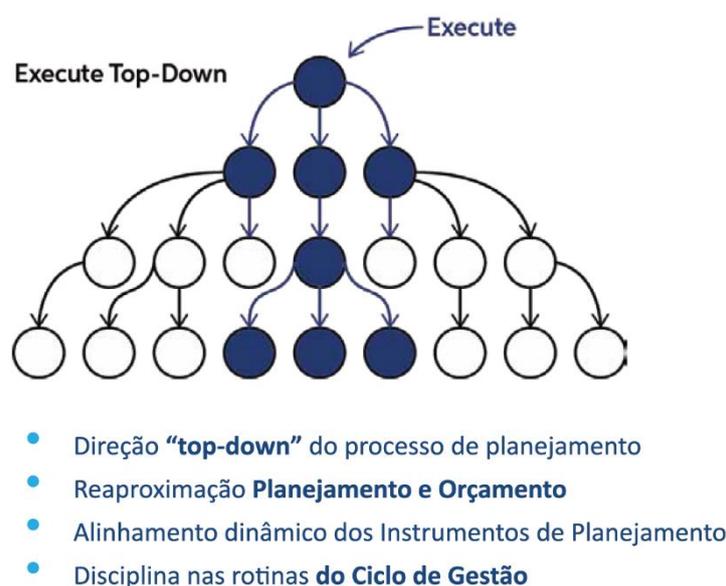
Nesse mesmo ano, no que se refere à política do ensino médio, há um retorno do dualismo presente nessa etapa de ensino, a edição da Medida Provisória de n.º 746 de 2016, que instituiu a “Política de Fomento à Implantação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral” e lançou a perspectiva dos itinerários formativos, recuperando a dicotomia entre o ensino propedêutico e ensino técnico, mais uma vez. (SILVA, 2018, p. 147)

Na verdade, muitas políticas desenvolvidas em Pernambuco contaram com as orientações e diretrizes de um modelo próprio de gestão, instrumentalizado pelo Todos por Pernambuco, também chamado de Modelo Integrado de Gestão, que já mencionamos nesse trabalho.

Esse modelo, que surgiu no contexto de influências do *benchmarking* de funcionários da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), junto a outros atores, como Instituto de Desenvolvimento Gerencial (IDG), protagonizou assessoria a muitos estados brasileiros na implantação do Programa de Modernização da Gestão Pública (PMGP) que, em Pernambuco, recebeu nome de Progestão e se tornou referência.

A concepção verticalizada da gestão está presente em praticamente todos os documentos referência do governo nesse período. Conforme já detalhamos, em linhas gerais, o modelo que foi desenhado com auxílio de modernas ferramentas empresariais e aplicado na gestão das políticas públicas em Pernambuco figura no plano das reformas gerenciais do estado. A seguir, o desenho que recupera o modelo construído de gestão em Pernambuco.

Figura 7 – Diagrama do Modelo de Gestão Todos por Pernambuco



Fonte: Pernambuco (2022)

A partir dessa sistemática da gestão, o governo de Pernambuco instituiu um conjunto de políticas orientadas nesse planejamento, como a institucionalização da Gestão por Resultados, estabelecida por meio do Decreto n.º 39.336/2003 que, na estrutura administrativa do estado com uma Secretaria Executiva de Gestão para Resultados (SGPR), é responsável por construir e monitorar as metas pactuadas em cada Pacto de Resultados (Pacto pela Vida, Pacto pela Saúde e Pacto pela Educação) (PERNAMBUCO, 2018).

Complementar a essas políticas, o governo de Pernambuco ainda implementou o programa de bonificação para os professores, denominado de Bônus de Desempenho Educacional (BDE), e o Programa de Formação de Gestor Escolar (PROGEPE), responsável pela certificação dos gestores escolares, entre outras políticas que caracterizaram os padrões da Nova Gestão Pública no estado.

6.2 NUANCES DO SISTEMA DE ENSINO DE PERNAMBUCO

A Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco foi criada através da Lei n.º 466, de 22 de abril de 1949, durante a gestão do governador Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho. Órgão da administração direta do estado de Pernambuco que passou 52 anos vinculado à Secretaria de Saúde do Estado, teve alterada a sua nomenclatura várias vezes, ao longo do tempo, como informa o site da Secretaria. A organização do Sistema Estadual de Educação de Pernambuco é composta pela Secretaria de Educação de Pernambuco (SEE/PE), pelo Conselho Estadual de Educação de Pernambuco (CEE/PE) e pela Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa.

Durante o período de recorte temporal da pesquisa, assumiram a pasta de Secretário de Estado da Educação, como se observa na tabela seguinte, quatro nomes. O perfil desses secretários, em sua totalidade, conta com currículos bem distantes da área da educação, no entanto, são notáveis pelo perfil técnico do ponto de vista profissional. São eles:

Tabela 1 – Secretários de Estado da Educação de Pernambuco (2010-2018)

| Secretários | Período |
|--|---------------------|
| Frederico da Costa Amâncio (Fred Amâncio) | 02.01.15 - 31.12.20 |
| José Ricardo Wanderley Dantas de Oliveira (Ricardo Dantas) | 14.12.12 - 01.01.15 |
| Anderson Stevens Leônidas Gomes (Anderson Gomes) | 03.01.11 - 14.12.12 |
| Nilton da Mota Silveira Filho (Nilton Mota) | 31.03.10 - 02.01.11 |
| Danilo Jorge de Barros Cabral (Danilo Cabral) | 01.01.07 - 30.03.10 |

Fonte: SEE/PE (2010 a 2018). Elaboração própria.

Atualmente a rede é composta por um conjunto de escolas de diferentes etapas de ensino, com prevalência do segmento do ensino médio e técnico. As escolas do ensino médio na rede se estabelecem como: regulares, aquelas que não têm jornada ampliada; semi-integrais, as com a jornada ampliada em apenas dois dias; e as integrais, aquelas com jornada ampliada durante todos os dias letivos. Há, ainda, as que se configuram como Escolas Técnicas Estaduais – ETE.

A seguir, traçamos uma breve exposição do atendimento atual da rede com base na sinopse estatística do Inep/2020.

Tabela 2 – Matrícula/estabelecimentos na Rede Estadual de Educação de Pernambuco - Ensino Médio e Ensino Técnico (2022)

| Etapa | Matrícula (n.º absoluto) | Total de estabelecimentos |
|--------------------------------|-------------------------------------|----------------------------------|
| Ensino Médio | 298.657 | 690 |
| Ensino Integral | 190.471 | 300* |
| Ensino Semi-Integral | 108.186 | ** |
| Ensino Médio Integrado | 21.896 | ** |
| Ensino Médio Magistério | 706 | 26 |
| Técnico Concomitante | 5.144 | 02 |
| Técnico Subsequente | 45.166 | 49 |

*Informações de acordo com site oficial da Secretaria de Educação de Pernambuco.

** Estatística não disponível na sinopse do INEP.

Fonte: Inep/Sinopse Estatística da Educação Básica, 2022. Elaboração própria.

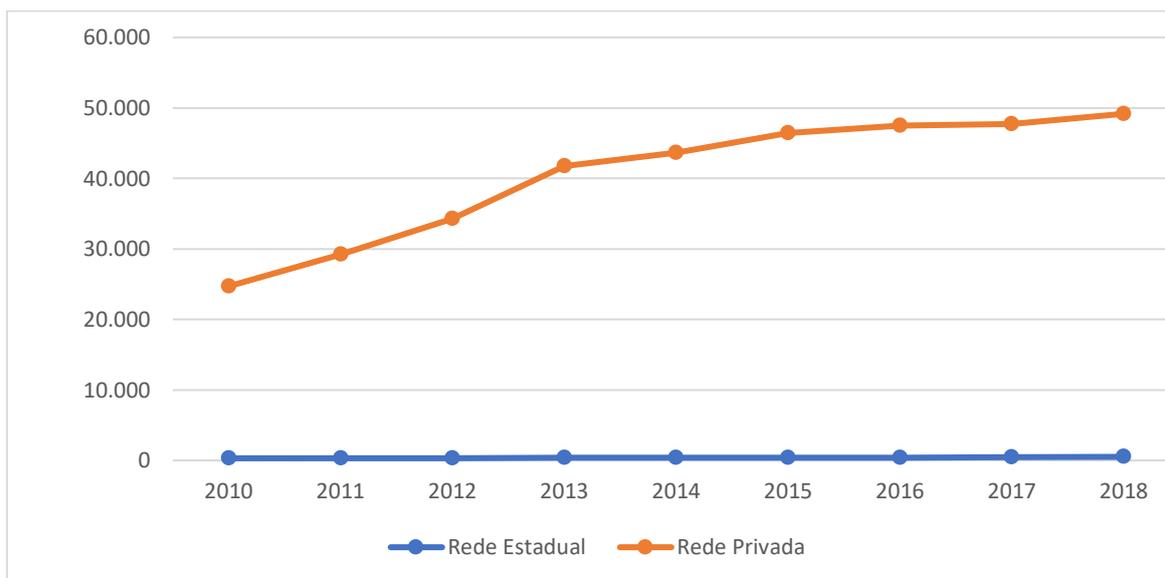
Também consideramos pertinente apresentar uma amostra da quantidade de professores na rede, conforme a sinopse estatística do Inep/2020. Alguns dados estão ausentes na tabela, devido à falta dessa informação na fonte, como segue:

Tabela 3 – Professores da Rede Estadual de Educação por tipo de vínculo (2022)

| Tipo de Vínculo | Quantidade |
|------------------------------|-------------------|
| Contrato efetivo | 6.428 |
| Contrato temporário | 8.728 |
| Contrato terceirizado | 91 |
| CLT | 72 |
| Total | 15.319 |

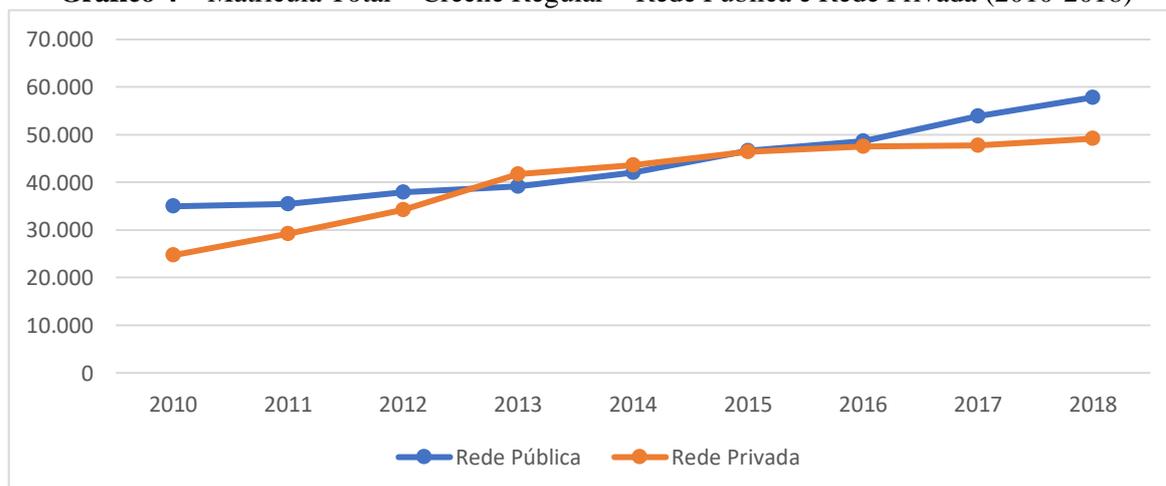
Fonte: Inep/Sinopse Estatística da Educação Básica, 2022. Elaboração própria.

A fim de contextualizar melhor a rede, buscamos traçar um perfil estatístico no recorte temporal do estudo. Assim, levamos a cabo os dados de 2010 a 2018 acerca da matrícula e do atendimento à população nos respectivos anos. A rede de ensino de Pernambuco, na série histórica apresentada, evidencia tendências que são analisadas em grande medida e seguem os padrões atuais; outras por vezes, escapam da curva, como verificaremos a seguir, iniciando pelo atendimento à etapa da educação infantil:

Gráfico 3 – Matrícula Total – Creche Regular – Rede Estadual e Rede Privada – (2010-2018)

Fonte: Inep/Sinopse Estatística da Educação Básica, 2010 a 2018. Elaboração própria.

Tomando por parâmetro o que define a LDB acerca do atendimento à Educação Infantil, podemos observar que a Rede, no período, ainda que tenha permanecido estagnada em relação aos estabelecimentos, manteve matrícula regulares na etapa de Creche, observando que à medida que o número de matrículas se mantém estável, a curva de crescimento do setor privado se eleva, demonstrando que a rede privada no estado tem recebido as crianças nessa faixa de atendimento. De outro modo, o gráfico seguinte mostra que a matrícula na perspectiva de comparação com a toda a rede pública apresenta evolução considerável em relação à rede privada.

Gráfico 4 – Matrícula Total – Creche Regular – Rede Pública e Rede Privada (2010-2018)

Fonte: Inep/Sinopse Estatística da Educação Básica, 2010 a 2018. Elaboração própria.

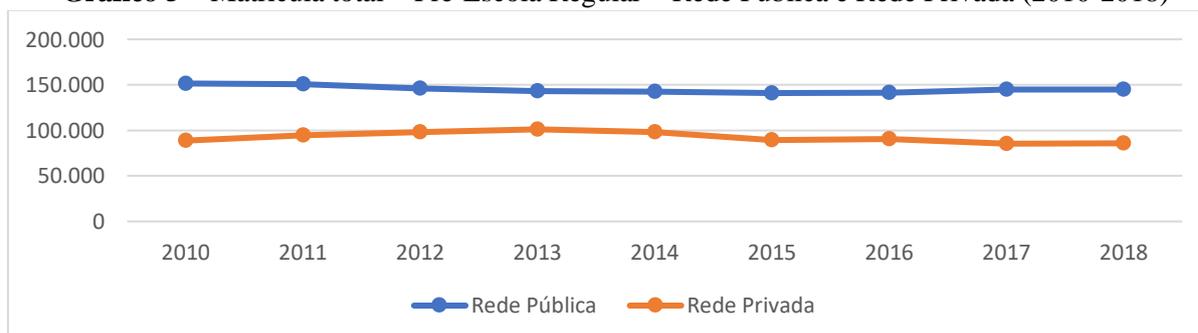
Conforme podemos observar, a evolução da oferta de Creche regular seguiu uma tendência de crescimento durante o período, chegando a quase 60.000 matrículas na rede pública, enquanto a rede privada se aproxima das 50.000 matrículas. Esse dado conta com a importante ampliação dessa etapa em nível municipal, sobretudo a partir do entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) de que é dever do Estado garantir vagas em Creche e Pré-Escolas. Ainda nesse contexto, a ampliação do atendimento por parte da rede privada é um dado relativamente importante, pois sinaliza que essa etapa de ensino é praticamente predominante no setor privado, observada a grande dificuldade das redes em manter unidades de Creches em funcionamento.

De outro modo, tratando do nosso objeto de estudo, as pesquisas têm identificado, segundo Costola; Borghi (2012) e Adrião (2009), que têm avançado, de modo muito acelerado, as parcerias público-privadas e os convênios nesta etapa de ensino, através de programas de subvenção pública às instituições privadas que ofertam educação infantil como forma de garantir tal oferta. Nesse sentido, retificamos as palavras de Borghi (2012, p. 21), segundo as quais:

há uma estratégia consistente de estímulo à ampliação de parcerias público-privadas e de participação da sociedade civil no atendimento dessa etapa de escolaridade. Há agora uma transposição das instituições consideradas legalmente “privadas sem fins lucrativos” para instituições consideradas “públicas não-estatais”. Tal estratégia contribui para a naturalização dos repasses de recursos públicos para instituições privadas, sob a alegação de que possuem finalidades públicas. (COSTOLLA; BORGHI, 2012, p. 21)

Nessa perspectiva, buscamos analisar o contexto da garantia da etapa da Pré-Escola obrigatória e verificamos que, em termos comparativos, houve uma redução, tanto no número de matrículas da rede pública como no da rede privada, isto é, certa estabilidade, conforme mostra o gráfico 5, a seguir:

Gráfico 5 – Matrícula total – Pré-Escola Regular – Rede Pública e Rede Privada (2010-2018)



Fonte: Inep/Sinopse Estatística da Educação Básica, 2010 a 2018. Elaboração própria.

No sentido de vislumbrar um quadro mais geral de como ocorreu o atendimento da Educação Básica, nesse período, no estado de Pernambuco, elaboramos uma tabela que mostra a quantidade de matrículas por etapa na rede estadual de educação, nesse período, que compreende 2010 a 2018.

Tabela 4 – Matrícula na Rede Estadual de Educação de Pernambuco por etapa da Educação Básica (2010-2018)

| Ano | Creche | Pré-escola | Ensino Fundamental | Ensino Médio |
|-------------|---------------|-------------------|---------------------------|---------------------|
| 2010 | 304 | 3.187 | 361.973 | 367.814 |
| 2011 | 311 | 2.343 | 346.413 | 350.532 |
| 2012 | 331 | 1.980 | 302.784 | 334.250 |
| 2013 | 371 | 1.878 | 261.613 | 331.780 |
| 2014 | 385 | 1.880 | 219.966 | 332.017 |
| 2015 | 368 | 1.863 | 189.746 | 316.036 |
| 2016 | 415 | 1.798 | 177.318 | 314.649 |
| 2017 | 440 | 1.728 | 166.727 | 307.170 |
| 2018 | 510 | 1.734 | 158.785 | 296.486 |

Fonte: Inep/Sinopse Estatística da Educação Básica, 2010 a 2018. Elaboração própria.

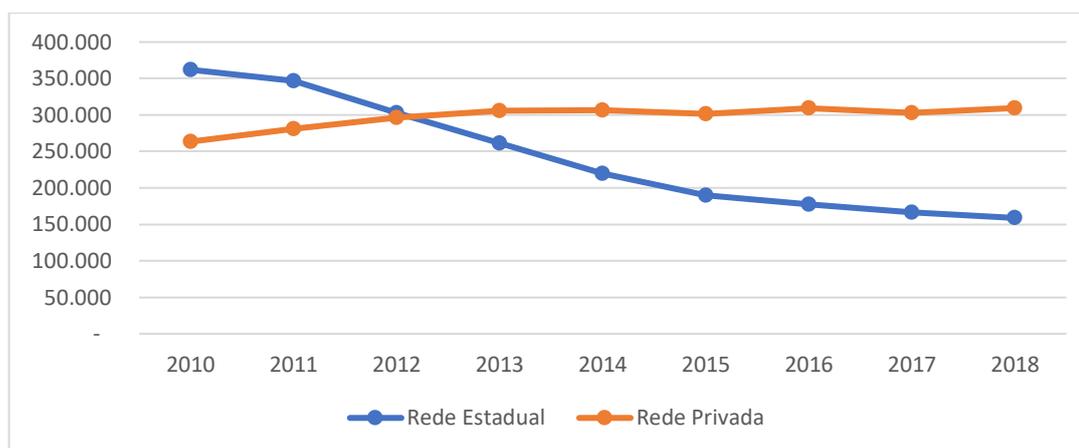
Os dados da tabela anterior revelam uma estabilidade no número de matrículas na etapa de Educação Infantil da rede estadual; no entanto, podemos observar que, devido ao processo de municipalização ou mesmo à prioridade dada pelo estado à etapa do Ensino Médio, há uma queda considerável na quantidade de matrículas na etapa do ensino fundamental, a partir da expansão da política de Educação Integral. Por outro lado, também se verifica considerável queda no número de matrículas no Ensino Médio.

Os níveis de desigualdade social explicam, em parte, a evasão dos jovens na etapa do Ensino Médio que geralmente é atribuída à falta de emprego, ao ingresso precoce no mercado de trabalho, a situações de trabalho informal, ao desemprego da família e, em muitos casos, a doença, violência ou, talvez, pelo fato de a escola ser pouco atrativa para esse jovem (RIBEIRO, 2010).

Também realizamos um comparativo do atendimento à etapa do ensino fundamental no estado em comparação com os dados da rede privada. Nota-se, conforme o gráfico 6 a seguir, que na medida em que a matrícula do ensino fundamental diminuiu na rede estadual, apresentase um aumento gradual no número de matrículas na rede privada, um fenômeno que pode refletir um cenário positivo em termos de acesso à renda nesse período.

As análises econômicas mostram que, em 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil havia crescido 7,5 %, segundo aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), devendo-se esse crescimento ao aumento no poder de compra dos brasileiros, tendo contribuído para esse aumento a venda de equipamentos domésticos, seguida do crescimento da economia nesses setores, no comércio e nos serviços.

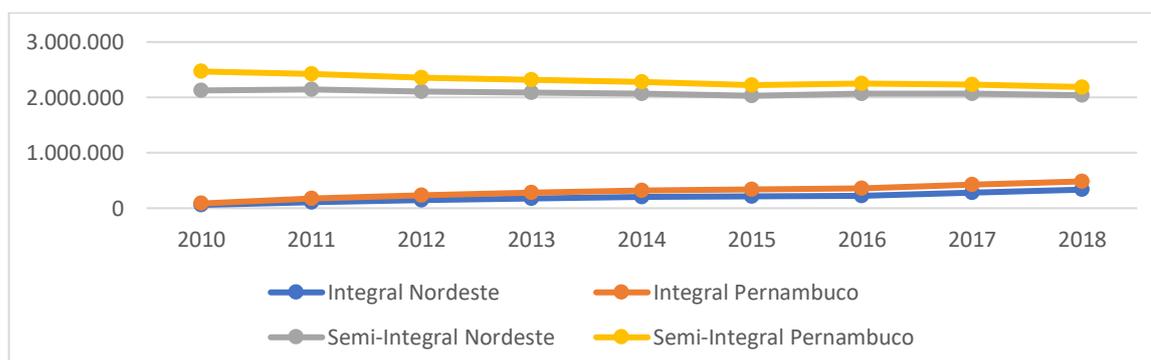
Gráfico 6 – Matrícula Total – Ensino Fundamental – Rede Estadual de Ensino de Pernambuco (2010-2018)



Fonte: Inep/Sinopse Estatística da Educação Básica, 2010 a 2018. Elaboração própria.

Do ponto de vista da priorização da etapa do ensino médio pela rede estadual, essa é uma tendência já observada em alguns estudos, como o de Adrião (2018). No entanto, para melhor ilustrar essa realidade de Pernambuco, a partir da Sinopse Estatística do INEP, construímos um gráfico que mostra a evolução das matrículas em ensino médio no período da pesquisa, revelando significativo crescimento de matrículas no ensino médio integral em Pernambuco e no Nordeste, conforme segue:

Gráfico 7 – Matrícula Total – Ensino Médio Integral e Semi-Integral – Nordeste e Pernambuco (2010-2018)

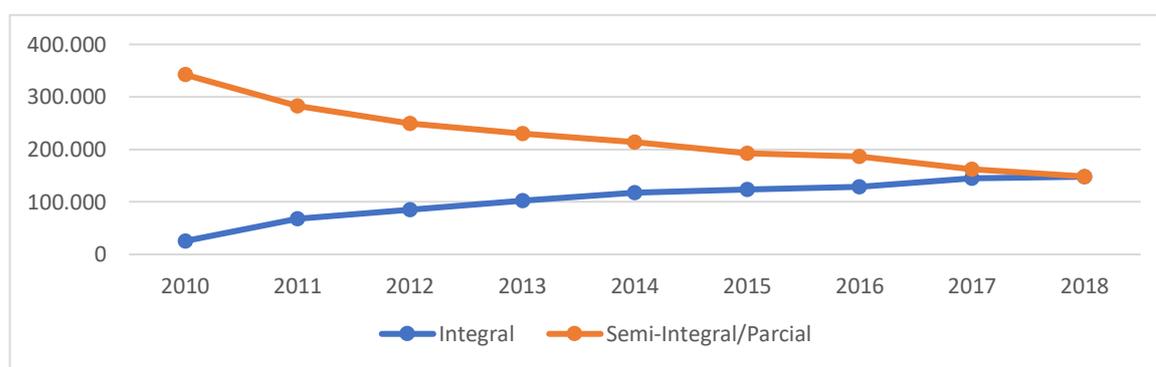


Fonte: Inep/Sinopse Estatística da Educação Básica, 2010 a 2018. Elaboração própria.

Os dados do gráfico revelam a tendência de crescimento do ensino médio na modalidade integral, tanto no Nordeste e em Pernambuco. Verifica-se que o modelo se repete tanto no que se refere ao crescimento quanto ao decréscimo no número de matrículas das escolas semi-integrais, um padrão que tem se repetido ano a ano, na série histórica elaborada. Destaca-se ainda que a tendência de crescimento no estado de Pernambuco tem sido mais avançada do que na própria região, uma vez que se observa uma abertura no período de 2011 a 2018, entre a linha que representa o Estado e a linha que representa a região, confirmando certo protagonismo de Pernambuco com a política de educação integral.

Isso fica ainda mais evidente no gráfico seguinte que mostra claramente a inversão ocorrida com a política de ensino médio em tempo integral, que inverteu a curva de ascendência do ensino semi-integral em relação ao integral, como verificar a seguir.

Gráfico 8 – Matrícula do Ensino Médio Integral e Semi-Integral – Pernambuco (2010-2018)



Fonte: Inep/Sinopse Estatística da Educação Básica, 2010 a 2018. Elaboração própria.

Nota-se, portanto, que o esforço do governo de Pernambuco em transformar 100% das escolas da rede em escolas de tempo integral, tornando essa política um modelo para o país, de fato, resulta na universalização do ensino médio no modelo “escola de tempo integral”.

Para dar prosseguimento às nossas análises, destacamos que esses dados apontam que a priorização do ensino médio tem ampliado as ações do governo, assim como tem sido recorrente a incidência de projetos e programas voltados, sobretudo, a essa etapa de ensino, ações que têm se efetivado por meio de diversas parcerias com o setor privado e produtivo, intencionando tanto o aumento dos níveis de escolaridade como o da capacidade produtiva do estado, com a formação básica, adequada às exigências do mercado.

6.3 QUEM SÃO OS ATORES PRIVADOS COM INCIDÊNCIA NA POLÍTICA EDUCACIONAL DE PERNAMBUCO?

Nosso estudo buscou mapear, por meio da técnica de análise de redes políticas, os atores privados com incidência na política educacional de Pernambuco, o que exige, conforme analisa Ball (2014), uma extensa busca nos principais canais por onde se articulam esses atores, incluindo buscas extensas na internet, nos programas que financiam, em arquivos de apresentação em *powerpoints*, nos relatórios, entre outros materiais, que evidenciem o envolvimento dos novos interessados no campo da educação.

A princípio, pensamos em realizar um mapeamento das redes sociais dos parceiros privados, mas percebemos, durante um levantamento prévio, que muitos desses atores mantêm apenas a página da internet em funcionamento, não sendo possível desenhar as relações a partir de pontos sinérgicos, pelas principais redes sociais específicas, como o *Facebook*, *Instagram* ou *tweets*. Talvez isso sinalize um indicativo de próximos estudos em rede, em um grupo maior de pesquisadores, isto é, analisar como tem sido o comportamento desses atores nas redes sociais.

De posse de alguns materiais, conforme descrito na metodologia, dispomos de uma análise inicial do noticiário da página da Secretaria de Educação de Pernambuco, sobre a evidência desses atores nas políticas educacionais oficialmente noticiadas. Para isso aplicamos um filtro de pesquisa nas notícias, recortando o tempo de acordo com a proposta e realizamos a busca refinada a partir dos descritores: “parceria”, “parcerias”, “parceiro”, “parceiros”, “instituto”, “institutos”, “fundação”, “fundações”, “privada”, “privado”.

Como resultado, obtivemos 20 notícias relacionadas ao termo e todas elas remetendo a políticas realizadas em parceria com a Secretaria de Educação de Pernambuco, junto a essas empresas na realização de ações em diversas frentes. Estes noticiários constam dos apêndices desse relatório de tese. Nas notícias encontradas, observa-se que a narrativa busca legitimar as parcerias do estado com o setor privado, como um modo de qualificar as ações desenvolvidas pela Secretaria.

As manchetes dessas notícias incluíam alguns elementos-chave de identificação, como o nome do programa ao qual estava vinculada a organização ou o nome da organização parceira, e, numa terceira opção, apresentava em conjunto a identificação do parceiro e do programa que estava ocorrendo, uma estratégia de popularizar e naturalizar as relações entre o setor público e o setor privado.

Depois desse movimento, mapeamos os atores que se destacavam nas matérias e partimos para uma análise dos relatórios anuais de gestão e dos balanços da educação, relativos ao período de 2010 a 2018, para identificar as evidências dos atores privados envolvidos nas ações referentes à educação de Pernambuco. O número de parceiros mostrou-se muito além do que havíamos levantado na qualificação da tese.

É perceptível que surgiram diferentes indicativos de parcerias que a cada dado encontrado fortaleciam o nosso entendimento de que as políticas desenvolvidas em Pernambuco são influenciadas pelos interesses dos grupos privados. Isso pode ser observado no quadro seguinte, que mostra quais foram os atores privados identificados nas buscas realizadas nos documentos.

É evidente que parte desse material denso, que conta a história das políticas do Governo Campos e Câmara, está disponível na internet e mostra claramente quais as empresas e organizações parceiras que foram se consolidando ao longo do tempo. Ampliamos também a nossa busca aos materiais dos atores privados, como estratégia de confirmação da relação, no entanto, essa confirmação não foi possível de ser analisada em todas as parcerias, pois algumas organizações privadas não dispunham de um nível de transparência para disponibilizar relatórios para consulta pública.

Como resultado dessas buscas, foi possível chegar ao resultado do quadro abaixo, que contém a relação dos principais atores privados que participaram; muitos deles continuam participando do desenvolvimento de programas e projetos educacionais no estado de Pernambuco. São eles:

Quadro 4 – Atores Privados – descrição dos programas/ações (2010-2018), em parceria com a Secretaria de Educação de Pernambuco

| Ator Privado | Programa/Ação |
|--|--|
| Acumuladores Moura S.A Baterias Moura | Apoio técnico para ações de desenvolvimento da educação profissional na cidade de Belo Jardim, com vistas a oferecer o ensino médio e técnico público gratuito, de qualidade, irradiador de inovações educacionais voltadas para a formação de cidadãos. |
| Aliança Francesa | Projeto Escola Legal. |
| Associação Bem Comum | Assessoria ao Programa Educação Integrada. |

| | |
|---------------------------------------|--|
| Banco Mundial | Financiamento de projeto. |
| Boeing Brasil | Programa Jovens Embaixadores. |
| CAED – Juiz de Fora | Sistema de avaliações e programas de mestrado. |
| Celpe | Projeto Energia que transforma. |
| Fed Ex | Programa Jovens Embaixadores. |
| Fundação Apolônio Sales | Desenvolvimento de ações modernizadoras nas áreas de Pesquisa, Educação Tecnológica, Desenvolvimento Agropecuário, Gestão Empresarial e Ambiental. |
| Fundação Bradesco | Programa Jovens Embaixadores. |
| Fundação Getúlio Vargas | Avaliação do impacto do PGM, especificamente das edições de 2013 e 2014, seminários e debates. |
| Fundação Gilberto Freyre | Promoção de formação para professores e ações educativas para estudantes. |
| Fundação Lemann | Formação para profissionais da educação e para o aprimoramento de lideranças em diversas áreas. |
| Fundação Telefônica | Portal Escola Conectada. |
| Fundação Roberto Marinho | Projeto Travessia – Correção Travessia – Correção de Fluxo Escolar – Médio. |
| Google | Plataforma educacional Google for Education. |
| IBM | Programa Jovens Embaixadores. |
| Inspirare Instituto | Portal Escola Conectada. |
| Instituto Aliança (NEO) Brasil | Melhoria das oportunidades de emprego para os jovens de Pernambuco. |

| | |
|---|--|
| Instituto Ayrton Senna | Programas Acelera, Se Liga e Circuito Campeão. |
| Instituto Brasileiro de Direito da Informática (IBDI) | Projeto Escola Legal. |
| Instituto de Apoio à Fundação Universidade de Pernambuco | PREVUPE |
| Instituto de Corresponsabilidade de Pela Educação – ICE | Expansão do Ensino Médio integral, semi-integral e técnico. |
| Instituto de Desenvolvimento Gerencial | Consultoria de planejamento estratégico. |
| Instituto Empreender | Formação em empreendedorismo. |
| Instituto Miguel de Cervantes | Promoção de formação continuada para professores de língua espanhola. |
| Instituto Natura | Expansão do Ensino Médio integral, semi-integral e técnico; Projeto Comunidade de Aprendizagem. |
| Instituto Oi Futuro/Nave | Formação Mídia Educação nas Escolas Técnicas Estaduais. |
| Instituto Brasileiro Pro Cidadania | Seminários e eventos formativos. |
| Instituto Sonho Grande | Expansão do Ensino Médio integral, semi-integral e técnico. |
| Instituto Unibanco | Provimento de ferramenta online de articulação, sistematização e visualização de parte dos dados relacionados ao Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco – SAEPE. |
| Itaú Social | Programa Melhoria da Educação. |
| Junior Achievement | Proporcionar uma experiência prática em negócios através da organização e da operação de uma empresa. |
| Lego Zoom | Projeto de Robótica. |
| Microsoft | Apoia a educação técnica, pelo acesso a software Microsoft para fins de aprendizagem, ensino e pesquisa. |

| | |
|-------------------------------------|--|
| Mind Lab do Brasil | Integração de recursos tecnológicos no processo de ensino e aprendizagem, com apropriação de tais recursos pelos docentes. |
| Movimento Brasil Competitivo | Programa de Modernização da Gestão/ Plano Estratégico Longo Prazo. |
| MSD Inventing for life | Programa Jovens Embaixadores. |
| MS Tech | Formação de Professores em Robótica. |
| Multitreinamento Idiomas | Aulas de idiomas |
| TUNEDUC | Assessoria em análise de dados. |
| Unilever | Promoção de iniciação e desenvolvimento esportivo de crianças e adolescentes da região por meio do futebol de areia. |

Fonte: Elaboração própria.

Conforme observamos, o mapeamento identificou 42 atores privados que registraram parcerias com a Secretaria de Educação de Pernambuco, atendendo a um número relativamente extenso de projetos e programas no âmbito de atuação da educação básica na rede estadual. Algumas pesquisas realizadas no estado ocorreram ao mesmo tempo em que a produção da nossa pesquisa e identificaram a presença de um conglomerado de instituições ainda anterior ao recorte que realizamos. Isso implica na necessidade de definir novos instrumentos metodológicos que cheguem aos fios condutores dessas parceiras, inclusive perseguindo o dinheiro investido pelo estado.

Assim como outros pesquisadores têm se dedicado a estudar as tendências de privatização, outras pesquisas de cunho qualitativo já têm apresentado resultados dessa política de corresponsabilização pela educação, com interesse maior na apropriação do fundo público, quando não de forma direta; isso tem se dado por intermédio de empresas parceiras, prestadoras de serviços.

Um exemplo tem sido como a Microsoft se expandiu, promovendo programas educacionais e atuando de forma bilateral em muitos países. Podemos perceber que empresas desse naipe têm atuado no setor público buscando agir de modo estratégico para criar novos mercados, tendo por aliadas grandes empresas de consultoria que defendem as parcerias público-privadas na educação, no sentido de se beneficiarem de contratos de prestação de serviços em todas as partes do Globo. Acresce, ainda a esse fato, o duplo jogo que os

formuladores da política educacional fazem, por meio de interesse em ganhos relativamente altos pela participação nas políticas. (VERGER, 2019).

Não buscamos analisar a atuação de tais atores em variáveis, como currículo, gestão e oferta, conforme o modelo metodológico utilizado por Adrião (2021), em pesquisas recentes de mapeamento dos processos de privatização em diferentes regiões do Brasil, inclusive no Nordeste, onde se registram poucos estudos dessa natureza. Tais processos precisam ser explorados tanto do ponto de vista metodológico quanto relativos a novos modelos e técnicas adequados à correta análise desses movimentos, inclusive, numa perspectiva do aplicar o ciclo de políticas de Ball & Bowe (1992) nas análises mais específicas.

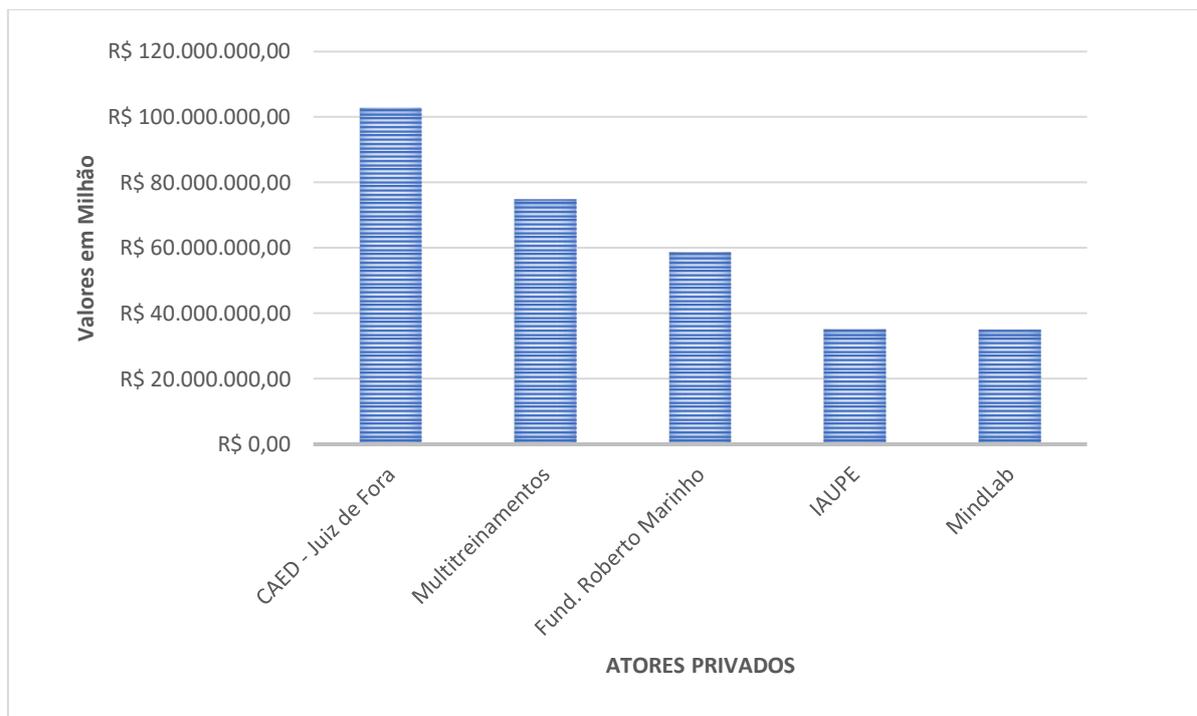
A nossa intenção foi também chegar ao caminho do dinheiro, nesses termos, como empregado por Ball (2012). Assim, procuramos encontrar respostas nas principais plataformas de dados abertos sobre as contas públicas do estado: o portal *Tome Conta* do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e o *Portal da Transparência* de Pernambuco. No entanto, registre-se que poucas informações financeiras foram encontradas ao dispor, na consulta, o nome de cada parceiro constante no quadro analisado. Isso implica um debate sobre como tem sido realizada a transparência dos recursos empregados por meio dessas parcerias, que são um tanto turvas, conforme Ball (2012) analisa.

Segundo o autor, “as relações de rede são opacas, consistindo, em boa parte, de trocas sociais informais, negociações e compromissos que se constituem nos bastidores” (BALL, 2012, p. 13). Esse movimento dificulta encontrar o dinheiro dos investimentos em tais políticas, pois se constituem de partes negociadas do capital privado, além de tomar os processos de privatização como forma de fazer política mais barata e mais efetiva. Nas pesquisas em políticas educacionais, o dinheiro é raramente mencionado (BALL, 2012, p. 222).

Uma explicação para esse fenômeno pode ser a grande vantagem como as parcerias público-privadas têm sido formuladas: por meio de acordos de subvenção, contratos e termos de cooperação técnica, e de outros instrumentos, vislumbram, no plano concreto, a ampliação dos negócios de mercado que nem sempre são evidentes pelas ferramentas de transparência do setor público. Atualmente esta tem sido a grande dificuldade de muitos pesquisadores em educação, isto é, localizar o caminho do dinheiro.

Mesmo diante dessas limitações, encontramos indicativos de um volume de recursos nas cifras de mais de 300 milhões de reais, destinados a apenas cinco parceiros no recorte da pesquisa. É importante destacar que isso representa aproximadamente 13% dos parceiros totais. O gráfico a seguir mostra a disposição desses recursos de acordo com o valor que cada ator recebeu no período.

Gráfico 9 – Acumulado de recursos pagos no período (2010-2018) pela Secretaria de Educação de Pernambuco aos principais Atores Privados no Portal da Transparência



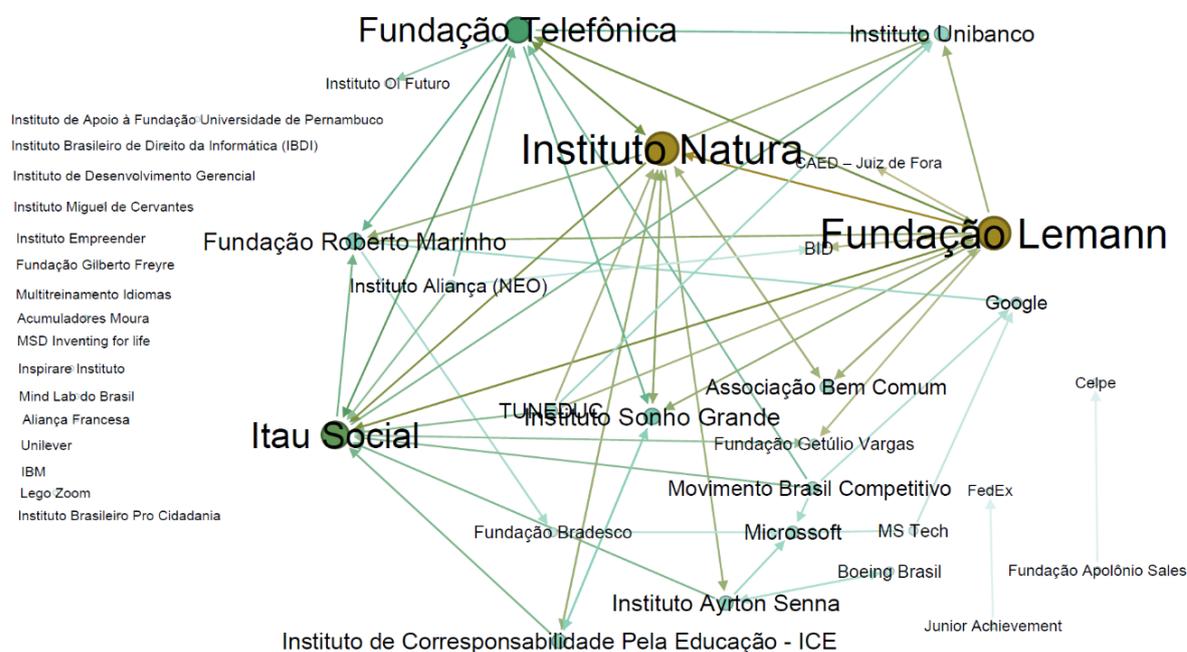
Fonte: Portal da Transparência de Pernambuco. Elaboração própria com base nos dados.

É importante destacar que o caminho desses recursos muitas vezes pode se dar, como aponta Verger (2019), por meio das contratações de empresas especializadas em algum serviço. Podemos perceber esse movimento na consulta ao site de um dos fornecedores que não está representado no gráfico que uma empresa X, do grupo de atores analisados, com sede localizada no estado de São Paulo, possui uma parceria direta com dois potenciais parceiros em Pernambuco, a Google e a Microsoft. Isso sugere pesquisas mais aprofundadas sobre o grau de interlocução dessas empresas.

Ainda nessa direção, algo que chama atenção foi a parceria da Boeing Brasil em 2012, que passou a patrocinar os programas no Instituto Ayrton Senna que atendem muitos estados brasileiros, com soluções educacionais, inclusive, com incidência em Pernambuco. Esse fato é instigante do ponto de vista da amplitude que essas redes têm conseguido se estruturar, ao longo das últimas décadas, com sinergia para construir outra concepção de educação, fundamentada em supostas análises de mercado.

Portanto, para visualizarmos como essas empresas e organizações se relacionam, utilizamos uma ferramenta de análise de rede chamada Gephi, que tem sido utilizada por muitos pesquisadores sociais para identificar o grau de interlocução que os atores privados têm dentro de uma rede e como se articulam. A figura 8 representa esse movimento, conforme segue:

Figura 8 – Mapa da Rede de influência dos Atores Privados na Rede Estadual de Ensino de Pernambuco (2010-2018)

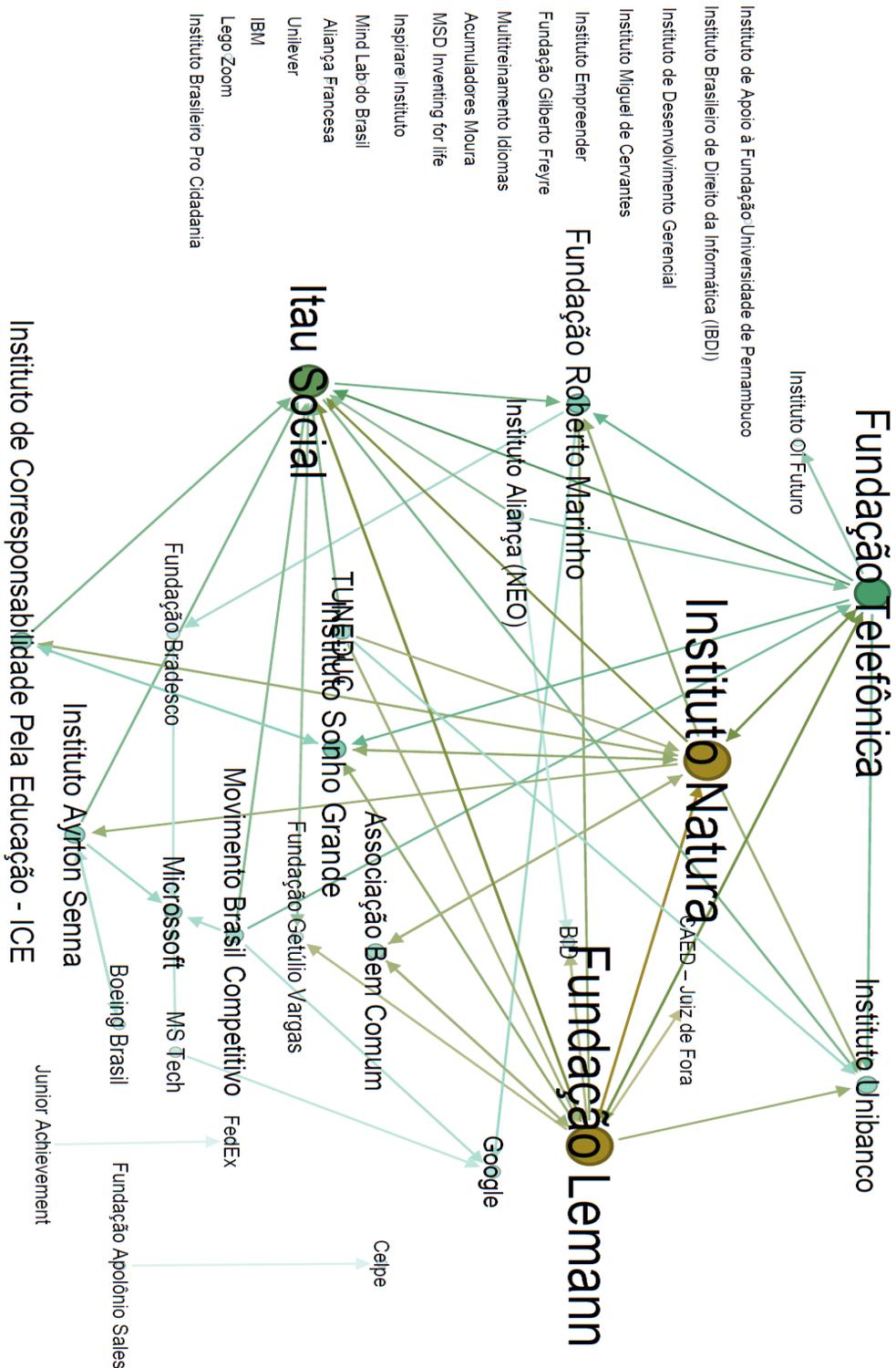


Fonte: Elaboração própria

A página seguinte traz esse mapa ampliado para facilitar a leitura dos dados, mas, conforme podemos verificar, identificou-se que existe um conjunto de atores privados que não mantêm nenhum tipo de articulação com outras instituições desse grupo. Esse foi o caso de 16 atores daqueles apresentados no início desse capítulo que não apresentaram interações e, dentro da perspectiva da análise de rede, possuem laços fracos, pois não se conectam ou não têm interesse por determinado ator. Por outro lado, 26 organizações mantiveram algum tipo de articulação com pelo menos uma organização parceira.

É importante destacar que, no quadro de atores privados, o nível de incidência na política de educação de Pernambuco varia de diferentes formas. Primeiro, porque essas organizações têm caráter diverso e atuam tanto na oferta de serviços como em produtos, o que dificulta a identificação do tipo de vínculo com o sistema, se são meros fornecedores ou se mantêm parcerias estratégicas mais direcionadas; por outro lado, esses atores estão presentes nas diferentes etapas de ensino oferecidas no estado, do ensino regular ao ensino médio e técnico.

Figura 9 – Mapa de Rede ampliado



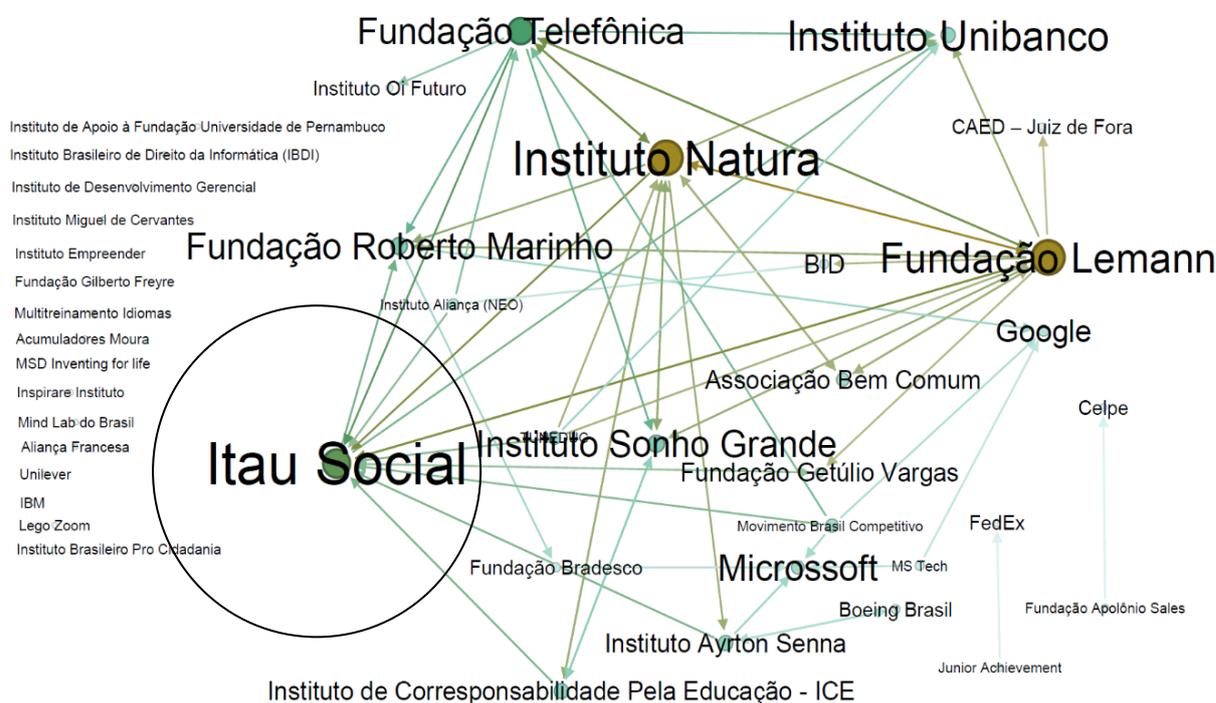
Fonte: Elaboração própria

Dessas organizações, podemos observar no mapa que algumas se destacam pelo tamanho, o que confere um maior grau de conexão desse ator dentro da rede, conseqüentemente, um grau maior de centralidade, pois se levam em conta quantas conexões um determinado nó

possui e quantos atores se ligam a ele. A Fundação Lemann e a Fundação Itaú Social são os atores de maior grau de centralidade nessa rede, pois possuem um maior número de conexões.

Podemos observar no mapa de rede que, entre os atores privados, a Fundação Itaú Social é a que aparece com maior evidência no cenário a seguir (figura 10). Nessa amostra, conforme analisamos, ela apresenta o maior grau de entrada entre as demais, ou seja, é o ator privado que mais recebeu conexões entre os outros atores. Nesse caso, dizemos que ele possui o maior grau de conexão *indegree*, pois foi o que apresentou maior conexão. A Fundação Itaú recebeu oito interações e se articulou com dois atores parceiros, como visualizamos no mapa que analisa o grau de entrada.

Figura 10 – Mapa da Rede de influência dos Atores Privados na Rede Estadual de Ensino de Pernambuco (2010-2018) – Grau de Entrada



Fonte: Elaboração própria

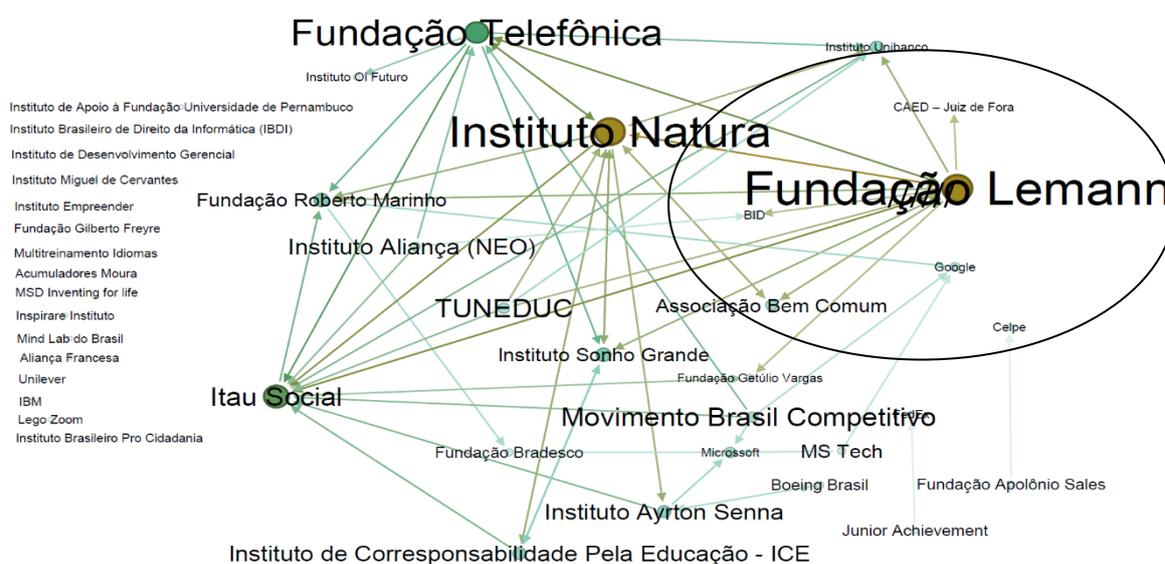
Por outro lado, conforme o mapa seguinte (figura 11), se estabelece outro nível de análise em que o destaque é a Fundação Lemann, que aparece com maior centralidade entre as demais nessa amostra. De acordo com a métrica das interações, ela apresenta um maior nível de disposição para colaborações dentro da rede, pois é de onde se originou o maior número de partidas, o que pode ser considerado uma organização mais aberta a parcerias

interinstitucionais. Nessa tendência, podemos conferir que ela possui um grau maior de conexão *outdegree*, ou seja, de saída.

Em termos de interação, ela fica no mesmo grau que a Fundação Itaú Social, apresentando onze interações. Do ponto de vista apenas do grau de conexão *outdegree* (saída), isso leva a crer que a Fundação Lemann possui um nível de articulação maior entre os atores privados. É o caso de manter um contato maior entre esses atores na rede, inclusive, para manter supostos programas educacionais, o que reflete certo protagonismo.

Fragoso, Recuero e Amaral (2011, p. 124) afirmam que “o grau de conexão é, assim, também uma descrição de quantos nós a vizinhança de um determinado nó recebe ou distribui”.

Figura 11 – Mapa da Rede de influência dos Atores Privados na Rede Estadual de Ensino de Pernambuco (2010-2018) – Grau de Saída



Fonte: Elaboração própria

De um modo geral, podemos dizer que de acordo com a análise realizada, quatro atores privados que incidem na política educacional de Pernambuco possuem maior densidade e centralidade na rede, são eles: a Fundação Lemann, o Instituto Natura, o Itaú Social e a Fundação Telefônica, pois apresentam um contexto de relações muito amplas, permitindo sustentar-se mutuamente a partir de concepções que os aproximam uns dos outros.

Por outro lado, é interessante tomarmos uma interpretação que Granovetter, um dos fundadores da técnica de análise de redes faz, ao rever os conceitos de “Laços fracos”. Para ele a existência dos laços fracos são fundamentais para disseminar inovação, porque são redes

constituídas de indivíduos ou grupos com formações e experiências diversas, que nos conectam a vários outros grupos, enquanto nas redes de laços fortes, há uma identidade mais consolidada.

É interessante que, entre os protagonistas, a Fundação Roberto Marinho não se destacou nos graus de análise, basta observarmos o quadro de parceiros, conforme a figura a seguir, que revela que a instituição mantém atualmente um número reservado de atores privados num ciclo mais fechado. Isso não significa que ele está secundarizado numa perspectiva de rede mais ampla, para além do estado de Pernambuco.

A própria nomenclatura utilizada pela fundação é diferente das demais organizações para tratar seus parceiros. Ela utiliza o termo “alianças” para denominar os “parceiros”, com quem possui interlocução.

Figura 12 – Alianças da Fundação Roberto Marinho (2021)



Fonte: Fundação Roberto Marinho (2021)

Das empresas e organizações citadas que receberam recursos da Secretaria de Educação de Pernambuco, apenas o CAED e a Fundação Roberto Marinho aparecem no mapa de rede e apresentam conexões consideradas fracas. A Fundação CAED integra uma rede de parceiros governamentais com foco nos sistemas de avaliação, inclusive, mantém parceria com o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), enquanto não foi possível identificar, na página oficial da Fundação na internet, a parceria com os atores privados.

Podemos observar que figuram entre as organizações privadas que têm menos de cinco interações os atores: Instituto Ayrton Senna, Fundação Bradesco, Fundação Oi Futuro, Google, Microsoft, CAED, Associação Bem Comum, Instituto Aliança, Boeing Brasil, Celpe, Instituto Sonho Grande, Fundação Apolônio Sales, Fundação Getúlio Vargas, Instituto Aliança, MS Tech, Junior Achievement e o Movimento Brasil Competitivo.

A análise das interações no presente estudo considerou apenas as relações entre os atores envolvidos com a política educacional de Pernambuco. Outras parcerias podem se desenhar no âmbito institucional dessas organizações, mas não têm incidência na política pública de educação do estado.

Convém destacar que a incidência de organizações privadas no campo da educação pública no Brasil tem sido uma tônica no contexto atual. O modo como essas instituições atuam em diferentes dimensões da política pública reforça o papel emergente da interferência que tais grupos empresariais exercem sobre o planejamento e execução de ações nas redes e sistemas de ensino do país; pautados numa lógica empresarial, características de um padrão, podemos considerar que houve ampliação da capacidade de constante reinvenção das práticas neoliberais, que modificaram profundamente as funções do Estado, em favor de um modelo de dominação burguesa, alimentado pelo capital.

Nesse ambiente, entre as várias funções que se apresentam para a educação, a evidente relação como um negócio rentável instrumentaliza uma nova racionalidade técnica que evidencia o modelo empresarial como ponta de lança alternativa para a construção de novos caminhos para a melhoria da educação, ao mesmo tempo em que tais alternativas margeiam cada vez mais o acesso das minorias, visto que o capital humano se coloca como condição para o sucesso dos estudantes, por meio de percursos de aprendizagens individualizados, centrados na pessoa.

Como temos observado ao longo das seções, a política educacional de Pernambuco tem sido foco de estudos e pesquisas, em larga medida, por muitos pesquisadores interessados em compreender as principais tecnologias de privatização da educação ou, de modo específico, como consideramos as atuais tendências. Os resultados desses estudos têm conferido certa proximidade nos aspectos que são investigados, à luz dos problemas que são comuns à realidade educacional no estado.

Tem-se como consideração que, nas formulações dos programas e projetos gerenciados pela da Secretaria de Educação de Pernambuco, há um alargamento das concepções de gestão que vão na contramão dos princípios da gestão pública democrática, em direção aos princípios empresariais, com expansão a praticamente todos os campos de ação da política de educação (formação, currículo, avaliação, práticas pedagógicas, entre tantas outras).

O que se apresenta na análise de redes, interpretado pelo mapa detalhado dos atores privados que têm maior incidência na educação, permite constatar uma massiva incidência desses atores que tomam a direção dos processos de implementação e execução das políticas,

na medida em que impõem sua lógica, submetendo o protagonismo das políticas educacionais do estado aos princípios mercadológicos.

Com esse entendimento, a materialização dessas políticas de inspiração privatista reflete tanto o contexto da conjuntura política dos últimos mandatos eletivos de governadores do estado, no que concerne aos princípios que orientam a gestão da coisa pública, como se torna possível uma análise de como tem sido a direção das políticas públicas enquanto esfera de ação do estado.

Observamos que esse movimento tem sua inspiração com a Reforma do Estado, ocorrida na década de 1990, por meio do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), e que levou os estados subnacionais a replicarem esses modelos de governança em todo o território. Em Pernambuco, esse movimento recebeu o nome de Programa de Modernização da Gestão Pública que convergiu para implantar no setor público uma cultura organizacional privada. (CRUZ; MARINI; LEMOS, 2014).

Como parte da estratégia de atuação desses atores e organizações privadas, está o refinamento do planejamento estratégico em diferentes áreas da administração, como ocorreu no estado, em que a Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) atuou de forma conjunta com a Secretaria de Educação (SEE) na construção de marcos, acordos e pactos, por meio de um processo contínuo de ações que têm atravessado os projetos de educação em sucessivos governos após a saída de Campos.

De outro modo, a expansão das formas de privatização analisadas sob o prisma das formas endógenas e exógenas, em teses apresentadas por (BALL; YOUNDELL, 2007), reverberam o modo como Pernambuco, a partir do governo de Eduardo Campos, configurou o modelo de governança baseado em resultados e construído por vias legais, que instituíram mecanismos de controle da gestão e do trabalho pedagógico, pormenorizados e centrados em políticas de responsabilização, bonificação, pactuação de metas, que evidenciam uma política de gestão por resultados, apontada como matriz de referência para as políticas educacionais no estado, conforme destacam Adrião; Marques; Aguiar (2019).

O modelo de políticas públicas implementadas em Pernambuco, ao adotar a estratégia da legalidade de ações pela via da constitucionalidade, aparelhou o estado com leis específicas que tornaram as políticas de educação mais robustas e perenes, como aconteceu com a política de educação integral, instituída pela Lei Complementar n.º 125/2008, que reestruturou o Ensino Médio no Estado; o Bônus de Desempenho Educacional (BDE), programa de bonificação por desempenho, criado pela Lei n.º 13.486/2008 e regulamentado pelo Decreto n.º 32.300/2008; a criação do Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco (SAEPE), cujo ordenamento

jurídico tem fundamento na Lei do Plano Estadual de Educação n.º 12.252/2002; e, por último, promoveu mudanças na distribuição do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), criando o Programa Criança Alfabetizada, por meio da Lei n.º 16.617/2019.

O programa de alfabetização, que faz parte da iniciativa da Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC), integra um conjunto de organizações privadas (Associação Bem Comum, Fundação Lemann, Fundação Vale, Instituto Natura e B3 Social), que firmaram compromisso com a política de alfabetização. Destarte, esse programa está presente em 100% dos municípios pernambucanos, cumprindo a função de articulação municipal, em regime de colaboração para pactuação de metas relativas ao processo de alfabetização na idade regular, conforme proposto pela BNCC.

Cóstola e Borgui (2018) consideram que parte dessas instituições privadas compuseram ampla coalizção no Movimento pela Base Nacional Comum Curricular (MBNC), cuja articulação se deu tanto em nível nacional quanto em nível internacional, que já adotaram reformas semelhantes. Outro fenômeno em questão é que parte desses atores denominados no movimento não era efetivamente profissional da educação, mas parlamentares de diferentes esferas, ligados às instituições financeiras, o que demonstra o jogo de forças entre a sociedade civil e o Estado, conforme destaca Gramsci (2006), no seu entendimento acerca do Estado Integral. Eles tanto estão presentes em movimentos de reformas quanto na direção de empresas que representam uma fração da classe que detém o maior percentual de riquezas do Brasil.

É oportuno grifar que esse conjunto de ações, ao tempo que modificaram a lógica educativa das políticas de educação em Pernambuco, com a incorporação de modelos de competitividade no ambiente escolar, a partir de *scores* estandardizados das avaliações em larga escala, também precarizaram o trabalho docente pela priorização de disciplinas e áreas de conhecimento, além de criarem um ambiente educativo voltado para o desenvolvimento de habilidades que respondem aos interesses do mercado, como ocorreram com as definições dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio (NEM), por meio das disciplinas eletivas.

A esse respeito, as tendências analisadas mundialmente, conforme assinala Hill (2003), mostram que os processos de privatização da educação apresentam uma sistemática para a educação que consiste em produzir a força de trabalho que atenda às empresas e às necessidades do capital, abrindo espaço, assim também, para que empresas lucrem cada vez mais com produtos educativos, geridos por empresas do ramo, que chama de “edubusinesses”; além do mais, Hill (2003) pontua o que, na realidade, se aproxima dos movimentos e tendências de privatização no Brasil: um tipo de privatização que se assemelha, no caso Pernambuco, que é a gestão privada das políticas públicas.

Com efeito, além dessas mudanças relativas às concepções curriculares, e as políticas com base na gestão gerencial, a partir das reformas levadas à cabo pela educação de Pernambuco, o desdobramento dessa política impacta sobremaneira, as práticas de ensino, pois subtraem a autonomia docente em função de atender aos requisitos impostos pelo conjunto de atores privados na rede.

Esse contexto favorece o cenário de expansão das parcerias público-privadas, com fundamentos nas ideias de governança, de acordo com Garcia (2018), de onde os pressupostos da qualidade total são assimilados pelos parceiros, que são envolvidos nas atividades, objetivando ampliar o controle sobre as variáveis do ambiente escolar, de modo a concentrar esforços numa mudança institucional da visão, dos métodos e dos valores tradicionais da escola.

Concordamos com Santos; Andrade; Marques (2019), em seus estudos recentes, ao pontuarem que a política educacional em Pernambuco é resultado de uma condensação histórica, demandada por uma multiplicidade de atores, e representam projetos de educação que refletem prioridades que emanam tanto dos interesses públicos como dos interesses privados que estão hegemonicamente no poder. Tal posição tem sentido à medida que a materialização das políticas de educação deixa evidências que são convergentes com tendências privatizantes.

A esse respeito, ao tratar das tendências de privatização, diante do número de atores privados que atuam no sistema de ensino de Pernambuco, alguns modos são mais perceptíveis que outros. Uma das políticas que traduzem o *modus operandi* das instituições privadas no estado, pode ser observada na estrutura e organização do Programa Criança Alfabetizada, instituído pela Lei Estadual n.º 16.090/2017, que fortalece por meio de mecanismos mais seguros o regime de colaboração entre o estado e os municípios, na oferta de um modelo de educação integral voltado à etapa do ensino fundamental, mas gerido por um conjunto de organizações privadas, conforme analisa Reis Filho (2021).

O programa prioriza a gestão por resultados com o apoio direto das instituições privadas sem fins lucrativos, que são responsáveis por etapas fundamentais da política, como a cooperação técnico-financeira, consultoria pedagógica, expertise na execução de políticas de educação, consultoria de gestão e formação de gestores, além da oferta de materiais estruturados e plataformas virtuais de aprendizagem.

O estudo apresentado evidenciou a existência, em Pernambuco, tanto da perspectiva do modelo de privatização exógena, quanto, de modo ainda mais nítido, das tendências da endoprivatização ou privatização endógena. Essa evidência corrobora os estudos de Scaff (2017), ao concluir que, no âmbito das pesquisas realizadas no Brasil, prevalece um modelo de privatização que tem impactado as políticas curriculares, influenciado na oferta de pacotes de

produtos educacionais e, sobretudo, nos processos de formação de docentes e de gestores escolares, pois incidem de modo mais direto na cultura organizacional da escola, que passa a incorporar os valores de mercado e empresarial.

Nota-se ainda que, no mapeamento realizado, predominam os programas e projetos com foco no ensino médio, a partir de ações direcionadas tanto à modalidade médio quanto técnico, de forma específica, os programas de qualificação profissional e aqueles que têm por foco a formação para os programas de intercâmbio, como o Ganhe o Mundo, além de acordos de cooperação com programas de inserção no mercado de trabalho.

Portanto, consideramos que se efetiva, no setor público educacional em Pernambuco, uma performatividade de gestão que padroniza os processos escolares em favor de uma corrida por melhores resultados. Essa performatividade que, de acordo com Ball (2005, p. 1117), “funciona para empurrar as instituições do setor público à maior convergência com o setor privado”, caracteriza-se como formas de quase-mercado na educação.

A partir desse contexto, consideramos importante traçar um breve perfil das principais organizações privadas de maior incidência na análise de rede. Dessa forma, faremos uma apresentação acerca das principais características e do modo de atuação da Fundação Lemann, do Instituto Natura, do Itaú Social e da Fundação Telefônica, destacando seu caráter jurídico, sua origem e ações voltadas ao campo da educação pública.

A Fundação Lemann é uma organização filantrópica familiar que foi criada no ano de 2002, com o objetivo de construir um Brasil mais justo e mais desenvolvido, conforme consta na sua página oficial da internet. Ela atua numa frente estratégica na área de Educação e na formação de lideranças, colocadas como um forte vetor das mudanças reais na vida das pessoas. Tem à frente da presidência Jorge Paulo Lemann, atualmente considerado o homem mais rico do Brasil, segundo o *Jornal Estadão*.

A organização está estruturada com um quadro de alto nível de profissionais com formação e qualificação, prontos para intervir nas políticas do país, no sentido de contribuir com o crescimento educacional. Atualmente a organização possui mais de 600 líderes que são engajados nas ações desenvolvidas em 61 redes de ensino assessoradas pela organização, e mais de 28.000 escolas que são atendidas com seus programas e projetos.

Entre os programas já desenvolvidos pela Fundação, estão o Gestão para o Sucesso Escolar (GSE), que atuou com foco na formação de diretores escolares, objetivando formar lideranças participativas e assim fortalecer a cultura da escola para utilizar os instrumentos e dados da avaliação escolar como ferramenta para melhorias na aprendizagem.

Em 2006, a Fundação criou um programa de pós-graduação destinado aos brasileiros que estudavam em Universidades do exterior como Harvard, também na Colúmbia, em Stanford e no MIT, com o objetivo de capacitar esses indivíduos numa perspectiva mais ampla e global. Considero que nesse contexto se pontua como uma estratégia da nova direita, a formação de quadros de *Think Tank*, para dar sustentação às narrativas econômicas em todas as instâncias do setor público.

Ainda em 2006, é criado o curso de formação para gestores escolares que atendeu 62 diretores escolares da Cidade de Fortaleza. Já em 2011, a fundação trouxe para o Brasil O Khan Academy, um aplicativo de matemática muito conhecido no mundo. Em nível de articulação, a Fundação foi quem idealizou a plataforma Qedu, uma das maiores plataformas de dados públicos do país, com informações sobre os indicadores educacionais de todos os estados da federação.

Em 2013, a Fundação se lançou na coordenação do Movimento Pela Base Nacional Comum Curricular, ganhando legitimidade e visibilidade, inclusive com acento no Conselho Consultivo do movimento. Daí por diante, a Fundação tem desenvolvido novas plataformas que conectam os educadores com suas necessidades, assim como tem proporcionado a formação em práticas de gestão e cursos de formação de professores. (LEMANN, 2021)

Em 2016, a Fundação assumiu a Marca Nova Escola e Gestão Escolar, assim como buscou, ao longo desses anos, levar às escolas uma formação adequada. Em 2018, lançou o Programa Educar para Valer e, em 2019, por meio de coinvestimentos com o Instituto Natura, realizou a parceria para a formação **PARC – Parceria para Alfabetização em Regime de Colaboração**, que tem firmado o compromisso por meio de um Termo de Cooperação Técnica entre os municípios para eliminar as desigualdades no processo de alfabetização.

A Lemann tem se destacado internacionalmente por seu nível de articulação com o setor público, no entanto, algumas análises no campo educacional indicam que o modo como atua tem sido voltado para a defesa do capital e de lucros de ativos, constituindo-se mais um ator de prestígio no campo da economia, com nexos e valores que se conectam com a proposta de difusão de concepções meritocráticas e econômicas, orientadas para a reprodução dos valores neoliberais, conforme analisam Neto e Félix (2022).

O Todos pela Educação, protagonizado pela Fundação Lemann, teve um impacto muito grande da formulação da Base Nacional Comum Curricular, culminando na sua aprovação e, em certa medida, tem auxiliado a construção de uma narrativa que combina elementos da gestão gerencial, baseada no empresariado, com elementos da organização do Estado. Isso acaba por

modificar a cultura escolar e, de alguma forma, fortalecer uma lógica privada, o que tem sido muito discutido recentemente.

A Fundação Lemann tem cumprido seu papel de ser um *think tank* de muita influência no campo educativo, cuja ação tem sido estratégica nos setores da política e da economia para disseminar e popularizar ideias e assuntos de relevância pública, e tem se expandido de forma rápida no Brasil, com isso, influenciando a formulação de políticas em várias frentes. Além do mais, essas instituições têm atuado na composição de um quadro de alto nível para formação de lideranças políticas e de nomes influentes que representam a ponta do debate sobre temas atuais como governança, empreendedorismo, gestão por resultados, entre outras agendas atuais.

Para Sakata e Rosa (2020), além dessas questões lógicas, de como o privado tem influenciado o contexto da coisa pública, os documentos do Instituto guardam estreita familiaridade com as determinações dos organismos multilaterais, que indicam uma tendência em conferir ao setor público uma espécie de selo de ineficiência dos serviços públicos ofertados exclusivamente pelo Estado. Tais desdobramentos parecem servir às concepções neoliberais que permeiam as narrativas das políticas públicas num contexto de redefinição e de um novo modelo de governança, sobretudo no campo da educação que, entendido como campos férteis de produção do sujeito, tem na escola o principal veículo de reprodução das estruturas do capital.

Consideramos que esta tem sido a construção de um moderno paradigma que coloca a educação como elemento principal de um projeto de sociedade que tem se apresentado de forma conflituosa e tensionada por diversos atores na política.

O Instituto Natura é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, sem fins lucrativos e econômicos, criado em 2010, com o objetivo de ampliar os investimentos em educação realizados pela empresa desde 1995. Tem como presidente do Conselho Administrativo Pedro Villares. Os recursos administrados pelo Instituto são convertidos através da marca Crer para Ver, cujos lucros são destinados à responsabilidade social da empresa.

O ponto de partida no Brasil se deu há 10 anos e só a partir de 2020 o Instituto se expandiu a mais cinco países da América Latina, aplicando a mesma lógica que tem feito da marca de cosmético, uma das que mais tem crescido no país. Nos últimos anos, o Instituto Natura tem investido pesado em projetos sociais com o objetivo de ampliar o acesso e garantir uma educação de qualidade. Os investimentos em ações sociais mobilizaram em 2016, cerca de 23 milhões de reais.

As principais aspirações do Instituto é a transformação da educação no Brasil a partir da garantia de uma aprendizagem de qualidade por meio do desenvolvimento de políticas

públicas nas áreas da alfabetização e do ensino médio integral. Esse tem sido um dos principais nichos de atuação da organização, além de manter uma articulação com parcerias estratégicas junto ao setor privado, com foco nas políticas que são executadas pelo setor público.

O Instituto Natura atua na defesa de uma agenda prioritária para a educação do país. Integra a Agenda Educação Já, uma iniciativa que visa melhorar a qualidade da educação, reduzindo as desigualdades entre os sistemas de ensino no país, uma ação articulada do Movimento Todos Pela Educação. Segundo os dados disponíveis no site do Instituto, o número de beneficiários totais com os programas apoiados chegou a 2.464.417, divididos em 2.867 municípios e 21 estados.

Em Pernambuco, o Instituto Natura focalizou o apoio na política de alfabetização e no ensino médio integral, atingindo 360.967 estudantes de todo o estado. Por meio da Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC), o Instituto oferece suporte e apoio técnico às Secretarias de Estaduais de Educação, pelo regime de coparticipação entre a Fundação Lemann e a Associação Bem Comum.

Figura 13 – Mapa de cobertura do Programa Criança Alfabetizada



Fonte: Instituto Natura (2011)

Ao todo já são 12 estados apoiados, com mais de 2.200 municípios que participam do programa, atendendo a um quantitativo de quase 1.800.000 estudantes beneficiados.

Na iniciativa de apoio à educação integral, já são 21 estados que contam com o apoio do Instituto em quase 3.500 escolas do ensino médio integral e quase 823.000 estudantes beneficiados com as ações.

Nesse contexto do ensino médio, o esforço tem sido em torno de diminuir os registros de violência nas escolas. O Instituto Natura, no âmbito de sua atuação nos países da América Latina, apoia ações similares ao Movimento Todos Pela Educação. A esse propósito, a rede de atores que compõe esse movimento constitui-se de um conjunto de organizações privadas, consideradas como pertencentes a um novo quadro de filantropia que tem influenciado sobretudo nas questões voltadas à educação pública.

Avellar e Ball (2017) destacam como essas organizações têm modificado as agendas governamentais por meio de uma governança compartilhada que consiste em criar novos espaços de colaboração como um laboratório de formulação de políticas próprias, desenhadas numa lógica empresarial. Como se nota, o Instituto tem contribuído com a construção de outra lógica educativa, consolidada no paradigma educacional que produz uma visão de que a educação pública não é capaz de promover as mudanças de que o país necessita.

Os vários estudos que analisam a atuação do Instituto Natura, a partir das parcerias que têm sido estabelecidas no âmbito dos estados, advogam que tem refletido numa estratégia de privatização da educação que se dá no interior das escolas, constituindo-se novas formas de intervenção.

A narrativa do poder de transformação da educação, proposta pelo Instituto Natura, revela sua perspectiva em termos de concepção de educação, ao mesmo tempo em que coloca a formação do indivíduo como fundamental para esse projeto. A organização adotou o termo “todos somos responsáveis”, fazendo um chamamento no que tange à responsabilização dos sujeitos pela educação, numa espécie de mobilização nacional, sobretudo, dos setores do empresariado.

Neves (2013) destaca que o Movimento Todos pela Educação tem sido uma expressão desse fenômeno e reúne uma extensa rede de empresários, mobilizados em instituições e organizações privadas que atualmente têm empreendido seus objetivos na transformação das políticas públicas sob o prisma neoliberal, e que se apresentam como responsáveis pela mudança de práticas no setor educacional.

A **Fundação Itaú Social** está incluída no rol dessas instituições que preconizam a mudança de paradigmas na educação pública. É uma organização que tem iniciativa do Banco Itaú, com surgimento no ano de 1993, atualmente coordenado por Alfredo Setúbal, presidente do Conselho Curador da Fundação Itaú Social, e por Angela Dannemann, Superintendente. Na

sua perspectiva, a Fundação busca promover a aprendizagem de todas as crianças, independentemente de suas condições sociais. Desenvolver, implementar e compartilhar tecnologias sociais para contribuir com a melhoria da educação pública brasileira é a missão do Itaú Social, conforme consta em publicação no site oficial da instituição.

Atualmente o Itaú Social tem buscado implementar uma nova estratégia de trabalho, chamada de “Glocal”, uma palavra que expressa o entrelaçamento de dois contextos, tanto culturais quanto políticos, para refletir a articulação da dinâmica global e local ao mesmo tempo. Uma estratégia que se constitui uma abordagem macro, deslocando-se para a esfera local onde são produzidos diversos sentidos ao fazer social.

Para aprofundar essa estratégia, o Itaú criou duas frentes de ação, uma voltada para o apoio às redes municipais de ensino, a partir da formação e apoio às equipes pedagógicas, (técnicos, pedagogos, professores, coordenadores), e uma segunda frente, voltada para apoiar as Organizações da Sociedade Civil, ligadas à educação, na promoção do desenvolvimento institucional das escolas e no processo de formação dos gestores e educadores para desenvolverem competências diversas, alinhadas às demandas atuais. (ITAÚ, 2021).

Os programas e projetos do Itaú Social buscam protagonizar as oportunidades a todos. De acordo com seu último relatório (2021), a organização contava com 8.200 crianças, adolescentes e jovens beneficiadas, presente em 4.600 municípios que são alcançados com as iniciativas desenvolvidas; 963 secretarias municipais de Educação, que recebem apoio técnico da Fundação; 166.000 pessoas que já participaram das ações; mais de 5.000 instituições que receberam apoios diretos do Itaú; e 40 mil escolas beneficiadas.

É um número expressivo de atendimento, distribuído em projetos, como: a Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro; o Programa de Apoio às Bibliotecas Comunitárias; o Programa de Melhoria da Educação; Programas de monitoramento e avaliação; Projetos Leia com uma Criança, e Leia com uma Criança Acessível, entre outras ações desenvolvidas. O Itaú social mantém um grau de relações importantes, dentro e fora do mapa de rede. É importante destacar que o Itaú Social administra uma carteira de investimento chamada de Itaú Unibanco Holding SA, com altas taxas de rendimento.

A incidência da Fundação Itaú Social na política de educação tem sido focalizada em diversos estudos científicos que se conectam ao debate mais amplo sobre as formas de articulação das organizações privadas com o setor público. A Fundação, conforme analisa Queiroz (2017), tem ampla vinculação com o capital financeiro, com acentuado interesse nas políticas de educação básica, e reflete como esses grupos econômicos, que possuem estratégias

de mercado bem delineadas, desenvolvem um papel fundamental no controle político e ideológico.

De igual modo, essa articulação entre Estado e mercado no campo da educação é marcada pela paridade com que a representação de atores, tanto no âmbito da administração pública quanto no âmbito das organizações privadas, tem membros nos distintos espaços que atuam na definição das agendas públicas, esse último com maior grau de participação na tomada de decisão.

O que temos observado é que o Estado, ao descentralizar suas políticas com esses grupos econômicos, possibilita cada vez mais que empresários e grupos privados protagonizem as demandas da educação pública e evidenciem seus modelos de educação, ao mesmo tempo em que miram os lucros que são gerados a partir do incentivo e do desenvolvimento de políticas voltadas à reprodução da força do trabalho assalariado.

Já a **Fundação Telefônica Vivo**, também citada no nosso estudo, foi fundada no ano 1999 e atua com foco bem definido na “digitalização da educação pública”, qual seja, com o propósito de promover o desenvolvimento de competências em estudantes e professores do ensino fundamental e do ensino médio. Atualmente conta com a coordenação da Diretora presidente Lia Glaz, que possui ampla experiência com organizações sociais.

A Fundação é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e é responsável pelo uso do conceito de ESG – Ambiental, Social e Governança Corporativa, três pilares modernos que são os conceitos-chave do trabalho realizado. Note-se que a questão da governança parece balizar o discurso de grande parte das instituições privadas, pois a ampliação das práticas de governança favorece o ambiente de tomada de decisões.

Integra o conjunto de instituições que estão preocupadas em discutir as agendas que agreguem aos objetivos de uma educação de melhor qualidade para todos e, nesse sentido, oferece diferentes cursos de formação continuada para professores, com foco no desenvolvimento de práticas inovadoras, alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como também de acordo com as exigências do Novo Ensino Médio. A Fundação também oferece formações voltadas a esse nível de ensino.

Em relação ao alcance das iniciativas da Fundação, os dados disponíveis na página oficial da internet mostram que já são 2,7 milhões de pessoas impactadas com os projetos e ações no campo da política educacional. São 1,2 milhões de crianças beneficiadas com o projeto e 2,8 milhões de cadastros de usuários na plataforma de aprendizagem. O atendimento aos professores chega a 58 mil vinculados aos programas de formação continuada. O Instituto ainda

busca desenvolver nos seus colaboradores uma perspectiva de adesão às práticas de voluntariado, chegando a 19 mil.

A Fundação Telefônica Vivo integra um conjunto de parcerias importantes do ponto de vista de articulações para efetivação das políticas pretendidas. O compromisso com a integridade, compromisso e transparência, fazem parte da política básica da instituição. Em Pernambuco, as ações da Telefônica são evidenciadas por meio da Formação Docente Online, do Programa de Formação Docente Online, aula digital e o Programa Voluntariado (TELEFONICA, 2021).

Com o perfil associado às demais organizações privadas, a Fundação Telefônica, como analisam Diniz e Garcia (2018), os projetos protagonizados pela Fundação buscam se adequar às necessidades do capital, a partir da pretensa justificativa de que a educação não acompanhou o ritmo das mudanças sociais, e destaca que é tarefa dos novos atores da educação promover mudanças no padrão educacional com produtividade, inovação, flexibilidade e desenvolvimento de novas competências profissionais requeridas para esse século.

A Fundação tem atuado por meio da oferta de pacotes tecnológicos e soluções de ensino direcionadas à modernização pedagógica. Assim, mediante o desenvolvimento de estratégias de economia de mercado, observa-se que o conjunto de alternativas apresentadas por essas organizações e fundações tem sido central e tem refletido no avanço com que o capital, por meio de diferentes estratégias, assume o controle das políticas de educação, sobretudo, as voltadas à formação de professores e à gestão das unidades de ensino.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender o sentido de como os processos de privatização da Educação Básica tem ocorrem no Brasil é urgente e implica considerar o modo como se tem dado a relação entre o setor público e o setor privado, e o contexto em que tais movimentos se constituem, isto é, em torno dos fenômenos da financeirização e da globalização do capital que têm provocado, de forma imperiosa, a necessidade de repensar como o Estado lida com as constantes crises e momentos de tensões sociais.

O conceito de privatização da educação a que temos assistido se enquadra numa forma de transferência das atividades educacionais e, mesmo, das instituições públicas para organizações privadas, assim como têm ocorrido com mais frequência os processos de mercantilização que enxergam a educação como forma de lucro no mercado financeiro. Esse fenômeno tem se destacado com mais frequência no ensino superior, embora tais ativos já estejam presentes em empresas que vendem pacotes de materiais e sistemas de ensino formatados, com geração de grandes lucros.

Observamos que os processos de governança, governança compartilhada, governança corporativa, entre outras versões para o termo, tem sido utilizada largamente pelos reformadores empresariais como justificativa para apresentar suas soluções milagrosas nesses canais de negociação que, inclusive, têm representações de lideranças fortemente presentes no parlamento brasileiro e nos espaços de produção das políticas públicas, onde forçam uma disputa de sentidos do caráter público da educação.

A pesquisa revelou que os processos de privatização da educação têm sido muito fortemente tratados como formas de parcerias público-privadas, mesmo que esse conceito esteja passando por um processo de esgotamento, por não abarcar a totalidade das formas como como se apresentam, uma vez que tem sido recorrente a disputa pelo fundo público de educação, multifacetado pelo interesse crescente de organizações e atores privados que têm incidência sobre as políticas públicas, em especial, no campo da educação.

Como vimos, essas organizações têm se estruturado fortemente em redes de apoio, constituindo arranjos fortes, com poder de articulação, e grupos de *think tanks* formados especialmente para disseminar a lógica do privado nos espaços públicos. Não é por acaso que o foco desses processos tem se dirigido para o interior das escolas, impondo novas práticas e novos modos de pensar a educação pública com suas ferramentas gerenciais, as quais enquadram os processos escolares nos padrões da Nova Gestão Pública.

O estudo evidenciou que os processos de privatização da educação básica têm adotado variadas estratégias: no campo da formação continuada; nas mudanças curriculares; na rotina administrativa, como a cultura do planejamento escolar; no uso de materiais pedagógicos; além da implantação de sistemas de gestão baseados no controle e no conceito de qualidade total da educação.

O mapeamento que realizamos da incidência dos atores privados na educação de Pernambuco nos instiga a pensar sobre qual rumo – ou prumo – das políticas educacionais do Estado prevalecerá, uma vez que coexistem uma multiplicidade de atores, com diferentes projetos e perspectivas de educação, que têm influenciado os sentidos da educação pública no estado. Numa breve apresentação dos atores privados mais influentes na rede, vimos que eles têm objetivos de atuação diferentes, isso implica pensar em como tais projetos têm se organizado no sistema, de modo a impactar a qualidade da educação pública.

As redes políticas que identificamos estabelecem uma adesão plena do Estado à perspectiva de uma gestão compartilhada, que se tem coadunado às organizações do setor público, como empresas privadas, organizações multilaterais, intuições financeiras e grandes conglomerados, resultando na produção de uma nova racionalidade política que tem modificado a forma de pensar a educação e se inclinado aos padrões do mercado, em detrimento de um conceito de formação humanizada e crítica.

Percebemos, tanto nos referenciais quanto no contexto empírico da pesquisa, que os processos de privatização da educação têm se alargado com o uso de manobras jurídicas, facilitando, assim, estratégias de disseminação desses novos valores na educação. A impressão que temos, quando observamos que recursos da educação pública têm sido destinados a empresas privadas como pagamento para aulas de idiomas, é a de que o estado de Pernambuco, de modo particular, terceirizou a educação pública. Ratificando essa percepção, há poucos registros de políticas autônomas de Estado, constituídas sem a intervenção de atores privados na sua concepção e na sua prática.

As investidas do setor privado na educação pública têm reunido um bloco hegemônico de poder em torno de pensar as reformas educacionais mais urgentes. Isso tem se dado de forma muito ampla com a produção e divulgação de materiais de diferentes orientações que são produzidos por essas organizações e têm como público-alvo os profissionais da educação, o que nos leva a questionar os pressupostos da educação pública a partir de uma visão que em tudo se mostra oposta à perspectiva prevalente entre professores e pesquisadores da ciência da educação.

Há um esforço por parte de algumas dessas organizações privadas, que têm protagonizado mudanças na educação pública, em reunir de forma hegemônica seus melhores profissionais, para fortalecer a narrativa da ineficiência do Estado em relação às políticas educacionais. Nesse sentido, um claro exemplo é a atuação da Fundação Lemann em todo o território brasileiro que, em face da falta de coordenação de políticas educacionais num contexto mais recente da história política, protagonizou o debate sobre a necessidade urgente da recuperação das aprendizagens no contexto da pós-pandemia.

Na verdade, o fenômeno da crise sanitária mundial revelou uma corrida sem precedentes de atores privados que apresentavam soluções de materiais e propostas para recuperação das aprendizagens, por meio de plataformas digitais, quando esses processos deveriam ser pensados sob uma coordenação nacional e, sobretudo, a partir das experiências e dos contextos locais.

A pesquisa revelou que se confirma a ideia de que as reformas no modelo de gestão e das abordagens pedagógicas do Sistema Estadual de Educação de Pernambuco são influenciadas por interesses de grupos privados, mediante acordos para prestação de assessorias pedagógicas e aquisição de materiais de ensino. Isso foi fortemente identificado nos documentos da política educacional do estado que foram analisados.

Além disso, a transparência sobre como certos acordos de cooperação na rede de ensino têm sido firmados, não se faz de todo evidente pelas formas como os dados são escamoteados, tornando obscuras as relações entre os atores públicos e privados na coordenação das políticas.

Por outro lado, as dimensões da privatização da educação formam um debate notadamente em voga, dadas as múltiplas formas como esse debate tem se apresentado. Formas de subvenções públicas a empresas e organizações privadas, mecanismos de incentivo à escolha parental, tentativas de implantação de *homeschooling* e processos de militarização das escolas básicas, iniciados na última gestão presidencial, nos levam a refletir sobre como os professores e as equipes escolares têm agido na defesa da educação republicana e para todos, inspirados na defesa dos direitos.

As reformas de cunho neoliberal que experimentamos nas últimas décadas têm levado à desconstrução das tradicionais noções de Estado como provedor das políticas públicas para a construção de um modelo de Estado avaliador, que assume o papel de coordenar as políticas, imerso nos discursos de incapacidade da máquina pública, e que tem naturalizado o entendimento da necessidade da corresponsabilidade.

Nos contextos locais, isso tem levado os dirigentes municipais e as redes estaduais de educação a uma adesão ampla aos modelos de educação privada, pela porta aberta da oferta de formação continuada numa lógica de produtividade, da resposta aos padrões de avaliação

nacionais e locais, com uma sistemática de devolutiva *top down* de que são exemplos o protagonismo do CAED/Juiz de Fora, e a centralização dos modelos de avaliação em todo o território nacional.

A crítica que fazemos às reformas empresariais e ao complexo engajamento dos estados com as políticas privatistas se dão em direção às considerações de Freitas acerca dos reformadores e de sua influência na política educacional, que apontam outras possibilidades de reconstrução em espaços de legitimação que envolvam a participação ativa dos sujeitos que fazem a educação pública.

Freitas nos propõe como horizonte que temos que pensar a educação em novas bases e por concepções horizontais e não verticalizadas, como tem ocorrido em muitos estados. Sugere que construamos uma educação pública com base em diagnósticos locais, em aspectos qualitativos e em processos de participação com diferentes atores na sua definição, não apenas com base em resultados estatísticos e modelos empresariais.

A pesquisa nos colocou diante de questões muito desafiadoras no que se refere a pensar a educação, pois, desde o posicionamento contrário a práticas gerencialistas às dimensões como os processos de privatização têm se disseminado na educação pública, tudo reverbera na reflexão sobre a nossa prática como educadores.

As narrativas que observamos, hoje, fazerem parte desse novo movimento político na educação parecem inevitavelmente sem retorno às concepções nas quais acreditamos, por isso, nos resta atuar mais fortemente ainda com posicionamento crítico na defesa da educação que desejamos e que foi fruto de muitas lutas ao longo da história.

Observamos que os processos de regulação e controle, assim como *accountability*, têm efeitos na formulação das políticas nos níveis micro e macro, pois temos assistido que cada vez mais esses processos têm sido incorporados às rotinas de trabalho e isso tem refletido nos resultados. Ao mesmo tempo, assistimos a uma crescente precarização do trabalho docente que resulta em adoecimento e em um conjunto de fatores negativos que parecem consequência do hibridismo educacional que está posto.

Essa pesquisa nos levou a compreender muitas fragilidades no processo de investigação das políticas, desde a busca pelos modelos adequados à análise até o atendimento das condições mínimas de produção. Refiro-me ao contexto de isolamento social por que passamos com a pandemia, que nos colocou frente a grandes limitações no processo de produção da pesquisa e elaboração da tese.

Talvez, antes de tudo, tenhamos sentido como a produtividade nesse contexto de mercado nos coloca frente a questões mais amplas que precisam ser consideradas. O mercado

tem imposto condições degradantes aos trabalhadores, a lógica da concorrência tem esvaziado o sentido da ação pública, a nova razão que se apresenta é uma razão individual e, sobretudo, esvaziada do sentido humano. Resta-nos resistir.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz. O impacto do modelo gerencial na administração pública. um breve estudo sobre a experiência internacional recente. 52 p. **Cadernos ENAP**. n. 10, 1997. Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~andrea.jankoski/Downloads/Abrucio.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (Orgs.). **Público e privado na educação: novos elementos para o debate**. São Paulo: Xamã, 2008.
- ADRIÃO, Theresa. *et al.* Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 799-818, Out. 2009.
- ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (Orgs.). **Gestão municipal da educação e as parcerias com o Instituto Ayrton Senna**. Recife: Anpae, 2013.
- ADRIÃO, Theresa; GARCIA T. As reformas educacionais no Estado de São Paulo e a Escola de Tempo Integral: relações entre poder público e setor privado na implantação de uma política educacional. *In*: CARMO, J. C.; CESTARI, R., SILVA, C. N. C.S (Orgs.). **Transformações do Estado e Influências nas Políticas Educacionais no Brasil**. Campinas. Mercado das Letras, p.167-192, 2016.
- ADRIÃO, Theresa; PINTO, José M.R. Privatização da educação na América Latina: estratégias recentes em destaque. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 37, n. 134, p.11-15, jan.-mar., 2016.
- ADRIÃO, Theresa. A privatização dos processos pedagógicos: grupos editoriais e os negócios na educação básica. *In*: MARINGONI, Gilberto. (Org.) et al. **O negócio da educação: aventuras na terra do capitalismo sem risco**. São Paulo: Olho D’Água, 2017. p. 129-144.
- ADRIÃO, Theresa. Et al. Privatização na rede estadual de ensino de Pernambuco: atores privados e programas de ensino médio integral (2005-2015). *In*: GARCIA, Teise; ADRIÃO, Theresa (Orgs.). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015)**. Curitiba: CRV, 2018. 196 p. (Coleção Estudos sobre a privatização da Educação no Brasil, v. 1). p. 121-157.
- ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de um mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.
- ADRIÃO, Theresa. Sobre a incidência do setor privado nas redes estaduais de ensino no Brasil: até onde os dados chegaram e o que se toma por fazer. *In*: VENCO, Selma & BERTAGNA, Regiane & GARCIA, Teise. **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das Regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Distrito Federal (2005-2018)**. v. 2. 2021. (Coleção Estudos sobre a privatização no Brasil).

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

AFONSO, Almerindo Janela. Tendências regulatórias e impactos nas desigualdades educacionais. **Educação & Sociedade**, v. 40, 2019.

AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, n. 75, p. 15-32, ago. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302001000200003&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 11 nov. 2022.

AGUIAR, Márcia A. S. (org). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Organização: Márcia Ângela da S. Aguiar e Luiz Fernandes Dourado [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE, 2018.

AGUIAR, Márcia A. S.; ABRANCHES, Ana de Fátima P.; ANDRADE, Edson F. Prioridades governamentais para a educação básica (2019-2022): rumos da educação em Pernambuco. In: ADRIÃO, Theresa; MARQUES, Luciana Rosa; AGUIAR, Márcia A. S. (organizadoras.) **Políticas e prioridades para educação básica dos governos estaduais eleitos em 2018: para onde os sistemas estaduais caminham?** Meio Eletrônico - Brasília: Anpae, 2019.

AMOS, Karin. Governança e governamentalidade: relação e relevância de dois conceitos científico-sociais proeminentes na educação comparada. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. especial, p. 023-038, 2010.

ANGNES, Cláudia.; BUFFON, Marciano.; MORIGI, Valdir José. Evolução do papel do Estado na promoção dos direitos sociais. **Revista destaques acadêmicos**, ano 3, n. 2. CCHJ/UNIVATES, 2011.

APPLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ARAÚJO, Micilane Pereira de. **O público e o privado no processo de expansão da política de educação integral de Pernambuco: uma análise do currículo, da oferta educacional e da gestão das Escolas de Referência em Ensino Médio**, 2020. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2020.

AVELLAR, M.; BALL, S. J. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: The Mobilization for the National Learning Standards in Brazil. **International Journal of Educational Development**, p. 1-9, nov. 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0738059317302080>. Acesso em: 20 ago. 2021.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de; GOMES, Alfredo Macedo. Intervenção e regulação: contribuição ao debate no campo da educação. **Linhas Críticas**, v. 15, n. 28, p. 95-107, 2009.

BALL, Stephen J.; BOWE, Richard. Subject departments and the ‘implementation’ of National Curriculum Policy: an overview of the issues. **Journal of curriculum studies**, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BALL, Stephen J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul./dez. 2001.

BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o pós-Estado do Bem-Estar. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1105–1126, set. 2004.

BALL, Stephen J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. Tradução: Celina Rabello Duarte, Maria Lúcia Mendes Gomes e Vera Luiza Macedo Visockis. **Cadernos de pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 539-564, 2005. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/v35n126/v35n126a02.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BALL, Stephen J.; YOUNDELL, Deborah. **Privatización encubierta en la educación pública, Internacional de la Educación**. Bruselas, 2007. Disponível em: http://www.joanmayans.com/privatizacion_encubierta_dec_la_educacion_publica.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.

BALL, Stephen J. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação & Realidade**, n. 35, v. 2, p. 37-55, maio-ago., 2010.

BALL, Stephen J. Intelectuais ou técnicos? O papel indispensável da teoria nos estudos educacionais. In: Ball, S. J.; Mainardes, J. **Políticas educacionais: questões e debates**. São Paulo: Cortez. 2011. p. 78-99.

BALL, Stephen J.; JUNEMANN. **Networks, new governance and education**. London; New York: Routledge, 2012.

BALL, Stephen J. et al. A constituição da subjetividade docente no Brasil: um contexto global. **Revista Educação em Questão**, v. 46, n. 32, p. 9-36, 2013a.

BALL, Stephen J. A nova filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. In: **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber Livro, p. 33-47, 2013b.

BALL, Stephen J. **Educação global S. A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução. Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BALL, Stephen J. Política Educacional Global: reforma e lucro. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 3, p. 1-15, 2018. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/retepe>. Acesso em: 22 fev. 2022.

BARNES, J.A. Redes sociais e processos políticos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. **A antropologia das sociedades contemporâneas** (Org.). São Paulo: Global, 1987.

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**, v. 26, p. 725-751, 2005.

- BARROSO, João. A transversalidade das regulações em educação: modelo de análise para o estudo das políticas educativas em Portugal. *In: Educação e Sociedade*. Campinas: **CEDES**, v. 39, n. 145, 2018. p. 1075-1097.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Financeirização, crise, educação: considerações preliminares. **Texto para Discussão**, v. 217, 2013.
- BELFIELD, C.R.; LEVIN, H.M. **A privatização da educação**: Causas e implicações. Originalmente publicado pela Organização Cultural, Científica e Educacional das Nações Unidas (Unesco-HEP). Lisboa: Edições ASA, 2004.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- BOBBIO, Norberto. *et al.* **Dicionário de política**. Brasília - DF: Editora da Universidade de Brasília, 1995.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
- BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. São Paulo, 18. ed. Forense: Malheiros Editores, 2011.
- BORGES, André. Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 52, 2003.
- BORGHI, Raquel Fontes. (coord.) A oferta educacional da educação infantil: arranjos institucionais entre o público e o privado. **Relatório de pesquisa**. UNESP Rio Claro: IB/Depto. Educação/ CNPq, 2012.
- BORGHI, Raquel Fontes. Incidência do setor privado na dimensão do currículo da educação básica (2005-2015). *In: GARCIA, Teise; ADRIÃO, Theresa (Orgs.). Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015)*. Curitiba: CRV, 2018. 196 p. (Coleção Estudos sobre a privatização da Educação no Brasil), v. 1, p. 63-72.
- BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. *In: NOGUEIRA, M. A; AFRÂNIO, C. (Orgs.). Escritos de Educação*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 72-79.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 mar. 2020.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- BUFFA, E. O Público e o Privado Como Categoria de Análise da Educação. *In: LOMBARDI, C. J.; JACOMELI, M. R. M.; SILVA, T. M. T. da. (Org.) O Público e o Privado na História*

da Educação Brasileira: concepções e práticas educativas. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. Universidade de Brasília. **Revista Brasileira de educação**, v. 18, p. 761-776, 2013.

CASSIANO, Célia Cristina Figueiredo. Mercado Editorial e PNLD em disputa. **ANPED**, 2020. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/mercado-editorial-e-pnld-em-disputa-celia-cristina-de-figueiredo-cassiano>. Acesso em: 18 dez. 2021.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução: Roneide Venancio Vajer. 6. ed. São Paulo: Pais e Terra, 1999.

CAVALCANTI, Ana. C. D. **Programa de Modernização da Gestão Pública/ Metas para a Educação / 2007-2010:** análise sobre a “Gestão Democrática” da educação de Pernambuco, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

CAVALCANTI, Ana C. D.; BOTLER, Alice M. H. Razão instrumental no contexto da reforma administrativa em Pernambuco: como fica a participação cidadã? *In:* SANTOS, Ana L. F.; ANDRADE, Edson F.; MARQUES, Luciana R. (Orgs.). **Políticas educacionais no estado de Pernambuco:** discursos, tensões e contradições. Recife: ANPAE, 2019. p. 219-239.

CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa; PIRES, Roberto Rocha Coelho. Governança pública: das prescrições formais à construção de uma perspectiva estratégica para a ação governamental. **Boletim de análise político-institucional**, n. 19. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2018.

CAVALCANTI, Bernardo Margulies; VENERIO, Carlos Magno Spricigo. Uma ponte para o futuro? reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. **Revista de Informação Legislativa: RIL**, v. 54, n. 215, p. 139-162, jul./set. 2017. Disponível em: http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/215/ril_v54_n215_p139>. Acesso em 21 de mar. 2022.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração:** uma visão abrangente da moderna administração das organizações: edição compacta. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

CLARKE, J.; NEWMAN, J. **The managerial state:** power, politics and ideology in the remaking of Social Welfare. London: Sage Publications, 1997.

COSTOLA, A.; BORGHI, R. F. Os reformadores empresariais e as políticas educacionais: análise do movimento todos pela base nacional comum. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. esp3, p. 1313–1324, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11889>. Acesso em: 14 ago. 2021.

CRUZ, M. S. M.; MARINI, C.; LEMOS, M. Modelo de Gestão Todos por Pernambuco: características e avanços. *In: Congresso CONSAD de Gestão Pública, 7, Brasília. Anais eletrônicos*, 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O público e o privado na educação brasileira contemporânea: posições e tendências. **Cadernos de Pesquisa**: São Paulo, n. 81, p.33-44, mai. 1992.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas. *In: LOMBARDI, J. C.; JACOMELI, Maria R. M.M.; SILVA, Tânia M. T. da. (Orgs.). O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Memória da educação)*

CURY, Carlos Roberto Jamil. Um novo movimento da educação privada. *In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (Org.). Público e privado na educação: novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008, p. 17-25.*

DALE, Roger. A promoção do mercado educacional e a polarização da educação. **Educação, Sociedade e Culturas**, Porto, v. 2, n. 12, p. 109-139, jun. 1994.

DALE, Roger. The State and the governance of education: An analysis of the restructuring of the State education relationship. In Hugh Lauder, Phillip Brown, & Amy Stuart Wells (Eds.), **Education: Culture, economy and society** (p. 273-282). Nova Iorque: Oxford University Press, 1997.

DALE, Roger. A sociologia da educação e o Estado após a globalização. **Educação & Sociedade**, v. 31, 2010, p. 1099–1120. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/J46YWTNSF73jLJqJnLPRL4H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso 01 ago. 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. Trad. Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo. Boitempo, 2016.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**, v. 31, p. 1223-1245, 2010.

DINIZ, Felipe Daniel Barros; GARCIA, Luciane Terra dos Santos. O privado na educação pública potiguar: mapeamento das empresas e de suas ações na rede estadual de educação do RN. *In: Anais XXIV Encontro de Pesquisa em Educação do Nordeste*, João Pessoa, 2018.

DOURADO, L. F.; BUENO, M. S. S. O público e o privado na educação. *In: WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. V. Políticas e gestão da educação (1991-1997). Brasília: MEC/Inep/Comped, 2001.*

DOURADO, L. F. O público e o privado na agenda educacional brasileira. *In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (Orgs.). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2001.*

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J.F. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos Cedes**, Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009 201 Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Ks9m5K5Z4Pc5Qy5HRVgssjg/?format=pdf&lang=pt#:~:tex t=Ratifica%2Dse%2C%20portanto%2C%20que,extraescolares%20que%20permeiam%20tal %20tem%20C3%A1tica>. Acesso em 10. nov. 2022.

DOURADO, L. F. **PNE, políticas e gestão da educação**: novas formas de organização e privatização. ANPAE, (Meio Eletrônico) - Brasília: 2020.

DRABACH, Neila Pedrotti; MOUSQUER, Maria Elizabete Londero. Dos primeiros escritos sobre administração escolar no Brasil aos escritos sobre gestão escolar: mudanças e continuidades. **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.2, pp.258-285, Jul/Dez 2009.

DUTRA, Paulo F. V. **Educação integral no estado de Pernambuco**: uma política pública para o ensino médio. Recife: Editora UFPE, 2014.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FERREIRA, Danielle de F. T. **Política de educação (em tempo) integral**: uma análise do discurso de atores participantes do Programa Mais Educação, 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

FERREIRA, M. S.; TRAVERSINI, Clarice Salete. A Análise Foucaultiana do Discurso como Ferramenta Metodológica de Pesquisa. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 207-226, jan./mar. 2013.

FIALHO, Joaquim; SARAGOÇA, José.; SILVA, C.A. A análise de redes sociais aplicada ao estudo das comunidades educativas. **Sensos 8**. Vol. IV - n.2. 2014.

FIALHO, Joaquim. Análise de redes sociais: princípios, linguagem e estratégias de ação na gestão do conhecimento. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, Número Especial, p. 9-26, out. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/20881>. Acesso em: 14 de maio de 2022.

FIALHO, Joaquim. (Orgs.). **Redes Sociais – Para uma Compreensão Multidisciplinar da Sociedade**. Lisboa: Edições Sílabo Ltda. 1. ed, 2018.

FIORI, José Luís. Globalização, hegemonia e império. *In*: TAVARES, Maria da Conceição, FIORI, José Luís (Orgs). **O poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. 7. Ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

DA FONSECA, João José Saraiva. **Apostila de metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002., 2002.

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. **Direito Econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

FONTES, Breno A. S.M. **Redes sociais e poder local**. [recurso eletrônico]. Recife: ed. Universitária da UFPE, 2013. 256p.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

FRAGOSO, Suely.; RECUERO, RAQUEL.; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011. 239 p. – (Coleção Cibercultura)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 379-404, 2012.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, v. 35, p. 1085-1114, 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIEDMAN, Milton. The role of government in education. **Economics and the public interest**, v. 2, n. 2, p. 85-107, 1955.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Escola e trabalho numa perspectiva histórica: contradições e controvérsias. **Revista de Ciências da Educação**, n. 9, maio-ago., 2009. Disponível em: <<http://sisifo.fpce.ul.pt/?r=23&p=131>> Acesso em: 12 fev. dez 2022.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **Relatório Anual 2021, 2022**. Relatórios e documentos. Disponível em: https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2022/05/Fundacao_Itau_Relatorio_Anual_2021.pdf. Acesso em: 05 jan. 2023.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Nosso ecossistema de impacto, 2021**. Parceiros. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/parceiros>. Acesso em: 11 dez. 2021.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO. **Transparência, 2022**. A fundação. Disponível em: <https://www.fundacaotelefonicavivo.org.br/quem-somos-a-fundacao/transparencia/>. Acesso em: 05 jan. 2023.

GARCIA, Teise; ADRIÃO, Theresa (Orgs.). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015)**. Curitiba: CRV, 2018. 196 p. (Coleção Estudos sobre a privatização da Educação no Brasil, v. 1). p. 73-86.

GARCIA, Teise. Dimensões de privatização na educação básica: diferentes contextos em análise. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. esp. 3, p. 1236-1240, dez., 2018.

GARCIA, Teise. Incidência do setor privado na dimensão da gestão educacional na educação básica: programas e atores (2005-2015). *In*: GARCIA, Teise.; ADRIÃO, Theresa (Orgs.). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015)**. Curitiba: CRV, 2018. 196 p. (Coleção Estudos sobre a privatização da Educação no Brasil), v. 1. p.53-62.

GOMES, Alfredo M. (Org.). **Políticas públicas e gestão da educação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. (Série Estudos em Políticas Públicas e Educação).

GOMES, Alfredo M. **O que nos reserva: uma ponte para o futuro**, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/304154585_O_QUE_NOS_RESERVA_Uma_ponte_para_o_futuro. Acesso em: 14 de maio de 2022.

GRAMSCI, Antonio. **La Costruzione del Partito Comunista 1923-1926**. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1971.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. 4. Ed. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRANOVETTER, M. (1973). The strength of weak ties. *In: American Journal of Sociology*, University Chicago Press, Chicago, v. 78, Issue 6, p.1930-1938.

GRANOVETTER, M. (1983). The strength of weak ties: a network theory revisited. *In: Sociological Theory*. Randall Collins. San Francisco, Califórnia, série Jossey-Bass, v.1. p.2001-2233.

GRUPPI, Luciano. **Tudo Começou com Maquiavel**. Tradução de Dario Canali. 16. ed. Porto Alegre: L&PM, 2001.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. Educação & Realidade. jul/dez. 1997. p. 15-46.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HAYEK, F. V. Scientism and the study of society. Part III. **Economica**, v. 11, n. 41, p. 27-39, 1944.

HILL, Dave. O Neoliberalismo global, a resistência e a deformação da educação. **Currículo sem Fronteiras**. v. 3, n. 2, p.24-59, jul/dez 2003.

HINE, Christine. **Etnografía virtual**. Barcelona: UOC, 2004.

HOWARD, P. N. Network ethnography and the hypermedia organization: new media, new organizations, new methods. **New Media & Society**, 4(4), 550-574, 2002.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2022**. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>>. Acesso em: 12 de nov.2022.

INSTITUTO NATURA. **Alfabetização**, 2022. Iniciativa/alfabetização. Disponível em: <https://www.institutonatura.org/iniciativa/alfabetizacao/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

JESSOP, Bob. **State Theory: Putting the Capitalist State in its Place**. Pennsylvania State University Press, 1990.

JESSOP, Bob. (2002) The Regulation Approach, Governance, and Post-Fordism: Alternative Perspectives on Economic and Political Change? **Economy and Society**. V.24. 307-333, 1995.

JESSOP, Bob. Globalização, Regionalização, Mercado e o Estado. **Currículo sem Fronteiras**, v.2, n.2, pp.5-21, Jul/Dez 2002.

KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego. *In*: SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.). **John Maynard Keynes: economia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1978.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo editorial, 2019.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a Questão Neoliberal**. São Paulo: Elefante, 2020.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. Trabalho imaterial e subjetividade. **Trabalho imaterial**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 25-43, 2001.

LEÃO, Antonio Carneiro. **Introdução à Administração Escolar**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

LEITE, João Carlos Zirpoli. **Parcerias em educação: o caso do Ginásio Pernambucano**, 2009. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

LIGUORI, G. & VOZA, P. (Org.) **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. Tradução Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira, Leandro de Oliveira Galastri e Silvia de Bernardinis; Revisão técnica Marco Aurélio Nogueira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMA, Iana Gomes de; GANDIN, Luís Armando. Entendendo o estado gerencial e sua relação com a educação: algumas ferramentas de análise. **Revista Práxis Educativa**, v. 7, n. 1, 2012.

LIMA, Jorge Ávila de. Redes na educação: questões políticas e conceptuais. **Revista Portuguesa de Educação**, 2007, 20(2), pp. 151-181

LIMA, Licínio C. Máquinas de administrar a educação: dominação digital e burocracia aumentada. **Educação e Sociedade** [Internet]. v. 42, 2021.

LOIOLA, Elisabeth.; MOURA, Suzana. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. *In: FISCHER, T et al. Gestão Contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, Marli. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade** [Internet]. v. 27, 2006.

MAINARDES, Jefferson; ALFERES, Marcia. Sociologia das políticas educacionais: contribuições de Roger Dale/ Policy sociology: Roger Dale's contributions. **Atos de Pesquisa em Educação**. v. 9. 392-416. 10.7867/1809-0354.2014v9n2p392-416, (2014).

MAINARDES, Jefferson. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. **Revista Brasileira de Educação**. v. 23, 2018.

MARANHÃO, Iágrici Maria de Lima. **O curso de formação de gestores escolares de Pernambuco (PROGEPE) e a qualidade da educação da rede estadual de ensino**, 2017. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

MARANHÃO, Tatiana de Amorim. **Governança mundial e pobreza**: do Consenso de Washington ao consenso das oportunidades, 2019. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARQUES, L. R.; MENDES, J. C. B.; MARANHÃO, I. M. de L. A Nova gestão Pública no contexto da educação pernambucana e a qualidade educacional. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 351, 2019. DOI: 10.21573/vol35n22019.95409. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/vol35n22019.95409>. Acesso em: 29 mar. 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução: Luís Claudio Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MARX, Karl.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**, 1848. Porto Alegre: L&PM, 2009.

MATTEUCI, Nicola. Liberalismo. *In: BOBBIO, Norberto et al (Org.). Dicionário de política*. Brasília: UNB, 1983.

MATTOS, C. L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. *In: MATTOS, CLG.; CASTRO, P. A., (Orgs.) Etnografia e educação*: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. *eBook*. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2021.

MELO JÚNIOR, J. A. C. Burocracia e educação: uma análise a partir de Max Weber. **Pensamento plural**, Pelotas, v. 6, p. 147-164, jan./jun. 2010.

MOEHLECKE, Sabrina. Incidência do setor privado na dimensão da oferta na educação básica (2005-2015). *In*: GARCIA, Teise; ADRIÃO, Theresa (Orgs.). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira**: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015). Curitiba: CRV, 2018. 196 p. (Coleção Estudos sobre a privatização da Educação no Brasil, v. 1). p. 31-40.

MONTAÑO, Carlos. Novas configurações do público e do privado no contexto capitalista atual: o papel político-ideológico do “terceiro setor”. *In*: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (Orgs.). **Público e privado na educação**: novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008. p. 27-50.

MORAES, Ricardo Quartim de. A evolução histórica do Estado Liberal ao Estado Democrático de Direito e sua relação com o constitucionalismo dirigente. **Revista de informação legislativa**, v. 51, n. 204, p. 269-285, 2014.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. O professor como intelectual estratégico na disseminação da nova pedagogia da hegemonia. **Reunião Nacional da ANPED**, v. 36, p. 1-15, 2013.

OLIVEIRA, Romualdo P. O empresariado industrial e a educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, n. 22, p. 47-60, jan./abr., 2003.

OLIVEIRA, Romualdo P. **Estado e Política Educacional no Brasil**: desafios do século XXI, 2006. Tese de Livre-Docência. (Educação) Faculdade de Educação USP, São Paulo, 2006.

PASSAES, M. F.; LIMMER, M. E. C.; ALONSO, M. M.; MARQUES, R.; FEITOSA, S. Estado, Governo e Administração Pública. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Faculdade Don Domenico**, v. 5, 2012.

PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**. Ano 47. Volume 121. Número I. jan.- abr., 1996.

PERNAMBUCO. **Lei Complementar n. 49, de 31 de janeiro de 2003**. ALEPE – Assembleia Legislativa de Pernambuco. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=7829&tipo=TEXTTOATUALIZADO>. Acesso em: 20 jan. 2022.

PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Programa de Governo 2011-2014**. Recife, 2010. Disponível em: <http://online.fliphtml5.com/fjjc/klhs/#p=1>. Acesso em 29 de out. 2021.

PERNAMBUCO. **Pernambuco 2035 – Visão de Futuro**: documento. SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão. Recife, 2014a. Disponível em: <https://www.seplag.pe.gov.br/pernambuco-2035/38-pe-2035>. Acesso em: 11 nov. 2021.

PERNAMBUCO. **Pernambuco 2035 – Carteira de projetos públicos**: documento. SEPLAG - Secretaria de Planejamento e Gestão. Recife, 2014b. Disponível em: <https://www.seplag.pe.gov.br/pernambuco-2035/38-pe-2035>. Acesso em: 11 nov. 2021.

PERNAMBUCO. **Pernambuco 2035 – Carteira de projetos privados**: documento. SEPLAG - Secretaria de Planejamento e Gestão. Recife, 2014c. Disponível em: <https://www.seplag.pe.gov.br/pernambuco-2035/38-pe-2035>. Acesso em: 11 nov. 2021.

PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Formulação da Estratégia**. v. 1. Recife, 2014d. (Coleção Cadernos de Boas Práticas de Gestão).

PERNAMBUCO. Lei de Acesso à Informação. **Balanco da Educação 2015-2018**. Secretaria de Educação de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://www.lai.pe.gov.br/see/wp-content/uploads/sites/122/2019/04/BALAN%C3%87O-DA-EDUCA%C3%87%C3%83O-2015-2018.pdf>. Acesso em: 19 out. 2022.

PERNAMBUCO. **Modelo de Gestão de Pernambuco 2008-2022**: documento. SEPLAG - Secretaria de Planejamento e Gestão. Recife, 2022. Disponível em: <https://drive.expresso.pe.gov.br/s/SMbupCutkDZ4jSE>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PERONI, Vera. (Org.) **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. Brasília: Liber Livro, 2013.

PERONI, Vera; SCHEIBE, Leda. Privatização da e na educação: projetos societários em disputa. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 387-392, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

PINTO, J. M. Rezende. Uma análise da destinação dos recursos públicos, direta ou indiretamente, ao setor privado de ensino no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 134, p.133-152, jan.-mar., 2016

PIZZORUSSO, Alessandro. **Sistemi Giuridici Comparati**. 2. ed. Milão: Giuffrè, 1998.

POLANYI, Karl. **The Great Transformation**. Boston: Beacon Press, 1957.

PORTAL G1. Paulo Câmara cumpriu 10 de 30 promessas de campanha no segundo mandato. **Grupo Globo**. Recife, 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2023/01/05/paulo-camara-cumpriu-10-de-30-promessas-de-campanha-no-segundo-mandato-veja-quais-sao.ghtml>. Acesso em 10 ago. 2021.

PORTO, Maria I. A. G. **Instituto Ayrton Senna**: quebra de paradigma na gestão educacional de Caruaru, 2011. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública o Desenvolvimento do Nordeste). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

POULANTZAS, Nicos. **Pouvoir Politique ei Classes Sociales**. França, 1968.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Tradução de Francisco Silva; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. 4. edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

QUEIROZ, Luiz Miguel Galvão *et al.* Políticas de educação e terceiro setor: O papel do Itaú Social na construção do Pacto pela Educação no Pará. **Revista Margens Interdisciplinar**, 2017.

REIS, Isaura. Governança e regulação da educação: perspectiva e conceitos. **Educação, Sociedade e Culturas**, n. 39, 2013.

REIS FILHO, Horácio Francisco dos. **Regime de colaboração entre os sistemas de ensino: uma análise do Programa Educação Integrada no Estado de Pernambuco**, 2021. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

RHODES, Roderick Arthur William. The new governance: governing without government. **Political studies**, v. 44, n. 4, p. 652-667, 1996.

RIBEIRO, Edna de Sousa *et al.* **Evasão Escolar: possíveis causas e ações alternativas para minimizar a evasão na Educação de Jovens e Adultos do 3.º Segmento do Centro Educacional 04 de Sobradinho II**, 2010. TCC (Especialização). Universidade de Brasília. Faculdade de Educação, Brasília, 2010. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/5789/1/2010_EdnaRibeiro_EliasLeocadio_RobertoLivio_SergioSantos.pdf. Acesso em: 2 nov. 2022.

ROBERTSON, Susan.; VERGER, Antoni. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out.-dez. 2012.

SALDANHA, Nelson. O chamado Estado social. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 62, p. 55, 1986.

SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e Financiamento das Políticas Sociais no Brasil. **Serviço Social em Revista** (Online), v. 14, p. 4-22, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/12263/11632>>. Acesso em: 09 jun. 2016. DOI: 10.5433/1679-4842.2012v14n2p4

SANTOS, Boaventura de Sousa. O Estado e os modos de produção de poder social. **Oficina do CES**, n. 7, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Os processos da globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Davidson de Magalhães. **A globalização do capital e os estados nacionais**, 2003. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2003.

SCAFF, Elisângela Alves da Silva. Estado, Mercado e Educação: arranjos e tendências. **Educação Unisinos**, n. 21, v. 2, p. 146-154, maio/ago. 2017.

SGARBOSSA, Luís Fernando; IENSUE, Geziela. **Teoria do Estado Moderno e Contemporâneo: fundamentos do Direito Público e do Direito Constitucional**. 1. ed. Campo Grande: Instituto Brasileiro de Pesquisa Jurídica, 2018.

SILVA, Andréa Giordanna Araujo da. O ProEMI e o ensino médio em tempo integral no Brasil. **Roteiro**, v. 43, n. 2, p. 727-754, 2018.

SILVA FILHO, Antonio A. **Parceria público/privada em educação: análise do Projeto Alfabetizar com Sucesso/ Programa Circuito Campeão no município de Surubim/PE**, 2014. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SILVA, Ítalo Agra de Oliveira. **O programa de modernização da gestão pública: uma análise da política de responsabilização educacional em Pernambuco no governo Campos (2007-2011)**, 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SINGER, André; ARAUJO, Cicero; BELINELLI, Leonardo. **Estado e democracia: uma introdução ao estudo da política**. São Paulo: Editoras Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

SIQUEIRA, Marcelo Piancastelli de *et al.* **Reforma do Estado, responsabilidade fiscal e metas de inflação: lições da experiência da Nova Zelândia**. 2006.

SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar Y. et al. Foucault, a educação e o neoliberalismo. **Educação em Revista**, v. 38, 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982022000100160&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 out. 2022.

SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SOUZA, A. R. A política educacional e seus objetos de estudo. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**. v. 1, n. 1, p. 75-89, 2016.

SOUZA, Joana Dark Andrade; SILVA FILHO, Antonio Agostinho da. Uma avaliação da meta 19 do Plano Estadual de Educação de Pernambuco (2015-2025). *In: Monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Educação de Pernambuco (2015-2025): contribuições para o debate à luz do PNE 2014-2024 / Organização: Marcia Angela da S. Aguiar [Meio Eletrônico]*. Brasília, ANPAE, 2022.

STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, José Luis Bolzan de. **Ciência Política e Teoria do Estado**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**. São Paulo: Boitempo, 2018.

TRIPODI, Zara Figueiredo; SOUSA, Sandra Zákia. A governança em rede na regulação da educação básica mineira: quem governa o quê? **Educação em Revista**. Belo Horizonte. v. 32 n. 4. p. 297-321. out./dez. 2016.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governamentalidades, neoliberalismo e educação. *In*: BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 37-52.

VEIGA-NETO, Alfredo; CASTELO BRANCO, Guilherme (Org). **Foucault: filosofia e política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governamentalidade e educação. **Revista Colombiana de Educación**, n. 65, p. 19-42, 2013.

VENCO, Selma; BERTAGNA, Regiane Helena; GARCIA, Teise (Orgs). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das Regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Distrito Federal (2005-2018)**. v. 2. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. (Coleção Estudos sobre a privatização no Brasil).

VERGER, Antoni; FONTDEVILA, Clara; ZANCAJO, Adrián. **The privatization of education: a political economy of global education reform**. New York, NY: Teachers College Press, 2016.

VERGER, Antoni. A política educacional global: conceitos e marcos teóricos chave. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 9-33, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em 10 ago. 2021.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. 2 v. Brasília: UnB, 1999.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. *In*: COHN, Gabriel. (Org.). Max Weber; *Sociologia*. São Paulo: Ática, 2003. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

WILSON, W. O estudo da administração [1887]. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 56, n. 3, p. 349-366. jul./set. 2005.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracy Against Capitalism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

WORLD BANK. **Governance and development**. Washington: Oxford University Press, 1992.

ZANIN, Cristiano; MARTINS, Valeska Teixeira Zanin; VALIM, Rafael. **Lawfare: uma introdução**. São Paulo: Contracorrente, 2019.

ZATTI, Antônio Marcos; MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Política de avaliação do desempenho docente nas redes estaduais de ensino do Brasil. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 45, abr. 2019.

APÊNDICE A – CONFIGURAÇÃO DA PLATAFORMA GEPHI

Arquivo Workspace Exibir Ferramentas Janela Ajuda Gephi 0.10.1 - Projeto

Visão geral Laboratório de dados Visualização Área de Trabalho 1 x

Tabela de dados x

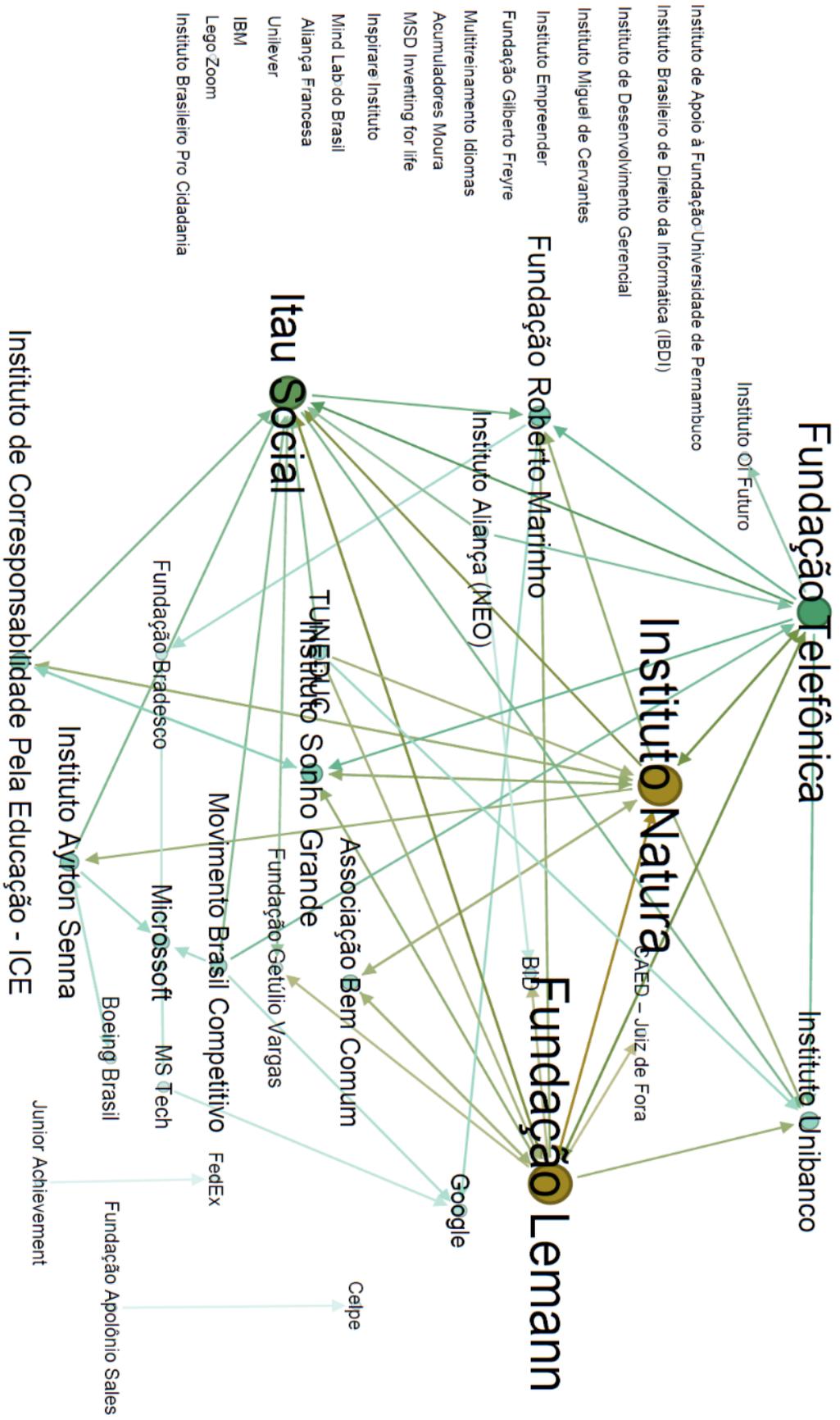
Nós Arestas **Configuração** Adicionar nó Adicionar aresta Procurar/Substituir Importar planilha Exportar tabela Mais ações Filtro: Id

| Id | Label | Interval |
|----|--|----------|
| 0 | Acumuladores Moura | |
| 1 | Aliança Francesa | |
| 2 | Associação Bem Comum | |
| 3 | BID | |
| 4 | Boeing Brasil | |
| 5 | CAED - Juiz de Fora | |
| 6 | Celpe | |
| 7 | FedEx | |
| 8 | Fundação Apolônio Sales | |
| 9 | Fundação Bradesco | |
| 10 | Fundação Getúlio Vargas | |
| 11 | Fundação Gilberto Freyre | |
| 12 | Fundação Lemann | |
| 13 | Fundação Telefônica | |
| 14 | Fundação Roberto Marinho | |
| 15 | Google | |
| 16 | IBM | |
| 17 | Inspirare Instituto | |
| 18 | Instituto Aliança (NEO) | |
| 19 | Instituto Ayrton Senna | |
| 20 | Instituto Brasileiro de Direito da Informática (IBDI) | |
| 21 | Instituto de Apoio à Fundação Universidade de Pernambuco | |
| 22 | Instituto de Corresponsabilidade Pela Educação - ICE | |
| 23 | Instituto de Desenvolvimento Gerencial | |
| 24 | Instituto Empreender | |
| 25 | Instituto Miguel de Cervantes | |
| 26 | Instituto Natura | |
| 27 | Instituto Oi Futuro | |
| 28 | Instituto Brasileiro Pro Cidadania | |
| 29 | Instituto Sonho Grande | |

Adicionar coluna Mesclar colunas Excluir coluna Limpar dados da coluna Copiar dados para outra coluna Preencher coluna com um valor Duplicar coluna Criar coluna booleana a partir de uma expressão regular Criar coluna com a lista de grupos que atendem a uma expressão regular Negar coluna booleana Converter a coluna para o tipo dinâmico

Pesquisar POR PTB2 00:38 17/03/2023

APÊNDICE B – MAPA DE REDE DE ATORES PRIVADOS



ANEXO A – NOTÍCIAS DAS PARCERIAS ENTRE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO E ALGUMAS ORGANIZAÇÕES PRIVADAS

pe.gov.br/portal/?pag=1&cat=37&art=1038

1/1

018 Secretaria de Educação de Pernambuco

20 Secretaria de Educação de Pernambuco

terça-feira, 5 de maio de 2020 11:26

gina Inicial

Secretaria de Educação e Esportes

GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
SEMPRE CARRA UM NOVO FUTURO

Melhoria da rede estadual é destaque no portal do Banco Mundial
Texto menciona a Escola Estadual Maria Gayão, em Araçoiaba, na RMR

Juliana Fraga - 11/01/2013 17:15h

As escolas da rede estadual de Pernambuco foram citadas como exemplo de gestão e melhorias na educação pelo portal do Banco Mundial. "Pernambuco, Brasil. Escolas que eram as piores agora dão exemplo", definiu a reportagem. O texto menciona a Escola Estadual Maria Gayão, em Araçoiaba, Região Metropolitana do Recife, como um caso bem-sucedido de escola que superou as dificuldades do meio social em que está inserida.

De acordo com a reportagem, a biblioteca da escola, que foi construída através do projeto Educar, uma parceria da Secretaria de Educação de Pernambuco e o Banco Mundial, é um dos orgulhos da comunidade. Além da biblioteca, cantina, laboratório de informática foram colocados à disposição dos alunos. Mobília, banheiros e salas de sala foram reformados.

"Eu gosto de estudar aqui porque os professores nos tratam como uma família", contou a reportagem o aluno Aleson Mota, de 17 anos, que costuma chegar mais cedo à escola para estudar na biblioteca. De acordo com o gestor da unidade, Claudivan Claudiano, os alunos buscam manter a estrutura preservada, já que "a escola representa a esperança por uma vida melhor". São, no todo, 1645 estudantes matriculados na unidade.

Ainda segundo a matéria, o Educar tem servido de exemplo para outros estados brasileiros. Madalena Santos, especialista em educação do Banco Mundial, afirmou que os governos dos estados de Alagoas e do Rio Grande do Norte estão buscando inspiração em Pernambuco para melhorar seus sistemas educacionais. Atualmente 159 escolas fazem parte do projeto. Mais 62 serão adicionadas até 2014.

EDUCAR – O projeto prevê a melhoria da educação básica, reforçando a política desenvolvida pelo Estado através de atividades como a recuperação da rede física das escolas, alfabetização e correção de fluxo escolar, monitoramento e avaliação da aprendizagem dos estudantes e a otimização dos gastos públicos.

Confira a matéria original aqui.

Twitter | Contato | RMR

Voltar

Veja também

Inscrições abertas para o curso Criativo
29/04/2020 11:24:00

Secretaria de Educação e Esportes suspende temporariamente inscrições do Exame Supletivo 2020
27/04/2020 13:24:00

Secretaria de Educação e Esportes suspende temporariamente inscrições do Exame Supletivo 2020
27/04/2020 13:23:00

Governo de Pernambuco divulga os dias de entrega do Cartão de Alimentação Escolar
17/04/2020 13:48:00

Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco lança nova plataforma para estudos online
17/04/2020 11:49:00

Av. Afonso Celense, 1513 | Várzea | Recife-PE |
CEP: 50.810-000 | Fone: (81) 3183.8203
Fale com a Ouvidoria 0800.286.8668

ducacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&cat=37&art=1038

1/1

5/05/2020

Secretaria de Educação de Pernambuco

terça-feira, 5 de maio de 2020 11:27

- Página Inicial
- Menu

Secretaria de Educação e Esportes



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHOS. MAIS FUTURO

SECRETARIA

- Perfil do Secretário
- Organograma
- Quem e quem
- Galeria dos Secretários
- Fale com a Ouvidoria
- Histórico da Secretaria
- Imprensa
- Mapa da Estratégia 2018

EDUCAÇÃO

- Calendário Escolar
- Modernização de Gestão
- Educação Integral
- Educação Profissional
- Tecnologia na Educação
- Espaço Professor
- Seleções Simplificadas
- Supletivo
- Supletivos Anteriores
- Censo Escolar
- Programa Paulo Freire
- Tecnologia da Informação
- Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA)
- Educação Inclusiva

SERVIÇOS

- GRES e Escolas
- Correio Eletrônico
- Portaria de Reordenamento
- Sistema de Ocorrência Escolar
- Gerência de Pessoas
- Licitações
- Marcas SEE
- Links
- Caderno de Especificações
- Gerência de Contabilidade
- Recadastramento dos servidores da Educação

SEE NA MÍDIA

- Jornais e Internet
- Notícias
- Educação Conectada

Login Entrar

Escola Severino Farias recebe visita para certificação do Projeto Educar

Unidade alcançou, pelo terceiro ano, os objetivos propostos no projeto do Banco Mundial

Assessoria de Comunicação - 14/12/2011 11:00h

A missão do Banco Mundial está em Pernambuco para realizar a supervisão do Projeto Educar. Os representantes da entidade visitaram, na última terça-feira (13), a Escola de Referência em Ensino Médio Severino Farias, no município de Surubim, para verificar a aplicação do Projeto Padrão Básico na unidade de ensino. A escola, que já foi certificada em 2009 e 2010, foi parabenizada e mais uma vez alcançou os objetivos propostos pelo projeto.

O Projeto Educar é desenvolvido da Secretaria de Educação em parceria do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird). Por este motivo, anualmente as escolas participantes são avaliadas quanto às melhorias estruturais e à manutenção do padrão. Nesse ponto, a Severino Farias recebeu elogios pela articulação e envolvimento com a comunidade escolar.

Na visita, estiveram presentes, além dos representantes do Banco Mundial, a coordenadora técnica Shirley Moura, representando a Secretaria Executiva de Gestão de Rede, o representante da gerência do Projeto Educar, Hugo Moura, e as gerentes da escola e da GRE Karla Michele dos Santos e Edjane Ribeiro, respectivamente. Segundo a secretária executiva de Gestão de Rede, Magareth Zaponi, o Projeto Educar promove o desenvolvimento das escolas da rede estadual, através da certificação relativa aos padrões básicos requeridos. "A valorização do espaço de convívio social para toda a comunidade escolar com ambientes adequados à prática pedagógica resulta na melhoria dos indicadores educacionais", afirma.

Durante a vistoria à escola, os visitantes estrangeiros foram recebidos por estudantes da escola conversando em inglês, pelo que foram elogiados por David Evans, co-gerente de projetos do Banco Mundial e Snuê Aliram, especialista em licitação. Os estudantes apresentaram os diversos ambientes da escola, que também participa do projeto o Ganhe o Mundo, que oferece cursos de inglês e espanhol gratuitamente para os alunos.

Créditos: Divulgação



Twitter | Google+ | YouTube

Voltar

Veja também

Inscrições abertas para o curso Criative

29/04/2020 11:24:00

Secretaria de Educação e Esportes suspende temporariamente inscrições do Exame Supletivo 2020

27/04/2020 13:24:00

Secretaria de Educação e Esportes suspende temporariamente inscrições do Exame Supletivo 2020

27/04/2020 13:23:00

Governo de Pernambuco divulga os dias de entrega do Cartão de Alimentação Escolar

17/04/2020 13:48:00

Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco lança nova plataforma para estudos online

17/04/2020 11:49:00



Av. Afonso Celso, 1513 | Várzea | Recife-PE |
CEP: 50.810-000 | Fone: (81) 3183.8203
Fale com a Ouvidoria 0800.286.8668

Inicial

Secretaria de Educação e Esportes



PERNAMBUCO

Projeto Neo Brasil compartilha resultados das parcerias em Pernambuco

Iniciativa já beneficiou mais de 70 mil estudantes da Rede Estadual

Aline Rangel - 21/10/2020 14:06h

Há três anos, o projeto NEO Brasil - Novas Oportunidades de Emprego para Jovens vem desenvolvendo em Pernambuco um trabalho junto às Escolas Técnicas Estaduais (ETEs), SENAI e Agência de Trabalho que visa melhorar o ecossistema de empregabilidade para os jovens, através de ações de formação, orientação, intermediação, fortalecimento institucional e articulação intersetorial. Nesta terça-feira, (20), a instituição realizou o encontro virtual "NEO Brasil: um legado de inovações para o futuro", que mostrou, através de depoimentos das entidades participantes, seus resultados.

Créditos: Divulgação



Durante a live, foram apresentados resultados quantitativos e qualitativos do projeto. "Chegar a esse momento é uma grande alegria e sentimento de trabalho realizado. Para alcançar este resultado foi preciso muito compromisso e muita resiliência. A parceria permanente e competente das secretarias fortaleceram e expandiram os horizontes das nossas ações e tornaram possível a transformação dos nossos objetivos em trabalhos concretos", declarou Neylar Vilar, coordenadora geral do NEO Brasil.

Na Secretaria da Educação e Esportes de Pernambuco (SEE), 96 escolas receberam ações da NEO, beneficiando mais de 70 mil estudantes do estado. Dentre as atividades, foram promovidos programas de fortalecimento institucional e de capacitação, que formaram, na rede estadual, 300 educadores pela CESAR School e outros profissionais em metodologias inovadoras de educação, como Educação 3.0. Além disso, as instituições de ensino receberam atividades do Projeto de Vida e Integração Escola - Empresa.

"Fechamos um ciclo de trabalho como membros da Aliança NEO Brasil com muitas conquistas para celebrarmos. O somatório dessas iniciativas já repercutem na sala de aula com professores aplicando as metodologias ativas e apoiando os nossos estudantes na construção dos seus projetos de vida. A intenção é ampliarmos as oportunidades de inserção dos jovens pernambucanos no mercado de trabalho", disse Maria Medeiros, secretária executiva de Educação Integrada e Profissional da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco.

O projeto NEO Brasil ressignificou o papel dos coordenadores das empresas/escolas e tornou a empregabilidade dos jovens uma prioridade na educação profissional. Kathiane Wanessa faz parte do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) da Escola Técnica Estadual (ETE) Ministro Fernando Lyra, localizada em Caruaru, e participou do projeto. "Participei da capacitação de empregabilidade nas ETEs que me possibilitou muito conhecimento garantindo uma segurança maior para exercer a minha função", ressaltou.

Samuel Feitosa, estudante da ETE Fernando Lyra, também participou do projeto de vida e carreira. "Com essa participação pude desenvolver, junto com um colega, um aplicativo para participar da segunda Olimpíada Nacional de Aplicativos trazendo para a escola o título de campeão nacional. O projeto foi muito importante nessa conquista e tem me beneficiado muito, tanto na vida pessoal, quanto acadêmica", pontuou o jovem.

NEO EM PERNAMBUCO - O NEO foi desenvolvido em Pernambuco mediante uma aliança público-privada coordenada pelo Instituto Aliança e integrada pelas Secretarias estaduais de Educação e Esporte; do Trabalho, Emprego e Qualificação; da Mulher; SESI/ Unindústria; SENAI-PE; Núcleo de Gestão do Porto Digital; Arcos Dourados, CESAR School e Superintendência Regional do Trabalho - PE, com apoio da Microsoft e EDULIVRE.

Twitter Carta 0

Voltar

Veja também

- Projeto Neo Brasil compartilha resultados das parcerias em Pernambuco**
21/10/2020 14:06:00
- Biblioteca Pública do Estado reabre ao público**
21/10/2020 10:02:00
- Beneficiados do Bolsa Atleta PE e Time PE 2020/2021 receberão atendimento odontológico, fisioterápico, nutricional e psicológico**
21/10/2020 09:48:00
- Com entusiasmo, estudantes da Rede Estadual retornam às escolas**
21/10/2020 08:52:00
- Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco lança projeto "Cesta dos Sonhos" pela Lei Estadual de Incentivo ao Esporte**
20/10/2020 10:59:00

Secretaria de Educação e Esportes



Gestores e gerentes da SEE realizam mestrado em gestão e avaliação da educação pública

Pós-graduação representa mais uma ação de qualificação do servidor

Secretaria
grama
quem
dos Secretários
na Ouvidoria
da Secretaria
sa
a Estratégia 2018

Assessoria de Comunicação - 23/05/2014 18:40h

ário Escolar
vização de Gestão
ão Integral
ção Profissional
ogia na Educação
Professor
es Simplificadas
ivo
ivos Anteriores
Escolar
ma Paulo Freire
logia da Informação
Estadual de
ção para Pessoas
las de Liberdade e
sas do Sistema
nal do Estado de
mbuco
ção Inclusiva

Vinte servidores da Secretaria de Educação e Esportes do Estado(SEE) encontram-se na fase final do curso de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública promovido pela Universidade Federal de Juiz de Fora-MG. A pós-graduação foi realizada devido à parceria entre a SEE e o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Caed) da universidade mineira.



Em junho de 2012 a SEE adquiriu 20 vagas do curso que tem como objetivo a produção de conhecimento e a formação de profissionais para a reforma da educação pública brasileira. As vagas foram disponibilizadas para gestores e analistas das Gerências Regionais de Educação (GREs) e para gerentes das secretarias executivas de Desenvolvimento da Educação (SEDE) e Gestão de Rede (SEGE) da SEE. "As vagas foram disponibilizadas e divulgadas e os interessados passaram por uma prova classificatória", explicou Maria Ângela Andrade, gerente de monitoramento da rede escolar e uma das concluintes da pós-graduação.



Após quase dois anos de estudos na modalidade semipresencial, alternando momentos de contato direto com 100 alunos de outros estados e professores, Maria Ângela faz um balanço positivo da experiência "Além do conhecimento adquirido com muitas pesquisas e leituras, interagir com outros educadores de lugares distintos do país nos desperta para um novo olhar sobre as diferentes realidades de cada local e o compartilhamento de vivências positivas que podem ser postas em prática no nosso estado. Destaque também para os professores da universidade, muito gabaritados. Sem dúvida essa é uma ação de investimento na qualificação profissional do servidor do estado e já está dando retorno", considerou a gerente de monitoramento que atualmente se debruça na elaboração da dissertação para conclusão do curso, o Plano de Ação Educacional (PAE) sobre o Sistema de Informações da Educação de Pernambuco (SIEPE) como ferramenta de análise e gestão de rede.



Para a gestora da GRE Mata Sul, Sandra Valéria Cavalcanti a experiência tem sido enriquecedora. "Todo conteúdo do curso está inserido na nossa área de atuação. Desde a primeira disciplina venho colocando os conhecimentos em prática e os resultados já aparecem com a boa avaliação da nossa gerência, atualmente entre as cinco mais bem avaliadas pelo IDEPE", comemora a gestora, lembrando que o trabalho também vem sendo desenvolvido diretamente com os municípios que compõem a GRE. "Esse é o objetivo central do curso. Fazer com que nosso aprendizado tenha interferência direta nos indicadores educacionais" destaca.

e Escolas
io Eletrônico
ria de
enamento
ma de Ocorrência
ar
ncia de Pessoas
ções
as SEE
i
rno de
rificações
ncia de
tabilidade
adramento dos
dores da Educação

DIA
ais e Internet
cias
cação Conectada

Em agosto Sandra Cavalcanti apresentará sua dissertação que tem como objeto de pesquisa O Pacto Pela Educação desenvolvido pelo Governo do Estado. "Tenho pesquisado sobre todos os indicadores que compõem o pacto, mas estou me aprofundando na importância da integração da família na escola como um dos fatores principais para a conquista de índices positivos. Vale destacar essa preocupação do governo estadual com o constante monitoramento e avaliação dos resultados que está aproximando a comunidade escolar, as gerências regionais e a secretaria de Educação. Somos todos um só", declarou.

Entrar

Tweet

Quatr 43



Voltar

Veja também

Estudante da EREM Coronel João Francisco é selecionado para participar das seletivas internacionais da Olimpíada Brasileira de Astronomia

10/03/2023 12:45:00

Secretaria de Educação e Esportes lança edital para credenciamento de árbitros e delegados

10/03/2023 12:27:00

Estudantes da ETE Dom Bosco apresentam aplicativo em feira de moda em Caruaru

10/03/2023 11:29:00

GRE Mata Centro promove café da manhã em homenagem aos alunos aprovados em universidades públicas

09/03/2023 16:36:00

Escola Pintor Lauro Villares realiza evento sobre o Dia Internacional das Mulheres

09/03/2023 15:15:00

Secretaria de Educação e Esportes



GOVERNO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA

- Perfil da Secretária
- Organograma
- Quem é quem
- Galeria dos Secretários
- Fale com a Ouvidoria
- Histórico da Secretaria
- Imprensa
- Mapa de Estratégia 2018

Educadores se reúnem no Classic Hall para o 13º Seminário Nacional Escola? Presente

Ação, que está sendo realizado no Classic Hall, traz na programação palestras que tratam sobre o tema: Formação Docente para uma Educação Integral Humanística

Assessoria de Comunicação - 26/09/2017 17:15h

CAÇÃO

- Calendário Escolar
- Modernização de Gestão
- Educação Integral
- Educação Profissional
- Tecnologia na Educação
- Espaço Professor
- Seleções Simplificadas
- Supletivo
- Supletivos Anteriores
- Censo Escolar
- Programa Paulo Freire
- Tecnologia da Informação
- Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Estado de Pernambuco
- Educação Inclusiva

IVIS

- GREs e Escolas
- Correio Eletrônico
- Portaria de Reordenamento
- Sistema de Ocorrência Escolar
- Gerência de Pessoas
- Licitações
- Marcas SEE
- Links
- Caderno de Especificações
- Gerência de Contabilidade
- Recadastramento dos servidores da Educação

NA MÍDIA

- Jornais e Internet
- Notícias
- Educação Conectada

jin ***** Entrar

Mais de 4.500 professores das Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM), das Escolas Técnicas Estaduais (ETE) e Escolas Regulares, além de representantes das 16 Gerências Regionais de Educação (GRE), estão participando do 13º Seminário Nacional "Escola? Presente", que este ano trabalha o tema: Formação Docente para uma Educação Integral Humanística. O encontro, que acontece no Classic Hall nesta terça e quarta-feira (26 e 27), é uma parceria com o Programa Integral de Desenvolvimento Profissional - Progrid.

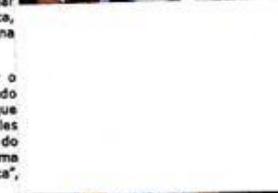
O Fórum tem como objetivo socializar práticas educativas capazes de ampliar as dimensões pedagógicas, social e ética, além de trabalhar na qualificação técnica pedagógica dos profissionais, dando oportunidade de ser realizada uma reflexão de suas práticas pedagógicas. "Esse não é um evento que trata de educação em tempo integral, mas um evento que fala de educação integral. É um momento de dar oportunidade de encontros e trocas de experiências. É uma ação mais que especial por ser um período que a nossa educação de Pernambuco vem avançando bastante, resultado do trabalho e envolvimento de todos e, principalmente, do que é realizado no chão da escola", declara o secretário de Educação, Fred Amancio.

Durante os dois dias de encontro, serão realizadas palestras com Emília Cipriano, Jussara Hoffmann, Leo Fraiman, Pedro Calabrez, Alfredo Gomes da Costa e César Nunes. Na ocasião, também será entregue a Comenda "Professor Antônio Carlos Gomes da Costa", além de sortelos de bicicletas doadas pelo Pró-Cidadania para incentivo ao projeto Pedalar pela Cidadania. "Participo do fórum todos os anos. Aqui colhemos inúmeras oportunidades através dos palestrantes, que nos fazem enxergar com outros olhos a educação integral. Levamos para sala de aula uma nova didática, um novo olhar sobre educação e um novo olhar sobre o educando", ressalta Ana Rosa, professora de História da EREM Ageu Magalhães.

Para o secretário Executivo, Paulo Dutra, o fórum é o momento de fortalecer o trabalho realizado dentro das escolas com a troca de experiências e o aprendizado adquirido por cada um. "É uma oportunidade de concentrar todas as escolas que trabalham com educação integral em Pernambuco, em um momento onde elas possam trocar experiências, aprender, discutir e escutar o que os intelectuais do Brasil estão falando sobre educação integral", diz. "Este é mais um caminho para uma aprendizagem interativa, dialógica e política de fortalecimento da educação pública", completa.

Veja mais fotos aqui.

Créditos: Gil Menezes



Tweet



Voltar

Veja também

Estudante da EREM Coronel João Francisco é selecionado para participar das seletivas internacionais da Olimpíada Brasileira de Astronomia

10/03/2023 12:45:00

Secretaria de Educação e Esportes lança edital para credenciamento de árbitros e delegados

10/03/2023 12:27:00

Estudantes da ETE Dom Bosco apresentam aplicativo em feira de moda em Caruaru

10/03/2023 11:29:00

GRE Mata Centro promove café da manhã em homenagem aos alunos aprovados em universidades públicas

09/03/2023 16:36:00

Escola Pintor Lauro Villares realiza evento sobre o Dia Internacional das Mulheres

09/03/2023 15:15:00

Programa Jovens Embaixadores com inscrições abertas

Inscrições para a edição de 2018 são realizadas pela internet até 09 de agosto

Secretária
Prima
quem
dos Secretários
na Ouvidoria
da Secretaria
da
Estratégia 2018

Assessoria de Comunicação - 21/06/2017 18:34h

ário Escolar
nização de Gestão
ção Integral
ção Profissional
logia na Educação
o Professor
es Simplificadas
tivo
tivos Anteriores
) Escolar
ama Paulo Freire
logia da Informação
Estadual de
ção para Pessoas
das de Liberdade e
isas do Sistema
nal do Estado de
mbuco
ção Inclusiva

A edição 2018 do Programa Jovens Embaixadores, promovido pela Embaixada dos Estados Unidos, está com inscrições abertas até o dia 09 de agosto. A ação, realizada em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação, proporciona aos estudantes da rede pública a experiência de um intercâmbio de três semanas nos Estados Unidos. O programa foi criado em 2002 e já embarcou mais de 500 estudantes da rede pública.

Podem participar jovens estudantes - de 15 a 18 anos - que estejam regularmente matriculados no ensino médio da rede pública. Além disso, precisam ter conhecimento da língua inglesa, excelente desempenho escolar, ter perfil de liderança e experiência em atividades de responsabilidade social.

Os interessados em participar do processo seletivo devem atender aos requisitos exigidos pelo Programa Jovens Embaixadores e preencher o formulário disponível no site: www.jovensembaixadores.org/2018. O programa permite aos participantes aprimorar suas habilidades em liderança, conhecer uma nova cultura, interagir com jovens americanos e buscar oportunidades de crescimento pessoal e profissional.

PROGRAMA JOVENS EMBaixADORES - Foi criado pela Embaixada dos Estados Unidos no Brasil em 2002 e o primeiro grupo viajou em 2003. Em 2010 o programa passou a ser reproduzido em todos os países do continente americano e foi criado um programa inverso para jovens norte-americanos representarem os EUA na América Latina. Desde 2003, 517 jovens brasileiros já participaram do programa. Os parceiros nessa iniciativa são: o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e as Secretarias Estaduais de Educação, a rede de Centros Binacionais Brasil-Estados Unidos, e também as empresas FedEx, MSD, Microsoft, Bradesco, IBM e a Boeing Brasil.

Créditos: Divulgação



: e Escolas
io Eletrônico
ria de
denamento
ma de Ocorrência
lar
ncia de Pessoas
ções
as SEE
i
rmo de
cificações
ncia de
abilidade
idastramento dos
idores da Educação
DIA
ais e Internet
cias
ção Conectada

Tweet Compartilhar

Voltar

Veja também

Estudante da EREM Coronel João Francisco é selecionado para participar das seletivas internacionais da Olimpíada Brasileira de Astronomia

18/03/2023 12:45:00

Secretaria de Educação e Esportes lança edital para credenciamento de árbitros e delegados

10/03/2023 12:27:00

Estudantes da ETE Dom Bosco apresentam aplicativo em feira de moda em Caruaru

10/03/2023 11:29:00

GRE Mata Centro promove café da manhã em homenagem aos alunos aprovados em universidades públicas

09/03/2023 16:26:00

Escola Pintor Lauro Villares realiza evento sobre o Dia Internacional das Mulheres

09/03/2023 15:15:00

Entrar

TÁRIA

Perfil do Secretário
 Organograma
 Quem é quem
 Galeria dos Secretários
 Fale com a Ouvidoria
 Histórico da Secretaria
 Imprensa
 Mapa da Estratégia 2018

AÇÃO

Calendário Escolar
 Modernização de Gestão
 Educação Integral
 Educação Profissional
 Tecnologia na Educação
 Espaço Professor
 Seleções Simplificadas
 Supletivo
 Supletivos Anteriores
 Censo Escolar
 Programa Paulo Freire
 Tecnologia da Informação
 Diretrizes Operacionais
 para a Educação de Jovens e Adultos (EJA)
 Educação Inclusiva

TOS

GREs e Escolas
 Correio Eletrônico
 Portaria de Reordenamento
 Sistema de Ocorrência Escolar
 Gerência de Pessoas
 Licitações
 Marcas SEE
 Links
 Caderno de Especificações
 Gerência de Contabilidade
 Recadastramento dos servidores da Educação

NA MÍDIA

Jornais e Internet
 Notícias
 Educação Conectada

 n Entrar

Secretaria de Educação do Estado apresenta o Pernambucoders

Projeto, que irá promover clubes de programação nas escolas da rede pública estadual, foi lançado na manhã desta quinta-feira (27) na Jump Brasil

Assessoria de Comunicação - 27/10/2018 18:31h

A Secretaria de Educação do Estado (SEE), em parceria com Porto Digital, CESAR, UFRPE e Softex, lançou, na manhã desta quinta-feira (27), durante evento na incubadora Jump Brasil, o Pernambucoders. O projeto, que visa incentivar e estimular o interesse dos estudantes por programação e computação, através da instalação de clubes de programação nas escolas, irá contemplar neste primeiro momento nove unidades de ensino da rede estadual com a participação de cerca de 540 alunos.

"É uma alegria lançar este projeto. O Pernambucoders partiu de uma discussão da importância de alinhar o trabalho da educação do Estado com a tecnologia da informação, e nosso desejo é provocar essa aproximação para que a gente possa, cada vez mais, ampliar o interesse dos nossos estudantes para a área e fortalecer o pólo aqui no Estado", disse o secretário de Educação, Fred Amancio.

O nome Pernambucoders, inclusive, foi criado com a ajuda do presidente do Conselho do Porto Digital, Sílvio Meira. "Pernambuco é o único Estado da federação que tem programação de computadores quase escrito no nome. Nenhum estado acaba por 'co', então foi só botar o 'ders'", brincou Meira e completou: "a introdução desse projeto de longo prazo e se, eventualmente, a gente ter linguagens de programação como uma disciplina em todas as escolas de Pernambuco vai começar a mudar a visão da área e servirá de inspiração para os demais Estados do Brasil".

Ainda de acordo com Fred, o Pernambucoders nasceu alinhado com projetos de clubes de programação que existem no mundo todo, como nas escolas americanas, por exemplo. Para o presidente da Softex, José Claudio, é uma satisfação para a empresa ser parceira da iniciativa. "Nós entramos nesse projeto com muito entusiasmo porque a gente entende que a formação de mão de obra para o nosso setor é fundamental para o desenvolvimento da área, pois o capital humano é o elemento principal do desenvolvimento da indústria de TI no mundo", ressaltou.

"É com muita satisfação que estou no lançamento do Pernambucoders porque o que a gente vê, diante de tanta dificuldade que o país e o nosso estado vem enfrentando, é que estamos conseguindo, através de muito esforço, manter vivos programas que para a nossa educação são fundamentais", disse Paulo Câmara, governador do Estado. Sobre o programa, Câmara foi enfático: "dentro de tanta coisa que se aprende na escola, ter a oportunidade de estudar programação vai proporcionar um diferencial na formação do estudante". Câmara ainda acrescentou que a educação de Pernambuco tem conseguido cumprir o seu papel e trilhar um caminho exitoso para as futuras gerações de estudantes do Estado.

Marcos Moraes, gestor da EREM Porto Digital, uma das escolas que estão recebendo o piloto do projeto, pontuou que o Pernambucoders é importante para os alunos da rede estadual por incentivar a participação do mundo da programação. "Quando anunciamos o projeto, por exemplo, nós tivemos uma adesão muito maior que o número de vagas disponíveis nas duas turmas, que são de 30 estudantes. Tivemos que fazer uma triagem, uma seleção e procurar alunos que tivessem afinidade com a área para fazer parte do clube", disse.

O estudante do 1º ano A da EREM Porto Digital Gabriel Gleydson ressaltou que gostou muito do projeto. "Consegui entrar no clube de programação da escola e estou estudando muito nisso, pois pretendo seguir a carreira de engenheiro mecatrônico", pontuou o estudante, que já foi primeiro lugar em um campeonato nacional de programação realizado em Uberlândia, e participou também do mundial na Alemanha. Já a estudante do 9º ano D da Escola Estadual Guedes Alcoforado, Criscya Siqueira, nunca pensou em estudar programação, mas se interessou pelo programa, ingressou no clube da escola, e enxerga o estudo como uma forma de beneficiar qualquer carreira que venha seguir.

Também estiveram presentes no evento de lançamento do Pernambucoders Geber Ramalho, diretor presidente do CESAR, Francisco Saboya, diretor presidente do Porto Digital, Lúcia Melo, secretária estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, e Tacianna Pontual, professora do curso de Licenciatura em Computação da UFRPE.

NOVE ESCOLAS BENEFICIADAS - Do ensino fundamental: Escola Estadual Ministro Jerbas Passarinho (Camaragibe); Escola Estadual Enelda Rabelo (Recife/Jordão Alto); e Escola Estadual Cônego Rocha de Medeiros (Recife/Santo Amaro). Do ensino médio: Escola Estadual de Paulista (Paulista); Escola Estadual Guedes Alcoforado (Olinda); e Escola Estadual Saturnino de Brito (Jaboatão dos Guararapes); Escola de Referência em Ensino Médio Porto Digital (Recife/Bairro do Recife), Escola de Referência em Ensino Médio Floriano Peixoto (Olinda); e Escola de Referência em Ensino Médio Augusto Severo (Jaboatão dos Guararapes).

Créditos: Ademar Filho


 Twitter G+

Voltar

Veja também

Programa Missão Pedagógica no Parlamento está com inscrições abertas

segunda-feira, 9 de julho de 2018 14:06

na Inicial

Secretaria de Educação



UA

fil do Secretário
ograma
em é quem
ria dos Secretários
e com a Ouvidoria
tórico da Secretaria
rensa
pa da Estratégia 2016

SEE reconhece trabalhos de professores do Programa de Educação Integrada 2017

O encontro foi a culminância de todas as formações que tiveram no programa durante o ano

Assessoria de Imprensa - 13/12/2017 16:27h

O

endário Escolar
ernização de Gestão
ação Integral
ação Profissional
nologia na Educação
aço Professor
ções Simplificadas
pletivo
pletivos Anteriores
so Escolar
ograma Paulo Freire
nologia da Informação
etizes Operacionais
a Educação de
ens e Adultos (EJA)
uação Inclusiva

5

Es e Escolas
reio Eletrônico
taria de
ordenamento
tema de Ocorrência
colar
ência de Pessoas
itacões
rcas SEE
ks
erno de
pecificações
mulário
cadastramento dos
vidores da Educação

LIDIA

nais e Internet
ticias
ação Conectada

**** Entrar

Uma manhã de muita festa e comemoração para os professores que fizeram parte do Programa de Educação Integrada 2017. No encontro, os participantes foram recebidos com muita alegria pelos estudantes que se revezavam em diversas apresentações culturais. Nesta quarta-feira (13), a Secretaria de Educação do Estado (SEE) por meio da Secretaria Executiva de Planejamento e Coordenação realizou o reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos em sala de aula no I Seminário de Práticas Pedagógicas Exitosas. O encontro foi a culminância de todas as formações que tiveram no programa durante todo ano. Na ocasião, os vencedores receberam placas com homenagem por obter êxito em suas atividades.

O projeto que capacitou mais de dois mil professores tem o objetivo de fazer com que os municípios avancem da mesma forma que o estado consegue crescer no índice de desenvolvimento da educação no país. Para participar do programa, os professores receberam capacitação durante todo ano para desenvolver em sala de aula atividades que torne o ambiente escolar em um lugar mais atraente, divertido e interessante. No entanto, 44 projetos que se destacaram entre os 15 municípios inicialmente contemplados pelo programa foram expostos no seminário.

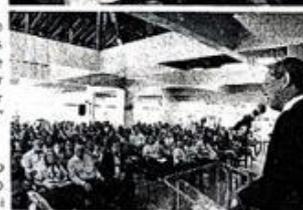
De acordo com a secretária de educação do município de Bonito, Maria Elza, a parceria veio para contribuir, fortalecer e oferecer caminhos diferenciados para que pudesse trabalhar o monitoramento de forma incisiva. "Foi um desafio implantar esse programa no município. Nós tínhamos uma carência muito grande de formação para a educação infantil. A partir desse projeto a comunidade começou a conhecer a funcionalidade da escola. Em seguida, percebeu a mudança no comportamento, no aprendizado e nos hábitos sociais" complementou.

A professora de artes Anne Rose Mayer, da Escola de Referência em Ensino Fundamental (EREF) Creusa Barreto Dornelas Câmara, localizada no bairro da Torre, desenvolveu o projeto sobre a temática "Escola Bonita". O objetivo do trabalho era praticar o respeito enquanto valor, cuidando do meio ambiente e transformar a escola em um ambiente de convivência, acolhedor e agregador. A proposta foi desenvolvida em quatro etapas: reflexão temática, planejamento e pesquisa, execução e culminância.

"Diante de uma ação que fizemos na comunidade, na qual as pessoas colocavam lixo na calçada, tivemos a ideia de transformar essa calçada em um jardim. Fizemos panfletagem para conscientizar a comunidade e conseguimos criar alguns espaços de convivência. Uma escola bonita é um ambiente que estimula a criança a querer estudar e ajuda até na própria autoestima. Com isso, eles passaram a se relacionar melhor e desenvolveram um sentimento de que tudo aquilo pertence a eles" ponderou Anne.

"Este é um momento muito especial. Este projeto não diz respeito apenas à educação dos 15 municípios. Na realidade, esse programa vai dizer um pouco da educação do estado de Pernambuco. A educação do estado já evoluiu bastante, mas só vai continuar evoluindo se todos evoluirmos juntos. Nós temos um grande desafio ainda pela frente" expressou Fred Amancio, secretário de Educação do Estado.

Créditos: Alyne Pinheiro



Para ver mais fotos, clique [aqui](#).

Programa Educação Integrada

O Programa Educação Integrada foi lançado em junho de 2016 e tem como objetivo a melhoria da qualidade da Educação Infantil e do Ensino Fundamental ofertados pelas redes municipais de educação, através de parcerias com os municípios. Portanto, o governo do Estado de Pernambuco, por meio de sua Secretaria de Educação, vem realizando parcerias com instituições públicas e privadas conceituadas e comprometidas com a qualidade da educação pública, como o UNICEF, o Grupo Neoenergia, Instituto Natura, o Instituto de Co-responsabilidade pela Educação (ICE) e o Instituto Sonho Grande.

[Voltar](#)

Veja também

[Escola Técnica Estadual Ariano Vilar Suassuna é inaugurada em Garanhuns](#)
06/07/2018 10:53:00

[Secretaria de Educação do Estado divulga resultado final do Projovem Urbano](#)
05/07/2018 14:31:00

www.educacao.pe.gov.br/pagina.php?acao=ver-noticia&id=1000



Governador Paulo Câmara lançou projeto

para investir na educação básica (Foto: Thays Estarque/G1)

Com a intenção de preparar melhor os estudantes da pré-escola e do ensino fundamental, o governo de Pernambuco lançou o programa Educação Integrada no início da tarde desta terça-feira (28). A ideia é que esses jovens cheguem ao Ensino Médio com uma base educacional menos deficiente. Ainda em fase de teste, o projeto será aplicado em 15 municípios.

Atualmente, Pernambuco ocupa o quarto lugar no Índice do Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A pretensão é tentar aplicar parte do que é feito a nível estadual nos municípios. "Nosso trabalho envolve qualificar a pré-escola, ajudar os municípios a construir estratégias para a melhoria do processo de alfabetização e implantar uma escola de horário integral em cada uma dessas cidades. Queremos usar nossa experiência para aperfeiçoar as gestões municipais", detalhou o secretário de Educação do estado, Fred Amâncio.

saiba mais

- PE alcança meta esperada para 2015 no Ideb do ensino médio estadual
- Veja as notas do Ideb 2013 no ensino médio em todos os estados
- Ideb fica abaixo da meta no ensino médio e no ciclo final do fundamental
- 'Precisamos rever o ensino médio', diz ministro da Educação sobre Ideb

Na prática, a iniciativa prevê ações de apoio pedagógico com qualificação dos professores, distribuição de material escolar e a melhoria dos ambientes escolares. Esses trabalhos já vêm sendo feitos há dois meses com reforço de leitura para a alfabetização dos pequenos e visitas a possíveis escolas de tempo integral. "Estamos analisando qual escola em cada município será de tempo integral. Queremos implantar essas escolas em tempo integral já em 2017", completou o secretário.

A verba para o projeto surge de uma parceria entre o governo estadual e instituições como a Unicef, Neoenergia, Instituto Natura, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) e Instituto Sonho Grande. Por parte do estado, será desembolsado o valor de R\$ 10 milhões. "Tem instituição dando apoio financeiro, algumas dando aporte de equipe técnica e outras entregando materiais. Além de designar uma equipe da secretaria de educação para supervisionar esse projeto, o estado está fazendo investimentos nesses municípios para a reforma dessas escolas", acrescentou Amâncio.

A escolha de cada município partiu de indicadores educacionais e socioeconômicos. Foram selecionados os que apresentaram um nível de educação mediana e uma situação financeira não tão boa, mas também nem tão ruim. São eles: Camaragibe, Itapissuma, Timbuá, Tamandaré, Santa Cruz do Capibaribe, Bonito, São Bento do Una, Bom Conselho, Arcoverde, Afogados da Ingazeira, Flores, Floresta, Salgueiro, Cabrobó e Trindade. A intenção é que o programa seja ampliado para outras localidades em 2019.

A iniciativa vai atender 780 mil alunos de 447 escolas distribuídas nesses 15 municípios. "Educação é o alicerce de qualquer política pública. Entendemos que chegou o momento de levar nossa experiência, que tem tido resultado, aos municípios. Vamos trocar experiências e mostrar que a qualidade do ensino em Pernambuco pode melhorar", concluiu o governador Paulo Câmara (PSB).

tópicos:

- Afogados da Ingazeira
- Arcoverde
- Bom Conselho
- Bonito
- Cabrobó
- Camaragibe
- Flores
- Floresta
- Itapissuma
- Recife
- Salgueiro



Governo do Estado assina convênio com o Grupo Moura

Parceria fortalecerá o ensino técnico na ETE Mororó Moura, que será inaugurada em Belo Jardim

Ário

Secretários
Ouvidoria
Secretaria

14 de junho de 2018

Camila Labanca - 26/01/2016 18:01h

Plano de Gestão
Gestão Geral
Gestão Operacional
Gestão de Recursos
Gestão de Informação
Gestão de Relações
Gestão de Materiais
Gestão de Serviços
Gestão de Infraestrutura
Gestão de TI
Gestão de Segurança

Índice

Introdução

Objetivos

Estrutura

Organograma

Descrição das Funções

Anexo I

Anexo II

Anexo III

Anexo IV

Anexo V

Anexo VI

Anexo VII

Anexo VIII

Anexo IX

Anexo X

Anexo XI

Anexo XII

Anexo XIII

Anexo XIV

Anexo XV

Anexo XVI

Anexo XVII

Anexo XVIII

Anexo XIX

Anexo XX

Na manhã desta terça-feira (26), o governador Paulo Câmara e o secretário de Educação, Fred Amancio, assinaram termo de cooperação com o Grupo Moura, que atuará como parceira no incentivo à educação profissional e tecnológica na Escola Técnica Estadual Edson Mororó Moura (ETE), localizada no município de Belo Jardim, Agreste do Estado. A unidade de ensino será inaugurada em março deste ano e beneficiará cerca de mil estudantes da região.

Com a formalização do convênio, o Grupo Moura investiu cerca de R\$ 600 mil em equipamentos para os laboratórios dos cursos técnicos de Química, Informática e Rede de Computadores na ETE. Além de promover atividades de incentivo à pesquisa, através do Instituto de Tecnologia Edson Mororó Moura, O Grupo Moura também contribuirá para a formação técnica e a qualidade no aprendizado dos estudantes do município de Belo Jardim.

O presidente executivo da Acumuladores Moura S.A, Sérgio Viana Moura, explica que a empresa vem investindo em educação na região há mais de 15 anos e esse convênio é mais uma oportunidade de engrandecer a educação no Estado. "Nós do Grupo Moura, damos muito valor à educação. São quase duas décadas investindo e desenvolvendo projetos sociais que visam transformar e estimular os estudantes, desde a organização da sala de aula até as questões pedagógicas", pontuou.

Na ocasião, o secretário de Educação do Estado, Fred Amancio, afirmou que a parceria vem favorecer o ensino médio e o processo de educação profissional do nosso Estado. "Não é uma ação que envolve apenas a estruturação do laboratório técnico, é uma forma de proporcionar a esses estudantes aptidão para atuar no mercado de trabalho", explica. Amancio disse, ainda, que essa cooperação proporcionará projetos pedagógicos para fortalecer a educação no município de Belo Jardim.

Já o governador do Estado, Paulo Câmara, diz que a ideia é sempre buscar grandes parceiros para a melhoria do ensino público. "Já temos experiências exitosas na Região Metropolitana com parcerias como a Microsoft, a Google e a Oi, e a intenção é avançar ainda mais com grandes empresas que estão chegando. O Grupo Moura, por todo o seu senso de responsabilidade, não podia deixar de ser um dos nossos parceiros", finalizou.

ETEs- A previsão é que até o final de 2016 mais dez ETEs sejam inauguradas nos municípios de Jaboatão dos Guararapes, Buíque, Paudalho, Arcoverde, Belo Jardim e São Lourenço da Mata, Caruaru, Cabo de Santo Agostinho, Bom Conselho e Abreu e Lima, totalizando 39 unidades de ensino técnico em Pernambuco. Hoje, são 29 ETE's em funcionamento, beneficiando 23 mil estudantes.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E EDUCACIONAL - O Grupo Moura mantém o Instituto Conceição Moura, que desenvolve projetos sociais nas áreas de educação socioambiental, reciclagem, criação e produção de artesanato e gestão escolar inclusive com aplicação do Programa Qualidade Total na Educação (PQTE) nas escolas da rede pública de Belo Jardim. O Grupo Moura também mantém o Instituto de Tecnologia Mororó Moura - ITEM, dedicado a projetos de pesquisa em Desenvolvimento da Inovação a partir de demandas da Indústria.

Créditos: Ademar Filho



Tweet Curtir 1

[Voltar](#)

Veja também

Fase Regional Metropolitana das modalidades coletivas dos JEPs chega ao fim

26/06/2019 20:00:00

Progepe 2019.1

26/06/2019 18:34:00

Inscrições abertas para a Olimpíada Pernambucana de Matemática da UFRPE

26/06/2019 15:49:00

SEE realiza reuniões e oficinas de Planejamento de Cadastro Escolar e Matrículas de 2020

26/06/2019 15:46:00

App oficial da Feneart desenvolvido por estudantes da Rede Estadual é lançado

26/06/2019 14:59:00



Parceria do Governo de Pernambuco com a Microsoft beneficia 800 mil alunos da Rede Pública do Estado

Acordo com a gigante norte-americana também prevê a distribuição de softwares a startups e ONGs pernambucanas, além da capacitação de 36 mil professores da Rede Estadual

Secretário
na
Secretários
Ouvidoria
Secretaria
Estratégia 2018

Assessoria de Comunicação - 23/03/2016 17:41h

Escolar
ção de Gestão
ntegral
Profissional
na Educação
fessor
mplicadas
Anteriores
olar
Paulo Freire
da Informação
Operacionais
cação de
dultos (EJA)
Inclusiva

Nesta quarta-feira (23.03), a multinacional Microsoft assinou protocolo de intenções com o Governo do Estado com o objetivo de promover uma série de ações nos campos da educação, empreendedorismo e inovação. A partir dessa parceria, a empresa norte-americana colocará tecnologia de ponta e conhecimento técnico à disposição da Rede Estadual de Ensino, além de ONGs e startups locais. Durante uma solenidade, ocorrida no Palácio do Campo das Princesas, ainda foram firmados novos convênios entre a instituição, a Prefeitura do Recife e o Porto Digital. Ao todo, a iniciativa vai beneficiar cerca de 800 mil alunos e 36 mil professores, em 1,2 mil escolas.

Créditos: Aluisio Moreira/SEI



"Essa parceria com a Microsoft representa para nós um amplo investimento na educação, no empreendedorismo e na inovação. Devido à experiência que temos nesse tipo de parceria, a empresa verificou a oportunidade de disponibilizar as ferramentas que vão ajudar na qualificação de professores e no aprendizado dos nossos estudantes. Além disso, vai ainda oferecer condições que contribuem para o desenvolvimento da capacidade de empreender e inovar", destacou o governador do Estado, Paulo Câmara. O governador disse ainda que o ato dialoga com o futuro. "Nós queremos que os nossos alunos e professores tenham acesso ao que há de mais moderno no Mundo", frisou.

colos
etrônico
e
mento
le Ocorrência
de Pessoas
i
EE
de
ções
de
dade
ramento dos
is da Educação

Um dos pontos desse acordo assegura aos alunos da rede pública o acesso à plataforma de produtos Microsoft, incluindo licenças de tecnologias da marca, como o Office 365 Educacional, com Word (editor de textos), Excel (planilha de cálculos), PowerPoint (apresentação de slides), OneNote (bloco de notas) e o OneDrive (armazenamento). Além disso, os estudantes pernambucanos terão acesso gratuito a softwares de desenvolvimento e design de programas através do DreamSpark Standard - plataforma específica da empresa. Ela disponibilizará ainda conteúdos on-line gratuitos para capacitação básica em Tecnologia da Informação, por meio de diversas iniciativas e da plataforma Microsoft Virtual Academy.

Internet
o Conectada
Entrar

No que diz respeito ao apoio ao empreendedorismo, empresas iniciantes serão beneficiadas com o BizSpark, que oferece acesso à tecnologia e à nuvem Microsoft, para criação de aplicações e hospedagem de dados e transações, além de suporte técnico, treinamento e gerenciamento de negócios durante três anos. No Estado, já foram beneficiadas cerca de 100 startups. Desde 2003, a empresa investiu mais de R\$ 387 milhões levando tecnologia gratuitamente para cerca de 2.467 ONGs no Brasil, colaborando com vários projetos sociais.

Com a assinatura do protocolo de intenções entre a Microsoft e o Porto Digital, mais empresas serão beneficiadas com os programas BizSpark e BizSpark Plus, que dão direito ao uso de licenças, mentoria técnica e de negócios, além de espaço de armazenamento da nuvem. O presidente do conselho administrativo do Porto Digital, Francisco Saboya, ressaltou que o protocolo de intenções impulsiona o desenvolvimento do polo tecnológico da cidade. "Nesse momento, a gente renova a parceria e os investimentos. Além disso, estreitamos o relacionamento ainda mais com essa empresa que tanto colabora para o crescimento do Estado", afirmou Francisco.

A Microsoft está engajada em diversas iniciativas do gênero no Estado. Em 2008, inaugurou o Centro de Inovação Microsoft na Escola Técnica Professor Agamenon Magalhães (ETEPAM), no bairro da Encruzilhada, no Recife, para promover a inovação e incentivar os jovens a empreenderem e a entrarem no mercado de tecnologia. Além disso, a empresa já disponibilizava gratuitamente o Office e o Windows aos alunos das redes públicas do Estado e da Prefeitura do Recife. Nos últimos anos, o Estado tem se destacado nas edições da Copa do Mundo da Computação da Microsoft, a Imagine Cup, emplacando oito projetos finalistas.

Paula Bellizia, que preside a empresa no Brasil, afirmou que educação e empreendedorismo são motores de desenvolvimento social e econômico. Para a gestora, esse dois pontos impulsionam a geração de riqueza e inovação para o País. "O nosso interesse é fomentar o empreendedorismo em Pernambuco, suportar todo o processo educacional, para que a gente gere riqueza, valor, motor de crescimento e desenvolvimento social", assegurou.

Também estiveram presentes na solenidade a secretária estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, Lúcia Melo; os secretários executivos da Educação do Estado, João Charamba, Ana Selva e Severino Andrade; o secretário de Educação do Recife, Jorge Vieira; o diretor de Educação da Microsoft Brasil, Antônio Moraes; Jader Ramalho, presidente do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (CESAR); o cientista-chefe do CESAR, Sílvio Meira; além do diretor de Inovação e Competitividade do Porto Digital, Guilherme Calheiros.

CIDADANIA - Serão doados softwares para ONGs parceiras da Prefeitura do Recife e do Governo de Pernambuco que atuam em projetos de alfabetização em informática. Outra ação importante na área será a disponibilização do aplicativo "Microsoft Cidadão Conectado", que permite a fiscalização de ações, o envio de proposta e a avaliação dos serviços públicos.

Com informações da Secretaria de Imprensa do Estado

Twitter Curtir ENVIAR

Voltar

Veja também

Parceria busca a Inclusão Digital e Tecnológica para alunos da Rede

Os tablets, que serão distribuídos em 2012, receberão os produtos da Microsoft

Assessoria de Comunicação - 06/12/2011 15:36h

Garantir a inclusão digital e uma nova perspectiva social para a vida de estudantes da rede pública de ensino é um dos objetivos da parceria firmada entre a Secretaria de Educação de Pernambuco e a Microsoft Informática Ltda. Por isso, nesta terça-feira (06) o secretário de Educação, Anderson Gomes, recebeu no gabinete da SE, o diretor de Educação, Emílio Munaro e o gerente Regional, Luís Eduardo Galvão, ambos da Microsoft, para assinatura do Protocolo de Intenções que proporcionará a colaboração mútua e a implementação de projetos ligados à tecnologia.

O protocolo prevê a disponibilização da licença especial MSIS (Microsoft Student Innovation Suite) para os tablets e máquinas que serão utilizados no ambiente escolar. O MSIS faz parte de um acordo criado, há três anos, pela Microsoft para beneficiar alunos de escolas públicas da Rússia, Brasil, China e Índia. A ação consiste na aquisição, por meio de valores irrisórios, dos produtos Windows e Office, de maneira que o governo possa investir em inclusão tecnológica e bons materiais, tendo baixo custo.

"Quando Pernambuco realiza este convênio, entra em cena como um estado protagonista nas mudanças relevantes e positivas que vem acontecendo no Brasil. Nós temos percebido que o governo Eduardo Campos tem feito Pernambuco caminhar a passos largos em todos os setores, principalmente o da Educação, pois tem se tornado referência para o país", diz o gerente Regional da Microsoft, Luís Eduardo Galvão.

O secretário de Educação faz questão de reforçar que o foco é o estudante. "Queremos que os nossos alunos estejam conectados com novas tecnologias de ensino, com a nova realidade que leva a informática para todos os campos de nossas vidas e não poderia ser diferente em nossas salas de aula", afirma.

A partir de março, todos os tablets, distribuídos para os alunos do ensino médio, já conterão sistema operacional e o pacote Office licenciado, através do MSIS. Juntamente com essa ação, a Microsoft também realizará uma capacitação para 40 educadores da rede, que agirão como multiplicadores da tecnologia aprendida para outros educadores e estudantes. Segundo o diretor de Educação da empresa, Emílio Munaro, a intenção é colocar a tecnologia à disposição da comunidade escolar.

"Nós não vamos ensinar informática básica, vamos instruir aos professores a utilizar a tecnologia a favor das suas disciplinas: trabalhar matemática, história, biologia, enfim, todas as matérias com o auxílio da tecnologia e ambiente virtual. São dez meses de capacitação que com toda a certeza ampliará o conceito de lecionar para esses docentes e, beneficiará, principalmente, o aluno", explica Munaro.

"A parceria conta também com a disponibilização gratuita de acessos a Portais de Conteúdos Educacionais, ambientes virtuais e serviços on-line de e-mail, onde os alunos, professores e pais, poderão criar endereço eletrônico, armazenar fotos e outros conteúdos, além de atuar como ponte entre a escola e família, no que diz respeito ao desenvolvimento do estudante", informa ainda Anderson Gomes. O contrato para início das ações será assinado até 31 de dezembro.

Créditos: Ademar Filho



Tweet Curtir 0

Voltar

Ainda não existe comentários, seja o primeiro.

Nome:

Email:

Validação:

5241613

Texto:

Voltar

Veja também

Fase Regional Metropolitana das modalidades coletivas dos JEPs chega ao fim

26/06/2019 20:00:00

Progepe 2019.1

26/06/2019 18:34:00

SEE e Microsoft ampliam parceria de fornecimento de software para Escolas Técnicas

Agora, 20 Escolas Técnicas serão conveniadas à multinacional. Ação aconteceu durante evento S2B, realizada no auditório do ETEPAM

do Secretário
ograma
é quem
la dos Secretários
om a Ouvidoria
ico da Secretaria
nsa
da Estratégia 2018

Assessoria de Comunicação - 24/04/2015 10:33h

dário Escolar
rnização de Gestão
ção Integral
ção Profissional
logia na Educação
o Professor
ões Simplificadas
tivo
tivos Anteriores
o Escolar
ama Paulo Freire
logia da Informação
rizes Operacionais
a Educação de
is e Adultos (EJA)
ção Inclusiva

e Escolas
io Eletrônico
ria de
ênamento
ma de Ocorrência
ar
ncia de Pessoas
ções
as SEE
mo de
ficações
ncia de
abilidade
dastramento dos
dores da Educação

IA

is e Internet
las
ação Conectada

***** Entrar

A Microsoft e a Secretaria Estadual de Educação selaram a renovação da parceria e a ampliação do Microsoft DreamSpark, nesta quinta-feira (23). O programa da Microsoft que apoia a educação técnica, fornecendo acesso a software Microsoft para fins de aprendizagem, ensino e pesquisa. Os softwares doados para 20 escolas da Rede Estadual tem o objetivo de auxiliar os estudantes de Escolas Técnicas de cursos de tecnologias, a aumentar sua capacidade criativa, utilizando-se de suas ferramentas de desenvolvimento.

"O benefício é que todos os alunos e professores tenha uma grande variedade de softwares para ser utilizado no aprendizado. O convênio anteriormente era com 10 Escolas e agora houve a adição de mais 10 Escolas beneficiadas pelo programa", explicou Francinildo Kleyson, coordenador do Centro de Inovação da Microsoft na Etepam (MIC Etepam).

A renovação aconteceu durante a primeira fase do programa Students to Business (S2B), no auditório da Escola Técnica Agamenon Magalhães, localizada na Zona Norte do Recife, e contou com palestras ministradas por nomes do cenário acadêmico e corporativo local, como Gerente de Programas Acadêmicos e Centros de Inovação da Microsoft, Rodrigo Dias e o fundador do Células Empreendedoras, professor e coordenador do Programa de Educação Empreendedora da Universidade de Pernambuco (UPE), Genésio Gomes, que palestrou sobre a importância do empreendedorismo em Pernambuco.

Outros temas também foram trabalhados, como mercado atual de trabalho nas áreas de tecnologia de redes, informática, programação e desenvolvimento de softwares. O evento contou com cerca de 300 estudantes de escolas públicas da rede estadual, privadas e universitários, com idade entre 16 e 23 anos, do Recife e cidades da Região Metropolitana.

De acordo com Francinildo, ao final das palestras houve testes para seleção de ingresso de estudantes nos cursos de Desenvolvimento de Sistemas e Infraestrutura de TI oferecidos pela Microsoft. "Serão selecionados 36 candidatos para cada curso e todos podem concorrer. Ao final dos cursos será realizada nova seleção para desenvolvimento de projetos e após realização dos projetos os alunos receberão certificados que agregarão mais experiência ao currículo e mais preparo para o mercado de trabalho", destacou o coordenador do MIC Etepam.

Confira a lista das Escolas Técnicas que renovaram com a Microsoft DreamSpark:

Créditos: Edmiel Leandro



| | |
|-------------------------|--|
| RECIFE | ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR AGAMENNON MAGALHÃES - ETEPAM |
| ESCADA | ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL LUIZ DIAS LINS |
| GOIANA | ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ADERICO ALVES DE VASCONCELOS |
| CARPINA | ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL MARIA EDUARDA RAMOS DE BARROS |
| TIMBAÚBA | ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL MIGUEL ARRAES DE ALENCAR |
| JABOATÃO DOS GUARARAPES | ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL MAXIMIANO ACCIOLY CAMPOS |
| SERTÂNIA | ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ARLINDO FERREIRA DOS SANTOS |
| LIMOEIRO | ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOSÉ HUMBERTO DE MOURA CAVALCANTI |

119

Secretaria de Educação de Pernambuco

quinta-feira, 27 de junho de 2019 14:42

Página Inicial

Secretaria de Educação e Esportes

GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO MAIS FUTURO

ARTICULOS

Perfil do Secretário
Organograma
Quem é quem
Galeria dos Secretários
Fale com a Ouvidoria
Histórico da Secretaria
Imprensa
Mapa da Estratégia 2018

CATEGORIAS

Calendário Escolar
Modernização de Gestão
Educação Integral
Educação Profissional
Tecnologia na Educação
Espaço Professor
Seleções Simplificadas
Supletivo
Supletivos Anteriores
Censo Escolar
Programa Paulo Freire
Tecnologia da Informação
Diretrizes Operacionais
para a Educação de
Jovens e Adultos (EJA)
Educação Inclusiva

SERVIÇOS

GRÊs e Escolas
Correio Eletrônico
Portaria de
Reordenamento
Sistema de Ocorrência
Escolar
Gerência de Pessoas
Licitações
Marcas SEE
Links
Caderno de
Especificações
Gerência de
Contabilidade
Recadastramento dos
servidores da Educação

MÍDIA

Jornais e Internet
Notícias
Educação Conectada

 Entrar

Parceria com Lego Zoom vai levar robótica e tecnologia a comunidades e entidades

Encontro que discutiu o tema foi realizado na manhã desta sexta-feira

Assessoria de Comunicação - 25/05/2012 14:49h

Mais um passo foi dado, na manhã de hoje, no sentido de democratizar ainda mais o uso da robótica como ferramenta social em Pernambuco. A Secretaria de Educação de Pernambuco (SE) e a Lego vão ampliar a parceria já firmada - através da qual a robótica tem sido aplicada nas escolas estaduais como parte do currículo de matemática e física -, levando o projeto também para as comunidades, a partir do segundo semestre deste ano.

A proposta foi discutida pelo secretário Anderson Gomes, o presidente da Lego Zoom, Marcos Wesley, e o diretor da Fundação Lego, Michael Reinwillard - junto a representantes da SE e da empresa. O objetivo, a partir de agora, é contemplar também organizações não governamentais (ONGs) e entidades sociais para o desenvolvimento de um programa de inclusão tecnológica e iniciação científica para jovens em situação de vulnerabilidade social. "Percebemos a liderança de Pernambuco nessa iniciativa de levar a tecnologia para a educação. Acreditamos que só o governo pode dar escala e capilaridade ao projeto, fazer com que ele chegue, de fato, às pessoas", afirmou Marcos Wesley.

Um memorando será elaborado com as iniciativas. O projeto ainda será discutido e aprofundado, mas Wesley já adiantou possíveis desdobramentos da parceria. Ele afirmou que os próprios alunos que hoje trabalham robótica na sala de aula poderão ser voluntários e monitores nessas entidades. "Cada uma dessas entidades vai receber cerca de 20 mil peças de Lego, além de kits de robótica", garantiu. Segundo o presidente da Lego Zoom, programas da SE como o Escola Aberta também podem ser usados para que as comunidades tenham acesso à tecnologia.

Anderson Gomes afirmou que é preciso que o projeto seja a longo-prazo. Ele reforçou o interesse da Secretaria nas ações que envolvam diretamente o uso da tecnologia como ferramenta social e pedagógica. "Já temos uma parceria exitosa, com 3.500 kits de robótica distribuídos nas escolas. Levar para as comunidades é uma forma de garantir que a experiência dos alunos seja passada adiante, ampliada, democratizada", disse.

Créditos: Juliano Muta



Tweet

Voltar

Ainda não existe comentários, seja o primeiro.

Nome:

Email:

Validação: 0348183

Texto:

Voltar

Veja também

- Fase Regional Metropolitana das modalidades coletivas dos JEPs chega ao fim**
26/06/2019 20:00:00
- Progepe 2019.1**
26/06/2019 18:34:00
- Inscrições abertas para a Olimpíada Pernambucana de Matemática da UFRPE**
26/06/2019 15:49:00
- SEE realiza reuniões e oficinas de Planejamento de Cadastro Escolar e Matrículas de 2020**
26/06/2019 15:46:00
- App oficial da Feneart desenvolvido por estudantes da Rede Estadual é lançado**
26/06/2019 14:59:00

Av. Afonso Olindense, 1513 | Várzea | Recife-PE |
CEP: 50.810-000 | Fone: (81) 3183.8203
Fale com a Ouvidoria 0800.286.8668



SECRETARIA

- Perfil do Secretário
- Organograma
- Quem é quem
- Galeria dos Secretários
- Fale com a Ouvidoria
- Histórico da Secretaria
- Imprensa
- Mapa da Estratégia 2018

EDUCAÇÃO

- Calendário Escolar
- Modernização de Gestão
- Educação Integral
- Educação Profissional
- Tecnologia na Educação
- Espaço Professor
- Seleções Simplificadas
- Supletivo
- Supletivos Anteriores
- Censo Escolar
- Programa Paulo Freire
- Tecnologia da Informação
- Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA)
- Educação Inclusiva

SERVIÇOS

- GRÊs e Escolas
- Correio Eletrônico
- Portaria de Reordenamento
- Sistema de Ocorrência Escolar
- Gerência de Pessoas
- Licitações
- Marcas SEE
- Links
- Caderno de Especificações
- Gerência de Contabilidade
- Recadastramento dos servidores da Educação

E-NEWS

- Jornais e Internet
- Notícias
- Educação Conectada

 Entrar

Diretores da Lego Brasil se reúnem com secretário de Educação para discutir parceria

Materials serão utilizados em projeto pedagógico nas escolas de referência

Assessoria de Comunicação - 01/12/2011 00:00h

Após o sucesso do treinamento de professores e estudantes da rede estadual para a participação, no próximo dia 10 e 11 de dezembro, da etapa regional da First Lego League (FLL) - competição de robótica promovida pela First em parceria com a Lego (que no Brasil é representada pela Zoom) - os diretores da Lego Brasil se reuniram com o secretário de Educação, Anderson Gomes, em seu gabinete, no início da tarde desta quinta-feira (01), para iniciar o planejamento de uma parceria entre a Lego e a Secretaria de Educação na área pedagógica para o ano letivo de 2012.

A ideia do projeto é oferecer capacitação em robótica, utilizando o lego como instrumento, nas escolas de referência (integrais e semi-integrais) da rede estadual. Inicialmente, a capacitação será destinada aos professores que lecionam as disciplinas de física e matemática para dar suporte, num segundo momento, aos alunos nas aulas de robótica. "O Lego faz parte do imaginário dos jovens e ajudará a estimular o aprendizado, com a identificação dos problemas e descoberta de soluções. É um incentivo para que os estudantes possam criar coisas para o mundo real a partir desse universo, desenvolvendo a proatividade", comentou o presidente da Lego Zoom, Marcos Wesley.

"Estamos adquirindo todo o material didático e tecnológico e começamos hoje a discutir como será feita a metodologia para a formação dos professores no próximo ano", adiantou Anderson Gomes. Na reunião, a Lego Zoom também estava representada pelo diretor de marketing e negócios da empresa, Emerson Mendes, pela diretora pedagógica, Janaina Carvalho, e pelo diretor técnico Ebrahim Rocha. Além do secretário Anderson Gomes, por parte da SE estavam presentes a secretária executiva de Desenvolvimento da Educação, Ana Selva, e a assessora de Projetos Especiais do Gabinete, Vitória Queiroga.

Torneio - Nos dias 10 e 11 de dezembro de 2011, Pernambuco será palco de um dos maiores e mais importantes torneios de robótica do mundo, no qual a ciência e a tecnologia são os focos do conhecimento: o **FIRST® LEGO® League (FLL®)**. A capital pernambucana sediará a etapa regional do torneio, que reunirá também equipes de estados próximos do Nordeste. Deste, sairão os classificados para a etapa nacional que acontecerá em São Paulo, no início de 2012, que, por sua vez, classificará para o Mundial. O evento será realizado no Ginásio Poliesportivo da Secretaria de Educação de Pernambuco.

Créditos: Ademar Filho



Voltar

Veja também

Fase Regional Metropolitana das modalidades coletivas dos JEPs chega ao fim

26/06/2019 20:00:00

Progepe 2019.1

26/06/2019 18:34:00

Inscrições abertas para a Olimpíada Pernambucana de Matemática da UFRPE

26/06/2019 15:49:00

SEE realiza reuniões e oficinas de Planejamento de Cadastro Escolar e Matrículas de 2020

26/06/2019 15:46:00

App oficial da Feneart desenvolvido por estudantes da Rede Estadual é lançado

26/06/2019 14:59:00



Av. Afonso Olindense, 1513 | Várzea | Recife-PE |
CEP: 50.810-000 | Fone: (81) 3183.8203
Fale com a Ouvidoria 0800.286.8668



Parceria entre SEE e Google será expandida para municípios do Estado

O trabalho conjunto entre o órgão e a empresa mundial de tecnologia acontece desde 2015, visando ao fortalecimento dos programas de ensino da Rede Estadual

Secretário
ama
quem
os Secretários
a Ouvidoria
da Secretaria
s
Estratégia 2018

Assessoria de Comunicação - 16/08/2017 16:29h

io Escolar
tação de Gestão
o Integral
o Profissional
ia na Educação
s Operacionais
ducação de
Adultos (EJA)
io Inclusiva

Escolas
Eletrônico
de
amento
de Ocorrência
la de Pessoas
es
SEE
o de
icações
la de
ilidade
stramento dos
res da Educação
s
e Internet
s
ão Conectada
Entrar

Um encontro realizado nesta quarta-feira (16), entre a Secretaria Estadual de Educação (SEE), o Google for Education e mais 15 representantes de municípios que fazem parte do Programa Educação Integrada, do Governo do Estado, serviu para expandir uma parceria que já existe desde 2015 entre o órgão público e a empresa mundial de tecnologia. A parceria visa o fortalecimento dos programas de ensino da Rede Estadual, através de formação de professores para a utilização de aplicativos. O evento aconteceu no auditório da Escola Técnica Estadual Cícero Dias, em Boa Viagem.

Foram convidados prefeitos e secretários municipais de educação das 15 cidades contempladas no Programa Educação Integrada (Camaragibe, Itapissuma, Timbaúba, Tamandaré, Santa Cruz do Capibaribe, Bonito, São Bento do Una, Bom Conselho, Arcoverde, Afogados da Ingazeira, Flores, Floresta, Salgueiro, Cabrobó e Trindade). Na ocasião, os participantes puderam utilizar algumas ferramentas disponíveis na plataforma, como o "Google Classroom" - aplicativo desenvolvido exclusivamente para a educação -, em um mini-workshop realizado em uma das salas de computadores da escola.

Fred Amancio falou sobre a importância das parcerias com o Google e com a empresa Ensinar Tecnologia Educacional, especializada em projetos com a gigante da tecnologia, especificamente na plataforma Apps Educacional, e uma das pioneiras no fornecimento de softwares educativos em 3D e em ferramentas pedagógicas que auxiliam o professor em sala de aula. "É uma satisfação poder fortalecer a parceria, tanto com o Google quanto com a nossa parceira aqui no Estado, a Ensinar Tecnologia Educacional, que estão trazendo frutos muito interessantes para as nossas escolas. Este ano estamos intensificando essa parceria, fazendo algumas formações de professores e projetos específicos, e agora com essa maior aproximação com o Google for Education, temos a oportunidade de levar este projeto também para alguns municípios do estado que foram selecionados porque já fazem parte do Programa Educação Integrada", explicou.

O diretor da Google for Education no Brasil, Alexandre Campos, ressaltou o resultado desse trabalho conjunto com a SEE. "O Google for Education, a nossa plataforma, é gratuito e tem ajudado a simplificar o uso de tecnologia pelos professores. O que a gente vem fazendo é escutar esses professores, que falam sobre a dificuldade em usar aplicativos em sala de aula, e criar soluções para eles poderem usar a tecnologia com o objetivo de ensino e aprendizagem em sala de aula com os alunos. Nessa parceria, vemos como compartilhar as experiências na escola pública, mostrando que ela pode preparar os alunos para o mercado de trabalho e para as melhores vagas existentes. Os projetos são uma oportunidade de mostrar como a tecnologia do Google se integra com a estrutura curricular existente e com os desafios de melhorias que as escolas têm. Os alunos poderão inspirar os professores a criar atividades de sala de aula, onde esse estudante seja protagonista, saindo de um modelo onde ele fica apenas passivo, e sendo motivado", disse.

Uma das participantes do encontro, a prefeita de São Bento do Una, Débora Almeida, exaltou a iniciativa da SEE na extensão dessa parceria com a empresa de tecnologia. "É uma iniciativa excelente e o que mais me impressionou é que as ferramentas estão disponíveis de forma gratuita para todas as secretarias municipais e para todo mundo, mas muitas vezes a gente não faz uso por causa do desconhecimento dessas ferramentas e por não saber como utilizar esses aplicativos. Foi uma ótima oportunidade e nosso município vai fazer a adesão ao projeto, contando com essas formações para implementá-lo em nossas aulas e aprimorar ainda mais o ensino na nossa cidade. É algo importante, principalmente hoje que a informação está a apenas um clique, todo mundo tem acesso com qualquer dispositivo, como smartphone ou tablet, e o aluno quer isso, essa praticidade que a tecnologia traz, por isso temos que acompanhar essa demanda", concluiu.

Parceria - A Secretaria Estadual de Educação e o Google for Education são parceiros desde 2015, por meio de Acordo de Cooperação Técnica. Este ano, um novo projeto com a empresa, Projeto Ensinar e QG do Enem teve como foco a formação de professores. Quatro escolas estaduais foram escolhidas: Escola de Referência em Ensino Médio (Erem) Trajano e Mendonça, Escola Técnica Estadual Professor Agamenon Magalhães (ETEPAM), Escola Técnica Estadual (ETE) Miguel Batista e ETE de

INTEGRAÇÃO - Em agosto de 2016, o Governo do Estado de Pernambuco lançou o Programa Educação Integrada, com o objetivo de fortalecer o ensino fundamental e também a educação infantil, além de melhorar os índices educacionais do Estado. O programa, que nesta primeira fase beneficia 93 mil estudantes de 15 municípios do Estado, conta com o apoio técnico e financeiro de instituições como Unicef, Neoenergia, Instituto Natura, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) e Instituto Sonho Grande.

Créditos: Gil Menezes



Twitter Curtir 03

Voltar



Secretário recebe presidente da Refinaria Abreu e Lima para discutir parcerias

Encontro ainda tratou de projeto de empreendedorismo para estudantes da rede

Secretário
Secretários
Assessoria de Comunicação

Atualizado em 27/06/2019 14:37

Assessoria de Comunicação - 02/02/2012 14:16h

Assessoria de Comunicação

Assessoria de Comunicação

Assessoria de Comunicação

Assessoria de Comunicação

Parcerias em projetos relacionadas à formação profissional de jovens pernambucanos foi a pauta da visita do presidente da Refinaria Abreu e Lima (Petrobras), Marcelino Guedes, ao secretário de Educação, Anderson Gomes, na manhã desta quinta-feira (02). O encontro, que aconteceu no gabinete do secretário, teve dois momentos. Um para tratar da escola técnica prevista para o município de Rio Formoso e, num segundo momento, foi formalizada uma parceria num projeto de empreendedorismo para estudantes de municípios do entorno do Porto de Suape.

A primeira parte da reunião contou com a participação da secretária de Desenvolvimento Econômico e Juventude de Rio Formoso, Patrícia Marinho, do diretor de Relações Institucionais da Refinaria, Marco Petkovic, do coordenador de Responsabilidade Social, Antônio Carrara, do secretário executivo de Educação Profissional, Paulo Dutra, e do gestor da GRE Litoral Sul – Barreiros, Jorge Beltrão. Na ocasião, foram apresentados os projetos e parcerias para o desenvolvimento de um polo eletroeletrônico e de telecomunicações em Rio Formoso. O Governo do Estado contribuirá com esse projeto através da nova escola técnica que está prevista para o município.

Em seguida, Anderson Gomes e representantes do Instituto Empreender assinaram um acordo de cooperação para a realização do projeto de profissionalização nos municípios de Escada, Ipojuca e Cabo, para capacitar jovens em línguas e administração e oportunizá-los no mercado de trabalho. A apresentação e formalização do acordo do Projeto Enter Jovem Plus foi acompanhada pela cônsul dos Estados Unidos no Recife, Usha Elizabeth Pitts.

O Enter Jovem Plus é realizado pelo Instituto Empreender em parceria com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e com os governos municipais, estaduais e federal, além de organizações não governamentais e empresas do setor privado.

ENTER JOVEM PLUS - É uma metodologia de qualificação social e profissional voltada para a empregabilidade de jovens e tem sua origem no Programa Enter Jovem, criado em 2003 em parceria com o Instituto Americano de Pesquisa (AIR), o Comitê de Democratização da Informática (CDI) e o Instituto Empreender (IE). Na primeira fase, acontecia em organizações comunitárias, sem a participação direta do governo.

Entre 2007 e 2008, o Instituto Empreender foi responsável por alavancar parcerias de grande importância junto ao Governo do Estado de Pernambuco. Por meio da parceria com a Secretaria de Juventude e Emprego e com a Secretaria de Educação vieram os recursos que proporcionaram a montagem da infraestrutura necessária para a aplicação da metodologia em mais de 20 organizações de base comunitária e, ainda como projeto-piloto, em 13 escolas públicas estaduais. Como resultado direto, neste período, foram qualificados 2.500 jovens no Estado, dos quais 30% foram inseridos no mercado de trabalho local.

Em 2009, a USAID habilitou o Instituto Empreender para implementação da metodologia em quatro estados (Sergipe, Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro). Ao agregar o ensino da língua inglesa e novos conteúdos a metodologia passou a ser nomeada como Enter Jovem Plus.

Créditos: Ademar Filho



Tweet

Voltar

Ainda não existe comentários, seja o primeiro.

Nome:

Email:

Validação: 5358525

Texto:

Voltar

Veja também



SE faz parceria com a LEGO para Robótica nas Escolas

Escolas serão preparadas para etapa regional do First Lego League 2011

Assessoria de Comunicação - 08/11/2011 12:00h

Nesta terça (07) e quarta-feira (08), a Secretaria de Educação está promovendo treinamento para professores da rede estadual de ensino a fim de preparar 25 escolas estaduais para a etapa regional de um dos mais importantes campeonatos de robótica do mundo: o First Lego League 2011. O objetivo é oferecer conteúdo de iniciação à robótica para escolas que ainda não possuem projetos nessa área. Nos próximos dias 17 e 18, serão oferecidas oficinas sobre o tema para 150 alunos, na quadra poliesportiva da SE, na Várzea.

Sob o tema Biotecnologia, o First Lego League contará com a participação de alunos não só das escolas públicas, mas também das particulares, nos dias 10 e 11 de dezembro, na sede da Secretaria. Sediando a etapa Regional, o Recife receberá equipes de estados próximos do Nordeste. Deste evento, vão sair os classificados para a etapa nacional, que acontecerá em São Paulo, no início de 2012, que, por sua vez, classificará para o Mundial.

Participação - Podem participar do First Lego League, escolas, instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais e grupos independentes com equipe de 4 a 10 componentes, com idade entre 09 e 15 anos. Cada time deve ser acompanhado por um adulto, podendo ser o professor, profissional, pai ou estudante universitário. Serão abertas vagas para grandes desafios: Projeto de Pesquisa, Projeto do Robô e o Desafio de Missões. Os kits das LEGO serão disponibilizados em regime de comodato e, após o evento, serão devolvidos à empresa patrocinadora.

Créditos: Arles Peter



rio

retários
doria
retaria

lgia 2018

ilar
le Gestão
ral
isional
iducção
or
ificadas

eriores

o Freire
Informação
nacionais
io de
os (EJA)
isiva

s
nico

to
corrência

essoas

Tweet ENVIAR

Voltar

Ainda não existe comentários, seja o primeiro.

Nome:

Email:

Validação
 Repita o texto ao lado (Obrigatório)

Texto:

Voltar

Veja também

Fase Regional Metropolitana das modalidades coletivas dos JEPs chega ao fim
26/06/2019 20:00:00

Progepe 2019.1
26/06/2019 18:34:00

Inscrições abertas para a Olimpíada Pernambucana de Matemática da UFRPE
26/06/2019 15:49:00

SEE realiza reuniões e oficinas de Planejamento de Cadastro Escolar e Matrículas de 2020
26/06/2019 15:46:00

App oficial da Feneart desenvolvido por estudantes da Rede Estadual é lançado
26/06/2019 14:59:00

10/2018

Secretaria de Educação de Pernambuco

terça-feira, 23 de outubro de 2018 20:41

Página Inicial
Menu de Categorias



SECRETARIA

- Perfil do Secretário
- Organograma
- Quem é quem
- Galeria dos Secretários
- Fale com a Ouvidoria
- Histórico da Secretaria
- Imprensa
- Mapa de Estratégia 2018

Secretário de Educação prestigia encerramento da capacitação da Lego Zoom

Pernambuco é pioneiro na adoção de robótica educacional em larga escala no Ensino Médio

Assessoria de Comunicação - 12/03/2018 00:00h

DUCAÇÃO

- Calendário Escolar
- Modernização de Gestão
- Educação Integral
- Educação Profissional
- Tecnologia na Educação
- Espaço Professor
- Seleções Simplificadas
- Supletivo
- Supletivos Anteriores
- Censo Escolar
- Programa Paulo Freire
- Tecnologia da Informação
- Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA)
- Educação Inclusiva

SERVIÇOS

- GREs e Escolas
- Correio Eletrônico
- Portaria de Reordenamento
- Sistema de Ocorrência Escolar
- Gerência de Pessoas
- Licitações
- Marcas SEE
- Links
- Caderno de Especificações
- Gerência de Contabilidade
- Recadastramento dos servidores da Educação

SEE NA MÍDIA

- Jornais e Internet
- Notícias
- Educação Conectada

.ogin Entrar

"Vocês agora têm ferramentas digitais para complementar as analógicas, como o quadro e o giz". Foi com essas palavras que o secretário de Educação, Anderson Gomes, dirigiu-se aos mais de 200 professores de física e matemática da rede estadual que lotaram, na manhã de último sábado (10), o auditório da Escola Técnica Estadual Professor Agamenon Magalhães (Etepm). Era o encerramento da capacitação para a metodologia da Lego Zoom que iniciou na sexta-feira (09).

A capacitação foi voltada para professores de escolas integrais, semi-integrais, regulares e que oferecem o programa Ensino Médio Inovador na Região Metropolitana do Recife. Durante os próximos cinco finais de semana, a formação acontecerá para os docentes que atuam no interior pernambucano. O objetivo é que, ainda neste semestre, os professores comecem a trabalhar com a metodologia e o equipamento de robótica educacional. Um total de 3.500 kits - cada um contendo um bloco programável, motores, sensores e peças para a construção de protótipos serão distribuídos na rede estadual de ensino, sendo que cada escola receberá 12 kits.

A partir de abril, depois das formações, os técnicos da Lego vão visitar todas as escolas para uma "ambientação", que corresponde a checagem de espaço escolar, materiais didáticos e preparação para o recebimento dos kits. "A nossa intenção é que, em maio, todos os professores já estejam trabalhando com o material", explica a diretora pedagógica da Lego Zoom em Pernambuco, Jenaina Carvalho.

Pernambuco é o primeiro Estado do Brasil a adotar robótica educacional em larga escala nas escolas de ensino médio. "É uma ação pioneira", define o presidente da Lego Zoom, Marcos Wesley, explicando que a inovação da Lego está no fato de que a meta não é apenas fazer com que o aluno obtenha boas notas. "Pernambuco está recebendo muitos investimentos e empresas, que não vão contratar o indivíduo com base nas suas notas na escola. A nossa metodologia estimula o trabalho em equipe, o desenvolvimento da criatividade e principalmente a resolução de problemas. É esse indivíduo que vai ser procurado no mercado de trabalho, porque ele terá as competências do século 21", argumenta Wesley.

Na ocasião, Anderson Gomes lembrou a experiência com a First Lego League (FLL), o torneio internacional de robótica promovido pela Zoom. A etapa nacional da competição ocorreu em fevereiro deste ano, e contou com a participação da Escola Estadual Santa Ana, de Olinda, a única da rede pública do Estado a se classificar para disputar a final, em São Paulo. "A grande lição da FLL foi fazer com que os estudantes das escolas particulares perceberem que agora eles têm com quem competir", disse. Gomes ainda recebeu de Marcos Wesley a notícia que será o embaixador da FLL no Brasil.

Durante os dois dias de capacitação, os professores participaram de oficinas, na quais foram apresentados ao material pedagógico com que vão trabalhar. Em uma das atividades, os docentes verificaram, com a ajuda do equipamento, que tipo de material, entre caixas de plástico e de papelão, é mais eficaz no isolamento de ondas sonoras. Segundo o capacitador Danilo Yoneshige, o professor vai deixar de trabalhar apenas com conceitos para mostrar aos alunos como se aplica na prática. "O docente da escola pública de Pernambuco não vai mais apenas falar em movimento, por exemplo. O professor vai também ligar um carro-robô para os alunos para que os estudantes visualizem como aquilo funciona, seja atrito, frenagem e acústica", explica.

O professor de Física Flávio Ramos, da Escola Estadual Moacir de Albuquerque, em Cavaleiro, Jaboatão dos Guararapes, está ansioso pelo kit pedagógico. "Aprendemos como aplicar esta tecnologia à Física e à Matemática, que são disciplinas que sempre pedem tecnologias novas. A experiência foi excelente. Vou colocar em prática assim que o material chegar na escola", assegura.

A secretária executiva de Desenvolvimento da Educação, Ana Selva, explicou aos docentes o cronograma da Lego Zoom, com as formações, as ambientações, e a chegada dos kits. Ela lembrou o esforço do governo para que todo o Estado seja beneficiado. "A robótica vai chegar a Pernambuco inteiro, não vai ficar apenas no litoral. Isto está alinhado com a política de interiorização do desenvolvimento do governo Eduardo Campos".

Créditos: Alyne Pinheiro



Twitter Curtir G+

Programa de Robótica - Lego Zoom

Voltar

Ainda não existe comentários, seja o primeiro.

Nome:

Email:

Validação:

Texto:



ANEXO B – RELATÓRIOS E BALANÇOS DA EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO

Balanço da Educação 2014



Secretaria
de Educação
e Esportes



PERNAMBUCO
GOVERNO DO ESTADO

Balanço da Educação 2015

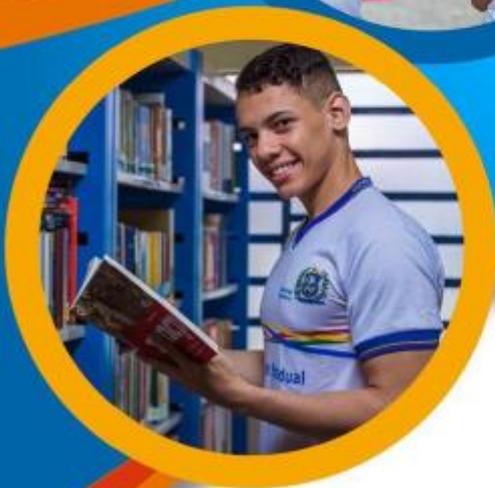
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

GOVERNO DO ESTADO *Pernambuco*
JUNTOS, FAZEMOS MAIS.



RELATÓRIO ANUAL DE INDICADORES 2017

Lei de
Responsabilidade
Educativa

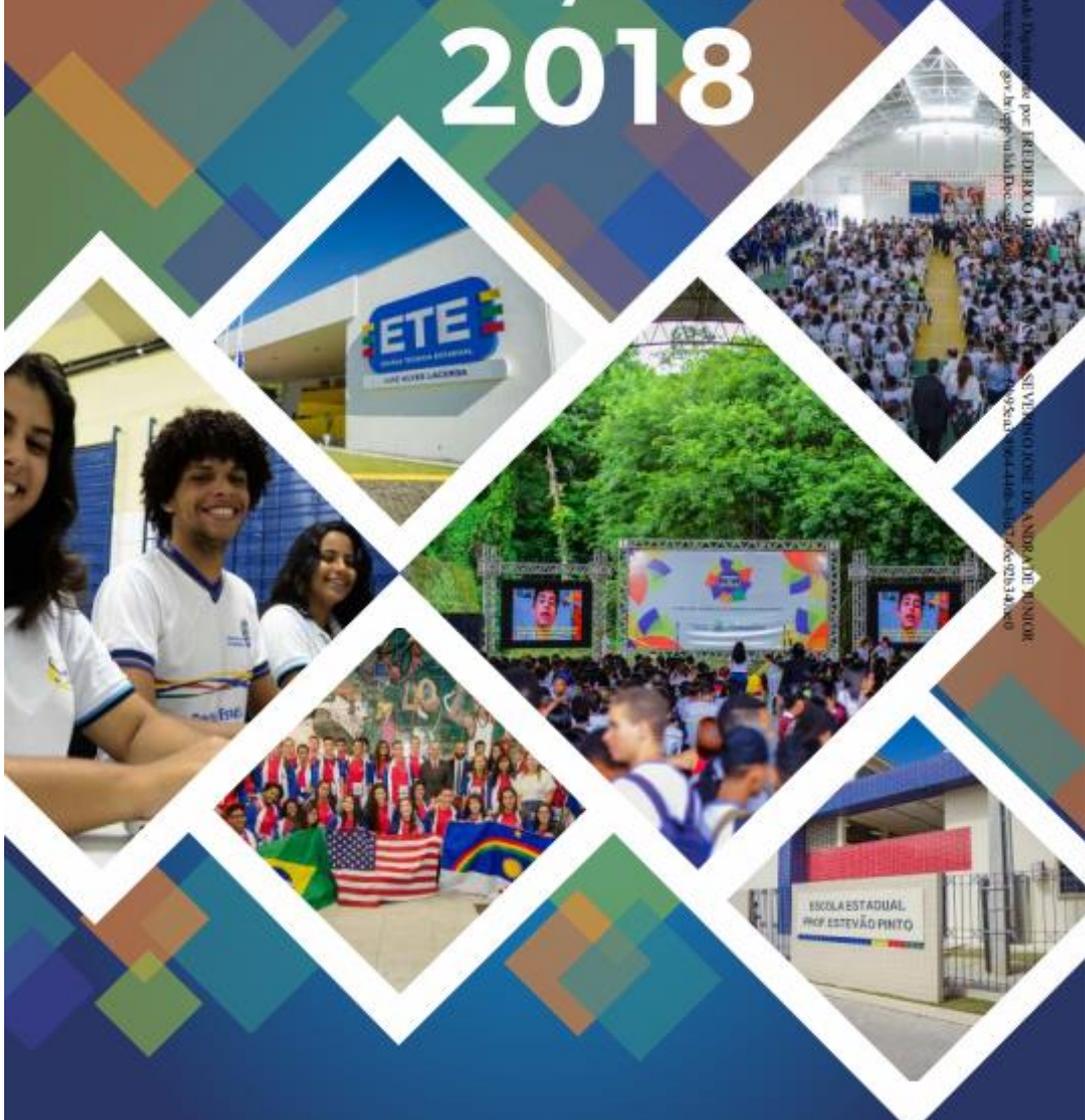


GOVERNO DO ESTADO
DE PERNAMBUCO

Balanço da EDUCAÇÃO 2018



Documento Assinado Digitalmente por FREDERICO DE
Alcance: em https://www.cepea.org.br/pep/validacao
SE VIEREM O JOSE DE ANDRADE JUNIOR
Assessoria: www.cepea.org.br/pep/validacao



Secretaria de
Educação



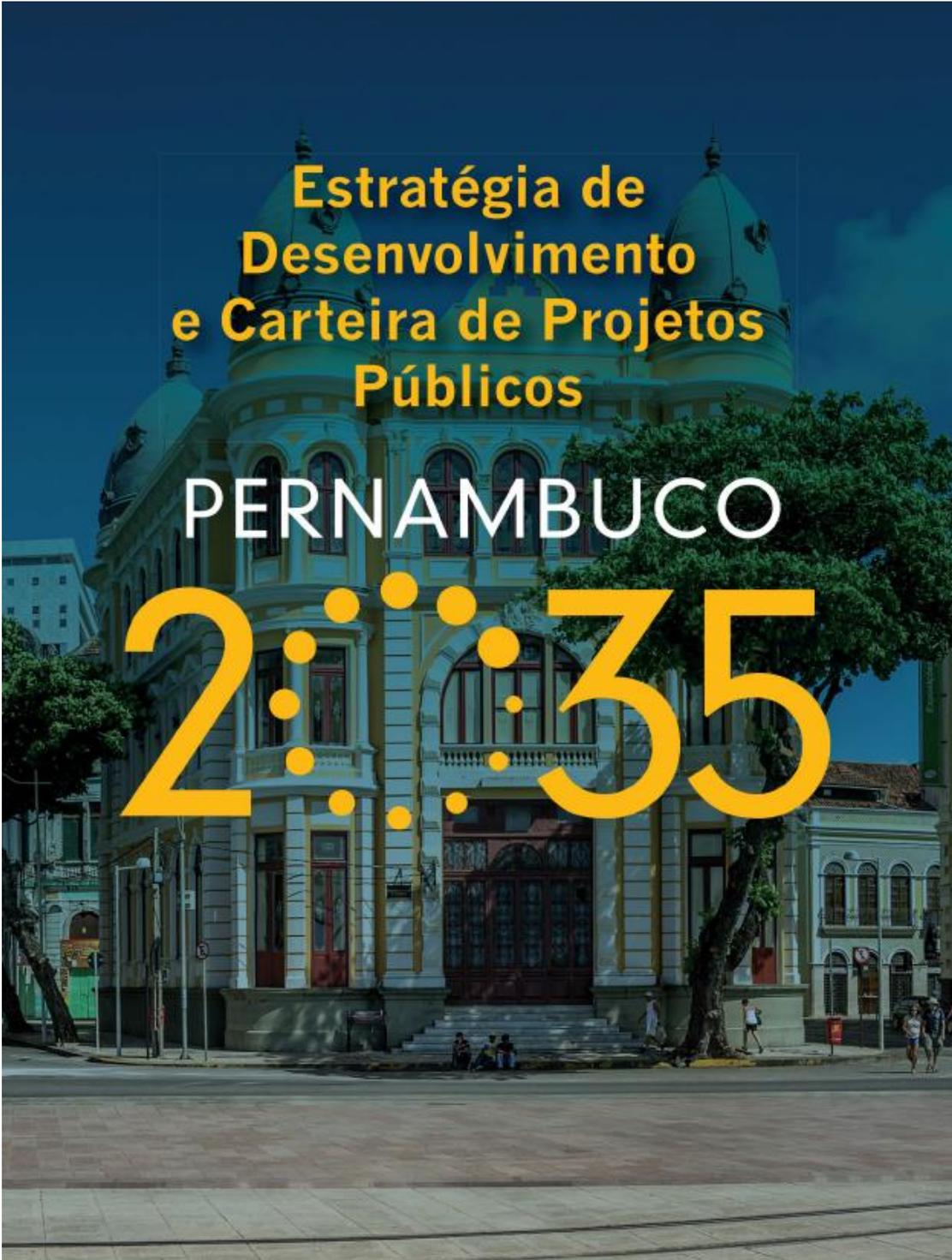
GOVERNO DO ESTADO
Pernambuco

Balanço da EDUCAÇÃO 2015 | 2018



GOVERNO DO ESTADO
DE PERNAMBUCO







Visão de Futuro

PERNAMBUCO

2035

Proposta para
discussão com
a sociedade



GOVERNO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Modelo de Gestão de Pernambuco

2008 | 2022



iGPE
Instituto de Gestão
de Pernambuco